

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

AS RUÍNAS DA TRADIÇÃO

*A Casa da Torre de Garcia D'Ávila
Família e propriedade
no nordeste colonial*



AS RUÍNAS DA TRADIÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora	MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor	EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretora do CCHLA	MÔNICA NÓBREGA
Vice-Diretor do CCHLA	RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORA DA UFPB

Diretora	IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração	ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção	JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Bartolomeu Leite da Silva	Filosofia
Carla Lynn Reichmann	Línguas Estrangeiras Modernas
Carla Mary da Silva Oliveira	História
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael	Língua Portuguesa e Linguística
Hermano de França Rodrigues	Literaturas de Língua Portuguesa
Karina Chianca Venâncio	Línguas Estrangeiras Modernas
Lúcia Fátima Fernandes Nobre	Línguas Estrangeiras Modernas
Luziana Ramalho Ribeiro	Serviço Social
Marcela Zamboni Lucena	Ciências Sociais
Maria Patrícia Lopes Goldfarb	Ciências Sociais
Teresa Cristina Furtado Matos	Ciências Sociais
Willy Paredes Soares	Ciências Sociais

Ângelo Emílio da Silva Pessoa

AS RUÍNAS DA TRADIÇÃO

Editora da UFPB
João Pessoa
2016

Direitos autorais 2016 - Editora da UFPB

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica	MÔNICA CÂMARA
Design de Capa	MÔNICA CÂMARA
Ilustração da Capa	“CASTELO DE GARCIA D’ÁVILA” (GILBERTO FREYRE, ACERVO DO MUSEU DO IHGB – RIO DE JANEIRO)
Ilustração da Contracapa	“HISTÓRIA DO BRASIL EM QUADRINHOS” (GUSTAVO BARROSO E IVAN WASTH RODRIGUES)

Catálogo na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

P475r Pessoa, Ângelo Emílio da Silva.
As ruínas da tradição / Ângelo Emílio da Silva Pessoa.-- João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
Recurso digital (5,5 MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN: 978-85-237-1223-5 (recurso eletrônico)
1. Historiografia. 2. História tradicional
3. Sociedade brasileira – formação. 4. Política brasileira. 5. Economia – Brasil.

CDU: 930.2

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
editora.ufpb.br
editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E AGRADECIMENTOS

Escrever essas considerações e agradecimentos não foi tarefa fácil, uma vez que a publicação original estava prevista para 2009 e, na ocasião, me foi solicitado por uma editora que mudasse o estilo do trabalho, porque estava com “cara de tese”. O problema é que o mesmo é resultante, levemente revisado e ampliado, da minha Tese de Doutorado, com o mesmo título, defendida em Outubro de 2003, no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, sob a orientação da Prof^a Dr^a Nanci Leonzo, e examinada pela banca composta pelos Professores Drs. Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maximilano Martin Vicente (UNESP-Assis), Vera Lúcia Amaral Ferlini e o saudoso Agustin Wernet (USP).

Posto esse impasse, e desde então, tantas reviravoltas aconteceram, que se torna penoso escrever mais uma vez esse breve texto. Nos anos que se seguiram à defesa, foi minha intenção realizar uma revisão da Tese, incorporando algumas sugestões e parte da copiosa bibliografia lançada sobre o período colonial, que suscitou novos questionamentos de minha parte, ou a necessidade de refinar certas discussões que havia travado anteriormente. As obrigações profissionais como Professor da Rede Pública de Ensino Municipal de Campinas, Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus de Nova Andradina) e, atualmente Professor da Universidade Federal da Paraíba implicaram numa série de situações, que dificultaram essa pretensão. As mudanças de emprego e de Estado e a recomposição dos fios da vida foram companheiras constantes nesse tempo.

Assim, entre essa publicação e a Tese original, apenas realizei uma revisão de aspectos formais do texto e inseri pequenos

acréscimos de pontos que já havia incorporado, num breve período, em 2007. Certos pontos que gostaria de aprofundar, foram objeto de reflexão em artigos que publiquei em diferentes ocasiões*. Ainda há cerca de três conjuntos de apontamentos, que reuni nesse período, e que devem se transformar em artigos, em ocasiões oportunas, ou mesmo numa nova edição desse trabalho. Não fosse assim, era um não mais acabar.

Minha intenção, ainda na segunda metade da década de 1990, era estudar, de forma articulada, duas temáticas bastante marcantes e consolidadas na historiografia brasileira: a expansão territorial e a família patriarcal. Era minha compreensão, que tais temas exigiam novas abordagens, bem como deviam ser entendidos de forma integrada. A questão da chamada expansão territorial deveria incorporar a noção de conquista, que pressupunha violentos processos de apropriação do território. Esse processo, que implicou na constituição de propriedades, com diversas formas jurídicas peculiares de definição, pressupunha várias circunstâncias de incorporação das vastas terras americanas ao mundo colonial e o estabelecimento de formas de propriedade a ele vinculadas. Ainda mais, além da apropriação do território, a transmissão das propriedades se mostrou um aspecto substantivo dessa questão. Nesse ponto, a estruturação de grande número de propriedades territoriais de extensões diversas, de acordo com as peculiaridades

* PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Família, propriedade e poder no Nordeste colonial: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. IN: *Portuguese Studies Review*. v. 14, nº 1, Ontário: Trent University, 2006. pp. 1-33, versão resumida publicada nos Anais do XXIV Simpósio da ANPUH (São Leopoldo, 2007); PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. A Fuga de Isabel: casamento e herança numa família patriarcal. IN: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda et. al. (orgs). *Trajetórias de Vida na História*. Cuiabá: UFMT e Carlini & Caniato, 2008. p. 17-37, versão resumida publicada nos Anais do II Encontro Internacional de História Colonial (Natal, 2008) e PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Aposamento e apropriação da terra e constituição do território: algumas relações e considerações preliminares. In: *ANAIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Natal: Ed. UFRN, 2013. v. 1. p. 1-15.

de cada região ou atividade econômica, nas mãos de alguns grupos familiares, implicava numa forma conseqüente desse processo mais amplo de conquista. Assim, os temas da conquista do território e do controle de vastas propriedades nas mãos desses grupos familiares implicavam numa necessária articulação entre dois temas longamente presentes na nossa historiografia, mas que não tinham um tratamento tão articulado quanto entendia.

Essa relação, entre conquista territorial e família patriarcal, implicava, ainda, na percepção das relações de poder daí estabelecidas. A propriedade territorial ou a família patriarcal inexistiam sem o exercício do poder entre os mais diversos agentes sociais. A recente e pujante história indígena ou as novas abordagens da história social sobre questões como a escravidão, trazem à tona essa visão mais complexa do exercício dessas relações de poder. Sobre essa mesma questão, enfim, identificava o delineamento de formas mais brutais ou mais sutis do exercício do poder, que pressupunham, inclusive, a manipulação de aspectos da memória, que afirmavam a família patriarcal como símbolo das tradições e definidora de toda uma noção de história nacional.

Dessa forma, dividi o trabalho em três capítulos diferentes, intitulados Tradição, Propriedade e Família, que tentam articular essas questões. Para tanto, tomei uma antiga família patriarcal, os Dias d'Ávila da Bahia, que o célebre historiador Pedro Calmon já havia estudado na sua *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Calmon defendera que, o estudo dessas famílias patriarcais, traria elementos indispensáveis para o entendimento da história nacional. Discordo de seus propósitos, de escrever o elogio de uma importante família patriarcal, mas concordo com ele, no sentido de entender que diversos aspectos de nossa história podem ser melhor dimensionados a partir da reconsideração de alguns elementos de antigos estudos sobre conquista territorial e família patriarcal. Assim, ao contrário de certas análises, que minimizam o que se

convencionou chamar “história tradicional”, entendo que essa mesma história, aparentemente “factualista” ou “positivista”, conforme a adjetivação corrente, esconde aspectos de grande sofisticação, que precisamos compreender de forma mais atilada. O título *As Ruínas da Tradição* faz um trocadilho com o fecho do livro de Calmon, que fala da “tradição das ruínas”, mas busca chamar a atenção para a necessidade de não perdermos de vista a complexidade e sutileza do que se passou a denominar – muitas vezes de forma imprópria – “história tradicional”. É possível perceber que, em diversas ocasiões, algumas pesquisas supostamente inovadoras, deixam entrar sorratamente pela janela dos fundos, aquilo que expulsaram solenemente pela porta da frente; repõem a tradição que pretendiam ter rechaçado.

Ao concluir o Doutorado, cerca de doze anos atrás, fiz uma longa lista de agradecimentos, que se justificavam pelas condições nas quais o realizei: sem fazer jus a qualquer bolsa (que, em tempos tucanos, exigiam o afastamento do emprego ou o acúmulo ilegal), ministrando aulas numa escola pública na periferia de Campinas, vivendo o dilaceramento de frequentar a maior Universidade do país e, ao mesmo tempo, sua contrapartida, em salas de aula de História compostas por alunos que – muito provavelmente – jamais seriam frequentadores dos nossos colóquios acadêmicos. Isso me fez adquirir uma visão não tão deslumbrada da vida Universitária (sem desprezar a produção intelectual, mas não tão adepta do frenético produtivismo ou dos concorridíssimos bailes das vaidades, que afligem parte da academia), além de ter contado com a inestimável ajuda de muitas pessoas, a quem reitero a minha gratidão. Para não repetir a longa lista, farei breves menções a pessoas que contribuíram depois da Tese, para a presente publicação. Peço perdão àqueles a quem involuntariamente omiti aqui, ressaltando, desde já, que, qualquer tipo de equívoco na execução desse trabalho, corre por minha estrita conta.

Nas diversas instituições nas quais pesquisei, agradeço à eficiência de seus dedicados funcionários, que possibilitaram, muitas vezes, o acesso a obras e informações necessárias, premido pela carência de recursos ou pela exiguidade dos prazos. Na Bahia, o amigo Luizinho prestou relevantes favores para a obtenção de documentos.

Em Campinas, onde residi 18 anos, gostaria de agradecer a Marcelo, Ivan, Eliana, Edson Joaquim, Marly, Lígia, Leonel e Adrianie, Sara, Alberto, Naur e Zezé, André Alípio, Fabiana, Marta e o então pequeno Tharik, Eduardo Dezena e Ana Gicelle, Carolina Galzerani (*in memorian*) e aos amigos da Escola João Alves dos Santos, Thelma, Armando, Eduardo, Iara, Laís, Vitório e Wolney. Aquela cidade, que se tornou um pouco minha e na qual redigi a Tese, vem sempre à minha memória, quando relembro como gostava de perambular pelas livrarias e sebos do centro e nas suas Bibliotecas, garimpando algo que pudesse me ser útil, ou que, simplesmente, matasse minhas muitas curiosidades. Gostaria de destacar o amigo historiador-genealogista Paulo Valadares, com quem tanto conversei sobre as peripécias dos Ávila e que prestou tantas contribuições para a realização da Tese.

Em Nova Andradina-MS (*New Andradine*), onde residi dois anos, e onde descobri aspectos que não suspeitava das grandezas e mesquinhas humanas, gostaria de agradecer aos grandes amigos Marcelino, Charlei, Paulo Paes, Giovanni, Ary, Jodenir, Jacy Elisa e aos meus alunos-amigos de História e alguns de Geografia da UFMS, a quem não vou nominar, para não cometer omissões. Se o trabalho de historiador vale à pena e faz algum sentido, o faz em larga medida em função de nossos alunos. Não acredito no divórcio entre o professor e o pesquisador.

O quase inesperado retorno a João Pessoa, após 20 anos, me fez retomar velhas e boas amizades e construir novas. Gostaria de agradecer à boa recepção que obtive do Departamento e Curso

de História da UFPB, onde exerço minhas funções docentes desde então. Alguns bons amigos, da velha e nova guarda, merecem aquele abraço, são eles, Rosa Godoy, Neide, Luciana, Zé, Alexandre Lyra, Regina Behar, Regina Célia, Mozart, Damião, Carla, Cláudia Cury, Cláudia Lago, Paulo Giovanni, Tiago, Vânia e outros, que perdoarão a imperdoável omissão. Pilar Roca insistiu para que esse trabalho fosse publicado. A Editora da UFPB cumpre sua missão de divulgar a produção acadêmica de sua comunidade e Mônica Câmara se esmerou na produção gráfica do livro. Agradeço ao Museu do IHGB pela autorização do uso da imagem da capa e a Leonardo Takeda, pela confecção gráfica da árvore genealógica revisada. A ANPUH-PB, que tive a honra de dirigir entre 2010/12, continua sendo uma referência para nossa ação coletiva. Em sala de aula e no PIBID, os alunos dedicados continuam sendo nosso horizonte.

Minha orientadora, Prof^a Nanci Leonzo, através de seu grande rigor intelectual e maior generosidade, tornou viável o que aqui aparece. Espero ter conseguido satisfazer as suas expectativas. Aos demais integrantes da Banca de Doutorado, agradeço pelas gentis arguições e precisas observações, que também tentei incorporar. Os Profs. Carla Mary (UFPB) e Fernando Tadeu (UFMT), e Márcia Motta (UFF) viabilizaram a publicação de alguns resultados da Tese.

Durante 22 anos, compartilhei os caminhos com Mirza e a jovem Marília. Nossos caminhos se afastaram, mas tentamos construir uma bela e futura amizade. Boa parte de tudo que está aqui pertence a elas.

Apesar de hoje afastada, Sandra me ensinou o sentido do recomeço.

Aline, que entrou em minha vida na reta final de tudo isso, me ensinou que alegria e amor são coisas que podem andar juntas.

Num trabalho sobre família, não poderia esquecer da minha própria. Meus pais, seu Jayme (que nos deixou em 2014) e d. Violeta sempre acompanharam tudo com grande saudade do filho distante

duas décadas. De certa forma eles determinaram meus caminhos, desde pequeno, quando cresci numa casa cheia de livros, grandes amigos meus. Meu pai me levava em suas viagens ao interior da Paraíba e sempre comentava sobre as serras, rios e diversos aspectos da paisagem; seu afinado senso espacial me despertou o amor pela geografia, que até hoje carrego. Minha mãe, desde a minha infância, contava, com sua memória prodigiosa, as histórias da velha família, me despertando o fascínio pela compreensão das vidas de outras pessoas em outras épocas. Ambos nunca pouparam esforços para garantir aos filhos o que de melhor havia em termos de formação e a eles devo o que de melhor carrego na minha vida, esperando que eu possa sempre retribuir tudo o que eles me propiciaram. Meu pai me ensinou a ver as coisas; minha mãe me ensinou a lembrar delas.

Não há palavras para agradecer os meus irmãos e cunhados, Fátima e Marco (com quem morei no ano de retorno), Netto e Cláudia, Margareth, Lena e Pedro. A ausência de 20 anos de Zé Jayme, a quem dediquei a Tese, continua sendo uma dolorosa marca. As crianças, mesmo que algumas já estejam bem grandinhas, sempre foram nossa melhor expectativa quanto a dias melhores: um grande abraço a Nettinho e Lorena (e ao pequeno Davi, que inaugura as esperanças de uma nova geração), a Marquinho e Adriannie, Violeta, Júlia, Isabella, Filipe, e à menininha Maria Natália.

Esse livro, sobre família, é dedicado à minha família.

João Pessoa, novembro de 2015.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AN – Arquivo Nacional
- ANPUH – Associação Nacional de História
- ANPUH-PB – Associação Nacional de História – Seção Paraíba
- APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
- BN – Biblioteca Nacional
- CCLA – Centro de Ciências, Letras e Artes - Campinas
- IEB – Instituto de Estudos Brasileiros - USP
- IGHB – Instituto Geográfico e Histórico Baiano
- IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
- IGHB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PREFÁCIO

Ao propor nesta obra um estudo sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, seu autor, Ângelo Emílio da Silva Pessoa, estabelece uma dialética de dois elementos de temporalidade histórica, *tradição* e *ruínas*, primeiramente focando persistências histórico-historiográficas (tradição) para depois realizar um movimento de inversão, abordando descontinuidades (as “ruínas”).

A Tradição tem por suporte a continuidade, a permanência, a duração. Literalmente em latim, “o que se passa adiante”. Diz Perre Bourdieu¹ que aquilo que presumimos ser eterno, é produto de um longo processo de eternização.

Querer ser eterno é uma postura de pessoas, grupos sociais, instituições, sob múltiplas motivações, nas mais diversas épocas e sociedades, visando contornar a dura certeza da finitude da vida humana e impedir o esquecimento. Tenta-se reproduzir e transmitir costumes, comportamentos, crenças, doutrinas, memórias. É assim como uma tentativa de deter o tempo em seu movimento e transformação, prolongar o passado no futuro, mediante a correia de transmissão intergeracional, como expressa Ricoeur.² Em seu trabalho de eternização, valendo-se do recurso à memória, a *tradição* fixa uma narrativa linear, acentuando uma determinada trajetória, imagens e representações de si, que seus portadores desejam manter e repassar à posteridade.

Já as “Ruínas” têm por suporte a descontinuidade, a degradação, a perda, o aniquilamento no tempo. Fragmentos,

estilhaços, vestígios de algo que já existiu e não existe mais. No olhar que Walter Benjamin tece a propósito do quadro de Klee, chamado *Angelus Novus*, vislumbrando o “anjo da História”³, ele aponta a catástrofe das ruínas e o arrebatamento do anjo em direção ao futuro, ao progresso. No entanto, vislumbra também como as ruínas encerram outros passados e futuros recalçados, que não houve, que poderiam ter sido, mas abortados por uma história triunfante, causal, homogeneizada e linearizada por uma concepção de progresso destrutivo que produz ruínas sucessivas. E propõe a “leitura” das ruínas, dos fragmentos, em suas múltiplas significações (alegorias). As ruínas são dissonantes, fragmentárias e, para Benjamin, não poderiam ser incorporadas a uma narrativa linear e totalizadora da História. Conforme explicita Olgária Matos:

As ruínas contrariam o devir abstrato do tempo, compensando a sistemática tripartição – antes, durante, depois – pela dinâmica *pas encore* (ainda não) e *jamais plus* (nunca mais). [...] Instante único, elas atestam um tempo no qual nada foi consumado e depois do qual tudo está perdido.⁴

Estas são reflexões e referenciais sugeridos por este trabalho que honrosamente prefacio.

Ao problematizar a relação entre tradição e ruínas, seu autor analisa como seu objeto – a Casa da Torre – se constituiu em elemento de investigação histórica; apresenta as suas leituras de um vasto, atualizado e diversificado rol de representações e interpretações acerca da família Garcia d'Ávila (a chamada Casa da

1 BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

2 RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. Maria da Penha Vilela Petit. . Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

3 BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: Magia, Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. **Obras Escolhidas**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

4 MATOS, Olgária. **Vestígios**: escritos de filosofia e crítica social. São Paulo: Palas Athena, 1998.p. 83.

Torre enquanto grupo familiar); identifica “a tradição associada a esses trabalhos”, seus conteúdos e o modo como essa tradição foi configurada.

Nesse percurso, importantes temas da História do Brasil Colonial são abordados, como a conquista territorial, a construção da ordem social e a civilização dos indígenas, a governança, processos em que a historiografia analisada confere centralidade heróica à nobreza da terra na dinâmica social e secundariza a atuação de outros sujeitos.

O exame da tradição se complementa pela análise da historiografia atinente à Casa da Torre em si, as ruínas da sede do Morgado, em Tatuapara, no município baiano de Mata de São João. Esse segundo roteiro sobre a tradição permite visualizarmos aspectos da arquitetura colonial, como os materiais, técnicas, estilos e evolução construtivos, as funções e usos da edificação, as polêmicas sobre a famosa Torre; e também as ações de restauração e preservação patrimonial, o imaginário construído em torno da propriedade-sede dos D’Ávila e representações sobre os “sertões” por eles desbravados.

Na sequência, o autor aborda a questão da propriedade da terra, as relações entre a ordem privada e o Estado Metropolitano, revisitando criticamente o famoso debate sobre a natureza da tessitura do sistema colonial brasileiro e as teses e autores que as interpretaram como ou feudal, ou capitalista, ou escravista. À medida em que essa questão é reexaminada, é reproblematicada por reconfigurações historiográficas acerca da conquista territorial e da formação do patrimônio dos D’Ávila. É reexaminada também a questão das relações entre os colonizadores e os indígenas, e, como o faz ao longo de toda a obra, o autor tece arguta e fundamentada crítica historiográfica, em que aponta a importância dos mamelucos no processo colonizador e, em específico, nos empreendimentos de Garcia d’Ávila, daí resultando conflitos, assim como outros

colonizadores, com os missionários catequizadores. Um último tópico completa esta parte do trabalho relativo à terra e à propriedade: a expansão da pecuária e os confrontos entre sesmeiros, posseiros e indígenas, nesse movimento inserida a Casa da Torre, e culminando na Guerra dos Bárbaros.

A última parte da obra focaliza a questão da família, estabelecendo as relações entre Casa-Família-Patrimônio relativas à Casa da Torre, em sua atuação no projeto colonizador. O autor, nestes termos, recupera historiograficamente a importância da pecuária no abastecimento colonial e na reprodução da economia exportadora, a formação dos currais nos sertões da atual região Nordeste, a escravidão indígena nesta área, a base pecuarista do patrimônio dos D’Ávila, o seu controle de amplas extensões de terras mediante um sistema de arrendamentos. E dialoga com muitos documentos e autores, analisando criticamente e refutando diversas interpretações constitutivas de uma determinada tradição historiográfica brasileira, para a qual a pecuária era um tema menor. Aponta outros negócios da Casa da Torre, como a mineração e o açúcar, e as relações entre a Casa enquanto poder privado e o Estado. Finalmente, culmina seu vasto estudo retomando a problemática da tradição, mediante considerações de ordem genealógica sobre a Casa da Torre, ampliando a interpretação sobre os vínculos entre família-propriedade-patrimônio.

A sumária apresentação deste livro apenas delinea as suas linhas gerais, o que nos parece ser o devido limite da prefaciadora, pois, se lhe cabe mostrar a importância da obra, não pode se exceder em contá-la, retirando o prazer do leitor.

Mas, ainda, alguns comentários indispensáveis. Este trabalho, originalmente defendido como Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, tem por lastro uma exaustiva, minuciosa e percuciente investigação documental e bibliográfica. Percorre desde os autores

clássicos aos contemporâneos mais recentes, equacionando tradição e inovação historiográficas. Perscruta documentos às minúcias, construindo de fragmentos interpretações criativas, reabrindo o passado em novas possibilidades de leitura.

A obra tem, principalmente, a marca da instigante capacidade reflexiva de seu autor, em constante questionamento de interpretações consagradas mas a que, por tantas vezes reproduzidas e também pelo tempo de sua produção, escapam certos ângulos de observação. Mas à sua postura crítica, não falta fundamentação e respeito, uma qualidade de Ângelo desde seus tempos de estudante universitário, que pude perceber como sua professora na Universidade Federal da Paraíba e ao longo de muitos anos de diálogos profissionais e de amizade.

O convite para escrever este Prefácio, se me tocou do ponto de vista acadêmico, pelo valor da obra que apresento, com certeza tocou nas minhas emoções pessoais de professora que constata a trajetória coerente e comprometida de seu autor, ex-aluno e hoje colega, com uma historiografia que proporciona novas e consistentes perspectivas sobre o nosso percurso histórico.

Jundiaí, SP, junho de 2015.

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

Sumário

INTRODUÇÃO	20
I TRADIÇÃO	42
1.1 A Casa da Torre: história e tradição.....	42
1.2 A tradição das ruínas.....	86
II PROPRIEDADE	120
2.1 Maior que muitos reinos	120
2.2 Índios, missionários e currais	195
2.2.1 <i>Os mamelucos e as tentativas de integração</i>	199
2.2.2 <i>Expansão da pecuária e guerra no sertão</i>	225
III FAMÍLIA	242
3.1 A economia e a consolidação do patrimônio	242
3.1.1 <i>Currais, arrendamentos e abastecimento</i>	243
3.1.2 <i>Outros negócios da Casa</i>	273
3.2 A casa e a administração colonial.....	284
3.3 As ruínas da tradição.....	309
CONCLUSÃO	346
FONTES E BIBLIOGRAFIA	359
ANEXOS	390

INTRODUÇÃO

Autores de várias épocas e distintas linhas teóricas, ao analisarem a formação da sociedade brasileira, apontaram a família como um grupo social que exerceu e exerce um papel de importância decisiva na estruturação da vida política do país desde princípios de sua formação. Mesmo análises políticas mais recentes, realizadas através de estudos historiográficos ou de reportagens veiculadas pela grande imprensa, destacam a importância de laços familiares para a estruturação de redes de poder e barganha política¹. Descontadas as diferenças de abordagens entre os diversos autores, não cabe dúvida que o vasto conjunto de escritos que têm a família como eixo principal de investigação levou à consolidação de uma área de estudos bastante importante no cenário acadêmico brasileiro.

Partindo de obras seminais como as de Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Costa Pinto até a produção historiográfica mais recente, a família, sob os seus mais diversos aspectos, tem sido investigada a partir de diferentes enfoques, gerando um rico debate que informa sobre uma das questões cruciais da formação da sociedade brasileira.

Alguns desses estudos vieram a se tornar grandes referências e fixaram traços fundamentais para a interpretação de nossa história. Diferenciando-se nas suas análises e nas suas finalidades, eles não deixaram de destacar em diferentes medidas o papel fundamental da família na conformação social e política do Brasil. O breve levantamento e citação de algumas passagens desses autores pode

nos dar uma ideia geral da importância que os mesmos atribuem à família na formação social brasileira:

Oliveira Vianna: *“herança da família luza, profundamente transformada, pelo habitat rural, pelo insulamento dos latifúndios, pela dispersão demográfica dos campos, pela necessidade, nos primeiros séculos, da solidariedade na luta, a família fazendeira, tal como nos aparece no IV século, é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo.”*²

Gilberto Freyre: *“a formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”*.³ ... *“A Família, sob a forma patriarcal, ou tutelar, tem sido no Brasil uma dessas ‘grandes forças permanentes’. Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos; e não em torno dos reis ou dos bispos, de chefes de Estado ou de chefes de Igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará completamente de ser a influência senão criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal. O personalismo brasileiro vem de sua formação patriarcal ... e dificilmente desaparecerá de qualquer de nós”*⁴.

Buarque de Holanda: *“representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da*

¹ No ANEXO I, reproduzimos algumas matérias jornalísticas divulgadas na grande imprensa sobre a importância ainda atual dos laços familiares na vida política da maioria dos estados.

² VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: História – Organização – Psicologia*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1938. p. 45. A primeira edição é de 1918.

³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. Prefácio p. LI. A primeira edição é de 1933.

⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento do Urbano*. 2 ed. 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. p. 81. A primeira edição é de 1936.

obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do estado pela família.”⁵

Nestor Duarte: “o *privatismo* característico da sociedade portuguesa veio encontrar, no meio colonial brasileiro, condições excepcionais para o fortalecimento da organização familiar, que se constitui a única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu. É mesmo o único centro de organização que essa sociedade possui ... Tipo de organização próprio a uma sociedade descontínua, a família seria no meio colonial a única forma de organização em correspondência com esse meio tão disperso.”⁶

Prado Jr.: “é o ‘clã patriarcal’ – emprego uma expressão já consagrada –, unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que, na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela de humanidade, até o último escravo e agregado que entra para a sua clientela.”⁷

Costa Pinto: “foi a família, na colônia, o núcleo onde se concentrou e o ponto para onde convergiu a vida econômica, social e política do Brasil, daí advindo traços que perduram vivos em nossa organização e caráter de sociedade e de povo.”⁸

5 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p. 50. A primeira edição é de 1936.

6 DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional: Contribuição à Sociologia Política Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1939, p.125-127.

7 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 286. A primeira edição é de 1942.

8 PINTO, Luiz de Aguiar da Costa. *Lutas de Famílias no Brasil (Introdução ao seu Estudo)*. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980. p. 27. A primeira edição é de 1946.

Antônio Cândido: “Em alguma medida pode ser dito que esta (a família patriarcal) constituiu-se na organização fundamental do período colonial, para a produção, a administração, a defesa e o status social do indivíduo dela dependente.”⁹

Além desses estudos, podemos detectar vários outros que chamam atenção para uma série de temas entrelaçados como a questão do poder privado, da influência dos grandes proprietários rurais, do coronelismo, do nepotismo, do mandonismo, entre outras práticas que permeiam a vida política brasileira em épocas diversas e que mostram um forte elemento de permanência em meio às mudanças operadas no país entre os séculos XIX e XX.

Certamente cumpre-nos adiantar que não há um consenso sobre o verdadeiro alcance do poder familiar na estruturação da política brasileira e há, por outro lado, autores, como Raymundo Faoro¹⁰ que relevam a força da iniciativa do Estado colonial português e mais tarde, após à Independência, do Estado nacional como agente central da formação da estrutura política brasileira.

Victor Nunes Leal¹¹ vê a existência do coronelismo do princípio do século XX – defendido por alguns autores como prova cabal da predominância ainda desses fortes traços do poder privado na gestão da vida política do país – como manifestação mesmo da perda de influência do poder estritamente privado na vida política do país, que deixa de se instituir como uma liderança natural e sem dever conta a poderes mais altos, devendo apropriar-se das estruturas administrativas do Estado para garantir a manutenção

9 SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. The Brazilian Family. IN: SMITH, T. Lynn e MARCHANT, Alexander. *Brazil: Portrait of a half continent*. New York: Driden Press, 1951. p. 303. Tradução nossa.

10 FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 2 vols. 9 ed. São Paulo: Globo, 1991. A primeira edição é de 1957.

11 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. 1ª ed em 1949.

desse poder. Derivados da grande propriedade territorial e do controle da vida econômica das localidades, os poderes privados dos grandes fazendeiros se exacerbavam no período colonial, mas a lenta consolidação das instituições do Estado levaram à perda de força desse poder privado, que foi obrigado a recuar das suas posições particulares de mando e passou a disputar o controle da máquina estatal como alternativa de manter o poder. O coronelismo representaria assim uma tentativa de preservação do poder de um grupo através do controle da máquina estatal: “A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos ‘coronéis’, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extra-oficialmente, grande número das funções do Estado em relação aos seus dependentes.”¹².

Nesse sentido, como alternativa ao declínio de seu poder de comando mais direto da vida econômica das suas respectivas localidades, os coronéis passaram a disputar acirradamente o controle dos órgãos da administração local, tendo, então, que submeter-se às regras institucionalizadas pelo Estado, abrindo mão de algumas de suas prerrogativas estritamente particulares. A decadência do poder econômico agrário – representado pelos coronéis – encontraria seu sucedâneo no fortalecimento do poder político ou na busca de alternativas de modernização por alguns segmentos:

*na medida em que se fragmenta e dilui a influência ‘natural’ dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local.*¹³

Voltando às breves citações iniciais dos estudos de Oliveira Vianna e Antônio Cândido, publicados entre 1918 e 1951, podemos

12 Idem. p. 42.

13 Idem. p. 255.

perceber que se afirmaram, no âmbito da historiografia, muitas das características que se cristalizaram num quadro da família patriarcal como importante agente de construção da sociedade brasileira (Nunes Leal teria mais proximidade a esse quadro, do qual Faoro se afastaria). É fundamental salientar que esses mesmos estudos não podem ser reduzidos a um quadro homogêneo, uma vez que se verifica entre eles um debate bastante acirrado quanto às constatações e objetivos de cada um.

Por outro lado, podemos notar um traço em comum entre eles, já que cada um, em diferente medida, analisou a constituição da família brasileira (e a família patriarcal especialmente) como um espaço privilegiado de estruturação de relações de poder que deixaram, longamente, sua marca na organização política do Brasil. É interessante perceber que, durante essas décadas (grosso modo de 20 a 50), a sociedade brasileira se debateu com importantes impasses que exigiram uma reestruturação do Estado, colocando-se na ordem do dia questões como as relações entre a ordem pública e a privada, o coronelismo, a centralização política, a legislação do trabalho e a reordenação de formas de controle social. Certamente, em tal contexto, a discussão sobre o papel e o alcance da ação do Estado e sua relação com a sociedade (e a família, considerada um componente fundamental dessa sociedade) é de grande importância, uma vez que se debate em última instância a própria estruturação do país. Essas mudanças provocaram importantes debates nos quais os autores por nós citados (além de diversos outros que não tivemos ocasião de tratar aqui) estiveram inseridos e que perfilaram um amplo espaço de discussões ainda presentes na vida intelectual brasileira, que se volta para muitos desses mesmos autores como referências essenciais para a discussão dos dilemas da atualidade.

Voltando-se para a análise das famílias patriarcais, principalmente no período colonial, esses autores procuraram de diferentes formas entender a tessitura básica que ligaria a sociedade

brasileira. Seja condenando, em certa medida, alguns aspectos desse passado patriarcal e propondo a sua superação (Buarque de Holanda), seja valorizando-o e ressaltando os traços a serem preservados (Freyre), esses autores exerceram uma duradoura influência na conformação de um quadro da família patriarcal, centro de gravidade da sociedade colonial e responsável por uma série de limites à ação do poder público e às relações impessoais, características de uma sociedade moderna.

Seja como for, a historiografia produzida posteriormente sobre a questão conseguiu identificar a partir desse conjunto de obras uma espécie de “modelo consagrado” de família patriarcal, que precisava ser revisto pela pesquisa mais acurada da sociedade colonial em sua variação, em seus desvios. O “modelo consagrado” teria como principais características a preeminência absoluta e incontestada do poder do patriarca (chefe de importante família) sobre um amplo conjunto de dependentes que englobava desde a família nuclear (esposa, filhos, genros, noras e netos), passando pela família extensa (uma série de parentes de variados graus, muitas vezes, morando junto à família do patriarca), até uma ampla rede de dependentes, agregados, escravos, entre outros. Ao mesmo tempo, esse patriarca, junto com outros patriarcas semelhantes, reunia em suas mãos o controle da grande propriedade rural e da vida política local, constituindo-se numa espécie de pequeno régulo sempre às turras com o poder da Estado. Certamente um quadro tão simplificado, como o aqui apresentado, não permite apresentar a complexidade das análises realizadas por autores tão distintos, nem permite ver os pontos de discordância entre suas obras, mas esse quadro apareceu como uma espécie de “síntese” formulada por importantes autores que se dedicaram à análise da família a partir da década de 1970.

Buscando fugir desses modelos consagrados da família patriarcal desenvolvidos desde o século XIX pela historiografia

brasileira, muitas das pesquisas mais recentes exploram de forma mais ampla os diversos aspectos da formação da família brasileira, procurando destacar a importância dos grupos familiares não diretamente vinculados a esse núcleo patriarcal, tais como as famílias de agregados ou de escravos, revelando um universo bem mais complexo que o preconizado pelo modelo patriarcal.¹⁴

O próprio conteúdo do mundo patriarcal tem sido devassado em maior profundidade, deixando entrever um quadro mais variado que o anteriormente sugerido, escapando de certa rigidez do “modelo consagrado” chamando a atenção para o papel das mulheres, a moral patriarcal, as práticas religiosas, a sexualidade, entre outras questões.

Alguns estudos de crucial importância para o estudo atual da família¹⁵ têm investido contra o aparente exclusivismo atribuído à família patriarcal pela historiografia tradicional, dominando de seus casarões o cenário social do Brasil ao longo de sua história. Esses estudos têm buscado reavaliar esse passado sob novas lentes, trazendo para o foco o que antes era considerado irrelevante ou secundário. Há uma tendência predominante em buscar levantar elementos que contradigam o modelo consagrado de família

14 Veja-se, no meio de uma vasta produção, a título de exemplo, sobre a família de agregados o estudo de SAMARA, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itú (1780-1830)*. São Paulo: Mestrado em História da FFLCH-USP, 1975. Sobre a família escrava, veja-se FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 e SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. 4 v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997/98. Veja-se um amplo levantamento bibliográfico em SAMARA, Eni de Mesquita. *A História da Família no Brasil*. *Revista Brasileira de História*. vol. 9, nº 17 (*Família e Grupos de Convívio*). São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 88/fev. 89. TORRES-LODOÑO, Fernando. *A Outra Família: Concubinato, Igreja e Escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola/Pós-Graduação em História Social USP, 1999.

15 Entre esses estudos destacaria os de CORRÊA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. IN: *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982 e SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

patriarcal, questionando sua dominância sob o conjunto da vida social. As pesquisas mais recentes procuram investigar com maior ênfase os modelos não-patriarcais de família, o papel dos setores marginalizados da população, a participação das mulheres, as famílias escravas, entre outras questões que parecem minar o sólido esquema de explicação patriarcal que dominou, até recentemente, a historiografia brasileira.

Cabe aqui salientar que essa busca de novos parâmetros de investigação está ligada à percepção das rápidas transformações atravessadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas do século XX e pela emergência mais nítida das classes populares no cenário da política. Enquanto a historiografia predominante até os anos 70 se debruçava, de forma privilegiada, sobre o entendimento da sociedade brasileira a partir dos grupos detentores do poder e viam as classes populares ou os escravos geralmente como meros pacientes da ação desses mesmos detentores do poder, a historiografia mais recente – inserida numa sociedade onde se tornava cada vez mais evidente a participação ativa e a visibilidade desses setores populares na determinação dos destinos da sociedade brasileira, além do tensionamento de novos campos de conflito que se estabeleciam (o feminismo, os movimentos de afirmação étnica e de diversidade sexual, entre outros) – não poderia entender esses mesmos setores no passado como meros pacientes da História, seria preciso resgatar o sentido de suas lutas, a sua condição de agentes de diversas histórias marcadas pela pluralidade.

Portanto, a historiografia formulada após os anos 1970 passou a esquadrihar o passado de novas formas, buscando valorizar novas abordagens e novas fontes que permitissem a visualização da condição ativa desses mesmos grupos que se mostravam tão ativos na contemporaneidade. Seria necessário superar os quadros estreitos da historiografia marcada pelos parâmetros do Estado e dos grupos dominantes (denominada de historiografia tradicional) e buscar

construir um novo quadro mais complexo que desse conta dessa nova ordem de coisas. Essa busca para diversos estudiosos consistiu na revelação de novos atores da história (mulheres, escravos, crianças e todos os grupos marginalizados pelo poder) e estabelecer novas abordagens para esses novos objetos de investigação.

Se esses novos parâmetros de investigação possibilitaram a superação de um quadro mais estreito de discussão, por outro lado, trouxeram junto o risco do esquecimento de algumas problemáticas que não podem ser abandonadas. Se não se pretende construir uma historiografia balizada pelo poder, por outro lado não se pode ignorar o poder como elemento constitutivo desse novo quadro, é necessário inserir sua discussão num universo mais complexo de práticas sociais, que engloba as mais diversas manifestações da constituição da vida social. Em um capítulo de estudo sobre a Inquisição e a moral sexual na Colônia, Vainfas¹⁶ levanta uma consideração, ao nosso ver, significativa sobre as controvérsias que dizem respeito ao lugar da família patriarcal na formação da sociedade brasileira. Buscando fazer um breve balanço desses posicionamentos, o autor indica uma tendência dos novos estudos em questionarem esse papel predominante da família patriarcal através de dois eixos básicos e não excludentes, que são o do estudo da estrutura populacional, familiar e domiciliária, através da revelação da importância das famílias nucleares no conjunto da população (nesse caso, as famílias extensas seriam casos de exceção) e também o das pesquisas que negam ou relativizam a sujeição das mulheres na sociedade colonial (contradizendo o lugar exclusivo do patriarca como controlador da vida de seus familiares e dependentes). Nesse balanço, parece-nos oportuno o questionamento levantado pelo autor sobre como

16 VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

a historiografia mais recente vê o chamado modelo consagrado, nesse questionamento Vainfas afirma que

nenhum exclusivismo, portanto, se conferiu à família patriarcal na colônia; nenhuma ênfase, repitamo-lo, foi dada ao número de moradores em cada domicílio, mas tão-somente acentuaram-se as estruturas de poder que norteavam a vida social da Colônia, historicamente ligadas à escravidão, à prepotência senhorial e às tradições culturais ibéricas.¹⁷

Essas considerações acima nos parecem valiosas porque chamam atenção para o decisivo aspecto da íntima vinculação entre o **poder familiar** e as **estruturas de poder** que nortearam boa parte da formação histórica da sociedade brasileira e que até hoje deixam marcas evidentes no universo das práticas e representações da política no Brasil. Essa vinculação, já estudada sob os mais diversos aspectos, por inúmeros autores, será objeto de discussão no decorrer de nosso trabalho. Cabem aqui algumas considerações preliminares: em primeiro lugar, talvez um elemento decisivo para explicar esse questionamento ao chamado modelo consagrado seja o fato de que parte significativa desses trabalhos mais recentes se voltam para a segunda metade do século XVIII e o século XIX, quando essa ordem patriarcal enfrenta processos importantes de mudanças, sendo substituída por novas formas de ordenação social e pela construção do Estado nacional durante o Império; em segundo lugar, muitos dos atuais estudos criticam o modelo consagrado por uma suposta ligação direta entre família patriarcal e família extensa, buscando na pesquisa mais detalhada a existência de inúmeras famílias patriarcais não-extensas. Talvez a historiografia que definiu o que se chama de modelo consagrado, não pensasse a

família patriarcal em função da extensão de seu tamanho, mas da extensão de seu poder.

Certamente, os novos estudos sobre a família estão corretos em um sentido preciso, quando afirmam que a família patriarcal não é o modelo predominante de organização familiar. Várias pesquisas recentes sobre aspectos diversos da família demonstram largamente as tentativas das autoridades e do Santo Ofício em “enquadrarem” e disciplinarem diversas formas de união irregulares, de acordo como os padrões morais e religiosos vigentes.¹⁸ Entretanto, se a família patriarcal não é padrão de conduta e não serve como modelo de organização familiar, ela predomina no plano político e, nesse sentido, os estudos sobre sua constituição e estratégias de mando não podem ser abandonados, sob pena de perdermos um importante elemento para a compreensão da estruturação política na Colônia e de boa parte da história do Estado nacional. As famílias consideradas irregulares, desviantes e marginais estavam, em suma, submetidas, em larga medida, ao poder de mando das famílias patriarcais.

Nosso estudo, inicialmente, se destinava a investigar uma questão bem diferente, o processo de expansão do território brasileiro no período colonial, buscando entender os elementos que contribuíram para a explicação de nossa vastidão territorial. Esse estudo buscava entender os aspectos geopolíticos envolvidos no processo de expansão territorial, o papel do chamado bandeirismo, os conflitos referentes à definição das fronteiras, a definição dos significados de sertão como conceito decisivo para o processo de interiorização da conquista e o papel da resistência indígena no avanço da colonização.

17 IDEM. p. 110. Grifo nosso.

18 Veja-se FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Nas leituras de diversos trabalhos sobre a questão da expansão atentávamos, entre outros, para dois aspectos: o primeiro era o do profundo papel ideológico do discurso da “expansão” territorial, não por acaso tema de grande predileção de militares e de diplomatas, o segundo, bem mais restrito, era o de que, sempre que se situava a questão da expansão da conquista e da colonização no sertão nordestino, os estudos destacavam o papel da pecuária e de grandes conquistadores, entre os quais se destacava a família Ávila, que constituiu a famosa Casa da Torre, entre os séculos XVI e XIX, a partir da chegada do primeiro Garcia d’Ávila (c.1528-1609)¹⁹, em 1549 junto com Tomé de Sousa.

Nossa atenção se fixou paulatinamente na Casa da Torre, apontada por parte significativa da historiografia como pioneira e grande empreendedora da conquista dos sertões nordestinos, da Bahia ao Piauí, e que se prestava como símbolo privilegiado para a construção do enredo épico do bandeirismo nordestino e baiano em particular, responsável pela dilatação das fronteiras da colônia e pela integração econômica de um vasto território pelos seus currais, que iriam compor o “corpo” físico da futura nação. As diversas narrativas sobre a extensão de seus domínios falam em propriedades que ultrapassam o território de muitos reinos europeus, inclusive Portugal. Por outro lado os Garcia d’Ávila também compunham à perfeição o modelo da família patriarcal destacado como alicerce fundamental de construção da sociedade brasileira por boa parte da historiografia dita tradicional²⁰ e mesmo a historiografia mais inovadora.

19 Durante as gerações da família, os nomes Garcia d’Ávila e Francisco Dias d’Ávila se repetem várias vezes, optamos por isso em seguir o uso corrente em estudos anteriores, de numerar ordinalmente os membros da família Ávila com nomes repetidos em diferentes gerações.

20 Seria importante uma discussão mais acurada e sistemática sobre o que realmente signifique a historiografia “tradicional” brasileira. Há uma razoável controvérsia quanto ao seu significado. Para efeito imediato, e insatisfatório, definiremos

Conquista e integração do território e símbolo do patriarcalismo, essa junção era extremamente significativa como objeto de questionamento, principalmente quando começamos a direcionar as nossas leituras especificamente para a família Garcia d’Ávila, levantando um razoável acervo de textos produzidos ao longo de décadas sobre o importante papel dessa família.²¹ De maneira geral, essa historiografia destaca o pioneirismo dos Ávila e de alguns conquistadores associados que protagonizaram páginas de heroísmo na construção da história nacional. Sua ação permitiu a integração e “civilização” da vasta área sertaneja do nordeste (“lugar de barbárie e atraso”) ao processo de expansão da Colônia, a sua opulência ilustrou, à excelência, o modelo da Casa fidalga, base sólida das mais caras tradições nacionais.

Algumas questões paulatinamente foram surgindo no nosso horizonte: em primeiro lugar, percebemos que existe a produção do discurso de um *grande vazío* (alguns significados de sertão, inclusive, se associam à ideia de deserto, lugar ermo e distante da civilização) quando essa historiografia se refere ao território objeto da conquista. As populações locais são, quando muito, obstáculos tenazes para

essa historiografia tradicional como aquela que se vincula diretamente à ideia de construção da nacionalidade, desenvolvida desde a criação do IHGB e dos seus congêneres estaduais, que balizaram desde o século XIX até pelo menos o surgimento da pesquisa universitária de história no país, o conceito de história e os temas privilegiados de investigação. No entanto, há inúmeras definições e periodizações para a chamada história tradicional, sendo importante salientar que a mesma continua sendo praticada em diferentes instituições e por pesquisadores individuais.

21 A historiografia baiana dá grande destaque ao papel dos Ávila, com diversos livros e textos publicados, seja especificamente sobre a história e a genealogia da família, seja sobre a pecuária no sertão nordestino, ou ainda sobre a impressionante construção do Castelo da Torre, cujas ruínas ainda existem na Praia do Forte (antiga Tatuapara) ao norte de Salvador e têm importante papel na construção de um verdadeiro imaginário local. De imediato destacaremos como obra fundamental CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de Pioneiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, com 2ª edição pela mesma editora (1958) e 3ª edição, revista, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (1983).

o avanço da história da conquista ou vítimas passivas do processo de expansão, os que sobrevivem são simplesmente absorvidos pela civilização nascente (no dizer de Capistrano de Abreu, uma *Civilização do Couro*), os demais são listados em repertórios de povos extintos no trágico caminho da civilização.

Em segundo lugar, a explicação dos fundamentos do poder das grandes famílias exclusivamente pela propriedade de vastos domínios territoriais obscurece, de certa forma, os significados mais específicos das tramas de poder econômico e político que se constroem no processo de conquista. A ideia de vastos feudos, maiores que muitos reinos europeus, é bastante atrativa, mas não permite o entendimento adequado dos mecanismos de poder inerentes a essa formação social.

A terceira questão nos remete à consolidação de um sentido épico construído por uma historiografia, que procurava preservar os fundamentos das tradicionais bases de poder familiar no contexto de construção e reordenação do Estado nacional brasileiro, desde a Independência até meados do século XX, quando se verificaram profundas modificações na sociedade e nação que se estabeleciam e que alteraram drasticamente os tradicionais arranjos de poder, exigindo uma adaptação constante das instituições e grupos às novas condições surgidas nessa mesma sociedade. Essas questões principais se desdobraram em outras mais específicas que, ao nosso ver, exigem uma pesquisa mais cuidadosa, que procuramos aprofundar ao longo do trabalho.

Nosso trabalho partiu, então, da investigação da questão da expansão territorial e chegou à das relações entre família, poder e controle do território na formação social brasileira e talvez os Ávila ilustrem de forma bastante exemplar a convergência desses aspectos aparentemente distintos. O aprofundamento do estudo sobre a problemática apontada nos leva a pensar que tanto a questão da expansão territorial quanto a do poder familiar precisam ser revistos

em seus fundamentos. A investigação da trajetória dos Ávila poderá nos dar a oportunidade de revisitar esses dois aspectos, tentando entender seus limites e procurando, também, entender o processo de renovação dos estudos dessas questões, discutindo a pertinência dos novos questionamentos levantados na contestação às leituras tradicionais, particularmente no que diz respeito à família patriarcal.

Na primeira parte, procuramos identificar a transformação da Casa da Torre em objeto de investigação histórica e discutir os principais autores que se dedicaram à questão, estabelecendo os distintos quadros de análise que se estabeleceram a partir de suas obras. Num segundo momento nos voltamos para a questão da construção de uma tradição associada a esses trabalhos; o significado dessa tradição e a maneira como ela se constituiu, será objeto de discussão e, a partir dela, colocamos as diversas questões que se apresentaram ao longo do trabalho e que foram objeto de uma síntese na sua conclusão.

Na segunda parte, procuramos situar os Ávila nos marcos do processo de expansão territorial da colonização, buscando ver os fundamentos do mesmo. Para tal, recorreremos a autores que traçaram importantes obras sobre a expansão territorial da colonização portuguesa na América, procurando perceber seus aspectos ideológicos, a permanência de seus marcos teóricos na produção historiográfica mais recente e as renovações de perspectiva de análise que procuram explorar mais a fundo as relações entre a expansão territorial e o quadro político e econômico a ela relacionado. Certamente, surgem aí uma série de questões específicas na trajetória dos Ávila, como as relações entre a expansão de suas propriedades e sua influência política junto às autoridades coloniais, a oposição entre a Casa da Torre e diversas ordens religiosas pela administração dos índios, os fundamentos econômicos da pecuária e de outros empreendimentos da família e seu significado no contexto da economia colonial.

Na terceira parte, buscamos entender o papel efetivo desempenhado pela Casa da Torre, tentando identificar em que medida sua trajetória correspondeu ao modelo consagrado de família patriarcal e em que o seu estudo implica na revisão do mesmo modelo e na adesão a novas formulações sobre o papel da família na formação social brasileira. Certamente aqui exploramos em mais detalhes as diversas vinculações políticas da Casa do Torre com o Estado colonial, buscando entender melhor a importância das diversas patentes militares, mercês e cargos obtidos por membros da família ao longo das várias gerações da família. Também torna-se importante a análise mais acurada de questões como os casamentos na montagem das redes de poder da família e as questões relativas ao direito de sucessão na manutenção e concentração desse mesmo poder. Aí torna-se central a discussão sobre o efetivo papel da instituição do morgado na afirmação do poder de algumas famílias que adotaram tal sistema de sucessão.

Ainda, buscamos realizar um balanço que nos permita ver, em melhor medida, questões como a ideologia da expansão territorial do Brasil e sua permanência no âmbito da produção intelectual, além do real alcance do poder familiar, sua possível permanência na vida política brasileira. No plano propriamente específico da historiografia sobre a família, buscaremos trazer uma contribuição no sentido de analisarmos o alcance e a pertinência das críticas ao chamado modelo consagrado sobre a família patriarcal.

Três outros questionamentos preliminares ainda se impuseram às nossas considerações: primeiramente há a necessidade de explicar o porquê de não estar indicada claramente uma periodização no nosso trabalho. A princípio poder-se-ia pensar que, não fixando datas precisas e falando em uma duração de três séculos – desde meados do século XVI, com a chegada do primeiro Garcia d'Ávila ao Brasil, até a dispersão do Patrimônio da Casa da Torre, em meados do século XIX –, pretendemos fazer uma

história geral da Casa da Torre, mas um estudo de tal porte já foi feito por outros autores, tendo como destaque os livros de Pedro Calmon e o recente de Moniz Bandeira.²² O que nos interessa, particularmente, é acompanhar como a Casa da Torre, convertida em objeto historiográfico, veio a tornar-se num importante marco do discurso do patriarcalismo e da expansão territorial, cumprindo um importante papel de legitimador de uma ideologia fortemente presente na produção historiográfica brasileira.

Em segundo lugar, pode parecer um tema demasiadamente estudado o de uma família integrante dos mais altos círculos de poder do Brasil colonial, afastando-se de uma tendência mais atual de buscar compreender o processo histórico a partir da ótica dos vencidos, enfocando principalmente os diversos aspectos da resistência oferecida pelos diversos grupos subalternos da sociedade colonial contra seus dominadores. Entendo que é fundamental o estudo da história através do destaque dos processos de resistência que os grupos socialmente subalternos oferecem em diversos contextos aos processos de sujeição, mas não é possível entender a própria resistência sem entender sua dimensão oposta, a *dominação*. E, sem atentarmos para essa relação dialética, poderemos correr o risco de anularmos importantes aspectos para a compreensão de nossa formação social. Talvez sejam pertinentes aqui as excusas que Evaldo Cabral de Mello solicita de seus leitores, em seu clássico estudo sobre fraudes genealógicas envolvendo famílias da elite pernambucana, em finais do século XVII e início do século XVIII, quando justifica

22 O estudo de Pedro Calmon se transformou na grande referência sobre a Casa da Torre, mais recentemente foram lançados os livros de BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, de DÓRIA, Francisco Antônio. *Caramuru e Catarina: Lendas e Narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. São Paulo: SENAC, 2000 e de HOLANDA, Gastão de. *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.

*sua opção por um estudo que, transgressão indesculpável para muita gente, ocupa-se não das classes dominadas mas das dominantes, cuja análise detida, sobretudo no seu recrutamento e composição, parece-lhe indispensável à compreensão da nossa história colonial.*²³

Por fim, cabe uma ligeira exposição sobre a situação da documentação da e sobre a Casa da Torre. Há uma considerável documentação esparsa, manuscrita ou impressa (há vários documentos reproduzidos em publicações especializadas), além do mais os vários trabalhos sobre a Casa da Torre apresentam alguns documentos em anexos de grande importância. Em Arquivos como o Público da Bahia ou o Nacional há correspondências trocadas entre a Casa e diversas instâncias da administração colonial e metropolitana, petições, registros de sesmarias, reclamações dirigidas às autoridades, demandas judiciais, menções à Casa da Torre em documentos de Ordens Religiosas e autoridades, entre outras. A documentação produzida pela própria Casa da Torre é, geralmente, uma documentação referente a assuntos de ordem pública, como assuntos ligados à propriedade de terras e questões políticas.

Há, no entanto, uma carência de documentação sobre assuntos propriamente privados – assuntos de família. Em alguns poucos momentos, podemos entrever quem eram, de fato, aquelas pessoas, quais as suas motivações individuais, suas crenças e visões de mundo. Como terão se sentido Leonor Pereira (? - 1686)²⁴ e Catarina

23 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13.

24 As datas-limite de nascimento e falecimento serão usadas na primeira citação de cada integrante da família. Os principais estudos genealógicos que incluem importantes levantamentos sobre a Casa da Torre, são os do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, de finais do século XVIII (organizados por Affonso Costa em 1947 e por Pedro Calmon, com Notas, em 1985), o já citado *Os Herdeiros do*

Fogaça (1643-1704) quando sua neta e filha, respectivamente, Isabel d'Ávila (1662-1704) fugiu aos 15 anos de idade com Manuel Pais da Costa (? - ?) em 1678 e foi deserdada pela família poucos anos depois?²⁵ Qual o grau de aceitação do 1º Francisco Dias d'Ávila, um mameluco rico, pelas principais famílias baianas do início do século XVII? O próprio Garcia d'Ávila, fundador da família, pouco o conhecemos, para além de notícias esparsas que um ou outro documento deixa entrever, em situações como a de um português que poderia exagerar certos aspectos da vida cotidiana nos trópicos, tal como na ocasião em que descreveu a Gabriel Soares de Sousa um incidente no qual

*junto ao curral de Garcia de Ávila, na Bahia, andavam duas cobras que lhe matavam e comiam as vacas, o qual afirmou que adiante dele lhe saíra um dia uma, que remeteu a um touro, e que lho levou para dentro de uma lagoa; a que acudiu um grande lebréu, ao qual a cobra arremeteu e engoliu logo; e não pode levar o touro para baixo pelo impedimento que lhe tinha feito o lebréu; o qual touro saiu acima da água depois de afogado; e afirmou que neste mesmo lugar mataram seus vaqueiros outra cobra que tinha noventa e três palmos, e pesava mais de oito arrobas.*²⁶

Poder, de Francisco Antônio Dória, além da genealogia feita por Moniz Bandeira. A partir dessas informações e de mais outras que acrescentamos, elaboramos, com ajuda decisiva do genealogista Paulo Valadares, uma árvore genealógica que está reproduzida em ENCARTÉ. Acrescentamos, ainda, em outros Anexos reproduções de mapas, matérias jornalísticas e sites da internet que serão devidamente referenciadas nas diversas partes do nosso trabalho.

25 Essa questão foi aprofundada por nós num artigo intitulado A fuga de Isabel: casamento e herança numa família patriarcal, a ser publicado em breve em coletânea organizada por Fernando Tadeu Miranda Borges. Versão bastante resumida do mesmo artigo foi publicada nos Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Natal, em Setembro de 2008.

26 SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5 ed. São Paulo:

Em texto de grande interesse, Evaldo Cabral de Mello chama atenção para a escassez de documentos tais como diários, que dão elementos para que possamos conhecer a vida mais íntima e pessoal antes do século XIX²⁷. Certamente o conhecimento mais íntimo dessas pessoas poderia tornar mais claras uma série de questões, mas se havia alguma documentação desse teor, em acervo na própria Casa da Torre, provavelmente está perdida em definitivo depois do abandono da sede e sua ruína e, portanto, talvez nunca cheguemos tão próximo dessas pessoas e devemos ter maior cuidado ainda em não cometermos o pecado do anacronismo, esperando delas o comportamento próprio de alguém do fim do século XX. Alguns de seus valores, de suas crenças e de suas visões de mundo estão, talvez, definitivamente perdidos para nós.

Ainda sobre a documentação, cabe uma consideração, ao nosso ver, da maior relevância: como a documentação existente é, em sua maior parte, produzida pela Casa da Torre, por autoridades diversas ou por Ordens religiosas, é difícil encontrar registros diretamente produzidos pelas populações subjugadas no avanço da conquista; sejam índios, escravos, foreiros ou posseiros que, se deixaram registros escritos, esses registros são fragmentários e muito raros. Na maior parte das vezes, só encontramos testemunhos sobre essas populações em relatos elaborados por colonos, o que implica que devemos ter cuidado em considerar as inevitáveis distorções apresentadas por esses testemunhos. É possível, entretanto, obtermos “rastros” dessas populações mesmo na documentação produzida pelo colonizador. Certamente, se queremos mudar a ótica para a qual olhamos o processo de penetração e conquista colonial das terras

Nacional; Brasília: INL, 1987. pg. 259. Lebréu é uma espécie de cão galgo, amestrado na caça de lebres.

27 MELLO, Evaldo Cabral de. O Fim das Casas-Grandes. IN: NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

correspondentes ao sertão nordestino, devemos caminhar sempre atentos para esse aspecto decisivo, caso contrário, nos limitaremos a reproduzir, mais uma vez, as assertivas que vêm nessa conquista uma obra épica que procura reduzir todo um complexo processo social à ação de alguns poucos heróis construídos pela tradição.

Uma breve consideração deve ser feita em relação ao anacronismo do termo nordeste colonial adotado no subtítulo desse trabalho. Certamente o uso dessa terminologia não acompanha os distintos processos de definição dos recortes regionais, ao longo dos séculos, e acaba por assumir uma definição estabelecida ao longo do século XX. Sobre isso, em diversas ocasiões pensamos em adotar termos como Capitânicas do Norte ou similares, mas cada um deles trazia novos problemas de definição. Assim, adotamos o termo nordeste sem a devida definição rigorosa do mesmo, uma vez que as ações sistemáticas ou pontuais da Casa da Torre englobaram territórios que se constituíram em distintas definições regionais em diferentes épocas. Nesse sentido, deixamos essa consideração registrada.

Cabe aqui, por fim, uma rápida observação sobre a transcrição que realizamos dos documentos, sejam eles manuscritos ou impressos. Resolvemos transcrevê-los tal e qual estavam, na versão por nós consultada; assim, alguns apresentam atualização ortográfica realizada por diversos autores que os transcreveram anteriormente, outros apresentam a sua redação original. A opção de nossa parte pela não atualização se deveu à escolha da preservação da forma original da escrita (que teríamos mantido se tivéssemos acesso a todas as fontes originais), que, ao nosso ver, resgata um elemento de percepção da própria transformação da língua portuguesa ao longo desses séculos. Como o texto que deu origem ao livro foi elaborado antes do recente acordo ortográfico, à exceção de pequenas inserções, correções e revisões, não foram englobadas as modificações adotadas pelas novas medidas.

I TRADIÇÃO

1.1 A CASA DA TORRE: HISTÓRIA E TRADIÇÃO

“TRADIÇÃO. Doutrina, ou outra cousa, que se sabe de pays em filhos, & foy communicada de viva voz, ou por escrito, como são alguas leys, historias, & outras notícias successivas, que passão de Era em Era”.¹

Em 1939, o renomado historiador baiano Pedro Calmon lançou na importante Coleção Documentos Brasileiros, da Editora José Olympio² o livro *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros* que, ao longo da vida do autor, ganhou mais duas edições (em 1958 e 1983) e se tornou uma referência fundamental para os estudos acerca da conquista e colonização das regiões que hoje compõem parte substancial do hoje chamado sertão nordestino. Baseado no levantamento de amplas e ricas fontes documentais, o autor desenvolveu importantes investigações acerca de uma família patriarcal envolvida na conquista de grandes parcelas dos atuais territórios baiano e nordestino, nas guerras entre os colonos de

1 BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU., v. 8, MDCCXXI. p. 233.

2 A Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Gilberto Freyre e por Octávio Tarquínio de Souza, lançou, entre as décadas de 1930 e 1960, algumas das mais importantes obras da historiografia da época, como *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda), *Sobrados e Mocambos* (Gilberto Freyre), entre outros. Junto com a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, foram as duas principais e mais prestigiosas coleções da época, voltadas para a publicação de livros de história.

origem portuguesa, indígenas e outros europeus e na pecuária desenvolvida na vasta região que tinha o rio São Francisco como ponto central.

Em sua apresentação, Calmon defendeu a necessidade de uma investigação mais rigorosa e profunda sobre o papel desempenhado por importantes famílias no período colonial brasileiro e perguntava-se, inclusive, porque, até então, tal projeto não se tinha tornado efetivo. Já na epígrafe dessa primeira edição, repetida nas duas edições subsequentes, reproduziu essa indagação feita por Capistrano de Abreu: “*Por que ainda não foi escrita a história da Casa da Torre, que começa com Thomé de Souza e atravessa por todo o tempo colonial?* (Gazeta de Notícias, 21 de Novembro de 1882)”.³ Disposto a realizar esse projeto, Calmon já tinha apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1931, uma primeira versão de suas pesquisas sobre a Casa da Torre, que obteve um Parecer favorável da Instituição, que corroborava as observações de Capistrano sobre a existência dessa imperdoável lacuna.

Entretanto, a obra de Calmon, apesar de ser a primeira que tomava como objeto central a Casa da Torre, não era a primeira que abordava a sua importância e diversos livros publicados antes de 1939 continham capítulos ou longos trechos nos quais era destacada a sua grande significação como conquistadores de território, importantes criadores de gado e modelo de casa patriarcal. Os mais diversos historiadores que se detiveram na investigação de importantes aspectos da conquista dos sertões do nordeste, (particularmente a área do Rio São Francisco) atribuíram, invariavelmente, à Casa da Torre o papel de protagonistas desse longo processo.

Alguns textos sobre a Casa da Torre, em especial sobre o imponente solar de Tatuapara, foram publicados esparsamente em jornais, em Revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e

3 CALMON, Pedro. op. cit. Epígrafe em página não numerada no início da obra.

em outras publicações similares. Em geral, esses textos colocavam alguns dados gerais sobre a família, sua importante participação na conquista do sertão e a construção de Tatuapara (atual Praia do Forte, município de Mata de São João, ao norte de Salvador) como marco de um passado a ser conhecido e preservado. Quase todos esses textos reclamavam a necessidade de uma pesquisa mais acurada sobre o papel da Casa da Torre na construção da nacionalidade e, se não elaboravam uma história de maior fôlego de pesquisa, contribuíram para difundir sua fama histórica como importantes heróis do passado baiano e brasileiro.

O primeiro livro que abordou mais detidamente a Casa da Torre foi o de Francisco Borges de Barros, antigo Diretor do Arquivo Público da Bahia, *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*, publicado em 1919⁴. O livro, na verdade, é uma coletânea de textos e reprodução de documentos sobre o papel dos bandeirantes baianos na conquista do sertão nordestino, onde os Ávila ocupam posição central. Borges de Barros, na verdade, não elaborou uma história sistemática da Casa da Torre, mas escreveu alguns textos, talvez preparatórios para uma obra de maior densidade, a ser elaborada mais tarde, por ele ou por outro historiador. Num dos textos do livro, em que faz um apanhado histórico sobre o Castelo da Torre, Borges de Barros indica *que*

*São lendas e tradições que atravessando os séculos, reclamam o pulso de escriptor que as revigore no romance e na epopéia. Digno do mais acurado estudo é – esse velho baluarte, como também o é – o de sua conservação como um dos maiores monumentos deixados pelos nossos antepassados.*⁵

4 BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919. _

5 Idem. p. 53.

Muito embora não tivesse elaborado um livro sistemático sobre a Casa da Torre, Borges de Barros contribuiu para divulgar importantes documentos e divulgar ainda mais a fama da Casa da Torre como conquistadora dos sertões do nordeste.

É importante lembrar que, no contexto de fins do século XIX e primeiras décadas do XX, o Brasil atravessa importantes transformações de ordem econômica, social e cultural, que reclamam um novo arranjo institucional do Estado nacional. Além da emergência da República, o Federalismo se apresenta como um desafio, pois visava garantir a unidade nacional em meio às grandes disparidades regionais e locais. Isso implicou em fontes de constantes atritos políticos entre os representantes dos diversos estados e regiões e demandou a utilização de todas as formas possíveis de defesa de posições na construção do complexo ‘pacto federativo’. À aparente estagnação ou retração econômica de algumas regiões, correspondia a arrancada de outras como centros hegemônicos e, para tanto, se definiram diversos planos de conflitos, entre os quais a historiografia se tornou parte integrante. Além da criação de uma ‘história nacional’, se tornava urgente a elaboração de várias ‘histórias locais’, que definissem a posição de cada Estado e de cada região na construção do país.

Nesse contexto, está no auge a difusão do símbolo do bandeirante paulista como grande conquistador do território brasileiro. A difusão desse símbolo corresponde, em larga medida, ao processo no qual o Estado de São Paulo atinge uma proeminência econômica no cenário brasileiro e procura legitimar essa mesma proeminência com a construção de uma história que atribua uma maior importância à participação paulista no passado brasileiro. A construção dessa história foi estudada, entre outros, por Kátia Abud e, mais recentemente, por Antônio Ferreira.⁶ De maneira

6 ABUD, Kátia. *O Sangue Intimorato e as nobilíssimas tradições – a construção de um*

geral, a publicação de importantes obras historiográficas, literárias e artísticas e a criação de Museus e outras Instituições que se tornassem guardiãs e difusoras desse passado, serviram como elementos centrais numa estratégia de elaboração de uma duradoura imagem de dinamismo e pujança de São Paulo para o restante do Brasil. Os demais Estados, cada um à sua medida e de acordo com os seus recursos, buscaram, através de seus intelectuais, artistas e Instituições culturais, criar seus próprios símbolos, que representassem seu ‘lugar na história’, procurando destacar o papel dos antepassados na construção da História nacional. À necessária importância atual, deveria corresponder uma grande importância no passado; era uma espécie de ‘patriotismo local’, que estimulou rivalidades contra os adversários próximos ou distantes e enalteceu os antepassados.

No que diz respeito à Bahia, construiu-se com cuidado a poderosa imagem de ‘berço da nacionalidade’, que resguardaria para esse Estado sua importância na Federação como parte da própria essência do ‘ser brasileiro’. O símbolo do bandeirante baiano, embora não tão difundido quanto o seu congênere paulista, foi importante para ajudar na definição de uma identidade local, que repusesse no seu lugar de destaque a antiga sede da capital da Colônia portuguesa. O bandeirismo baiano, nessa acepção, significou a defesa da importância da própria Bahia na construção da Nação, não apenas como sede administrativa por mais de dois séculos, mas como ponto de propagação de um importante movimento de conquista de territórios para a formação do vasto país. Nesse sentido, se fazia necessário mostrar a precedência da penetração baiana em diversas e distantes áreas do país, de forma a contrabalançar outras epopéias locais, que arrostavam para si essa importante tarefa.

símbolo paulista: o Bandeirante. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1985 e FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940).* São Paulo: UNESP, 2002.

Vale destacar aqui que, além dessa importância de ordem mais geral, as pesquisas sobre a conquista do sertão nordestino também se referiam a um objetivo mais restrito, qual seja: a rivalidade entre a Bahia e Pernambuco no que dizia respeito à questão de limites entre esses dois Estados, motivo de acerbos polémicas travadas por historiadores locais, que procuraram, cada qual defendendo suas posições, demonstrar a precedência de cada um deles na conquista do sertão e, especialmente, a área do Rio São Francisco, objeto de disputa política e judicial. De forma bastante resumida questão teve início com Decreto Imperial de 7 de Julho de 1824, que desligou de Pernambuco a Comarca do São Francisco – como retaliação do governo imperial pela Confederação do Equador – anexando-a, inicialmente, a Minas Gerais e, posteriormente, à Bahia. Os protestos dos pernambucanos se fizeram através das vias judiciais e se multiplicaram escritos entre as partes, buscando as razões jurídicas e as fundamentações históricas de cada lado, envolvendo importantes políticos, juristas e intelectuais do porte de Pereira da Costa e Barbosa Lima Sobrinho, no lado pernambucano, e Braz Amaral e Eduardo Espínola, no lado baiano.

Nesse sentido, mostrar a precedência na conquista do sertão era contribuir na defesa da causa baiana ou pernambucana, ganhando a pesquisa histórica um caráter nitidamente instrumental, no qual cabia a cada lado brandir os seus argumentos históricos e jurídicos e resgatar antigos documentos como fontes para provar as suas posições. Do lado pernambucano, uma importante síntese da questão foi realizada por Barbosa Lima Sobrinho, em seu Pernambuco e o São Francisco, quando analisou vasta documentação a respeito e defendeu que

a resposta exige que os documentos apareçam na sua expressão nítida. É um trabalho de análise tornado necessário, menos pela obscuridade dos tre-

*chos, do que pela obstinação dos que procuram deturpar-lhes a simplicidade.*⁷

Já Eduardo Espínola, em texto publicado na Revista do Instituto Geográfico e Histórico daquele Estado, além de fazer uma detalhada exposição das posições baianas, destacou a importância da participação, na polêmica, do historiador Braz do Amaral que, sendo “*competente professor de História e arguto pesquisador, poderia desbravar o terreno para a nítida compreensão dos direitos que assistem ao Estado da Bahia*”.⁸ Caberia aos antigos documentos, através da interpretação honesta e sincera, dirimir a questão.

Em diversas ocasiões, nos trabalhos dos historiadores das primeiras décadas do século XX, aqui e ali apareciam referências sobre a precedência baiana ou pernambucana na ocupação de uma ou outra área do sertão. Se a polêmica da Comarca do São Francisco não era abordada, no mais das vezes, de forma explícita, ficava seu eco nas pesquisas desenvolvidas sobre a ocupação territorial da região e ao se enaltecerem as glórias baianas ou pernambucanas no devassamento do sertão, ou mesmo quanto à importância do seu papel para a formação da nacionalidade. Sem nos alongarmos sobre essa questão das rivalidades locais e regionais no âmbito da historiografia, vale salientar, de passagem, que as mesmas ainda são bastantes presentes na vida política brasileira; mais que simples espírito de paróquialismo, estão ligadas à disputa entre estados da federação por parcelas de poder ou por rateio de recursos públicos.⁹

7 SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. *Pernambuco e o São Francisco*. Recife: Imprensa Oficial, 1929. p. 10.

8 ESPÍNOLA, Eduardo. A questão territorial de Bahia e Pernambuco – a antiga Comarca do Rio São Francisco – Exposição e Parecer. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, XXV (44): 187-252, 1º e 2º semestres de 1918, p. 187.

9 Um exemplo muito interessante e relativamente recente (em 2003) é o das disputas acirradas em torno da Reforma Tributária, proposta pelo governo e que tem gerado

Voltando ao âmbito da historiografia, destacamos Urbino Viana que também se dedicou ao estudo do bandeirismo baiano em livro publicado em 1935. Na sua obra, o rio São Francisco se torna o cenário principal da épica conquista dos sertões pelos heróis baianos, que devassaram corajosamente regiões longínquas e inóspitas. A Casa da Torre ocupa um dos focos centrais nessa ação bandeirante, de acordo com o autor

Com o primeiro governador viera Garcia de Ávila. Esta nome é um symbolo: porque, pelo tempo a diante, seus descendentes synthetizam o movimento bandeirista bahiano”, os Ávila são a “synthese do esforço bahiano, rezumo da acção civilizadora que obraram, tendo por ponto centrico o São Francisco, theatro principal de suas ‘entradas’. A propriedade territorial que chegam a ocupar é a maior que já se viu (...) a Casa da Torre, por seus representantes, sempre luctou, e tenazmente, contra o indio rebellado, fazendo as entradas mais gloriosas e de effeitos mais positivos. Representa, legitimamente, a conquista do sertão bruto pelo bahiano, no seu esforço heróico, decidido, resolutivo. Foi das mais efficazes a sua actuação civilizadora, se assim podemos chamar áquella sanguinolenta conquista para o povoa-

acerba polêmica no Parlamento. Quem se dispuser a assistir as sessões levadas ao ar pelas TVs da Câmara Federal e do Senado, pode ver acalorados discursos de parlamentares fluminenses contra o ‘poderio’ paulista no caso da cobrança do ICMS nos estados consumidores, ao contrário da atual legislação tributária, que prevê a cobrança desse imposto nos estados produtores. Ainda sobre a construção de uma Refinaria de Petróleo, disputada entre alguns estados nordestinos e o Rio de Janeiro, há trocas constantes de farpas de lado a lado, bem como entre as bancadas de Pernambuco e Rio Grande do Norte, virtuais candidatos a receberem a vultosa obra. Interessante é observar que esse discurso da “defesa dos interesses regionais” divide os partidos em recortes estaduais e locais e vemos composições supra-partidárias, que vão da esquerda à direita em função da defesa desses mesmos interesses.

*mento de curraes, que se espalharam innumeráveis pelas ribeiras do São Francisco.*¹⁰

O livro de Pedro Calmon, a sua *História da Casa da Torre*, tornou-se, ao longo de décadas, a mais importante referência sobre aquela família e sobre os temas referentes à colonização do sertão nordestino. Seu autor, mesmo ainda jovem, era um historiador reconhecido, com vários livros publicados e participante de diversas Instituições de prestígio na área da pesquisa histórica no país. Em sua longa vida, desempenhou vários cargos acadêmicos, políticos e administrativos e publicou uma vasta obra, da qual se destaca a sua *História do Brasil*, em 7 volumes. Analisando a *História da Casa da Torre* no conjunto da obra de Calmon, concluímos que esse livro era visto pelo próprio autor como um de seus principais, tanto é que ganhou três edições em vida do autor, tendo a segunda (1958) sofrido aumento e a última, passado por revisão do já octogenário Calmon, em 1983. O livro, de acordo com o autor, permitiria realizar um estudo da própria história brasileira, tendo como foco de investigação privilegiado uma importante família patriarcal que desempenhou, ao longo de três séculos, um papel de relevo como grandes senhores de terra, comandantes de tropas envolvidas na conquista do território e na defesa contra os concorrentes europeus, grandes exploradores do sertão e uma das mais ricas famílias da colônia durante esse período. Esse conjunto de características, no entender de Calmon, possibilitaria revelar aspectos desconhecidos da história da formação colonial brasileira e poderia tornar a própria investigação sobre a Casa da Torre num parâmetro para investigações similares a respeito de importantes famílias em outras antigas capitanias que compunham a colônia portuguesa na América.

¹⁰ VIANA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Nacional, 1935. p. 22/24.

Estabelecido esse objetivo, Calmon buscou reunir considerável documentação que permitisse aprofundar o conhecimento sobre a Casa da Torre, sobre a qual já tinha publicado uma monografia, apresentada ao IHGB em 1931. O livro que veio à tona, quase 10 anos depois, organizou-se mediante uma seqüência cronológica de capítulos, que acompanhasse a trajetória da Casa da Torre, desde a chegada do 1º Garcia d'Ávila em 1549 até o fim do morgado da Torre, já na quarta década do século XIX. No decorrer dos capítulos, o autor analisou as primeiras tentativas de ocupação colonial da Bahia, a fundação de Salvador e a instalação do Governo Geral (sobre o que escreveu um livro em 1949), a chegada de Garcia d'Ávila junto com Tomé de Sousa e sua trajetória, que lhe permitiu amealhar considerável fortuna em sua longa vida, sua sucessão pelo neto Francisco Dias d'Ávila, o papel da família nas lutas contra índios, franceses e holandeses, o “desbravamento” e conquista do sertão, a expansão dos currais pelo São Francisco e outras regiões sertanejas, a instituição do morgado, a ampliação e transmissão do vasto patrimônio familiar ao longo das gerações, a extinção do ramo masculino dos Ávila e a transferência do morgado para os Pires de Carvalho, seu papel nas lutas em torno da Independência na Bahia e o fim do morgado no século XIX. Na segunda edição, dois aspectos ganharam capítulos específicos, o papel das mulheres da Torre na vida familiar e dos procuradores que representaram o interesse da Casa nos remotos sertões. Na terceira edição, o autor não modificou a ordem dos capítulos, mas atualizou a linguagem e inseriu documentação encontrada posteriormente, mantendo a estrutura definitiva da 2ª edição. Essa obra marcou definitivamente os estudos posteriores, não apenas sobre a Casa da Torre, mas sobre diversos temas que se referiram ao estudo da colonização do sertão nordestino ou das antigas famílias patriarcais; o cuidadoso trabalho de Calmon permitiu, inclusive, a revelação de um conjunto de fontes documentais bastante ricas, em

larga medida levadas a público por ele, através de publicações de Instituições que ele dirigiu.

O livro de Calmon, pela amplitude da investigação e pela qualidade do texto, superou o que já havia sido escrito anteriormente sobre a Casa da Torre e, até 2000, foi a única publicação de grande expressão sobre a questão. Calcado numa visão de história que tinha como fundamento a construção da nacionalidade brasileira e o papel central desempenhado pelas grandes famílias patriarcais nessa construção, Calmon enalteceu os feitos dessas importantes famílias naquilo em que teriam contribuído para a formação do país: a conquista do vasto território e a formação do caráter nacional. Sua explicação da primeira edição, mantida nas seguintes, é modelar e merece a citação quase integral:

“Somos um país novo. Mas colonizado ha quatro séculos. Em certos trechos do nosso territorio, os troncos centenários persistem n’uma inabalavel fidelidade ao clima pátrio. Até agora os genealógicos se preocuparam com esta especie de fixação social através da continuidade de algumas estirpes poderosas, cujo advento coincidiu com os primeiros trabalhos da civilização brasileira, e que lhe seguem a sorte, servindo-a incessantemente, renovada, a cada geração, assim nas atividades economicas, na indole do seu concurso civico, na força de sua inteligencia empreendedôra, nas energias do seu espirito pratico, na coerência do seu ruralismo atavico e nas audacias de sua ambição creadôra... É tempo de se deterem os escritores de história diante desses “clans”, em cuja cadeia rática como que se percebe melhor a coesão das éras, a unidade consaguinea do Brasil que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a sua vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, re-

*ligioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos tropicos, nenhuma de suas características avoengas. Tomamos a espantosa Casa da Torre como um exemplo. (...)Digamos com patriótica vaidade: dez ou quinze Casas conhecemos cuja crônica, desdobrando-se de 1532 ou de 1549 até a atualidade, ensejariam que á margem dela se restaurasse bôa parte do passado do país. Dez ou quinze? Apuremos os calculos e acharemos mais”.*¹¹

Essa explicação é bastante rica por revelar o essencial da sua concepção de história. De acordo com o exposto, a nacionalidade brasileira teria sua base na família patriarcal, que desempenharia o papel de conquistar o solo e exercer o governo da população, conduzindo a formação do caráter nacional ao longo dos séculos de colonização e deixando as marcas indeléveis sobre a formação nacional. Digamos, desde já, que Calmon não se limitou a fazer uma mera apologia da conquista, uma vez que em diversas passagens de seu livro, fez ressalvas sobre a violência empregada contra os índios e a população mais pobre, mas esses problemas foram de longe superados pela contribuição dessas grandes famílias patriarcais, os Ávila em especial, para a causa da formação de nossa nacionalidade. O rigoroso exame dos documentos e a escrita fluente se tornaram pontos fortes e convincentes do livro, que exigem uma análise cuidadosa de suas formulações; essa análise, no nosso entender, além de acrescentar possíveis novas fontes que revelem aspectos ainda não discutidos pela historiografia, tem como foco principal a própria releitura dos fundamentos conceituais que orientaram Calmon na construção de sua obra. Uma questão se tornou saliente desde as primeiras leituras que fizemos da *História da Casa da Torre*, qual seja a insistência do autor com a importância conferida à tradição como

11 CALMON, Pedro. op. cit. p 5-6.

elemento-chave para a configuração desse caráter nacional. Logo na Explicação acima reproduzida, de que tomaremos a liberdade de repetir um trecho, com a finalidade de destacá-lo melhor, o autor apresenta o papel das grandes famílias na construção da nação “*sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu nos trópicos, nenhuma de suas características avoengas*”; a obra conclui-se com a seguinte redação: “*Três séculos de tradições brasileiras continuam a morar nessas ruínas...*”.¹² Assim, ao longo de sucessivas leituras do livro, começamos a perceber a importância da questão da tradição como elemento de condução de sua redação; a fluência literária empregada por Calmon ao texto – a par da rigorosa pesquisa documental feita pelo autor e do confronto que realizamos com as fontes por ele levantadas e outras que levantamos – acabou por levar à elaboração de uma série de imagens muito fortes, que na maior parte das vezes, mais revelavam as expectativas do autor em relação ao tema do que revelavam os próprios documentos. O emprego de alguns adjetivos com o objetivo de conferir um melhor estilo literário ao texto extrapolou o sentido original dos documentos e criou um cenário no qual essa tradição se tornava o aspecto essencial. Certamente, não havia intenção de Calmon de deturpar o sentido da documentação, mas a leitura por ele empreendida estava condicionada por essa visão de história informada pela defesa dessa tradição como ponto fundamental da elaboração de seu trabalho. Nos capítulos adiante, retomaremos a vagar essa questão da construção da tradição, não apenas por Calmon, mas por parte da historiografia que se dedicou à questão, além da força explicativa que essa mesma tradição ganhou ao longo do tempo, acabando por **transformar uma visão da história na própria história**.

12 Idem. p. 179.

Quando iniciamos a elaboração de nossa pesquisa, a grande referência sobre a Casa da Torre era o já distante livro de Pedro Calmon, outros livros, como os de Francisco Borges de Barros (1919) e Urbino Viana (1935) também consistiam em trabalhos importantes de referência sobre o nosso objeto, somando-se a eles alguns estudos sobre a Casa da Torre, desenvolvidos em livros e periódicos diversos sobre a colonização portuguesa no Brasil. Nosso projeto original tinha, então, uma discussão historiográfica circunscrita a livros há muito escritos e nos deixava uma preocupação quanto à possível relevância atual de tema aparentemente tão restrito. Qual não foi nossa surpresa quando nos deparamos com três publicações recentes de livros sobre a Casa da Torre, os de Luiz Alberto Moniz Bandeira e Francisco Antônio Dória, em 2000 e o de Gastão de Holanda, em 2002. Num curto espaço de tempo, um tema que parecia datado ganhava novos focos de discussão, o que iria nos impor, por outro lado, uma redefinição de nossa discussão historiográfica, uma vez que as novas publicações chamavam novas frentes de debate. Deles, o de maior fôlego é o do Prof. Moniz Bandeira, que através de uma exaustiva investigação em arquivos no Brasil e em outros países, permitiu a revelação de novos documentos e colocou novos enfoques de análise sobre a questão.

O ano 2000 foi bastante rico em termos de publicações sobre o período da colonização portuguesa no Brasil, em função da polêmica Comemoração dos 500 anos do descobrimento. À parte os diversos problemas então surgidos, é indispensável destacar que o saldo para a pesquisa histórica foi significativo, em função não apenas do interesse despertado junto à população, quanto à mobilização de recursos, destacando-se a realização do Projeto de Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, que permitiu a reprodução e disponibilização, através de novas tecnologias, de um vasto conjunto de documentos sobre a colonização portuguesa no Brasil e que só eram acessíveis por meio de publicações, de

transcrições em diversas publicações ou de dispendiosas viagens de pesquisa, que impediam muitos novos pesquisadores de terem acesso a essas fontes; certamente nos próximos anos o acesso a essa documentação facilitará o desenvolvimento de novas pesquisas. Nesse contexto, o historiador Moniz Bandeira lançou seu alentado livro sobre a Casa da Torre, que trouxe à tona um sugestivo texto, enriquecido com uma criteriosa pesquisa documental, que revelou muitas fontes em arquivos nacionais e estrangeiros não localizadas antes por Calmon e outros que se debruçaram sobre o tema. O texto de Moniz Bandeira avançou sobre uma série de questões não consideradas por Calmon¹³ e colocou novos problemas em discussão, como o suposto caráter feudal da colonização dos sertões nordestinos, o papel das principais famílias da elite colonial na formação de uma consciência nacional, a participação decisiva da Casa da Torre e da elite baiana nos eventos relacionados à guerra da independência na Bahia e na preservação da unidade nacional no novo Estado que, então, se formava.

Esse conjunto de questões levou a que Moniz Bandeira, ao modo de Calmon, optasse por um texto organizado cronologicamente, tal como indica seu subtítulo: *“da conquista dos sertões à independência do Brasil”*. Na sua exposição, estabelece uma introdução, na qual justifica suas opções teóricas, seguindo-se um arranjo de capítulos que analisa as primeiras experiências de povoamento da Bahia e a trajetória do Caramuru, a instalação do Governo-Geral, a chegada de Garcia d’Ávila e seu papel na construção e defesa da capital, a construção, transmissão e ampliação do enorme patrimônio familiar ao longo da sucessão das gerações, as lutas contra as invasões de outros concorrentes europeus na América lusitana, a penetração e conquista dos sertões, a expansão dos domínios da Casa da Torre

13 “Sobre o livro de Calmon as considerações de Moniz Bandeira são as seguintes: *Me serviu como excelente roteiro, apesar de superficial e de conter várias incorreções, sobretudo quanto à referência das fontes*”. BANDEIRA, Op. cit. p. 21.

pelo interior de várias capitanias e os conflitos com índios e posseiros pela terra, a economia da pecuária, as explorações minerais, o desenvolvimento de núcleos urbanos no sertão, a desintegração do patrimônio da Torre, a participação da Casa da Torre nas lutas travadas na Bahia no contexto da independência do Brasil e o papel dos seus membros na consolidação do Estado nacional.

O livro avança sobre diversas questões não consideradas por Calmon. Na sua Introdução, duas questões se ressaltam e merecem uma atenta discussão: em primeiro lugar, a do possível caráter feudal na colonização do sertão nordestino, que discutiremos em outra parte, e, em segundo lugar, a natureza do próprio processo de colonização portuguesa no Brasil e da formação da sociedade nacional, discutindo o papel dos diversos agentes sociais envolvidos na colonização, a violência envolvida no processo e seu saldo final na construção do país.

Logo no início, o autor demarca uma importante posição em relação à produção historiográfica mais recente sobre a colonização portuguesa no América, segundo Moniz Bandeira, esses novos estudos, construídos em reação ao eurocentrismo que dominou a historiografia até meados dos anos 1950, marcado pela discriminação de índios e escravos e uma apologia da colonização, teria a tendência de

condenar, implícita ou explicitamente, a colonização e até mesmo o descobrimento do Brasil como aliás de toda a América, por considerar que tais acontecimentos acarretaram o desaparecimento dos povos indígenas e a escravização dos africanos..

Essa atitude estaria ligada a um conceito de história que procurava ajustar contas com a opressão do passado, resgatando os oprimidos da opressão dos grupos dominantes, o que

*levou alguns autores a fazerem não a história da luta de classes, mas a luta de classes na história, com a presunção de julgamento, tomando o partido dos oprimidos, os bons, contra seus opressores, considerados maus, sem entenderem que a história só se constitui uma ciência na medida em que se sobrepõe ao subjetivismo de quem escreve e aos valores de sua época, que são diferentes dos que existiram no passado.*¹⁴

Concordamos em parte com as afirmações do autor, porque a leitura de alguns trabalhos recentes, particularmente sobre a escravidão, deixam a impressão de que – na ânsia de conferir a qualidade de sujeitos da história a esses agentes sociais – acaba por esconder ou diluir as próprias marcas da dominação sobre eles exercida. Certamente não é possível aceitar para os escravos o mero papel de forças produtivas ou de vítimas passivas da história; os bons trabalhos sobre escravidão mostram à exaustão as diversas formas de resistência cotidiana desenvolvidos pelos escravos na defesa de sua liberdade, de sua subjetividade, de sua condição humana; mas não dá, por outro lado, para estabelecer a justiça na história fazendo com que os escravos simplesmente deixem de ser escravos, ou seja, apagando ou diluindo as marcas da dominação exercida pelos senhores no exercício cotidiano da dominação. Essa é uma visão que tem o mérito de resgatar a dimensão humana desses agentes sociais e valorizar a sua cultura num país marcado pela exclusão social, mas, às vezes, pode-se cair numa visão ingênua da própria história, pois se esquecermos que à resistência cotidiana se sobrepõe uma dominação cotidiana, esqueceremos que os escravos eram, e continuam sendo¹⁵, reduzidos pela violência

14 Idem. p. 17.

15 Evidentemente que, após a Lei Áurea, a escravidão foi legalmente extinta no país, mas

a essa condição para terem sua força de trabalho explorada à exaustão com a finalidade de gerarem riquezas para seus senhores.

Mas avancemos um pouco nas considerações de Moniz Bandeira para estabelecermos um melhor posicionamento sobre seus argumentos e chegarmos aos desdobramentos a que, entendemos, eles levam. Até o presente ponto, temos uma concordância parcial com o autor, pois tomar partido dos dominados na história não é, necessariamente, fazer uma história para mostrar que os dominados não foram dominados; mas o balanceamento dessa posição é complexo, pois nos questionamos sobre até onde poderíamos avançar sem cairmos no equívoco oposto de fazermos a apologia da dominação. Assim, continuemos seguindo a argumentação do autor que, em seguida, nos convida à complexa discussão da verdade científica na história:

Os critérios da verdade não podem estar em quem escreve sobre a história de uma época, mas nas relações econômicas, sociais, políticas e culturais que então existiram naquela sociedade e que o historiador não tem nem condições nem meios de mudar, simplesmente porque ninguém pode mudar o passado. A história, como ciência, somente começa, por conseguinte, quando reconhece o acontecimento, vinculado às estruturas que o geraram, sem resvalar para a con-

ainda hoje no Brasil a escravidão ilegal, de adultos e crianças, é realidade concreta em certos ramos de atividade, em várias áreas do país, como as carvoarias, corte de cana, olarias, derrubada de matas, garimpos etc. A dificuldade do enquadramento legal das novas formas de escravidão impede, muitas vezes, uma ação mais eficaz dos órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho, além da força política dos proprietários, muitos dos quais, insuspeitos empresários “modernos”, que têm escravidão em suas fazendas, não apenas nos rincões mais afastados do país, mas mesmo em regiões desenvolvidas como São Paulo. Sobre essa alarmante questão, veja-se CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Subcomissão Especial de Trabalho Escravo. Brasília, 1994.

*ceituação abstrata, fora da realidade, ou para casos particulares, sem desvelar os nexos de causalidade. Verdadeira, portanto, é a história que fielmente apresenta, em sua totalidade, as relações sociais existentes durante a época estudada, como fundamento imprescindível à cognoscibilidade do processus histórico.*¹⁶

De acordo com essa afirmação, a tentativa por parte de diversos historiadores de resgatar o papel dos vencidos no processo histórico representaria, antes, um desejo subjetivo de estabelecer um julgamento impróprio do passado do que uma adequada compreensão das condições objetivas nas quais transcorreria o próprio processo histórico, condicionado por estruturas que informariam, em última instância, o sentido último dos acontecimentos e suas relações de causalidade. Logo, no caso da colonização brasileira, ela estava inscrita numa dinâmica mais geral de formação do mundo moderno, onde a violência da conquista e da escravidão eram partes integrantes do mesmo processo. Esse equívoco levou, então, muitos historiadores a quererem reescrever o passado, como se isso permitisse condenar a violência da dominação e estabelecer uma condição mais justa para os diferentes agentes sociais oprimidos pela violência dos diferentes sistemas de dominação; no caso da colonização portuguesa, seria possível assim

*condenar, portanto, a conquista e a ocupação do Brasil, porque a colonização implicou o aniquilamento dos povos indígenas e a escravização dos africanos é não compreender o próprio processus que gerou a sociedade moderna.*¹⁷

16 BANDEIRA, L. A. Moniz. op. cit. . p. 17-18.

17 Idem. p. 19.

Certamente, o autor tem razão no que tange à perspectiva que já apontamos, de parte da historiografia, de querer apagar as classes dominantes da história como forma de estabelecer um pretense resgate dos dominados. Mas nos parece que o autor não considera a questão de que, se não é possível mudar o passado, é possível mudar as formas de interpretação sobre o mesmo; haveria, então, lugar para que as considerações de Moniz Bandeira, em vez de representarem a verdade objetiva, representassem uma determinada interpretação sobre o próprio processo histórico.

Na Introdução de seu livro, apesar de não concordar com a violência cometida contra os índios e africanos, Moniz Bandeira argumenta que essa violência foi parte integrante do processo e, como tal, elemento de avanço rumo à formação do mundo contemporâneo; essa mesma violência deveria ser considerada de acordo com o conjunto de valores vigentes à época e não a partir de um julgamento posterior dos historiadores. Sobre a Casa da Torre, sua ação ao longo do período colonial não teria representado mais do que a conquista territorial alicerçada nos valores então vigentes e o saldo dessa ação se justificaria assim pelos seus resultados, os quais seriam: 1) viabilização da colonização do sertão nordestino a partir da ocupação efetiva da região e a imposição de uma autoridade equivalente à do Estado para essa vasta área; 2) a valorização das raízes familiares em Diogo Caramuru e Catarina Paraguaçu, por parte dos Ávila e outras importantes famílias baianas, representaria uma manifestação primeira de consciência nacional; 3) O levante das importantes famílias baianas e da Casa da Torre contra os portugueses sediados em Salvador no contexto da Independência teria impedido o desmembramento territorial do nordeste do restante do Brasil e 4) Se esses mesmos grupos não tivessem sufocado as revoltas republicanas federalistas

acontecidas durante a regência, como a Sabinada (1837), a unidade nacional estaria desfeita.¹⁸ Consideremos, então, essas justificativas, procurando perceber em que medida fatores subjetivos a transformam em uma interpretação e não constituem a **verdade objetiva**.

Esse conjunto de justificativas está alicerçado na busca da compreensão do papel da Casa da Torre e dos grandes senhores de terra baianos para a formação do Estado no Brasil, e está orientado por certos pressupostos que discutiremos adiante. A historiografia construída desde a criação do IHGB no século XIX teve como objetivo maior a compreensão da formação histórica do Brasil a partir da ação central do Estado como forjador da própria nacionalidade. Seja a Coroa portuguesa através de seus vários agentes, seja o Império brasileiro ou o Estado republicano, o que essa linhagem valorizava, era a busca da continuidade que permitira criar o vasto país e nação na América do Sul. Essa visão, por sua vez, concentrou seu foco nos grupos que representavam uma posição de proeminência junto à autoridade da Coroa ou do Estado nacional, debatendo-se, então, em duas ordens de questões: quem teria a precedência na formação da sociedade brasileira? As autoridades da Coroa e do Estado nacional ou o poder privado das grandes famílias? Mas essas duas linhas tinham um ponto em comum, qual seja, a ação de construção nacional estava nas mãos dos homens de poder, fossem eles os legítimos representantes da autoridade constituída, ou fossem donos de terra; em suma, esses seriam os protagonistas que realizaram a tarefa de delinear a construção do Estado e da Nação, reservando aos demais segmentos

18 Resumo das considerações de Moniz Bandeira à p. 27. Na edição que possuímos, aparecem quatro justificativas, mas a quarta está numerada como 5. Não sabemos se houve um erro na numeração da edição ou se uma das justificativas foi involuntariamente suprimida.

da população o papel de personagens passivos da construção dessa mesma sociedade.

É evidente que não é possível compreender questões sobre a formação do Estado e da Sociedade no Brasil se desconhecermos as relações de poder que se estabeleceram secularmente e que subordinaram parte significativa da população à autoridade de alguns setores, como os senhores de terra, as autoridades da Coroa, os grandes comerciantes. Mas, se não buscarmos entender essa dominação na sua própria constituição cotidiana, percebendo as mais diversas formas de resistência social estabelecidas frente à dominação, nos limitaremos a destacar a ação dos grandes homens, sem percebermos a teia mais complexa de relações que estruturaram a sociedade e deram o formato peculiar ao Estado brasileiro, ainda hoje marcado por essa conflituosa relação de legitimidade frente à própria sociedade que ele pretende representar e dirigir. A imposição da autoridade exige um exercício contínuo de afirmação, que busca desde mecanismos diversos de legitimação até a repressão aberta em casos-limite, mas a imposição dessa autoridade esbarra continuamente com formas diversas de resistência que implicam em contínuos reajustes, recomposições de linhas de força, conflitos velados ou explícitos. Logo, não podemos considerar a formação do Estado brasileiro desprezando o papel dos diversos grupos subordinados na sua conformação, o que implicaria numa visão unilateral ou claramente apologética do mesmo processo.

Por outro lado, a ação dos grupos sociais proeminentes durante o período colonial, na conformação das relações de poder e do Estado após à Independência, é essencial, mas não podemos cair na visão anacrônica de um sentimento nacional por parte desses grupos, que precederia a própria Independência. Essa suposta existência de uma “consciência” nacional numa sociedade marcada pela escravidão e pela profunda exclusão da maioria da população dos direitos fundamentais da cidadania é claramente uma interpretação

subjetiva de parte dos historiadores, que desejariam, antes, ver esse espírito nacional comandando as ações de nossas elites que o mero interesse particular que converge momentaneamente no contexto da Independência. Diversos trabalhos sobre a Independência e a consolidação do Estado Imperial destacaram essa ausência de um forte sentimento nacional como um elemento que permitiria a coesão da sociedade brasileira, gerando um período extremamente turbulento que opôs distintos grupos sociais e regionais e as autoridades do novo Estado que se estruturava; em outra parte desse trabalho, discutiremos mais a vagar essa questão.¹⁹ Logo, as justificativas de Moniz Bandeira pressupõem a presença do Estado (ou da Coroa portuguesa), seja diretamente, seja através da ação dos grupos dominantes, como fio condutor do processo de formação da sociedade brasileira. Essas justificativas – a conquista do território, um suposto sentimento nativista, a intervenção nos episódios da Independência e da consolidação da unidade nacional – representariam aspectos da formação de um Estado nacional unitário, visto como saldo maior de toda essa ação e que teria permitido a emergência de um grande país ao fim de todo esse processo. Essa interpretação está alicerçada num conjunto de valores que não podemos considerar exatamente objetivos – entender a formação de um Estado nacional unitário no Brasil como um resultado necessariamente positivo de três séculos de colonização e quase dois de Independência não é um dado objetivo, depende de um ponto de vista que considera esse um valor positivo, apesar das diversas posições em contrário. Desde já não nos parece que a questão se resolva com a condenação ou a apologia da colonização

19 Uma rica e sugestiva e já clássica interpretação sobre a Independência e a inexistência de um sentimento de nacionalidade brasileira é a de DIAS, Maria Odila L. S. A Interiorização da Metrópole (1808-1853). IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.) 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.160-184. Cabe salientar que na última década, essa questão recebeu uma copiosa bibliografia, que não nos foi possível incorporar para os objetivos do presente trabalho.

portuguesa e da formação do Estado nacional no Brasil, mas com a percepção que esse processo criou uma sociedade marcada por certas características de manutenção de privilégios e pela exclusão social que, até o presente, impediram que se afirmasse um valor plenamente positivo de nacionalidade e de cidadania que agregasse as diversas fraturas que marcam nossa sociedade até os dias que se seguem.

Nessa questão, reside a diferença de abordagem que propusemos em relação ao trabalho de Moniz Bandeira, na medida em que, mesmo reconhecendo a necessidade de estabelecer uma compreensão de formação da sociedade brasileira que leve em consideração a definição dos mecanismos de poder exercitados pelos grupos dominantes, não podemos prescindir da compreensão de que essa mesma dominação se construiu numa relação conflituosa com as diversas formas de resistência que fizeram com que os distintos projetos de dominação tivessem, muitas vezes, que equacionar as situações criadas pela ação dos setores dominados ou marginalizados dessa mesma sociedade. Muito embora o autor aponte a presença de muitos conflitos sociais, em diversos trechos de seu extenso trabalho, essa resistência se apresenta como forma meramente residual de culturas condenadas a desaparecer sob a marcha do processo histórico, que deixa traços apenas secundários na nossa formação social, sem que consiga determinar as linhas mais gerais da construção do Estado nacional. Embora se afaste da tendência mais apologética de Pedro Calmon, Moniz Bandeira se identifica com ele na mesma medida em que concede o papel quase que único de formação do Estado e da nação aos segmentos dominantes da sociedade brasileira e em que considera a existência de um sentimento proto-nacional associado a esses agentes sociais.

Lançado logo após o livro de Moniz Bandeira, *Caramuru e Catarina*: lendas e narrativas da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, de Francisco Antônio Dória provocou intensa polêmica entre esses dois

autores, que ultrapassou o âmbito acadêmico e chegou ao jurídico, mas que não coloca questões substanciais para debatermos.²⁰ O livro se apresenta como uma tentativa de resgate da história da mais célebre progênie nacional, qual seja, os descendentes de Diogo Álvares Correia, o *Caramuru* e sua esposa indígena Catarina Paraguaçu, que foram uma das principais matrizes formadoras das antigas famílias baianas, entre as quais se destacam os Garcia d'Ávila, pela dimensão da sua fortuna e pela continuidade que apresentou ao longo dos séculos. A rigor, esse estudo se baseia em um livro, do qual Dória é co-autor, *Os Herdeiros do Poder*²¹, o qual se baseia em detalhada pesquisa genealógica para buscar entender como se definem os mecanismos de transmissão do poder através dos grupos familiares integrantes dos grupos dominantes no Brasil e que apresenta forte permanência desde o período colonial. Nesse sentido, o livro de Dória apresenta uma estrutura formal diferente do de Pedro Calmon e Moniz Bandeira, seguindo uma engenhosa organização na qual utiliza certas lendas da Bahia colonial, tais como origem do Caramuru ou as minas de prata, como ponto de partida, confrontando-as com fontes documentais, para identificar elementos consistentes da vida social baiana durante aquele período. Seu objetivo não é o de fazer uma História da Casa da Torre, no sentido pretendido por Calmon ou Bandeira, mas de entender como as famílias que descendem do Caramuru, especialmente os Ávila, se entrelaçam ao longo de gerações, formando uma espécie de clã que transmite seu poder através da fortuna e do controle de cargos; assim, o livro propõe-se a esclarecer como o poder na

20 Ao realizarmos, em 2002, um levantamento de informações disponíveis na internet sobre a Casa da Torre, encontramos reproduzida no site orbita.starmedia.com/~jbcultura/esclarer.html uma troca pública de correspondências entre os autores, nos primeiros meses de 2001, polemizando sobre o processo de elaboração do livro do Prof. Francisco Dória.

21 DÓRIA, Francisco Antônio et al. *Os Herdeiros do Poder*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

Bahia, desde o século XVI, se organiza com base na permanência de certas linhagens familiares, às quais se juntam os novos grupos enriquecidos por meio de casamentos, de forma que uma busca de afidalgamento marca a ascensão de novas famílias providas do meio comercial ou outros a esse núcleo que tem suas raízes no poder agrário, especialmente os senhores de engenho do Recôncavo.

Através da elaboração de detalhadas árvores genealógicas, o autor busca comprovar que da “arquetípica” família de Caramuru descendia quase toda a classe dominante baiana desde a Colônia até a República. Seu propósito é o de entender os mecanismos de acumulação e reprodução de poder desenvolvidos pelas famílias integrantes das classes dominantes, através de estratégias genealógicas que dão origem a clãs detentores do poder local e do exercício de um poder de mando – um *ethos* – que se perpetua ao longo das gerações:

*Famílias da classe dominante brasileira (usemos esse termo) têm memórias longas. Registram-se nos documentos, porque têm propriedades que compram e vendem, recebem-nas dos pais e avós e transmitem aos filhos e netos. Ganham privilégios dos reis portugueses, que embora não lhes dêem, no período colonial, títulos maiores de nobreza além do foro de fidalgo, respeitam-nos e procuram cooptá-los para seu jogo político. E aprendem a mandar, aprendem a mandar desde o berço e ensinam aos seus filhos como se exerce o poder. Ensinam-lhes a rationale do exercício do poder, o poder público, dos cargos, e o poder maior da influência, dos bastidores, o poder como era exercido na Florença do século XV por Lorenzo de' Medici, il magnifico.*²²

22 DÓRIA, Francisco Antônio. op. cit. p. 11.

Nesses mecanismos de perpetuação do poder dessas famílias, está a cuidadosa exploração do prestígio adquirido pelas distintas gerações da família, prestígio esse baseado na tradição, ou seja, na capacidade de afirmar uma condição especial de nascimento, baseada numa supremacia natural do sangue nobre, que seria condição mesma de sua superioridade inata; mesmo as famílias de origem modesta, à medida em que adquiriam fortuna, adquiriam esse comportamento, de forma a agregarem ao seu poder econômico esse prestígio e essa tradição que provinham de um nome honrado.

Inicialmente Dória faz uma reflexão sobre Caramuru e seu importante papel na definição de um padrão de relações entre portugueses e índios, que viabilizou os primeiros ensaios de ocupação e miscigenação na Bahia do século XVI; através da investigação das lendas elaboradas em torno do Caramuru e de Catarina Paraguaçu, o autor procura identificar os fundamentos históricos concretos que definiram a colonização da Bahia no século XVI e os traços desse período, que foram mantidos nas épocas posteriores. Por trás dessas lendas, o autor identifica os processos iniciais de criação do prestígio de um verdadeiro clã, mantido pelas gerações das principais famílias dirigentes aparentadas da Bahia desde o período colonial. No segundo capítulo, o autor define melhor o significado desse clã que tem Caramuru como fundador; de acordo com essa formulação o clã se comporia de um conjunto de famílias aparentadas, detentoras de uma extensa parcela de poder e de um conjunto de tradições comuns, para o qual procura similar em Gênova, dos séculos XIII a XVI. No Recôncavo baiano, Dória identificou o “macroclã” do Caramuru como agregador de uma considerável parcela das principais famílias da região, que, em algumas, ocasiões pareciam agir segundo princípios comuns, quanto à obtenção de privilégios e de funções de mando na sociedade baiana do seiscentos. Nas principais linhagens saídas do tronco do Caramuru, o autor identifica os Ávila, os Aragões (descendentes

de Baltazar de Aragão, o *bângala*, [c.1564-1613] considerado um dos mais ricos proprietários de sua época) e os Guedes de Brito (a Casa da Ponte, originada no antigo Tabelião de Salvador Antônio Guedes [c.1560- c.1619] e aumentada pelo seu neto Antônio Guedes de Brito [1627-1697], que foi uma das principais fortunas da Bahia colonial). A essas três principais linhagens o autor identificou outros ramos colaterais, que compuseram as principais famílias da elite baiana até o advento da República.

No capítulo seguinte, o autor explora questões como a das lendárias minas de prata que existiriam no sertão baiano como forma de entender a ocupação da região e a obtenção de bens e prestígio por parte dos descendentes de Melchior Dias Moréia [c.1558-c.1622], em especial os Ávila, herdeiros do suposto segredo das minas através do 1º Francisco Dias d’Ávila, sobrinho de Moréia, que exploraram a lenda em proveito da obtenção de terras no sertão. Essa lenda, difundida e ampliada, despertou a cobiça de inúmeros sertanistas que, em busca das preciosidades escondidas no interior, devassaram a vastíssima terra do sertão brasileiro desde o quinhentos até o início do século XX. O autor compreende que, por trás dessas lendas, havia alguns fundamentos que, salvo os exageros difundidos pelo imaginário em torno das mesmas, representavam descobertas de algumas riquezas minerais (como no caso da Chapada Diamantina) que foram reveladas à medida em que o próprio devassamento do sertão avançou nos séculos seguintes.

Em seguida, Dória remete-se a uma discussão mais detida sobre a provável origem da Torre de Garcia d’Ávila (sobre a qual discutiremos em outra parte) e à história da família, resumindo cronologicamente as vidas de seus principais integrantes ao longo das várias gerações, até chegar nos Pires de Carvalho. Mas o autor se propõe a uma questão bastante interessante que é a do isolamento familiar dos Ávila no século XVII, que não estabelecem uma política de casamentos com outras famílias proeminentes

da Bahia, especialmente as ligadas à propriedade de engenhos de açúcar.

De acordo com o autor, esse isolamento não se verifica em função de uma distância entre Tatuapara e Salvador, nem pelo temor de dividir o patrimônio em partilhas de herança, mas devido aos seus objetivos estritamente ligados à pecuária sertaneja: “Os Ávilas estavam focados no sertão. O isolamento dos Ávilas vinha de seus interesses”.²³ Esse isolamento deve ser entendido na própria caracterização que Dória faz da elite baiana, que

*se divide, nos fins do século XVII e começos do século XVIII, em dois grandes grupos: os senhores de engenho, de um lado, e os comerciantes de grosso trato e donos de trapiches, do outro. Produtores e intermediários.*²⁴

Entre esses dois grupos econômicos se dividia a vida política local e os Ávila tinham seus interesses voltados para o sertão, mantendo-se relativamente à margem das facções locais, muito embora não estejam de forma alguma alheios das disputas de poder que então se travam. Com as mudanças econômicas ao longo do século XVIII, algumas famílias oriundas do comércio de grosso trato tornam-se mais influentes que as antigas famílias de donos de engenho, chegando ao controle da Câmara de Salvador e mesmo algumas dessas famílias *mascatais* adquirirem engenhos e tornam-se parte da própria elite açucareira da Bahia:

assim se formou a oligarquia açucareira baiana. E, como uma ameba, ela absorveu inclusive adversários poderosos, como os Ávilas, que de pecuaristas isolados se tornam em senhores de engenho. E cuja

*fortuna passa aos Pires, mascates, trapicheiros, intelectuais, altos funcionários – e grandes senhores de engenho.*²⁵

Nessa linha de interpretação, os Ávila mantiveram-se ligados à pecuária enquanto essa atividade permitiu-lhes ampliar a fortuna familiar, mas ante a lenta retração da pecuária nordestina, em detrimento da sulista, durante o século XVIII, acabaram por ser absorvidos por outras atividades econômicas. Calmon diria sobre isso que os rudes pastores cederam lugar aos amolecidos donos de engenho. Entretanto, mesmo a elite açucareira original teve que recorrer aos casamentos com famílias oriundas do comércio de grosso trato (ou mascatais, nos dizeres do autor), de forma que uma família como os Pires de Carvalho, sucessores dos Ávila no morgado da Torre, representariam essa tendência. Essa formulação do autor, baseado em acurada pesquisa genealógica, é bastante sugestiva quanto ao entendimento das políticas de casamento que as principais famílias baianas desenvolviam, visando ampliar seu patrimônio através da criação de laços de parentesco com outros grupos ou através do isolamento intencional para não fragmentar esse mesmo patrimônio. Em relação à nossa própria pesquisa em relação aos Ávila, pudemos observar que a Casa da Torre estruturase em torno de algumas famílias (Dias d'Ávila, Pereira Gago, Falcão Marinho) que estavam ligadas principalmente aos negócios da pecuária e as considerações de Dória são muito pertinentes para estabelecer um padrão de política familiar de casamentos, entretanto a falta de uma documentação particular mais massiva da Casa da Torre nos impede de avançar além de um plano mais geral, na comprovação efetiva dessa formulação.

Complementando seu livro, Dória estuda com mais detalhe a família Pires de Carvalho, originária de Domingos Pires de Carvalho

23 Idem. p. 106.

24 Idem. p. 104.

25 Idem. p. 109.

[c.1640-1708], chegado à Bahia por volta de 1660 e homem de origens muito modestas em Portugal. Em sua trajetória, Domingos Pires adquiriu uma das maiores fortunas da Bahia e possibilitou que sua família obtivesse grande prestígio, que foi aumentado nas gerações subsequentes, de forma que seu filho José Pires de Carvalho [1677-1759] ocupou vários cargos de relevo e casou-se com D. Teresa Cavalcanti de Albuquerque, de uma antiga família de senhores de engenho de origem pernambucana. A partir daí, a família passa a se chamar Pires de Carvalho e Albuquerque e torna-se numa das mais importantes da Bahia, ocupando importantes posições de poder e ligando-se aos Ávila em 1752, através do casamento de José Pires de Carvalho e Albuquerque [1728-1796] com Leonor Pereira Marinho [1734-1795], filha do 3º Francisco Dias d'Ávila. O morgado da Torre passa à filha do casal a partir da extinção da linha masculina dos Ávila, encerrada com a morte sem descendência legítima de Garcia d'Ávila Pereira de Aragão [1735-1805], irmão de Leonor. Os ricos Pires de Carvalho e Albuquerque estarão envolvidos, de maneira direta ou indireta, nos acontecimentos de fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX, que marcam a crise da colonização portuguesa no Brasil e o processo de autonomia da Colônia.

Dória analisa as ligações obscuras de algumas importantes famílias baianas, incluídos os Pires de Carvalho e Albuquerque, na chamada Conjuração dos Alfaiates (1799), que acabou duramente reprimida pelas autoridades da Coroa. O autor apresenta a disseminação de algumas ideias de cunho liberal na Bahia de fins do setecentos e a adesão de alguns importantes membros dos grupos dominantes locais a essas ideias, mas não aprofunda as razões que teriam levado essas famílias, mesmo que nos bastidores, ao movimento. De toda a forma, segundo essa visão, as famílias envolvidas, temendo a repercussão e alcance do caso, teriam silenciado ante a extensão do movimento, sendo executados alguns envolvidos de baixa extração social com o objetivo

de queima de arquivos. Entretanto, essas ligações entre alguns membros de importantes famílias da elite baiana e movimentos de autonomia, continuaram a ser feitas de forma solerte, voltando a manifestar-se em 1821, quando da eclosão das guerras relacionadas à Independência na Bahia.

O autor apresenta o desenrolar dos acontecimentos políticos e militares na Bahia entre 1821 e 1823, mostrando as posições dos grupos dominantes da antiga Capitania e nova Província do Império, destacando a posição proeminente dos setores oriundos das famílias por ele denominadas mascatais (elite burguesa de origem citadina, alguns até com estudos superiores na Europa) e a omissão das antigas famílias de donos de engenho; esse comportamento estaria, de acordo com Dória, condicionado por fatores ideológicos,

*os agitadores políticos ... chegam do lado de fora, e o “lado de fora”, a Europa, é o lugar das idéias políticas novas, desde o enciclopedismo setecentista francês. Ideologia têm-na, com certeza, esses remanescentes omissos da mais antiga oligarquia do açúcar: acham que lhes oferece mais segurança o governo colonial que um governo revolucionário independente.*²⁶

Feita a Independência, os grupos envolvidos, em especial os Pires de Carvalho e Albuquerque, assumem um comportamento conservador e ajudam na repressão a movimentos de caráter mais popular ocorridos durante a Regência, integrando-se aos cargos do Estado e obtendo as honrarias de títulos nobiliárquicos concedidos pelo Imperador. Mais uma vez, Dória não aprofunda os motivos da “virada” de posição desses grupos que teriam tido um comportamento revolucionário em 1821/23 e reacionário após

²⁶ Idem. p. 135.

a consolidação da Independência. Em outra parte desse trabalho, discutiremos melhor essa questão, mas certas características do trabalho de Dória são interessantes porque lhe permitem apontar questões substantivas sobre a natureza do exercício e da transmissão do poder, sem, no entanto, avançar mais profundamente na explicação dos motivos.

Apesar de Dória diferenciar seu trabalho dos de Pedro Calmon e Moniz Bandeira, pelas questões que se propõe a discutir e pela estrutura da obra, nele se verifica uma omissão que acaba por reforçar ainda mais os pressupostos dos dois autores, em especial o primeiro. Ao longo do trabalho de Dória, a presença dos índios, dos escravos e dos grupos populares é citada de forma longínqua, apenas como componentes secundários de um drama que tem os grupos dominantes como atores únicos. As interessantes constatações do autor sobre os mecanismos de aquisição e transferência de poder entre famílias dos grupos proeminentes da Bahia colonial ficam como que “pairando no ar” por não relacionarem esse poder ao quadro social mais amplo, onde os grupos subalternos jogam um papel bem mais importante. Dória chega a fazer uma caracterização dos grupos sociais, mais elaborada em *Os Herdeiros do Poder*, entre os quais identifica três classes fundamentais na sociedade brasileira; a classe dominante (conjunto dos que mandam, organizados em grupos familiares), a classe subalterna (conjunto dos que obedecem por não terem outro jeito) e a classe média (desligada do par anterior e desempenhando papéis urbanos e relativamente independentes da classe dominante). A classe subalterna está em colusão com a classe dominante, controlada por esta através de mecanismos de clientelismo, não tendo uma expressão independente. Quanto à classe média, ela representaria o fator de contestação à ordem, pois seu interesse estaria ligado ao exercício democrático do poder, que lhe permitiria galgar posições de proeminência social, que lhe estariam bloqueadas num regime

oligárquico.²⁷ Essa caracterização estabelece uma visão totalmente passiva dos grupos subalternos da sociedade, não permitindo uma compreensão mais ampla dos complexos arranjos políticos que ultrapassam os limites estreitos dos grupos dominantes. Calmon ainda chega a apresentar os conflitos com índios, mesmo que sob uma ótica de que discordamos, permitindo uma visão da violência inerente aos processos de dominação estabelecidos na colônia, Dória apresenta engenhosamente os arranjos familiares como elementos de exercício de poder, mas limita-se a essa questão, não transcendendo para uma dimensão social mais ampla. Seu trabalho ilustra, sem dúvida e com méritos, as potencialidades do estudo genealógico para a História, mas demonstra, ao mesmo tempo, os limites de uma História que permaneça ligada estritamente à genealogia.

Em 2002, foi lançado, em uma edição ricamente ilustrada, o livro *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila*, com um ensaio de Gastão de Holanda, seguido de curtos textos de outros autores sobre algumas questões específicas e um expressivo conjunto de fotografias de Adenor Gondim, patrocinado pela Eletrobrás e pela Fundação Garcia d'Ávila. O ensaio de Gastão de Holanda, publicado postumamente, não estabelece uma nova linha interpretativa ou pretende revelar novas fontes sobre a história da família, daí que não nos alongaremos em sua análise, seu foco central está na preservação e restauração das antigas ruínas de Tatuapara como representantes de importantes episódios da formação nacional, ruínas que representariam o papel dos Ávila como possuidores de um poder feudal e donos de uma grande fortuna e conquistadores de um grande território, reproduzindo em linhas gerais as formulações de Calmon:

²⁷ Veja-se essa caracterização melhor definida em *Os Herdeiros do Poder*. op. cit. p. 29-32.

Ao lado da legislação em vigor, de Portugal e da Espanha, o sonho dos Ávilas era passar de conquistadores a proprietários de grandes extensões de terras. A divisão do território em capitânias hereditárias traduz a estrutura feudal existente na Europa de moldes medievais. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila foi o maior centro civil de desenvolvimento do Brasil colonial.²⁸

O ensaio organiza-se de forma cronológica, através das gerações da família, e tem um interesse maior não propriamente por apresentar novas leituras sobre a Casa da Torre, mas por atualizar antigas formulações já presentes em trabalhos anteriores, de forma que nos permite perceber a permanência dos pressupostos elaborados por Pedro Calmon mesmo seis décadas após a primeira edição de sua *História da Casa da Torre*.

Os textos seguintes (afora dois textos curtos, um de Sheila Brasileiro sobre as Missões Religiosas e outro de Júlio Braga sobre a gameleira existente junto às ruínas da Casa da Torre) dedicam-se a apresentar os resultados dos trabalhos de restauração do monumento e das pesquisas arqueológicas realizadas no local. Os resultados desses trabalhos fornecerão importantes subsídios para estudos futuros sobre a propriedade de Tatuapara, permitindo identificar as funções, técnicas e fases construtivas das ruínas, além da revelação de diversos objetos que permitirão um melhor entendimento dos aspectos cotidianos da vida em torno da sede da Casa da Torre. Os textos não apresentam resultados conclusivos, uma vez que demandam a necessidade de continuação dos trabalhos, mas já sugerem o rico potencial que os levantamentos arquitetônicos e arqueológicos poderão indicar para uma compreensão mais precisa de vários aspectos ligados à trajetória da Casa da Torre.

²⁸ HOLANDA, Gastão de. op. cit. p. 33.

Na parte mais substantiva da produção escrita sobre a Casa da Torre, identificamos alguns traços comuns aos diversos autores que analisaremos em conjunto, sem querer identificá-los como um grupo. A princípio, todos analisam a trajetória da Casa da Torre baseados num paradigma que considera a ação dos grupos dominantes de uma sociedade como elemento fundamental para a compreensão de sua história; mesmo com diferenças pontuais, esse traço identifica esses trabalhos. Dória mal se refere aos grupos subalternos da sociedade e os identifica como estritamente dependentes dos grupos dominantes; Calmon, por sua vez, não deixa de se referir e até condenar a violência da conquista, mas seu elemento apologético, do papel histórico da Casa da Torre na construção da nação, acaba por transformar essa violência numa desagradável conseqüência do trabalho maior de conquista e consolidação da nação; Moniz Bandeira apresenta uma formulação mais complexa, pois insere a história da Casa da Torre no quadro mais amplo da colonização portuguesa na América e pretende identificar o papel de conquista do território comandado pelos grupos dominantes da sociedade colonial, para os quais não nega a violência então praticada, mas essa violência se torna mesmo auto-justificável pelo avanço do processo histórico e formação da nação brasileira, à medida em que operam linhas de força estruturais que estão além do controle dos agentes individuais. Como já dissemos anteriormente, não consideramos possível ou desejável fazer uma história que simplesmente suprima os grupos dominantes do cenário, como se isso fizesse sumir mesmo a dominação por eles exercida; os trabalhos sobre a resistência desenvolvida por índios, escravos e outros grupos da sociedade, na defesa de seus direitos, não pode ignorar os próprios processos de dominação, sob pena de fazerem, às inversas, uma apologia e não uma história dos grupos dominados, tal como Calmon fez para a Casa da Torre. Por outro lado, a compreensão do processo

de formação da sociedade colonial brasileira não pode prescindir da dimensão dos conflitos sociais como dimensão inerente e fundamental para entendermos as distintas configurações políticas, econômicas e culturais.

Um traço central nos parece que se afirma nos diversos autores, um pouco menos em Dória, que é a da existência de uma consciência nacional que se afirma, paulatinamente, ao longo do período colonial e que culmina na Independência. Os requisitos dessa nacionalidade não são os mesmos para cada autor, mas esse princípio nacional aparece para todos como o resultado necessário dos três séculos de colonização portuguesa. Essa nacionalidade, diretamente herdeira de suas matrizes lusitanas, permite que se construa o grande país que desponta no século XIX; enfim, é nela que identificamos o traço da tradição que orienta esses trabalhos. Essa tradição passa pela afirmação de uma história diretamente comprometida com o paradigma de uma construção da nação brasileira do século XIX, mantidos em boa parte do século XX, que era a de afirmar uma nação que não tivesse a cidadania como base, uma nação baseada na manutenção dos privilégios nas mãos dos antigos grupos dominantes oriundos da Colônia, que preservaram a escravidão enquanto lhes foi possível, e não desenvolveram sistemas políticos que previssem uma participação direta dos grupos subalternos da população. Mesmo quando esses grupos irromperam à cena e manifestaram sua participação ativa, na tentativa de condução de seu próprio destino, essa participação tinha que aparecer como uma “concessão” dos grupos dominantes. Uma tal concepção de política tinha que embasar uma concepção de história coerente consigo própria; logo, se não era possível reconhecer a condição de agentes políticos a esses grupos no presente, só era possível reconhecer no passado esses mesmos grupos ou similares como testemunhas mudas de uma história encenada pelos seus dominadores.

*Agora, detenhamo-nos um pouco sobre o que fizeram os Avillas, synthese do esforço baiano, resumo da acção civilizadora que obraram, tendo por ponto centrico o São Francisco, teatro principal de suas 'entradas'... A propriedade territorial que chegam a ocupar é a maior que já se viu... a Casa da Torre, por seus representantes, sempre luctou, e tenazmente, contra o indio rebellado, fazendo as entradas mais gloriosas e de efeitos mais positivos. Representa, legitimamente, a conquista do sertão bruto pelo bahiano, no seu esforço heroico, decidido, resolutivo.*²⁹

Entre 1835 e 1837, o poeta e militar baiano Ladislau dos Santos Titara publicou, em dois volumes, seu Poema Épico “Paraguassú – Epopéia da Guerra da Independência na Bahia”, dedicado ao Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Visconde de Pirajá.³⁰ Titara, nascido em 1801, na então vila de Capuame, filho do advogado Manuel Ferreira dos Santos Reis e de D. Isidora Maria, afilhado do tenente Antônio Fogaça (o qual possui o mesmo sobrenome de uma das famílias aparentadas aos Ávila, mas sobre o qual não conseguimos maiores informações), tenente de granadeiros do Regimento de Milícias da Marinha da Torre e de sua esposa, D. Maria Eugênia, fez seus estudos e preparou-se para cursar a Universidade de Coimbra, a partir do patrocínio do ministro Thomaz Antônio de Villa Nova Portugal, quando rebentou a Revolução Constitucionalista do Porto e os eventos que levaram à Independência. Empolgado com aqueles acontecimentos, Titara abandonou os estudos e se apresentou como voluntário ao futuro Visconde de Pirajá, sendo engajado como secretário das tropas da

29 VIANNA, Urbino. op. cit. p. 23.

30 TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassú – Epopéia da Guerra da Independência na Bahia*. Edição Fac-similar. São Paulo: Edgard de Cerqueira Falcão/ Revista dos Tribunais, 1973.

Torre, que estiveram envolvidas nas batalhas que se travaram na Bahia, seguindo, então, carreira militar nos anos que se seguiram à Independência. O referido poema épico foi enviado em 1839 ao recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que dispensou boa acolhida ao mesmo e, em 1840, o poeta tornou-se Sócio Correspondente daquela prestigiosa agremiação. Em 1861, faleceu no Rio de Janeiro.³¹

O poema descreve com grande emoção os acontecimentos que se deram em torno das batalhas pela Independência na Bahia, exaltando os heróis que lutaram pela causa tendo, como grande liderança, o comandante dos batalhões de Pirajá e da Torre, Cel. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. O poema tornou-se uma fonte importante para a reconstrução das batalhas então acontecidas, devido ao detalhado registro realizado pelo autor, que anotou cuidadosamente o poema, esclarecendo, em notas de rodapé, os nomes e fatos então aludidos. O longo poema possibilita uma rica análise de diversos aspectos da sociedade baiana da época, bem como da produção literária envolvida na exaltação da Independência; os personagens que dominam a cena, são os grandes homens da Bahia, os membros das mais importantes famílias locais, comparados aos deuses da mitologia grega e romana e exaltados pelos seus atos heróicos.

*“Os Feitos, o denôdo, Os Varões fortes,
Canto da Pátria, que empunhando as armas,
Contra dos lusos aguerridas hostes,
Grilhões delíio odiosos, e magnanima,
Perfidias á Metropole punindo,
Os d’aurea Independencia, e de ser livre,*

³¹ Esses breves dados biográficos foram extraídos de estudo introdutório de Pedro Calmon à edição de Paraguassú citada anteriormente.

*Fóros sacros firmou em bronzeas bases...
... Dá, que divinos guardem, sobranceiros
Aos turvos lagos do esquecido Lethes,
Heròes quantos creou guerreira a Patria”.*³²

O personagem central, inspirado pela deusa da Vitória, aparece conduzindo suas tropas como chefe valoroso, um dos grandes responsáveis pelo feliz desfecho da guerra.

*“Virís atavam, no usurpado berço,
Asp’ro inimigo Indigenas fleiras,
Que Albuquerque (*) immortal modéra em Chefe”*

Na nota de rodapé, Titara apresenta o Albuquerque, personagem principal do poema:

() O Excel. Visconde de Pirajá Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, então Tenente Coronel dos Batalhões da Torre, e Commandante em Chefe das Forças de Pirajá e Torre, e finalmente Ajudante General do Exercito Pacificador: seos serviços foram do maior preço, em crise bem difficil.*³³

É esse chefe que modera os arroubos dos seus comandados, que ajuda a pacificar a Província após a Independência; ele, como outros grandes varões, estão no centro da cena, ao fundo aparecem furtivamente referências à presença de elementos populares (falamos aqui, genericamente, dos grupos subalternos da sociedade

³² Titara. op. cit. Canto I. p. 69. Na edição original correspondia à página 1 do poema, a edição fac-similar apresenta nas páginas a numeração original e a atual. Optamos pela segunda.

³³ Idem. p. 70.

baiana oitocentista), que precisam ter suas paixões refreadas – “*Em quanto a turba hostil urgem vinganças*”³⁴ – para que triunfe a Independência, comandada por chefes prudentes, sem que se comprometa a ordem.

Ao longo dos nove Cantos do poema, as tropas tornam-se legiões, Marte e outros deuses comparecem para participar da porfia, os chefes da guerra, através do esforço heróico e destemido, obtém a sonhada vitória e o triunfo da liberdade, que tem seus dois pontos culminantes na batalha de Pirajá e na retirada definitiva das tropas portuguesas, em 02 de Julho de 1823. Entre tantos personagens que desfilam no poema, interessa-nos aqui mais de perto o próprio personagem central e sua ilustre família, retratada em várias ocasiões. Em certa passagem, o General Labatut pede ao Coronel Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (o futuro Visconde da Torre de Garcia d’Ávila) que narre os acontecimentos notáveis ligados às lutas que, então, se travavam. Assim se refere, no poema, Labatut ao Coronel:

*“Vosso innato valor, Brasila Estirpe,
As gerações presentes, e as vindouras
Applaudirão pasmadas. Tanto affinco
Para, da Honra ao lado, alcaçar (sic) digno
Fundar ao mor dos bens, a Liberdade,
Baldo nunca o vereis. O Deus Supremo,
Que sceptros despedaça, e sume imperios,
Sempre a fortuna, acode sempre a quantos
Da infame servidão o dorso isentam.
E jáquè em regiões nascidos estranhas,
As aventuras vossas, e os preludios*

34 Idem. p. 81.

*De tão viva contenda, ignoro á fundo;
Tu, Neto de Corrêa, Ávila illustre (1),
Hum dos conspicuos na Bahiense luta...”*

A nota de rodapé de Titara esclarece para o leitor quem é “o neto do Corrêa, o Ávila ilustre”:

(1) O Coronel Commandante dos Batalhões da Torre, o Excel. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Ávila Pereira, hoje Visconde da Torre de Garcia d’Ávila, pingue e antigo Morgado da casa da Princeza Catharina.³⁵

Tratava-se do rico e ilustre herdeiro de algumas das mais célebres famílias baianas, personagem de proa da boa sociedade baiana na ocasião da Independência e da consolidação do Estado Imperial. Essa mesma Torre, que é descrita com grande vivacidade no Canto VII:

*A esplendida morada, que da Torre
Casa illustre nomeou-se; o prisco Paço
D’esta Princeza do Brasil primeira, (1)
Bahiana Heroína P’ruguassú formosa.*

*Em vez d’acatamento, ira lhes alça,
Monumento, aos Bahianos d’alto orgulho;*

*E onde, ferido prelio, os inimigos,
Os inimigos tanto profligára.³⁶*

35 Idem. p. 153/154.

36 Idem. p. 447.

Na exaltação aos heróis da Independência, o poema dá grande destaque à célebre Casa da Torre, herdeira da Princesa Catarina Paraguassu e um monumento da nacionalidade brasileira, que se esboçava desde os primeiros momentos da obra da conquista do território pelo arrojo dos colonos, somado à bravura dos índios aliados, representado pelo casal Caramuru e Paraguassu. Destacaremos dois pontos, ao nosso ver, marcantes do poema: o primeiro, de que já falamos, a presença meramente marginal da maior parte da população integrante dos grupos subalternos da sociedade nos acontecimentos; em segundo lugar, é muito interessante a atribuição do título de Princesa à índia Paraguassu, uma vez que esse é um elemento integrante da hierarquia social européia, completamente estranha à organização das distintas sociedades indígenas que então habitavam o território que veio a constituir o Brasil. Esse atributo de nobreza aos índios aliados e que estavam presentes na origem de antigas famílias proprietárias das diversas capitânias, foi um traço marcante das genealogias que exaltavam Arcoverde, em Pernambuco, ou Bartira, em São Paulo, como Princesas indígenas, raízes de notáveis famílias dessas Capitânias. Esse expediente genealógico tinha a função de reforçar os elementos de manipulação que visavam a atribuir origem nobre a grande parte das famílias enriquecidas no Brasil. Certamente algumas dessas famílias tiveram origem em integrantes da nobreza lusitana, mas interessa-nos de perto as manipulações que levavam muitos dos enriquecidos no Brasil a buscarem dourar suas origens para se colocarem numa posição de nobreza da terra; trataremos melhor dessa questão, em especial no que diz respeito aos Dias d'Ávila, em outra parte desse trabalho.

Da discussão da tradição que até agora realizamos, vamos sistematizar as questões que nos parecem essenciais para qualificá-la melhor. Retomando o Padre Bluteau, que reproduzimos em

epígrafe, uma tradição é uma doutrina que se comunica de uma geração a outra, de uma era a outra, que passa de pais para filhos, por escrito ou oralmente, sendo compostas por algumas leis, histórias ou outras notícias. No caso que discutimos, entendemos que, em torno da Casa da Torre, mas não exclusivamente em relação a ela, se construiu uma tradição historiográfica, que, com algumas variações, mantém seus elementos essenciais intocados. Essa tradição inicia-se pela afirmação da existência de uma nobreza da terra, descendente da nobreza européia e indígena, que realiza a conquista da terra à custa de sua coragem e esforço pessoal, impõe a ordem nessa terra conquistada, propicia a civilização dos selvagens e representa a origem de um sentimento nacional, que se manifesta no processo de Independência e consolidação do Estado Imperial. Essas características habilitam essas famílias a exercerem a governança da terra e se tornarem o próprio centro da vida social do país, de onde irradiam os movimentos que dão a dinâmica ao todo social. Nessa percepção, à grande maioria da sociedade é conferido um papel meramente acessório, como componentes secundários do cenário dominado pelos verdadeiros personagens da história.

Certamente, o poema de Titara é uma obra de natureza literária e não historiográfica e essa mesma tradição apontada não teria relação com a produção de obras de História; mas duas questões se colocam à consideração, a primeira é a de que sua publicação valeu ao autor o ingresso como Sócio Correspondente no prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a entidade responsável pela construção da História Nacional, o que não aconteceria se não se considerasse o valor de sua contribuição para esses objetivos; por outro lado, a historiografia elaborada depois reteve, de forma maior ou menor, essas mesmas características que apontamos na obra de Titara e que discutiremos de forma mais detalhada a seguir.

1.2 A TRADIÇÃO DAS RUÍNAS

Três séculos de tradições brasileiras continuam a morar nessas ruínas....³⁷

...considerando também ser a sua casa tal por sua antiguidade e nobreza, que os que nela sucederem me poderão sempre servir e aos meus augustos sucessores tão honradamente como deles espero, e o fizeram os de quem ele descende, cuja memória Me é muito presente..... Me saberá sempre merecer, continuando a prestar à nação iguais serviços; Me praz e hei por bem de lhe fazer mercê, como faço, do título de Barão da Torre de Garcia d'Ávila, elevando por este modo o título de senhorio de que de tempos antigos tem gozado sua Casa e família.³⁸

Tomemos a Casa da Torre como um dos exemplos mais marcantes do discurso da tradição das grandes famílias construtoras da Nação; a vasta bibliografia à respeito não deixa margem de dúvida que estamos diante de um verdadeiro ícone do patriarcalismo brasileiro. A Casa da Torre ocupa um lugar especial no imaginário de uma alegada nobreza brasileira, descendente direta das melhores casas reinantes e nobres da Europa e dotada de uma vasta folha de serviços prestados à causa da construção da Nação e da defesa da Pátria.

Acrescente-se à importância da Casa da Torre a imponência das ruínas da sede do Morgado, em Tatuapara, que são notáveis pelas suas dimensões [Veja-se fotos em Anexo]. Essas ruínas, que

37 CALMON, Pedro. op. cit. p. 218.

38 Cópia da concessão do Título de Barão da Torre de Garcia d'Ávila ao Coronel e Comendador Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1º de Dezembro de 1822. IHGB, Lata 347, Doc. 3.

despertam uma forte impressão nos visitantes, já foram objeto de estudo de diversos autores e incendiaram a imaginação de muitos outros, que reproduziram ou acrescentaram detalhes ao imaginário que existem em torno da antiga construção. Entre lendas, fantasias e especulações que cercam o local, só muito recentemente iniciaram-se estudos arqueológicos mais consistentes sobre a construção e o seu entorno, de forma que talvez se torne possível visualizar com maior segurança os aspectos próprios da vida na sede dessa grande propriedade, cabeça dos empreendimentos da Casa da Torre.³⁹

Em vários estudos sobre as ruínas da Casa da Torre, alguns autores as vêem como um verdadeiro exemplar de castelo feudal: “o *Castello da Torre de Garcia de Avilla*, único de *estyllo medieval construído na América*”.⁴⁰ Essa afirmação é repetida em vários escritos que narram antigas lendas de tesouros enterrados, túneis

39 Já tivemos ocasião de visitar e fotografar a Casa da Torre em 1998. A propriedade é bastante visitada por turistas e pertence à Fundação Garcia d'Ávila, que desenvolve várias atividades de cunho turístico, cultural e ambiental na região. Sobre os trabalhos arqueológicos e de restauração, iniciados após essa data, temos informações genéricas através de alguns sites na Internet como o da Fundação Garcia d'Ávila (www.fgd.org.br) ou o do Instituto Itaú Cultural (www.itaucultural.org.br/arqueologia). Também em revistas de grande circulação e publicações turísticas não é raro aparecerem artigos destacando a Casa da Torre e a família Dias d'Ávila; reproduzimos nos ANEXOS IV e V algum material de tal teor, de épocas mais recentes, bem como de algumas décadas anteriores.

40 BORGES DE BARROS, Francisco. op. cit. p. 47. Sobre as ruínas da Casa da Torre há muitos trabalhos escritos em várias épocas e com várias interpretações, veja-se: AMARAL, Braz. Castelo da Torre de Garcia d'Ávila. *Revista do IGHB*. Salvador: IGHB, XXII (X-41): 87-88, 1915. PINHO, Wanderley. Em torno do Castello de Garcia d'Ávila. *Revista do IGHB*. Salvador: IGHB, (55): 403-430, 1929. GODOFREDO FILHO. A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila. *Revista do SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, (3): 251-282, 1939. FONSECA, F. L. A Torre de Garcia d'Ávila. *UNIVERSITAS*, nº 8/9. Salvador, 1971. SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. *REVISTA DO SPHAN*. Rio de Janeiro. (17): 27—125, 1969. AZEVEDO, Paulo Ormino de. As três etapas do Paço dos Ávila em Tatuapara. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. (42): 157-174, março de 1996. PIRES, Christovão Dias de Ávila. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Século XX. *Revista do IGHB*. Salvador. (95): 37-50, 2000.

secretos, fantasmas de antigos moradores e, alguns autores mesmo chegam a imaginar em cores bem vivas como seria a vida no castelo “nos pavimentos do alto, salas inundadas de ar e doce luz, que estremeceram, acaso, à música de clavicórdios, ou ao alígero rumos de passos breves”⁴¹, ou

*fascinavam as pedras raras vindas de Diu e Bombaim, as alfaias de Damasco, as porcellanas da Índia e do Japão ..., os grandes bailes, as cavalhadas para gaudío dos visitantes, as musicas executadas pelos habeis dedos das senhoras fidalgas nas lyras e nas harpas...*⁴²

Ou ainda

*a lateral norte ... era ali, naquelles escusos commodos inferiores, que confinavam com o pateo dos escravos, o local das célebres prisões de supplicio, das negras e pavorosas prisões, em cuja porta pudera haver uma legenda igual á do inferno do poeta florentino. Era ali, em summa, que esbarravam os lacaios delinquentes. Era ali, em conclusão, que ficavam enjaulados os vassallos rebeldes e os inimigos vencidos, para acabar em pedaços de carne sangrenta, ou entre laminas de navalhas giratorias ou entre colmilhos de grandes tigres rajados*⁴³.

Alguns outros, apesar de não apontarem a Torre como um castelo, destacam-na como um testemunho do passado medieval

41 GODOFREDO FILHO. op. cit. p. 269.

42 BARROS. op. cit. p. 52.

43 REQUIÃO, Altamirando. A Mansão Senhorial dos Garcia de Avila – O Castelo da Torre. *O Cruzeiro*, 27 de setembro de 1930. Recorte do acervo do IHGB. Lata 730 Pasta 30.

do Brasil, tal como Luís Weckman, que a vê como “*um símbolo imperecível do feudalismo no Brasil*”⁴⁴.

Um primeiro aspecto a ser analisado mais detidamente, é o significado específico de uma Casa da Torre no quadro da arquitetura portuguesa. Essas construções eram solares fortificados, com ou sem a presença de uma torre, e alguns autores portugueses lembram que não interessava à Coroa a existência de torres fortificadas na mão de particulares, chegando várias a serem demolidas por ordem real.⁴⁵ Segundo Azeredo,

*as casas senhoriais portuguesas mais antigas ... anteriores ao século XV ... distinguíam-se das outras por terem, além do andar térreo, onde se situavam as lojas e estâbulos, um outro andar, o andar nobre, que era a habitação propriamente dita ... Em alguns casos são conhecidas pelo nome de torre, não porque algum dia tivessem tido alguma, mas por terem o referido andar nobre.*⁴⁶

As Casas da Torre poderiam, então, ser casas-fortes com funções militares (com ou sem torre) e de moradia, complementadas por uma capela, ou ainda grandes casas de moradia com a presença do andar nobre, pertencentes a importantes famílias proprietárias em território português. Borges de Barros identificou com propriedade essas características no que tange às suas considerações sobre a Casa da Torre de Tatuapara: “*Pode-se dizer que esses edifícios*

44 WECKMANN, Luís. *La Herencia Medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 150. Vertemos o trecho para o português.

45 AZEREDO, Francisco de. *Casas Senhoriais Portuguesas I*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1978. pg. 10. Sobre as Casas da Torre, veja-se também SOUSA, José João Rigaud de. Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga. *Separata de “O Distrito de Braga”*. Braga. Vol. III da 2ª Série (VII), 1978.

46 Idem. p. 12.

desempenhavam três funções: casa de residência, casa forte para a resistência ao gentio bravo e posto de vigilância da costa”.⁴⁷

Por sua vez, Almeida Prado faz menção a uma torre mandada construir pelo antigo donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, em 1536, sem especificar a sua localização, definindo torre como

*nome genérico para qualquer fortificação, podendo ser até mero quadrado, ou tranqueira armada de algumas bocas de fogo, coberta em forma de varanda por algumas palmas à moda dos índios.*⁴⁸

De acordo com essa definição, a torre seria uma construção com finalidades militares, sem que fosse necessariamente imponente ou servisse como morada nobre, tendo mais uma função de possibilitar uma retaguarda à ocupação de um território a ser dominado. Essa interpretação se aproxima do disposto no Regimento de Tomé de Souza, que determinava que aqueles que recebessem terras para engenhos

*se obrigarão a fazer cada huã em sua terra hua torre ou casa forte da feição e gramdura que declarar-des nas cartas e seraa a que vos parecer segundo o lugar em que estiverem que abastarão pera segurança do dito enjenho e povoadores de seu limite.*⁴⁹

Portanto, a torre ou casa forte teria as dimensões necessárias para a defesa da população em redor, podendo ser ou não uma

47 BARROS. op. cit. p. 48.

48 PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil (1530-1626)*. I Tomo. São Paulo: Nacional, 1945. p. 61.

49 Regimento de Tomé de Souza (17 de Dezembro de 1548). IN: DIAS, Carlos Malheiro (Dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III – A Idade Média Brasileira (1521-1580). Porto: Litografia Nacional, 1924. p. 346.

construção de maiores proporções, não estando excluída a possibilidade de servir como uma morada nobre.

No caso da Casa da Torre de Garcia d’Ávila, os diversos estudiosos e autores não conseguiram localizar a existência de uma torre no corpo da casa. É certo que existiu uma fortificação de certa magnitude na enseada de Tatuapara protegendo o porto natural que se forma na foz do Rio Pojuca. Diversos depoimentos de autores como Pedro Calmon, que estiveram na área, nas décadas de 1920 e 1930, dão conta da existência dessas ruínas na foz do Pojuca e a própria pesquisa arqueológica feita na área tem levantado informações a respeito. Algumas fontes coevas chegam a falar mesmo dessa fortificação, que aparece como uma torre, no mapa da Bahia de Todos os Santos, do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de Diogo de Campos Moreno [imagem reproduzida no ANEXO VI]. Sobre essa imagem, vale considerar a observação, em nota de Hélio Vianna ao livro, de que essa torre

*com desenho simbólico, que não deve corresponder, mesmo aproximadamente, à realidade: uma torre ameada, de três andares (marcados por linhas de seteiras), em que já houve quem quisesse ver mais um ‘castelo’ que uma ‘simples convenção cartográfica’.*⁵⁰

É razoável supor que tenha existido, em algum lugar da extensa propriedade de Tatuapara, uma pequena torre tal como algumas Atalaias (pequenas torres de observação e sinalização) que se espalham ao longo do litoral brasileiro [inserimos no ANEXO II a imagem de uma Atalaia existente nos arredores de João Pessoa – Paraíba], mas apenas o prosseguimento das pesquisas arqueológicas, se feitas criteriosamente, poderá possibilitar conclusões mais firmes

50 Nota de Hélio Vianna em MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p.143.

quanto às funções residenciais, militares e ao complexo econômico específico da propriedade de Tatuapara. Reforçando o caráter militar da Casa da Torre, Cerqueira Falcão destaca esse papel de

atalaia ao tráfego marítimo, fiscalizando o movimento de embarcações que demandavam o porto da Bahia. Interessante semáforo funcionava desde os tempos das invasões holandesas, transmitindo-se a Santo Antônio da Barra os avisos relativos à aproximação de navios suspeitos ou inimigos, por meio de fachos acesos sucessivamente em Tatuapara, São João, Espírito Santo, Itapoan e Rio Vermelho.⁵¹

Outro elemento importante a destacar, é que o primeiro Garcia d'Ávila chamou a *sua torre*⁵² de Tatuapara ou de São Pedro de Rates. Até hoje, há uma divergência de vários autores se Garcia d'Ávila teria construído uma torre em Itapagipe ou Itapoã, essa sim São Pedro de Rates, e outra em Tatuapara, ou se a de Tatuapara chamava-se originalmente São Pedro de Rates. A parca documentação indica que ele esteve envolvido na construção de uma Torre com essa denominação. São Pedro de Rates, no Minho, é a terra natal de Tomé de Souza (e, provavelmente, do próprio Garcia d'Ávila), o que reforça as hipóteses do parentesco entre ambos, além de a região do Minho ter várias Casas da Torre, que poderiam ter servido de modelo à construção baiana. Acrescente-se, por fim a isso, que o primeiro Garcia d'Ávila, no cargo de Almojarife, na construção da cidade de Salvador, deve ter se relacionado com diversas pessoas experientes na área de arquitetura, que podem ter projetado a sua Casa da Torre segundo

51 FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Encantos Tradicionais da Bahia*. São Paulo: Livraria Martins, s/d. Reproduzido no ANEXO III.

52 Em seu testamento, Garcia d'Ávila se diz morador da sua torre de Tatuapara. Veja-se o testamento de Garcia d'Ávila reproduzido em anexo de Calmon, na sua História da Casa da Torre. op. cit. p. 222-227.

modelos disponíveis na época, ou ainda, como supõe Robert Smith, o primeiro Francisco Dias d'Ávila, como homem rico, provavelmente pode ter recebido conselhos do engenheiro Francisco de Frias, que esteve na Bahia entre 1617 e 1621.⁵³ Godofredo Filho alega saber da existência de uma planta da Casa da Torre existente na Alemanha, porém, até o momento em que concluímos esse trabalho, nada de concreto foi encontrado ou divulgado.

Em seu já mencionado texto sobre a arquitetura civil no período colonial, Robert Smith distingue a Casa da Torre de Garcia d'Ávila como a mais famosa e única remanescente das casas fortificadas que foram erguidas a partir das ordens constantes no Regimento de Tomé de Souza sobre a construção de torres com o objetivo de possibilitar a ocupação do território e garantir a defesa da população ao redor. Nesse sentido, a construção de Tatuapara seria uma construção civil, com adaptações militares, cuja finalidade, além de moradia e produção, seria a de suplementar o sistema de defesa que se estabelecia nos arredores da Cidade de Salvador. Apesar dessas considerações que faz sobre os supostos militares da Torre, Smith entende que a construção (à qual, em certo momento, chama de castelo) seria destinada ao uso feudal. Sua construção obedeceria duas fases principais, uma em fins do século XVI e a segunda, no início do XVII. Como o texto se destina ao estudo da habitação civil, limita-se propriamente à sede do morgado, não realizando maiores discussões acerca do seu entorno, com as povoações e unidades produtivas a ela ligadas.

Outros arquitetos e estudiosos realizaram investigações sobre as ruínas, procurando identificar as técnicas construtivas e suas fases prováveis, a disposição e funcionalidade dos cômodos, as modificações e ampliações sofridas ao longo das gerações e as

53 SMITH, Robert C. op. cit. p. 37.

características da área de entorno. Fernando L. Fonseca propõe que a Casa deve ter dois distintos estágios construtivos a partir das técnicas empregadas: a capela e os aposentos anexos estão construídos em alvenaria de tijolos e constituiriam a parte mais primitiva do século XVI e os aposentos posteriores, construídos em alvenaria de pedra, seriam de uma época mais recente. Ainda segundo Fonseca, a estrutura de construção da Casa não obedecia à técnica de uma moderna fortificação nos padrões à época vigentes, uma vez que não se destinava a combates de maior poder de fogo contra estrangeiros, mas à resistência contra possíveis ataques indígenas, carentes de maior poder bélico, o que tornaria desnecessária a construção de uma estrutura militar de maior porte. Por fim, seu estudo, apesar de destacar a imponência da construção, desmistifica algumas afirmações grandiloquentes feitas sobre a mesma: “*O conjunto magnífico construído por Garcia d’Ávila, o Velho, não pode ser confundido com um castelo medieval, pois foi, desde o início, edificado para servir de Torre*”.⁵⁴

Em seu *Atlas dos Monumentos Históricos do Brasil*, o Arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles faz considerações de ordem geral sobre a construção. Após um breve histórico da construção, desenvolve uma reflexão, segundo a qual a Casa da Torre se constitui num dos poucos remanescentes do quinhentos e num dos mais significativos conjuntos arquitetônicos do Brasil, dada a sua imponência e antiguidade. O arquiteto identifica duas fases principais de construção, uma de fins do século XVI e outra de maior porte, de início do XVII, onde se destaca a capela hexagonal do seiscentos e as estruturas de cantaria, visíveis devido ao estado de ruína da maior parte da edificação. Ainda segundo Telles, a residência guarda traços de um imponente solar urbano

e prenuncia os traços de sobrados e paços municipais da Bahia de fins do XVII e mesmo do XVIII.⁵⁵

Os criteriosos levantamentos arquitetônicos realizados pelo Arquiteto Paulo Ormino de Azevedo [cujas plantas reproduzimos no ANEXO III], através da análise das técnicas construtivas, das alterações de ordem estilística, do material utilizado e do confronto com as fontes disponíveis, propõem a existência de três principais etapas de construção da Casa. Segundo Azevedo, antes de levantar sua suntuosa residência, Garcia d’Ávila deve ter erguido uma primeira casa, ainda de menor porte nas imediações e, após enriquecer, deve ter iniciado uma Casa de maior suntuosidade, com a capela renascentista anexa, que corresponderia à primeira etapa, realizada nas últimas décadas do século XVI. Essa construção, com entrada voltada para o poente, tinha como seu ponto mais destacado a capela, que dominava o conjunto, tendo a si anexa uma casa ainda de proporções acanhadas (fotografia 1 e Plantas 1 e 2). A segunda etapa não se constituiu em uma simples ampliação da primeira, mas numa edificação conceitualmente nova, seis vezes maior que a primitiva construção, que não foi destruída, mas englobada pela nova, que passou a obedecer um padrão barroco e, provavelmente, foi realizada após a expulsão dos holandeses, quando o patrimônio da família havia se ampliado consideravelmente. Ao contrário da primeira etapa, a Casa se tornou bem mais imponente que a capela e se centralizou em torno de um pátio formado por alas erguidas em forma de U voltadas para o mar (fotografias 2, 3, 4 e 5 e Plantas 1 e 3). A terceira etapa se realizou após a criação do morgado, em fins do século XVII, e teve como finalidade criar uma ala destinada a funções administrativas, residência de feitores e depósitos, que voltou a entrada da casa para o norte (fotografia 6 e Plantas 1 e 4).

54 FONSECA, Fernando L. op.cit. p. 69.

55 TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985. p. 65-67.

Essa última etapa é a mais arruinada da antiga construção e Azevedo conclui que, com o declínio econômico do morgado, essa ala teria sido abandonada e sua cantaria teria sido usada em novas instalações destinadas à armação de baleias, erguida sobre as fundações de um fortim erguido em 1703 na enseada de Tatuapara, chegando a essa constatação pela análise do material utilizado nessas instalações.

O trabalho já discutido de Dória discute a Casa da Torre de Garcia d'Ávila, que teria sua origem mais remota nas antigas *case-torri* italianas do século XIII “*torreões fortificados servindo como moradia para nobres vindos do campo ou burgueses enriquecidos e desejando se proteger*”.⁵⁶ Essa arquitetura absorvida em Portugal chegou à Bahia quinhentista através do mestre de obras Luís Dias, discípulo do mestre Miguel Arruda, que teve contato e recebeu influência de engenheiros militares italianos, especializados em fortificações urbanas. Por intermédio de Luís Dias, Garcia d'Ávila teria obtido o desenho de sua Casa da Torre com a capela sextavada, explicando-se, assim, a origem do singular desenho daquela construção; entretanto, o autor não discute mais amiúde questões como as das técnicas construtivas empregadas, das fases de construção e dos usos da construção ao longo do tempo.

Um dos trabalhos mais recentes sobre a construção foi publicado pelo Engenheiro Militar Christovão Dias de Ávila Pires Júnior, no qual faz minucioso levantamento das providências tomadas, em distintos períodos, para a preservação da Casa da Torre, envolvendo a sede do morgado e a área de entorno. No primeiro período (1900-1938), essas providências dependeram da mobilização de diversos intelectuais que, através da imprensa ou de outras formas de manifestação, desenvolveram esforços para a preservação do importante monumento, tal como o Decreto-Lei 1.983, de 12/06/1927, proposto pelo então Deputado Pedro Calmon. Após a criação do IPHAN, inicia-se o segundo período (1939-

1970), no qual a Casa da Torre foi tombada a partir de relatório do Prof. Godofredo Filho, publicado na Revista daquela Instituição (sobre o qual realizamos considerações) e foram realizadas algumas obras de pequeno porte visando limpar e impedir a continuação da ruína do bem, além de alguns levantamentos voltados para um futuro trabalho de restauração. O terceiro período (1971-1995) esteve relacionado à aquisição da área por um grupo empresarial dirigido pelo Sr. Klaus Peters e ao desenvolvimento de um projeto turístico para a área e às medidas tomadas para a criação de um Parque Histórico, bem como da sua adequação para a realização das atividades turísticas e hoteleiras previstas. Essas atividades e a especulação imobiliária a ela ligada, muitas vezes, se chocaram com a necessidade de preservação do complexo de Tatuapara, levando a uma intensa batalha jurídica em torno da questão, a respeito da qual o autor elaborou uma cuidadosa cronologia. Em meio a essa situação, os proprietários criaram a Fundação Garcia d'Ávila (1981), voltada para a preservação do monumento, além de ter sido instituída uma Reserva Ecológica e instalada base do Projeto Tamar (Tartaruga Marinha). O quarto período, sobreposto a parte do terceiro (1989-1999), é marcado pela viabilização das condições para a restauração da Casa da Torre e a criação do Centro Cultural e de Pesquisas da Casa da Torre (CCPC Torre), do qual o autor é Presidente. Nesse contexto, são tomadas as medidas decisivas para a definitiva restauração e revitalização do monumento, envolvendo várias entidades, públicas e privadas, e que possibilitam o quinto período (após 1999), no qual são iniciados os trabalhos de restauração da construção. Além do site oficial da Fundação Garcia d'Ávila, a grande imprensa tem divulgado, eventualmente, notícias sobre o andamento dos trabalhos bem como dos atrativos turísticos da área, notadamente em cadernos de turismo (reproduzimos em anexo várias matérias jornalísticas recentes sobre a Casa da Torre).

Apesar do rigor do trabalho do Dr. Pires Jr., cabe uma ressalva importante. Os estudos de Fernando Fonseca e de Paulo Ormindó

56 DÓRIA, Francisco Antônio. op. cit. p. 89

de Azevedo, apesar de destacarem a relevância da construção, já haviam descartado os excessos de imaginação que transformavam a Casa numa espécie de castelo medieval. Os artigos escritos no princípio do século XX (os quais apresentamos sumariamente) difundiram a imagem de um grande castelo medieval, sede do maior feudo que já se viu, verdadeira corte de nobres nos trópicos. Para criarem esse imaginário, foi suficiente exagerar certos aspectos da pesquisa documental, associá-los a uma certa dose de imaginação, dar vazão a certas lendas que se difundiram entre a população local e, logo, estava criada a lenda, que reproduzida aqui e ali por interesses de divulgação turística, ganhou foros de verdade. No referido artigo do Dr. Pires Jr. e no site oficial do CCPC Torre, o imaginário do castelo nobre volta em toda a sua intensidade. O autor organizou um Calendário Gratular da Casa da Torre e um Armorial Histórico da Casa da Torre que a vincula às maiores Casas reinantes da Europa, à mais alta nobreza, aos Reis de Jerusalém, em suma, uma verdadeira apoteose da Casa da Torre.⁵⁷

Não nos interessa, particularmente, estabelecer uma discussão sobre essa possibilidade. Saber ou não se as famílias que se entrelaçam na Casa da Torre, tem suas origens vinculadas à mais alta nobreza do Velho Mundo, é uma questão que não nos parece ser da maior pertinência, mas nos parece que falta o adequado suporte de uma acurada e detalhada pesquisa genealógica, que consiga estabelecer, entre outras questões relevantes, um dado decisivo: o nome dos pais do 1º Garcia d'Ávila. Respondida essa questão, estão abertas as mais diversas possibilidades de vinculação familiar, desde à mais alta nobreza, até à presença dos chamados defeitos mecânicos ou de sangue (tal como se colocava no contexto do século XVII, há inclusive autores que levantam a possibilidade

57 No site www.casadatorre.org.br, o Dr. Pires Jr., apresenta as famílias integrantes e os vínculos à Casa da Torre, entre as quais relaciona os Reis de Jerusalém, o Papa Adriano VI, os Marqueses de Montferrat, os Reis de Aragão e outras casas nobres da Europa.

da mãe do 1º Garcia d'Ávila ser uma judia, o que era motivo de discriminação social e legal na maior parte do período colonial brasileiro⁵⁸). Aceitando-se, por sua vez, que Garcia d'Ávila fosse filho de Tomé de Souza e isso lhe garantisse o eventual parentesco com a mais alta nobreza europeia, mesmo assim, a coisa não se torna mais fácil. Tomé de Souza era neto de Pero de Souza, que casou-se com D. Maria Pinheiro, de provável ascendência cristã-nova ou mourisca; era filho de João de Souza, Prior de Rates, que casou-se com Mécia Rodrigues de Figueiredo, cuja ascendência nobre ou judia é discutível.⁵⁹ A própria mãe de Garcia d'Ávila é uma completa incógnita, e sua sogra e sua esposa legítima Mécia Rodrigues foram denunciada por sua enteada Isabel d'Ávila como judaizantes ao visitador do Santo Ofício em 1591.⁶⁰ Ainda no seu testamento de 1609, Garcia fez doação aos licenciados Francisco Lopes Brandão e Gonçalo Homem de Almeida, cristãos novos, que o auxiliaram, provavelmente na redação do documento.⁶¹ Portanto, com tantas possibilidades em aberto, qualquer imaginação genealógica vivaz pode estabelecer linhagem entre Garcia d'Ávila e o rei cristão de Jerusalém, Balduino I (1100-1118) ou o rei judeu de Judá, Jeroboão I, é mais uma questão de opção.

Certamente, não estamos pensando em questionar a importância histórica da Casa da Torre, objeto de tantos estudos

58 Segundo Salvador: “As pesquisas prosseguiram no governo de Luís de Brito e Almeida (1573-1578), quando encarregou ao cristão-novo Garcia d'Ávila, atrás mencionado, de povoar a área, e bem assim ao seu parente Belchior Dias Moréia, ousado sertanista.”. IN: SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755). Relações com a Inglaterra*. São Paulo: Pioneira, 1992. p. 2. Grifo nosso.

59 Veja-se discussão sobre as possíveis origens familiares de Tomé de Souza em NAZARETH, Gilson. *O Imaginário Fidalgo de uma sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Doutorado em Comunicação/UFRJ, 1998. p. 105.

60 Denúncias da Bahia. Citado em CALMON, Pedro. op. cit. p. 33.

61 Testamento de Garcia d'Ávila. IN: CALMON, Pedro. op. cit.

e publicações, além de nossa própria Tese de Doutorado, que teria, nesse sentido, objetivos bastante pífios. Mas nos parece que a questão fundamental é outra, qual seja, a da construção de uma tradição histórica, que, buscando suporte na pesquisa documental, extrapola para a criação de um imaginário de nobreza no Novo Mundo.

De qualquer forma, os estudos arquitetônicos e arqueológicos em curso estão indicando com maior precisão as etapas e técnicas de construção, as alterações estilísticas, os materiais utilizados, as funções residenciais, administrativas e militares, os usos cotidianos, as características do entorno e poderão sugerir um quadro mais consistente sobre a propriedade de Tatuapara. Um grande volume de material arqueológico está permitindo o conhecimento mais detalhado dos aspectos da vida cotidiana no solar e nas construções anexas, nos pequenos povoados ao redor, as estruturas de produção e defesa e o pequeno porto na enseada de Tatuapara. Entretanto, o acelerado avanço dos empreendimentos turísticos e imobiliários na área pode comprometer, definitivamente, algumas possibilidades de investigação arqueológica, destruindo sítios de grande significação para a compreensão de certos aspectos das estruturas produtivas e militares possivelmente remanescentes, assim como a de ocupações indígenas mais antigas na área. Por outro lado, essa recente reconfiguração da vasta área para atividades ligadas ao turismo, tem significado foco constante de conflitos com populações tradicionais da região, remanescentes de possíveis antigos quilombos, o que tem levado a conflitos e disputas de ordem judicial pela posse das terras e definição de seus usos⁶².

Fontes coevas de fins do século XVI e início do século XVII deixaram patente a importância militar da Casa da Torre,

62 Agradeço ao Sr. Fabiano Barretto o envio de diversas informações recentes sobre os conflitos entre empresas turísticas e comunidades tradicionais em Sapiranga, Itacimirim e outras áreas que estiveram sob o domínio da Casa da Torre.

assim como a imponência da sede. Em 1583, apesar do crescente conflito com os jesuítas, Garcia d'Ávila recebeu a visita do Padre Christóvão Gouveia, acompanhado do Padre Fernão Cardim, que deixou, na sua Narrativa Epistolar da viagem, a informação de que esteve em uma residência de um dos homens mais ricos da Bahia; apesar de não mencionar o nome da pessoa, os historiadores que analisaram o texto, não duvidam tratar-se de Garcia d'Ávila, particularmente pela descrição da capela sextavada anexa à casa, que ainda está de pé e compõe o conjunto arquitetônico e arqueológico da Casa da Torre:

Aquella noite fomos ter á casa de um homem rico que esperava o padre visitador: é nesta Bahia o segundo em riquezas por ter sete ou oito leguas de terra por costa, em a qual se acha o melhor ambar que por cá há, e só em um anno colheu oito mil cruzados delle, sem lhe custar nada. Tem tanto gado que lhe não sabe o numero, e só do bravo e perdido sustentou as armadas d'El-rei. Agasalhou o padre em sua casa armada de guadamecins com uma rica cama, deu-nos sempre de comer aves, perus, manjar branco, etc. Elle mesmo, desbarretado, servia a mesa e nos ajudava á missa, em uma sua capella, a mais formosa que há no Brasil, feita toda de estuque e timtim de obra maravilhosa de molduras, laçarias, e cornijas; é de abobada sextavada com tres portas, e tem-na mui bem provida de ornamentos.⁶³

Gabriel Soares de Souza, alguns anos depois, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, também fez referência à importância de sua localização estratégica e da riqueza de seu proprietário:

63 CARDIM, Pe. Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 154.

Tatuapara é uma enseada, onde se mete um riacho deste nome, no qual entram caravelões da costa com preamar; nesta enseada têm os navios muito boa abrigada e surgidouro, de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia d'Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade do Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casas de sua vivenda, e uma igreja de Nossa Senhora, mui ornada, toda de abóbada, na qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos. Este Garcia d'Ávila tem toda sua fazenda em criações de vacas e éguas, e terá alguns dez currais por esta terra adiante; e os padres da companhia têm neste direito uma aldeia de índios forros tupinambás, a qual se chama Santo Antônio, onde haverá mais de trezentos homens de peleja; e perto dessa aldeia têm os padres três currais de vacas, que granjeiam, os quais têm na aldeia uma formosa igreja de Santo Antônio, e um recolhimento onde estão sempre um padre de missa e um irmão, que doutrinam estes índios na nossa santa fé católica, no que os padres trabalham todo o possível; mas por demais, porque é este gentio tão bárbaro, que até hoje não há nenhum que viva como cristão, tanto que se apartam da conversação dos padres oito dias.⁶⁴

Diogo de Campos Moreno, algumas décadas mais tarde, também descreve a região em torno da torre e a presença de inúmeros currais que se estendiam até Sergipe:

Da ponta de Santo Antônio para o norte, a treze léguas está a torre de Garcia d'Ávila, e toda aquela costa é de areais brancos, a que chamam os Lençóis; tem algumas malhas de terra boas para currais de

gado e para mantimentos desta torre; até o rio Real toda a terra é fraca, tirado o rio Itapicuru, e povoada de currais e roças; nesse rio Real acaba a demarcação da capitania da Bahia e começa a capitania de Sergipe d'El-Rei, que toma a enseada de Itapicuru e a de Vasa-Barris até a ponta do rio de São Francisco, e tudo são currais de gado e roças.⁶⁵

Outros importantes relatos do período colonial destacaram o importante papel de auxiliar na defesa do norte de Salvador, desempenhado a partir de Tatuapara. Frei Vicente do Salvador cita, em duas passagens de sua *História do Brasil*, essa função militar no contexto da invasão holandesa a Salvador: a primeira, em uma tentativa de assalto ao Carmo por tropas de índios comandadas pelo 1º Francisco Dias d'Ávila; a segunda, na utilização de Tatuapara como área de desembarque de naus de apoio ao arraial comandado pelo Bispo D. Marcos Teixeira como foco da resistência à ocupação holandesa. Segundo o Frade,

a este arraial se trazia a vender carne, peixe, frutas, farinhas e o mais que havia por todo o recôncavo, e algum pouco vinho e azeite que se trazia de Pernambuco em barcos até à torre de Francisco Dias de Ávila, e daí por terra ao arraial.⁶⁶

Novamente a Casa da Torre se envolveu num conflito armado contra europeus por ocasião da invasão holandesa em Pernambuco. Em 1637, os holandeses lançaram uma grande ofensiva visando estabelecer um controle mais efetivo da região em torno de Pernambuco. Nessa ofensiva, tomaram Porto Calvo e

64 SOUSA, Gabriel Soares de. op. cit. p. 70.

65 MORENO, Diogo de Campos. op. cit. p. 142-143.

66 Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil (1500-1627)*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 368.

estenderam sua dominação até as margens do rio São Francisco, no Forte Maurício (Penedo). As tropas luso-espanholas e brasileiras, sob o comando de Giovanni Vincenzo Sanfelice, Conde de Bagnuolo, recuaram para Sergipe e, a partir de São Cristóvão, lançaram ataques contra as posições holandesas, o que levou os holandeses a atacarem Sergipe, obrigando a um novo recuo das tropas do Conde Bagnuolo até à Torre de Garcia d'Ávila, onde permaneceram estacionadas, guardando a costa norte da Bahia contra um possível ataque holandês, que veio a se verificar no início do ano seguinte e que redundou na derrota das forças holandesas. Importa aqui compreender o papel da Casa da Torre nos acontecimentos que então se passaram. Em 29 de Novembro de 1637, as tropas de Bagnuolo chegaram à Torre (cumprir dizer, brevemente, que há um debate por parte da historiografia quanto à possível covardia do Conde, que não nos interessa alongar) e foram recebidas, abastecidas e ficaram estacionadas, até que ordens recebidas a 08 de Abril do ano seguinte determinaram seu deslocamento para auxiliar na defesa de Salvador.

Dois importantes relatos da época se referiram a esse papel da Torre. Na sua *História da Guerra Brasileira*, Francisco de Brito Freire diz que:

Sentiu-se mais pela falta de mantimento o trabalho da marcha. E gastou o Mestre-de-Campo-Geral muitos dias na de Sergipe à Torre de Garcia de Ávila. Que pessoa deste nome fundou naquele sítio, quatorze léguas da Bahia. Donde tinha vindo, por ordem de Pedro da Silva [Governador-Geral – 1635-1639], o provedor da fazenda real, Pedro Cadena Villafanti, esperar ao Banholo para resolver com ele: A parte em que melhor alojariam a sua infantaria, enviando alguma a Sergipe a retirar gados, ouvir línguas e trazer notícias do inimigo (...) era chegado de presente à Bahia por mestre-de-

-campo de um terço [Luís Barbalho] que se levantava em Lisboa... Como vinha essa infantaria para se agregar à de Pernambuco, aquartelou-se na Torre de Gracia de Avilla. Junto da qual surgiu depois, em uma caravela partida de Lisboa, Heitor de la Calche, com outra patente de mestre-de-campo do terço napolitano, que conservava mais o nome do que a gente.⁶⁷

Por sua vez, o holandês Gaspar Barléu também relatou os mesmos acontecimentos. Segundo Barléu, o Conde de Bagnuolo:

sendo informado de que Nassau fazia suas tropas passar o São Francisco, aproximando-se, conduziu o seu exército para a Torre de Garcia de Ávila, situada 14 léguas de S. Salvador, para o norte, e fê-lo com tal celeridade que arrastava os soldados, sem lhes dar descanso nem de dia, nem de noite (...) Travando combate naval, entre a Baía de Todos os Santos e a Torre de Garcia de Ávila, com algumas naus espanholas, pelejou bravamente o capitão Schaap, marujo em extremo valoroso. (...) Não cessou o inimigo, conquanto ocupasse o sul do rio de São Francisco, de causar danos aos nossos. Levou prisioneiros para a Torre de Garcia de Ávila alguns marinheiros que haviam saltado em terra com o fim de capturar gado, e, atravessando em canoas o rio, ganhou-lhe a margem setentrional, onde caiu de improviso sobre os nossos soldados, que vagavam descuidosos nas paragens do Cururipe. (...) Demandando do mar alto a terra, avistaram os holandeses primeiro a Torre de Garcia de Ávila e a de Santo Antônio. Era parecer do

⁶⁷ FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca, 2001. p. 250 e 257. Escrito entre 1669 e 1674.

*Conde [Nassau] entrar no dia seguinte a Baía de Todos os Santos. (...) vieram ter com o Conde João Maurício, da parte do capitão dos índios Camarão, três emissários, os quais lhe informaram que, ressentido, aquele chefe abandonara com suas forças ao Conde Bagnuolo e se acampara no sertão, perto da Torre de Garcia de Ávila. Vinham eles pedir-nos paz e aliança, afim de poderem todos voltar para sua terras e aldeias.*⁶⁸

Através da transcrição integral de trechos desses relatos coevos, que se referem à riqueza da Casa da Torre, bem como ao papel por ela desempenhado nos acontecimentos ligados à invasão holandesa, pudemos constatar que a Torre, além de possuir um avultado patrimônio, propiciou uma importante base de apoio às tropas que lutaram contra os holandeses, garantindo o pouso necessário, a viabilização de linhas de abastecimento, a vigília da costa (através de atalaias e sinais noturnos de luz) e o armamento de tropas auxiliares. Esse é um papel estratégico⁶⁹, particularmente importante no que tange ao abastecimento das tropas, bastante irregular e precário naquelas condições; portanto trata-se de um papel relevante no contexto, que permitiu, inclusive, que o 2º Garcia d'Ávila obtivesse, em 1641, aos 19 anos, a Patente de Capitão de

68 BARLÊU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 65, 78, 80 e 102. Edição original de 1647.

69 Esse papel estratégico é evidente, não apenas através dos relatos escritos da época, como através da cartografia que destaca a Torre de Garcia d'Ávila como um ponto significativo ao norte de Salvador. Além do já referido mapa de Diogo de Campos Moreno, também inserimos, no ANEXO VI, um mapa publicado por Pedro Calmon, na sua *História da Casa da Torre*, o trecho da costa da Bahia, do *Novus Brasiliae Typus*, de Jodocus Hondius (c.1625), onde há indicação da Torre, publicado na Coleção Grandes Personagens da Nossa História. Vol. Especial de Mapas Históricos. São Paulo: Abril Cultural, 1970, além de outro mapa holandês do litoral entre a Paraíba e Bahia, reproduzido em REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/FAPESP, 2000. p. 80.

Ordenanças, considerando os serviços prestados por seu pai na guerra contra os holandeses, assim como as gerações subsequentes da família obtiveram mercês nas quais alegavam os vários serviços prestados à Coroa, tal como era prática corrente entre os colonos que solicitavam essas mercês, buscando enaltecer seus próprios feitos e o de seus antepassados.

Não deixemos de observar que a navegação ao norte de Salvador, especialmente antes da colonização de Sergipe, tinha Tatuapara como uma referência importante. Entre diversas incidentes na região, lembramos que, numa dessas aventurosas navegações, em 1561, o Padre Rui Pereira informou que

*vindo-nos tempo, nos fizemos à [vela na volta do mar], e erão tão grandes as correntes contra nós que quando fomos demandar a costa [acha]mo-nos algumas 12 legoas acima da Baya, aonde chamão Tatuapara; dali nos f[omos] bordejando ao longo da costa até chegarmos perto do Rio Real...E, polo periguo em que andávamos de dar à costa e, porque começavamos a entrar na costa da gente suspeitosa, que era do Rio de S. Francisco, e na enseada de Vassabarris, e aonde se perdeu o Bispo velho e os que em sua companhia vinhão...e não com muyta agoa nem mantimentos, antes começando já a fome e sede a apertar comnosco, salta-nos o vento em calmaria, e, como as correntes erão contra nós, o vento nem póla bolina nos ajudava: de modo que nos determinamos de hir buscar a costa de Tatuapara perto da Baya para dahy se tornarem por terra os que quisessem e os outros buscassem alguns mantimentos e agoa para fazerem sua viagem.*⁷⁰

70 Carta do Padre Rui Pereira aos Padres e Irmãos de Portugal. Pernambuco, 06 de abril de 1561. IN: LEITE, Serafim. *Carta dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Tomo III (1558-1563). São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954. p. 328-329. Vale destacar que o Bispo velho ao qual o jesuíta se refere é o Bispo D. Pero Fernandes Sardinha,

A Casa da Torre também esteve envolvida em lides militares contra os índios, como já tratamos anteriormente. Constatamos a importância da sua participação na conquista territorial, assim como na defesa das conquistas portuguesas na região da Bahia, entretanto, não é possível avançar além de certas constatações que a documentação nos permite tirar. Pedro Calmon, por exemplo, descreve com grande vivacidade essas lides militares mas, buscando um estilo literário que transmita a emoção dos combates, acaba por criar uma atmosfera de épicas batalhas de nobres, com raro sabor medieval. Seleccionamos alguns desses saborosos trechos, que dão ideia dessa transformação dos enfrentamentos ao norte de Salvador em verdadeiras gestas da cavalaria européia do medievo:

Em 29 de novembro chegou o conde a Tatuapara. Francisco Dias recebeu-o com as honras que devia ao general, a el-rei e a si próprio – tal era a lei da nobreza (...) Alguma armada de Holanda ameaçava os portos da capitania, e os fogos acesos na Torre em 1624 e em 1638, mais uma vez falariam à cidade a sua linguagem protetora... Da sua plataforma, sobre a baía, o senhor da Torre havia de seguir com a vaidade de um rei os movimentos da flotilha de jangadas, que ao léu do vento se afastava da terra, largando às lufadas a sua ponta de pano. Também fazia o oceano vibrar com a cavalgata dos seus cavaleiros marinhos, ele, dono dos campos e dos rios.⁷¹

Atualmente, as imponentes ruínas da Casa da Torre na Praia do Forte não deixam dúvida da existência de uma construção de grande importância e digna de atenção; o próprio estudo de Robert Smith a destaca como “*a residência particular mais monumental*

nafragado naquela região poucos anos antes e devorado pelos índios Caeté, o que deu azo a uma guerra de extermínio contra essa população indígena.

71 CALMON, Pedro. op. cit. p. 65 e 77.

do seu tempo de que se tenha memória nas Américas”.⁷² Mesmo se a Casa da Torre não tivesse as extensas propriedades pelo sertão adentro, a vasta propriedade de Tatuapara estaria a merecer atentos estudos devido às suas funções militares e econômicas no contexto da Bahia colonial. Entretanto, essa importância tem muitas vezes, sido extrapolada apressadamente por alguns autores que a identificam como a sede de um reino imaginário, verdadeiro castelo medieval onde não faltam cavaleiros andantes, jovens donzelas, a mais alta nobreza européia, os terríveis calabouços de feras, grandiosas batalhas, num verdadeiro épico digno de uma idealizada saga medieval brasileira. Não significa com isso que estejamos a negar a ocorrência de diversas histórias dignas de registro na Torre, ao longo desses séculos de sua existência, ou ainda a presença de alguns resquícios do passado medieval português na cultura brasileira, mas avançar a ponto de ver na Casa da Torre uma corte medieval nos trópicos é dar um largo passo adiante, não na história dos Ávilas, mas na construção ou invenção de uma tradição, conforme discutiremos adiante.

Vejam como Pedro Calmon descreve a área em torno da Casa da Torre em Tatuapara:

Descortina-se daí o litoral até o Subaúma, quase até Sergipe do Conde, adunado, de um amarelo fosforescente, irradiante, numa sucessão de lençóis aos pés de maciços palmares que pareciam exércitos, abalados, a um só tempo, pelas lufadas violentas. A terra achana-se hoje, embuça-se por detrás dos coqueirais, festivamente penteados pelo vento ponteiro, e em meio da charneca, das praias, de um sertão raso, a lomba de Tatuapara se eleva com insólito relevo... Ali o almoxarife dos armazéns reais levantou um baluarte. Seria a sua feitoria forte, cujo revelim

72 SMITH, Robert C. op.cit. p. 41.

*era a penedia do surtidouro, atalaia de uma banda, de outro casal pacífico, de onde os rebanhos desciam para os prados sem fim.*⁷³

Apesar de ser a descrição de uma Casa senhorial, erguida na região tropical, em certos momentos, lembra-nos a descrição de velhos castelos ingleses, cercados pela charneca, erguidos sobre as penedias íngremes e dominando as vastas extensões ao seu redor. Referindo às ruínas de Tatuapara, o mesmo Calmon, as descreve mais à frente no mesmo estilo:

*Perdendo a linha conventual das mansões da colônia, ganhou – nas muralhas fendidas – o aspecto das fortalezas medievais, que assinalam, com os altos destroços, o poder extinto, evocando, na poesia das paisagens cheias de história, as gerações que fundaram a nacionalidade*⁷⁴

Se concordarmos com a formulação de Gilberto Freyre, de que a construção de uma casa representa uma certa atitude cultural de convivência com um ambiente que a cerca (uma ecologia), a Casa da Torre representará, talvez como nenhuma construção no país, essa atitude senhorial que é tão cara às tradições familiares. O próprio Freyre tinha a Casa da Torre como esse modelo maior de solar fidalgo, de representante do patriarcalismo dominante na formação do Brasil, ou como ele mesmo denominou essa época em Sobrados e Mucambos, os “*grandes dias de Garcia d’Ávila*”⁷⁵, tanto que incluiu uma ilustração da Torre de Garcia d’Ávila em seu *Casa Grande e Senzala*, além de ter pintado um quadro (Freyre era um pintor diletante), reproduzido na capa desse nosso trabalho.

73 CALMON, Pedro. op. cit. p. 21/22.

74 Idem. p. 218.

75 FREYRE, Gilberto. op. cit. p. 107.

Nesse aspecto, as ruínas, além de representarem a mentalidade senhorial que os Ávilas certamente tinham na Bahia colonial, ainda exercem um verdadeiro fascínio sobre a Boa Sociedade baiana atual.⁷⁶ Muitas famílias de relativo destaque procuram estabelecer, por vias genealógicas bastante indiretas e até mesmo imaginárias, supostas descendências dos Garcia d’Ávila, através de parentescos indiretos, de linhagens colaterais geralmente vagas e imprecisas. Chega a ser curioso como alguns levantamentos genealógicos que se iniciam com dados precisos sobre os membros de uma família, de repente, apagam registros da existência de lados inteiros de uma família (talvez parentescos comprometedores, ou, como bem nos lembrou Paulo Valadares, em *genealogicídio*, oportuno termo cunhado pelo historiador Elias Lipiner), ou ao contrário, generalizam um suposto parentesco com a mais alta nobreza européia com um linguajar vago e impreciso e sem qualquer base documental, tal como “os fulanos, descendentes por linha feminina dos duques de sicranos, contraparentes dos Reis da Dinastia de Avis e...”. Os próprios Ávilas, a se crer nesses relatos, seriam parentes das melhores casas reinantes da Europa, mas, até hoje, não se sabe uma informação básica e essencial para deslindar a contento essa questão: o nome do pai do primeiro Garcia d’Ávila, salvo seja ele o próprio Tomé de Souza.

É muito interessante a tentativa de diversos de nossos linhagistas em aparentar as boas famílias locais aos grandes ramos da nobreza européia; ninguém parece descender de pobres colonos, mas da nata da nobreza que para cá se mudou, trocando seus castelos europeus pela aventura da conquista dos trópicos. Nas primeiras páginas de *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, referindo-se a uma situação diferente da nossa, mas não sem um pouco de

76 Valem aqui, brevemente as considerações de Carlo Carena sobre a possibilidade das ruínas servirem de base para a evocação de um passado glorioso. Veja-se CARENA, Carlo. Ruína/Restauro. IN: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Vol. 1 (Memória-História). Porto: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. p. 107-129.

fina ironia bem propícia ao que falamos aqui, já disse: “*em terra onde todos são barões ...*”⁷⁷ A esse respeito, é oportuno lembrar as observações de Evaldo Cabral de Mello, no já citado *O Nome e o Sangue*, sobre o poder dos genealogistas em construir e destruir reputações, elevar o *status* social de uma família ou arrastar seu nome na lama, isso no século XVIII, mas de alguma forma o apelo de uma árvore genealógica ilustre, mesmo que muitas vezes falsa, ainda é muito forte; é útil lembrar que muitas pessoas que têm um pouco mais de recursos, compram em lojas especializadas brasões e árvores genealógicas, que provam que todos, de alguma forma, são barões .

Sobre isso, também nos ocorre a perspicaz narração de fraude genealógica cometida por uma família enriquecida, de origens obscuras, em *Viva o Povo Brasileiro*, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro. Naquele conhecido romance, o Secretário de um Barão – baronato alcançado por falso heroísmo nos campos de Pirajá, durante a Independência –, Amleto Ferreira, rapaz de origem humilde e filho de português com negra (origem que ele esconde cuidadosamente), ao enriquecer por maneiras escusas, adota o sobrenome Ferreira-Dutton e atribui a si próprio um suposto passado nobre. Um século e meio depois, um de seus descendentes enriquecidos recebe um cuidadoso estudo ricamente ilustrado do British-American Institute for Genealogical Research, que lhe informa que os Ferreiras-Duttons têm uma antiquíssima estirpe: o Dutton, segundo o aludido estudo, era uma discrepância de Hutton, antiga e tradicional família de linhagem nobre da Inglaterra, aparentada de longe com a Casa de Windsor e com membros da mais alta nobreza inglesa. Apesar do livro de Ribeiro⁷⁸ ser uma ficção, vê-se por aí que nesse campo das supostas origens nobres

77 HOLANDA, Sérgio Buarque. op. cit. p. 4.

78 RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

de muitas famílias, a ficção caminha, muitas vezes, lado a lado com as fortunas. Muitas histórias regionais e locais de caráter mais tradicional (zelosamente defendidas em livros ou em muitos Museus Municipais) têm uma verdadeira atração por essas supostas linhagens seculares de nobres, tão escudadas em genealogias e heráldicas; os fundadores ou pioneiros são sempre apresentados como gente da melhor estirpe, sobrenomes tradicionais e guardiães dos mais caros valores do lugar.

Não queremos aqui diminuir a importância da Casa da Torre ou das grandes famílias patriarcais, o que nos interessa é investigar os motivos e o teor dessa importância. Parece-nos que a historiografia que defendeu os valores fundamentais das origens nobres de certas famílias, na construção da nacionalidade, pretendia afirmar uma espécie de talento inato para o comando, justificar e legitimar certas posições de direção da sociedade. Essa historiografia se mostrou bastante ativa entre as décadas de 1910 e 1950, justamente quando os processos de modernização econômica em curso vieram abalar seriamente certas posições galgadas em épocas anteriores. Para dar uma resposta à decadência econômica e à ascensão de novos grupos sociais, foi necessário recorrer aos expedientes possíveis para manter alguma proeminência, tal como encastelar-se em alguma posição institucional nos quadros administrativos do Estado; essa prática, baseada em formas diversas de nepotismo, viceja até hoje com bastante força no universo da política brasileira, haja vista as diversas denúncias de empreguismo de parentes, que pululam em várias partes do país, sobejamente noticiadas pela imprensa. Frente às mudanças ameaçadoras, a tradição das ruínas ainda serviu para amparar os descendentes de grande parte dessas famílias e foi, muitas vezes, uma moeda de troca política, que lhes permitiu encontrar algum espaço na nova ordem que se instaurava.

Antes de concluirmos essa parte, trataremos brevemente de um outro aspecto que se somou à construção dessa tradição,

que é a da fixação de certas imagens associadas a espaços que acabaram por se tornarem cenários mesmos do épico da conquista, falamos do Rio São Francisco, o famoso “Rio da Unidade Nacional”, e a região compreendida pelo sertão nordestino, transformado por parte dessa tradição em palco da saga guerreira que se pretendeu construir. Na verdade, pretendíamos desenvolver um item específico denominado O Sertão da Conquista e o Rio da Unidade Nacional, com uma investigação mais detida sobre a questão, mas, ao levantarmos um numeroso conjunto de referências, chegamos à conclusão que seu demandaria um outro trabalho, que pretendemos desenvolver futuramente. De qualquer forma, apresentamos aqui algumas considerações sobre a questão.

E aquela jovem terra, aquela desmarcada, misteriosa, rudíssima terra, quase um continente inteiro, (...), será dentro em pouco – milagre de uma pobre lenda! – rompida de lado a lado, desvirginada, dilacerada, rasgada em todos os seus meandros, atrevidissimamente, por esses bandos de homens selvagens. E esse homens selvagens, vestidos de couro, de arcabuz ao ombro e faca à cinta, ao arrancarem a terra virginal da sua edênica bruteza, é que vão ser – mal o sabiam eles! – os verdadeiros descobridores do país novo, os grandes e autênticos fundadores do Brasil de hoje.⁷⁹

O aspecto político do São Francisco é digno do maior relevo. Salienta-se o seu papel como fôrça amalgamante de todas as fundamentais correntes étnicas do Brasil. Distingue-se a sua missão como caudal centralizadôra, que congregou, no coração

79 SETÚBAL, Paulo. *O Romance da Prata (Episódio Histórico)*. São Paulo: Saraiva, 1950. p. 25.

do continente cabralino, as melhores energias humanas do nosso país. É o rio da unidade nacional.⁸⁰

Esses breves trechos dos autores poderiam ser somados a muitos similares de outros autores que procuram descrever, como nas palavras do próprio Paulo Setúbal, “*aqueles bravios matagais impenetrados, (...) na selvaticueza amedrontadora do sertão*”⁸¹, ou de outros que exaltaram o rio São Francisco. Não podemos prosseguir sem discutirmos, ainda que sumariamente, os significados que vieram a assumir o sertão e o São Francisco enquanto palco da conquista e objeto de uma série de definições que revelam um sentido de epopéia, de conquista, de bravura e outros valores associados à construção do território, entendido como o corpo físico da nação.

A palavra sertão já estava presente na língua portuguesa antes de 1500 e há uma série de possibilidades relativas ao seu significado, desde uma corruptela de desertão, até sua origem no vocábulo mulcetão, de origem angolana, com significado de mato longe da costa.⁸² Esse termo talvez deva se constituir num dos de definição mais problemática para os estudiosos da formação histórica do Brasil. Noções como isolamento, longas distâncias da costa, área de comunicações precárias, terra sem lei e civilidade, lugar de práticas violentas e de homizio de fugitivos da lei, região de condições de vida precárias e rudimentares, entre as mais diversas, estão associadas aos diversos significados de sertão.

Os primeiros colonos associaram as entradas que realizaram ao sertão, com o extremo risco de suas vidas no enfrentamento

80 MEDEIROS NETO, Pe. Luiz. *História do São Francisco*. Maceió: Casa Ramalho, 1941. p. 77.

81 SETÚBAL, Paulo. op. cit. p. 24.

82 Um detalhado estudo sobre a palavra sertão pode ser encontrado em MELLO, Ceres Rodrigues de. *O Sertão Nordestino na Longa Duração (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Mestrado em História/IFCS/UF RJ, 1985.

com o desconhecido. Era corrente, nas petições de sesmarias, que os solicitantes alegassem grandes dificuldades para estabelecerem pontos de povoamento do sertão em função dos perigos e das despesas envolvidas. Como exemplo, tomemos trechos de uma Carta de Sesmaria pedida por membros da família Garcia d'Ávila no sertão de Sergipe em 1657:

pelo Rio de Sam Francisco acima ao Sertão da banda de Sul há terras que nunca forão povoadas de gente branca e habitadas somente de Indios de diversas naçoens e lingoas que nunca tiveram comercio com brancos por cujo respeito não houve quem ate agora se atrevesse a descobrillas e povoallas em razão de haver mister grande cabedal de fazenda para reduzir o dito Indio a amizade e comercio com os brancos como elles Supplicants tem feito com outras Aldêas mais abaixo que morão nas terras que lhes forão dadas de Sismarias pelos Capitaens mores passados antecessores de vossa mercê com os quaes celebrou fazer com muito risco de suas vidas e dispendio de muita fazenda e gados que deo aos ditos Indios para tãobem criarem (...) de que tem resultado muito proveito a Fazenda de Sua Magestade nos Dízimos que estão pagando (...) terra tão longe e habitada de salvagens que não tem uso de razão (...) muito intranhadas em o Sertão desta Capitania entre o gentio bravo que nunca foi domestico.⁸³

Certamente que os riscos envolvidos nessas penetrações ao sertão eram bastantes plausíveis e envolviam a necessidade de uma larga dose de coragem aos seus executores; por outro lado a região

⁸³ Carta de Sesmaria do Capitão Garcia de Avilla, o Padre Antonio Pereira, Catharina Fogaça, Francisco Dias de Avilla, Bernardo Pereira, moradores na Torre, Districto da Cidade da Bahia (1657). APEB. Casa da Torre (Alvará e Escritura). Maço 602, 1813.

do rio São Francisco foi uma área fundamental de confluência das distintas correntes de penetração e conquista territorial, que possibilitaram uma interligação das frentes colonizadoras do norte e do sul na região das Minas Gerais.⁸⁴ No entanto, cabe uma consideração a um aspecto que consideramos inerente à visão da tradição seguida por parte da historiografia, conforme discutimos anteriormente: é que essas interpretações convergem na medida em que realizam duas operações, uma de exaltação do heroísmo dos chamados desbravadores, que penetravam de forma audaz o sertão repleto de feras e perigos e o civilizavam, outra é a da obliteração dos agentes sociais envolvidos nesse processo, pela atribuição de um papel de agente ao próprio meio geográfico.

Em relação à primeira interpretação, mais evidente, é que parte significativa da historiografia absorveu a perspectiva que os próprios autores dos documentos tinham de seu papel. Vejamos o documento dos Ávila: em seu texto se subentende que eles próprios correram grande risco de vida e realizaram grande dispêndio de suas fazendas. É evidente que alguns homens da família se expuseram a esses perigos e realizaram gastos de monta, mas, se não observarmos adequadamente a questão, repetiremos a assertiva de que “a Casa da Torre conquistou os sertões”. Essa afirmação, ao mesmo tempo que corresponde a algo factível, traz em seu bojo a já citada obliteração de outros agentes sociais que já dissemos; os índios são apenas selvagens a serem civilizados ou exterminados, não há menção às

⁸⁴ Lembramos aqui a discussão que faz o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, sobre a falta de uma ligação territorial costeira entre a Bahia e o Rio de Janeiro através de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, que não tinham contatos mais efetivos com seus respectivos sertões, e o papel aglutinador da região do rio São Francisco entre frentes de ocupação do norte e do sul. O próprio objetivo do autor era estabelecer uma interligação entre o Maranhão o Brasil central e a Amazônia, tendo o Tocantins como área de aglutinação semelhante ao que o São Francisco propiciava em outra área. *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, (LXII-I e II): 60-161, 1900.

tropas que a Casa da Torre dispunha, ou seja, tudo acaba como se esses personagens, por si sós, e à custa de seu valor individual e coragem pessoal, tivessem realizado a heróica conquista. O sertão passou assim a ser o palco dessa ação heróica – os índios, vaqueiros e caboclos são apenas anônimos figurantes no drama que se desenrola, que tem como verdadeiros personagens os senhores da terra, os comandantes das tropas. Esse deslocamento de sentido é na verdade muito sutil e quase não nos deixa perceber a armadilha que está embutida na singela afirmação de que “a Casa da Torre conquistou os sertões”.

Quanto à segunda interpretação, na verdade muito próxima da primeira, há uma outra sutileza a ser revelada. A simples afirmação de que o São Francisco teve papel de força amalgamadora e tinha uma missão de caudal centralizadora da nação confere ao próprio rio o papel de agente da história, como se ele desempenhasse por si próprio uma ação de construção da unidade nacional, como se uma determinação geográfica estivesse inscrita na própria história da formação do país (serviria essa questão de forma similar para o Tietê no caso da formação de São Paulo?). Nessa interpretação, o rio é uma espécie ao mesmo tempo de palco da ação e parceiro dos demais personagens centrais, os desbravadores, que são os mesmos que devassaram o sertão à custa do risco de suas vidas e dispêndio de suas fazendas. Os anônimos vaqueiros, remeiros, índios, caboclos e outros apenas secundam o grande drama da construção da nação, que tem o seu cenário privilegiado na região sertaneja do São Francisco e no qual a Casa da Torre e outros heróis desempenharam parte essencial do seu papel de conquista da terra e governo dos homens. Vejamos brevemente esse papel atribuído ao rio em outro texto:

Ensinou o caminho do interior à gente do Sul, que procurava as minas, e às gentes do litoral do Nor-

te, de Pernambuco e da Bahia, que buscavam pastagens para a criação do gado, indispensável à subsistência dos engenhos de açúcar... O São Francisco ensinara a nossa geografia ‘política’, aos primeiros brasileiros. Formulara, implicitamente, as nossas largas aspirações regionais... O São Francisco fora o caminho triunfal de conquista do território... O São Francisco fora um rio patriota.⁸⁵

De acordo com o que afirmamos anteriormente, essa questão seria discutida sumariamente e será retomada na Conclusão, apenas nos interessa concluir que, a tradição construída por parte da historiografia, que desenvolveu o próprio drama da ação e determinou a posição dos personagens e dos figurantes, também definiu o cenário da ação, construído de forma a viabilizar a conquista do território e a formação da nação, que já se encontrava inscrita desde que as primeiras caravelas chegaram às “terras cabralinas” e os primeiros “desbravadores” começaram a empreender a conquista do sertão.

85 PEIXOTO, Afranio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. p. 63-64. Curiosamente, pudemos observar, desde os dias que correm após à defesa da nossa Tese, uma inversão, ou pelo menos modificação, do tradicional papel de aglutinador geográfico e cultural que era definido para o rio São Francisco em relação à região, a partir dos debates realizados entre 2009 e 2010 sobre as obras de transposição de suas águas para outras bacias. Em contraposição às festas que se realizaram em alguns Estados, comemorando uma verdadeira “redenção”, se estabeleceram intensos protestos em outros Estados, preocupados com a possibilidade da agudização da escassez de seus recursos hídricos.

II PROPRIEDADE

2.1 MAIOR QUE MUITOS REINOS

O bandeirismo do Norte encontrou nos Ávila as suas figuras extraordinárias. (...) ninguém pode diminuir ou escurecer a extensão, a segurança e o brilho das conquistas da Casa da Torre

Godofredo Filho⁸⁶

Houve três ciclos principais de bandeiras: o baiano, o paulista e o amazônico. O primeiro foi iniciado pelos castelhanos Bruza Espinosa, que viera do Peru, e Azpicuelta Navarro, que era jesuíta, continuou com Antônio Dias Adorno, e Gabriel Soares, que andaram em busca de lendárias serras de prata; encerrou-se com as expedições enviadas pela Casa da Torre, pertencente à célebre família de Garcia d'Ávila, as quais desbravaram os sertões nordestinos até o Piauí e os povoaram com fazendas de gado.⁸⁷

Poderíamos apresentar aqui um grande conjunto de citações de diferentes autores, de distintas épocas, que se referem ao papel desempenhado pela Casa da Torre, de desbravamento do sertão nordestino e incorporação dessa extensa região ao território

86 GODOFREDO FILHO. op. cit. p. 253. _

87 BARROSO, Gustavo e RODRIGUES, Ivan Wash. Raposo Tavares: o Maior dos Bandeirantes. IN: *Grandes Figuras em Quadrinhos*. nº 4 (Nova Edição). Rio de Janeiro: Brasil-América, s/d, pg. 2. Veja-se a ilustração correspondente a esse texto no ANEXO VII.

nacional. Nesse viés interpretativo, os Ávila cumpriram uma missão de conquista e civilização de uma gigantesca área do Brasil, tornando-se os grandes bandeirantes do nordeste. A sucessão de gerações da família é apresentada como uma linhagem de pioneiros sob os quais as aventuras de conquista do território exerciam uma atração irresistível. A imensidão dos domínios da Casa da Torre é destacada como uma propriedade maior que muitos reinos, que se expande por vários dos atuais Estados da região nordestina e as ruínas da antiga Casa da Torre, na Praia do Forte (antiga Tatuapara, no município de Açú da Torre, ao Norte de Salvador), são apontadas como um Castelo ou Solar Feudal, sede do um imenso latifúndio. O recente estudo de Moniz Bandeira⁸⁸ indica uma área de mais de 300.000 Km². Já as placas indicativas que existem nas ruínas da Casa da Torre, assim como Guias Turísticos locais, elevam essa cifra para 800.000 Km².⁸⁹

Descontados os eventuais exageros ou imprecisões, não resta dúvida que existe um forte imaginário sobre a lendária Casa da Torre e suas vastas propriedades, os segredos de tesouros escondidos, as lendas de amores do passado, as narrativas das batalhas e conquistas que cercam a trajetória da família. Chega mesmo a haver uma produção de alguns romances históricos sobre uma série de lendas que cercam a família Ávila e o Castelo da Torre.⁹⁰

88 BANDEIRA, L. A. Moniz. op. cit. Veja-se à página 25 os cálculos aproximados da extensão dos latifúndios dos Ávila.

89 A antiga sede da Casa da Torre é ponto de grande atração turística. No local, há várias placas alusivas à história da família e da construção, apontando o latifúndio dos Ávila como possuidor de 800 mil Km², algo como a soma das áreas totais dos atuais estados da Bahia e do Piauí. Veja imagens em ANEXO II.

90 Veja-se ALENCAR, José de. *As Minas de Prata*. 8 ed. 3 v. São Paulo: Melhoramentos, 1964. SÁ, Francisco J. B. *O Romance da Torre*. Salvador: Salvador: Bureau, 1996. PIRES, Pedro José de Souza. *Castelo da Torre: Primeiros Ávilas*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987.

Todo esse imaginário acompanha a história da Casa da Torre e reforça o símbolo de bandeirantes do Nordeste construído por diversos relatos e trabalhos históricos publicados ao longo das últimas décadas. Em linhas gerais, tais trabalhos procuram acompanhar a trajetória de quase 4 séculos da família Ávila, desde a chegada de Garcia d'Ávila em 1549, até a extinção do morgado da Casa da Torre e a dispersão do seu patrimônio, já bem avançado o século XIX.

O fundador dessa “dinastia de pioneiros” (nos dizeres de Pedro Calmon), é um acompanhante da expedição fundadora de Tomé de Sousa, destinada à instalação do Governo-Geral. Certamente o 1º Garcia d'Ávila é pessoa da confiança do Governador, uma vez que obtém o cargo de Almojarife, que lhe dá uma série de atribuições ligadas à fiscalização e à cobrança de alguns direitos régios⁹¹, além de obter em sesmaria terras ao norte de Salvador, nas quais serão instalados os primeiros currais do seu protegido.

Há certas controvérsias quanto à origem de Garcia d'Ávila, as raras fontes coevas o apresentam como moço “criado” de Tomé de Sousa, esse termo “criado” tem alguns significados que vão de empregado doméstico a parente criado em uma Casa. O Vocabulário de Bluteau, no início do século XVIII, nos diz “*Criado. Parente. Antigamente em Portugal costumavão chamar criados, ou criadas, à algúns parentes, que criavão em suas casas*”.⁹² Os diversos autores que estudaram a questão, concluem pela existência de algum parentesco entre Garcia d'Ávila e Tomé de Souza, não apenas pelas concessões que o Governador lhe faz, mas também por uma citação em carta do Padre Manoel da

91 Uma interessante síntese do conjunto das funções do Almojarife está em SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

92 BLUTEAU, Padre Raphael. op. cit. Vol. 2. p. 601.

Nóbrega ao antigo Governador então já retornado a Portugal, quando diz o jesuíta:

*Agora entrão os queixumes que eu tenho de Garcia d'Ávila: hé elle hum homem com quem eu mais me alegrava e consolava nesta terra, porque achava nelle hum rasto do spirito e bondade de V. M. de que eu sempre muyto me contentei, e com ho ter quá me alegrava, parecendo-me estar ayn-da Tomé de Sousa nesta terra....*⁹³

Moniz Bandeira chega a levantar uma hipótese, de resto bastante plausível, de que Garcia d'Ávila poderia ser um filho bastardo do Governador⁹⁴, já que além de ter sido cumulado de muitos benefícios, havia uma série de vínculos mais estreitos entre Tomé de Sousa e seu protegido. Vale salientar que essas ligações familiares costumavam envolver redes mais amplas, uma vez que as terras de Tatuapara (núcleo original da Casa da Torre) foram obtidas em Enfitese a D. Antônio de Ataíde, Conde da Castanheira, primo-irmão do Pai de Tomé de Sousa e homem de grande ascendência sobre o Rei D. João III, cuja proteção certamente foi importante para a carreira de seu sobrinho.⁹⁵

93 Carta do Padre Manoel da Nóbrega a Tomé de Sousa, antigo Governador do Brasil. Baía, 5 de Julho de 1559. IN: LEITE, Serafim (S.I.). *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Vol. III. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 94.

94 BANDEIRA. op. cit. p. 97-99.

95 Veja-se brevemente a questão da ascendência do Conde da Castanheira sobre D. João III e sua proteção à carreira de Tomé de Sousa em VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 551/553. SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. v. VI. Porto: Livraria Figuerinhas, s/d, p. 80/82. Sobre os Condes da Castanheira, veja-se ZÜQUETE, Afonso (Dir.). *Nobreza de Portugal*. v. II. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, p. 496/497. Sobre as terras da Casa da Castanheira na Bahia, veja-se TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: Ed. UFBA, 2001. p. 96.

Essas questões serão discutidas posteriormente mais a vagar, no entanto, é importante destacar a trajetória de Garcia d'Ávila e a montagem de um vasto patrimônio em terras e gado que o mesmo ampliará continuamente em sua longa vida. O nome do primeiro Garcia d'Ávila será futuramente exaltado como o de um indômito conquistador e fundador de uma família que deixará sua marca na história do Brasil:

Aos audazes que acompanharam Tomé de Souza transferiu-se o atrevido da empresa. E um nome ficou, entre tantos que se perderam no olvido ou na morte, simbolizando a coragem, a ousadia, a esplêndida força desses heróis; um nome que, ainda hoje, lembramos com admiração, por quem o trouxe primeiro, e pela família de que foi tronco, raça dos mais intemeratos violadores do sertão: - Garcia d'Ávila.⁹⁶; ou ainda: “Na comitiva de Tomé de Souza vinha Garcia d'Ávila, o precursor de nossos bandeirantes (...) Garcia d'Ávila, penetrando o São Francisco em correrias contra os selvagens, lobrigou as vantagens de aproveitar os vageados, vazantes e carnaubais para o desenvolvimento da pecuária no vale”.⁹⁷

Garcia d'Ávila tem descendência através de uma filha natural, a mameluca Isabel d'Ávila (1554-1593), que, se casando com Diogo Dias (1552-1597), um neto do Caramuru⁹⁸, lhe dá um neto, o 1º Francisco Dias d'Ávila (c. 1580-1640), herdeiro do já vasto

96 GODOFREDO FILHO. op. cit. p. 253.

97 ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1983. p. 14/15.

98 Sobre a Genealogia dos Ávila, veja-se COSTA, Affonso (adapt.). Genealogia Baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão. *Revista do IHGB* Rio de Janeiro: IHGB. (191): 3-279, abr.- jun. 1946 e CALMON, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias, de Frei Jaboatão*. 2 v. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985. p. 155-170.

patrimônio no início do século XVII, que vai sendo ampliado por ele e pelos seus descendentes nas gerações seguintes:

A Casa da Torre, erguida em Tatuapara, na Bahia, pelo velho Garcia d'Ávila, almoxarife de Tomé de Souza, foi um dos baluartes da expansão do gado, principalmente em direção do Nordeste, salientando-se na história dos seus domínios territoriais as figuras de Francisco Dias de Ávila e a de seu cunhado Antonio Pereira, curiosa mescla de bandeirante e padre.⁹⁹

O diversos relatos se estendem através de uma longa linha de descendência – do 1º Garcia d'Ávila ao Visconde da Torre de Garcia d'Ávila (Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque – 1785-1852) são 10 gerações – da família, destacando o papel de cada uma na expansão dos domínios da Casa da Torre, as estratégias de manutenção e ampliação do patrimônio, a expansão dos currais, a busca da sonhada prata no sertão do nordeste, a instituição do morgado, chegando até à extinção da linha de descendência masculina, passando, em fins do século XVIII, o morgado da Torre para a família Pires de Carvalho, que continua a administrar o Patrimônio da Torre até sua dispersão, na segunda metade do século XIX (Essa questão da dispersão do Patrimônio será analisada adiante). Mesmo fazendo eventualmente ressalvas à atuação da Casa da Torre, em relação ao tratamento dispensado aos índios ou aos abusos de poder, esses trabalhos destacam principalmente sua importância na conquista e incorporação de vastas regiões, maiores que muitos reinos, ao corpo da nação.

99 GOULART, José Alípio. *Brasil do Boi e do Couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965. p. 17/18.

Grosso modo, as terras que possivelmente eram integrantes do patrimônio da Casa da Torre eram sesmarias que se estendiam por vários dos atuais Estados do Nordeste, compreendendo áreas na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, englobando largas extensões nos rios Itapicurú, São Francisco, Real, Parnaíba, entre outros de importância capital para a economia da região. Isso leva à existência de um sem-número de referências à ação dos Ávila na historiografia desses Estados, buscando compreender a ação da Casa da Torre na construção de sua história.

Em suma, esses relatos acompanham diversos momentos da trajetória dos Ávila, procurando inserir seus feitos no processo de construção da própria nacionalidade brasileira, ou seja “*uma família que evolue paralelamente com a história do Brasil*”.¹⁰⁰ Vários papéis são atribuídos à Casa da Torre nesses séculos: desbravadores do sertão, guerreiros contra o gentio bravo e contra o invasor estrangeiro, grandes proprietários de terra e pecuaristas, modelos exemplares de um tradicional solar patriarcal, batalhadores na causa da independência. Esses papéis confirmam seu destaque na construção do Brasil durante quase todo o período colonial; uma de nossas preocupações será a de reavaliar esses papéis, procurando entender, de forma mais clara, a construção dessa memória heróica

*... da estirpe dos Ávilas, que foram, desde o primeiro chegado ao Brasil em 1549, e continuamente durante mais de século e meio, os grandes obreiros da colonização e construção da nacionalidade nesta parte de seu território*¹⁰¹

100 A Casa da Torre. *Revista Genealógica Brasileira* (Seção da Baía). II (3): 55-73, 1º Semestre de 1941. p. 55. O Nome do Autor não está identificado.

101 Auto de abertura e fechamento da sepultura de Garcia de Ávila Pereira, falecido em 1734 e mandada restaurar pelo seu descendente o Ministro Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Citado em PORTUGAL, Eduardo

E sua sobrevivência, que remonta até os dias atuais.

Vejam os a seguir, de forma mais detida, essa questão da conquista territorial empreendida pelos colonizadores, onde se destaca o papel da Casa da Torre. Uma das questões fundamentais para o entendimento da estrutura da colonização brasileira é a forma de apropriação do território e sua viabilização econômica dentro de um sistema de produção atrelado ao desenvolvimento do capitalismo europeu. A colonização brasileira, nesse sentido está inserida num quadro maior de transição das formações econômicas pré-capitalistas para o capitalismo. Autores como Novais e Ferlini¹⁰² destacam a necessidade de implantar um sistema produtivo, baseado na grande lavoura de exportação, o que requeria o uso do trabalho escravo e o impedimento do acesso à terra por parte de trabalhadores livres, que poderiam vir a constituir um campesinato voltado para uma produção de subsistência. A adoção do instituto de sesmarias, vinculando a propriedade de terras à posse de cabedais, criava um virtual monopólio do acesso à terra pelos grandes produtores e forçava a população livre (lavradores, posseiros, pequenos sítiantes, moradores) a se colocar sob a estrita dependência do grande latifundiário. Essa dependência cria uma vasta clientela sujeita aos laços do *favor* ou à *violência privada* de um grande proprietário.¹⁰³

Essa forma peculiar de acesso à propriedade territorial levou a alguns autores de décadas passadas a defenderem a existência de profundos resquícios feudais ou até mesmo de uma ordem feudal

Dias. Para a História dos Ávilas da Bahia. IN: *Anais do Primeiro Congresso de - História da Bahia*. II vol. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

102 NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. IN: MOTA, Carlos G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1987. FERLINI, Vera Lúcia do A. *Terra, Trabalho e Poder: o Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

103 Sobre o favor e a violência, veja-se FRANCO, M^a Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.

ou semi-feudal no Brasil colonial.¹⁰⁴ O debate sobre feudalismo ou capitalismo na formação do Brasil colonial foi bastante intenso até a década de 1960, mas, paulatinamente, a tese do feudalismo no Brasil foi superada por novas interpretações sobre a questão, que compreendiam, sob diversas matizes, a colonização inserida nos quadros de formação do capitalismo. No entanto, essa discussão se torna fundamental no que tange à Casa da Torre, uma vez que a mesma foi tida por parte considerável da historiografia como exemplo cabal de um grande domínio feudal, bem como o recente livro de Moniz Bandeira sobre a Casa da Torre, sugestivamente intitulado *O Feudo*, implicou na necessidade de revisitarmos, ainda que de forma sumária, esse debate.

Os intelectuais que se dedicaram à interpretação no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, se preocuparam em estabelecer quadros gerais de análise que permitissem definir os aspectos centrais de nossa formação histórica, assim como as medidas políticas a serem tomadas no sentido da solução dos nossos impasses estruturais rumo ao desenvolvimento. Para fixar esse quadro, foi necessário identificar o conjunto de grandes problemas que necessitariam de solução a partir da rigorosa investigação de sua origem e natureza. As relações entre o Estado e os distintos grupos sociais, as estruturas políticas, os impasses de natureza econômica, as formas de propriedade da terra, a singularidade da cultura brasileira foram alvos de intenso debate, que gerou acirradas polêmicas entre os distintos envolvidos.

Naquele contexto, saltava aos olhos de parte da nossa intelectualidade a espinhosa questão da terra, que se manifestava

104 Sobre a presença desses resquícios feudais na formação do Brasil veja-se, entre outros GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 e SODRÉ, Néilson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Difel, 1982.

não apenas pelo poder exercido (ou pela perda do mesmo) de classes e grupos vinculados à grande propriedade agrária, como pela multiplicação de movimentos de trabalhadores rurais em diversas regiões, que colocava o problema na ordem do dia. Muitos dos intelectuais envolvidos nesse debate, ao discutirem a questão agrária, levaram a discussão a questões centrais da formação histórica do Brasil, uma vez que o predomínio econômico da agricultura de exportação e da grande propriedade rural, durante séculos, foram características que determinaram as relações de poder, a natureza da formação do Estado brasileiro, as bases fundamentais de nossa organização social e os aspectos essenciais de nossa cultura.

Esse predomínio secular, em maior ou menor grau, dos grupos ligados à grande propriedade rural, pareceu a muitos a grande chave explicativa para a definição do elementos centrais de nossa formação social e a identificação precisa de suas características essenciais se tornou condição necessária para indicar os caminhos a serem trilhados pelo país. É indispensável frisar aqui que os vínculos entre a intelectualidade e a política eram muito estreitos, muitos dos intelectuais que refletiram sobre o país, estiveram diretamente envolvidos com o exercício de importantes postos de representação política e na burocracia estatal, de tal forma que suas opções teóricas estavam diretamente associadas a medidas políticas e administrativas decisivas para o encaminhamento das diretrizes de diferentes órgãos do Estado. As profundas mudanças vividas pelo país (crise da economia agrária de exportação, urbanização, industrialização, crescimento populacional, intensificação dos problemas sociais rurais e urbanos) criaram impasses de ordem política que necessitavam de solução para permitir ao país que se desembaraçasse dos obstáculos ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

A manutenção de uma expressiva parcela de poder político nas mãos de grandes proprietários rurais, identificados como a

parcela mais arcaica da vida política nacional e profundamente refratária à ação modernizadora do Estado, se colocava como um desses obstáculos centrais a serem superados. Ao procurarem as razões da longa permanência desse poder, vários estudiosos se voltaram ao passado colonial em busca das respostas e a alguns intelectuais de grande projeção, de distintos matizes políticos, pareceu que a melhor explicação para tal fenômeno era a da existência de profundos resquícios feudais na formação brasileira, que precisavam ser suplantados, sob risco de inviabilizarem qualquer possibilidade de desenvolvimento nacional. Sintetizaremos, a seguir, algumas dessas formulações, procurando destacar seus pontos essenciais e realizar um balanço, que nos possibilite uma avaliação mais consistente das recentes proposições de Moniz Bandeira sobre a Casa da Torre.

Oliveira Vianna, autor de vasta obra analítica sobre o Brasil e intelectual de grande projeção entre os anos 1920 e 1940, além de colaborador ativo do Estado Novo, foi um dos que se debruçaram sobre a questão. Segundo Vianna, a sociedade brasileira era marcada por uma frágil coesão, que impedia a consolidação de um Estado democrático e exigia um Estado de características autoritárias, que realizasse uma intervenção decisiva para a modernização de nossas estruturas sócio-econômicas. Essa frágil coesão estava associada às especificidades de nossa colonização, de bases essencialmente pré-capitalistas, agrárias e dispersa por uma vasta área conquistada militarmente, que não permitiu a consolidação de uma efetiva autoridade pública unitária sobre o território. A autoridade estaria fragmentada entre clãs feudais ou senhoriais, que dominando grandes parcelas do território e controlando as forças militares locais, sujeitavam a população ao seu redor a seu controle, estabelecendo um complexo do feudo. Esses clãs feudais, nas condições locais de dispersão geográfica,

enfrentariam mesmo as autoridades investidas pelo Rei, obtendo uma ampla condição de imunidade. De acordo com Vianna,

essa imunidade dos grandes domínios fazendeiros não é, aliás, uma criação nossa. É, ao contrário, sobrevivência de uma velha tradição feudal portuguesa. O 'direito de imunidade' da suas terras à intervenção das autoridades do Rei era considerado em Portugal o privilégio por excelência de nobreza territorial.... Quando fomos descobertos, este direito já estava em declínio na Península; mas aqui, ressurgira e florescera diante da fraqueza do poder público naquele tempo, em face do poderio crescente dos senhores rurais. Esta imunidade não se extinguiu com o período colonial; prolongou-se por toda a fase do Império e, realmente, só desapareceu com a grande propriedade escravagista, em 1888.¹⁰⁵

Esses clãs feudais desdobrariam seu espectro de influência no clã parental, definido como

uma organização aristocrática. É uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominicais. Foi enorme a sua influência no Período Colonial e, ainda maior, no Período Imperial e na República.¹⁰⁶

Os clãs parentais demarcariam um amplo espaço de solidariedade interfamiliar e clânica, permitindo a defesa de pontos

105 VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987. p. 176/177. 1ª edição de 1949.

106 Idem. p. 182.

de convergência e o combate comum aos adversários ou desafetos, através de lutas de famílias ou contra autoridades que procurassem submetê-los ao seu controle, em decorrência

*estas organizações parentais – poderosamente apoiadas sobre a massa dos seus clãs feudais – atravessam os três séculos coloniais ostentando prestígio e poderio e influem perturbadoramente na administração pública, na atividade dos partidos, no êxito das leis, mesmo nas revoluções, quando é caso disto.*¹⁰⁷

Essas características deram origem a uma sociedade *dispersa, incoesa e de estrutura aristocrática*, que, no início do século XIX, se defrontou com o desafio de construir um Estado nacional estruturado com base no sufrágio universal. Esse foi um desafio de monta, uma vez que

*o panorama que esses clãs nos ofereciam então... era o de um conjunto incoordenado e desarticulado, composto de uma infinidade de oikos fazendeiros, vivendo cada um a sua vida econômica e social autônoma e em frequentes lutas intervicinais.*¹⁰⁸

Para garantir a base de sustentação do Estado e a manutenção de suas prerrogativas de mando, os clãs feudais e parentais ampliaram sua base geográfica e estabeleceram grandes clãs eleitorais que dominaram a cena política até parte do regime republicano e que tinham a sua base de poder na propriedade da terra: *“o clã eleitoral não tinha nenhuma origem democrática, não*

107 Idem. p. 211.

108 Idem. p. 218.

*provinha da vontade do povo; derivava, sim, da propriedade da terra – do direito feudal da sesmaria ou do latifúndio”.*¹⁰⁹

Essas características impediram, segundo Vianna, que se formulasse uma consciência nacional: *“ao povo brasileiro sempre faltou uma consciência nacional, um sentimento consciente e profundo da sua finalidade histórica e seu destino como povo”.*¹¹⁰ Essa falta de uma totalidade orgânica na nossa sociedade e suas conseqüentes distorções acabou por levar à necessidade de um Estado que servisse como agente privilegiado na condução do processo de criação para as condições de um verdadeiro espírito nacional e da possibilidade do surgimento de uma democracia de massas no Brasil, entendida essa democracia em suas características próprias à realidade nacional, antes viabilizada através de instituições de caráter coletivo e corporativo, que pelo individualismo de caráter liberal, garantindo, assim, a ordem política e social. Em outra obra, fica evidente que, para Vianna, não cabia ao Estado destruir os princípios pré-capitalistas presentes na organização social e econômica do mundo rural brasileiro, mas discipliná-los para garantir as bases necessárias para a garantia dos direitos trabalhistas e da paz social:

*no vasto setor das nossas atividades agrícolas e pastoris, nada virá a impedir que continuemos a conservar a nossa velha mentalidade pré-capitalista, que foi – e ainda o é, felizmente – a de uma economia inspirada na preocupação de subsistência, da classificação social, de prestígio político e pessoal – e não na preocupação exclusiva do lucro e das especulações monetárias.*¹¹¹

109 Idem. p. 229.

110 Idem. p. 285.

111 VIANNA, Francisco José de. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987. p. 122.

Oliveira Vianna construiu uma obra bastante vasta, onde questões mais amplas foram objeto de análise, mas interessa-nos aqui, de perto, a sua discussão sobre a possível presença de uma ordem feudal durante o período colonial. Apesar de identificar o complexo do feudo e a tendência centrífuga do poder no Brasil, Oliveira Vianna não definiu a formação brasileira como puramente feudal, mas como dotada de características pré-capitalistas, onde se destacava, no plano político, essa tendência para autonomia dos grandes proprietários rurais. Mesmo inserida no quadro da formação do capitalismo internacional, a sociedade que se formava no Brasil, dadas as suas características peculiares, manteve essa conformação, que, sem ser puramente feudal, manteve um espírito pré-capitalista bastante arraigado, ainda que convivendo com elementos capitalistas.

Sobre esse aspecto, valem as considerações de Oliveira Vianna sobre um caso importante para nossas preocupações e emblemático para o autor: Garcia d'Ávila. Oliveira Vianna se pergunta sobre a possibilidade da existência de um espírito capitalista nas nossas atividades pastoris e chega às conclusões que transcreveremos adiante:

Poder-se-ia perguntar se não haveria traços de especulação capitalista nos vastos e numerosos currais de um Domingos Sertão ou de Garcia d'Ávila? É possível. Realmente, que é que levava estes grandes terratenentes das caatingas a acumularem tantos domínios e tantas fazendas de gado? Principalmente, no caso de Domingos Jorge Velho, homem rude, de viver modesto e mais que modesto, asselvajado, que se acomodou à barbárie do sertão, barbarizando-se também? Tem-se a impressão de que este formidável sertanista enriqueceu pelo gosto de acumular fortuna – pelo gosto de riqueza pela riqueza. Não parece, porém, que se possa dizer a mesma

cousa de Garcia d'Ávila, o senhor da Casa da Torre. Este curraleiro poderoso era um grande proprietário, mas do tipo fino e urbanizado, da raça dos grão-senhores feudais, com todos os traços e atributos do homem da era pré-capitalista, ao modo dos nobres senhores territoriais do Alentejo e do Algarve... Note-se que a riqueza que um e outro acumularam era em terras e gados – e não em dinheiro, ouro ou prata: – e nisto se distinguíam do verdadeiro especulador mercantilista, do traficante e do onzenário, que são tipos característicos da economia capitalista.¹¹²

Façamos, antes de mais nada, dois pequenos reparos importantes a essas considerações do autor. Num primeiro momento, ele parece confundir Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho como uma mesma pessoa. Por outro lado, a partir de uma certa generalização, ele parece considerar Garcia d'Ávila como um único grande senhor, como de resto outros autores o fazem, desconhecendo a existência de várias gerações de uma mesma família. No entanto, a questão central é que um grande proprietário, à maneira de Garcia d'Ávila, representaria um caso exemplar de uma mentalidade pré-capitalista, que definiria em sua essência e espírito as características do chamado complexo do feudo na obra anteriormente citada.

Nestor Duarte, através de seu livro *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* procura analisar a formação do Estado no Brasil a partir de suas raízes mais remotas em Portugal, onde sobressaía, de maneira exacerbada, o poder privado, a ordem familiar que se colocava como resistente à intervenção do Estado

¹¹² Idem. p. 131. Uma interessante coletânea sobre o pensamento de Oliveira Vianna está em BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (orgs.) *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. Destacamos José Murilo de Carvalho (*A utopia de Oliveira Vianna*) e Arno Wehling (*O estado colonial na obra de Oliveira Vianna*).

na regulação dos seus negócios particulares. O homem português seria, por excelência, um homem privado, ligado aos demais por dois liames sociais essenciais, a Família e a Religião, sem, no entanto, conferir tal dimensão ao Estado, assim

um povo, como o português, faz da família e da religião, sem as distinguir, as ordens mais afeiçoadas ao seu espírito como aquelas organizações mais próprias à sua índole social, a razão está em que a religião e a família se reúnem e se unificam pela natureza e propensão sentimental em que se vêm identificar. O caráter privado do português, o seu individualismo anárquico que outros já assinalaram, não se contrariam nem se constroem dentro do círculo religioso. (...) O português teria experimentado em todas as épocas do seu processo nacional a pressão dessas forças morais que vieram atuando em substratos mais íntimos do seu espírito e de seu comportamento. Desconheceu ou permaneceu, assim, sem a vocação do espírito e da mística do Estado.¹¹³

Esse homem privado exacerbou esses traços na Colônia, longe do braço real, onde dois fatores desenvolveram uma forma bastante peculiar de organização social: a criação de um feudalismo atípico e o papel conferido à família como centro de gravitação da vida social. Através da implantação do sistema de Capitânias Hereditárias, a Coroa portuguesa teria permitido que os traços remanescentes do feudalismo em Portugal ganhassem outro fôlego transplantados ao mundo colonial; segundo Duarte “*caracteriza-se a instituição feudal em relação ao Poder Real por dois requisitos: a) transmissão da propriedade plena e hereditária e b) a fusão da soberania e da propriedade.*”¹¹⁴ Assim, o sistema das Capitânias, mesmo

113 DUARTE, Nestor. op. cit. p. 37-39.

114 Idem. p. 42.

depois da instituição do Governo Geral – tentativa de retomada das prerrogativas centralistas da Coroa – lançou as bases duradouras da organização do poder político na sociedade que se formava na Colônia, e a elite senhorial que aqui se estabeleceu, arrogava-se com orgulho os atributos de nobreza e desejava os privilégios inerentes a essa condição. Mesmo que isso não caracterizasse um feudalismo pleno, em função da inexistência de algumas condições presentes na Europa medieval, esses traços feudais eram largamente predominantes sobre outras formas possíveis de organização social.

A forma de apropriação do solo, baseada no reconhecimento da propriedade privada plena e hereditária, determinaria os traços marcantes dessa formação social. As donatárias, mesmo quando limitadas em suas prerrogativas ou resgatadas para o domínio real, manteriam essa característica feudalizante:

Quando o poder real retira ou revoga a concessão de direitos e prerrogativas políticas aos donatários, não interrompe ou extingue o espírito da organização feudal que vae continuar a viver por hostilidade, o que não a torna menos perigosa ao espírito político ou público.¹¹⁵

A própria instituição do Governo Geral, nessa acepção, seria mais uma chefia militar que política, voltada essencialmente para os objetivos de defesa da conquista, não retirando, desse modo, as prerrogativas particulares dos donatários e dos proprietários privados, que

continuariam assim, a ajudar a nascer e a crescer uma sociedade entregue principalmente aos elos e aos interesses da relação territorial da propriedade, com todos os estilos próprios e o sentimento e a men-

115 Idem. p. 51.

*talidade desse tipo de organização feudalizante. O solo do país é conquistado, ocupado e povoado pelo proprietário privado.*¹¹⁶

O poder político só conseguiu estabelecer uma coordenação dos poderes privados, mas não conseguiu subordiná-lo de todo às suas diretrizes. A forma de ocupação privada do solo, por sua vez, transferiu para os grandes proprietários parcelas significativas de poder, que consistiria, segundo Duarte,

*menos nessa simples ocupação de todo o solo pela propriedade privada, do que na circunstância do proprietário privado guardar e exercitar o governo, precedendo ao poder político, propriamente dito, que só surge e vive, modificado pela concorrência e hostilidade daquele.*¹¹⁷

Além do grande proprietário estabelecido e senhor absoluto em seus domínios, a ocupação paulatina do território deu-se através das bandeiras, que tinham caráter eminentemente privado e militar, eram organizadas através do custeio particular e deram origem aos fazendeiros do sertão, dono de terras e comandantes de pequenos exércitos privados, que acentuariam o seu poder de base feudal.

O homem oriundo dessa conquista é avesso a qualquer ordem de hierarquia e disciplina, obedecendo os ditames de seu próprio interesse, resistente contra uma ordem pública que permita equilibrar os desmandos pessoais com a presença da autoridade investida pela coletividade. A própria fisionomia das cidades coloniais obedeceu a esse espírito, pois seu traçado se definia antes pelos interesses, caprichos ou desmandos pessoais dos mais influentes, que o bem estar público; aqueles que tinham poder

116 Idem. p. 51.

117 Idem. p. 54.

suficiente para resistir à autoridade, dificilmente aceitavam qualquer tipo de regulamentação que pudesse restringir a sua autonomia. O homem que se instalou nas colônias, distante do braço real, permitiu-se fugir tanto quanto possível da tutela de um Estado que, na Metrópole, procurava sujeitar e disciplinar seus súditos. O ambiente diferenciado dos trópicos, com a possibilidade de estabelecer um domínio particular sobre as populações autóctones, possibilitou a criação de uma sociedade original, cuja considerável autonomia dos grandes proprietários chocava-se com as tentativas da Coroa em enquadrá-los e à administração colonial apenas cabia regular alguns aspectos menos estruturais da vida social.

Dispersos por um vasto território, os colonos se tornaram amplamente refratários ao disciplinamento político, afeitos a formas mais estáveis de regulação social. Por isso

*a colônia não era um quadro perfeito. Era mais um acampamento incerto, um ajuntamento de homens irreconciliados dentro de suas classes econômicas, dos seus ódios entre reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos e caribocas, ressaltando a desafeição da raça pela condição social ou intelectual e econômica de seus representantes, numa amálgama que é mistura e confusão, mas não é ainda síntese e compreensão.*¹¹⁸

Os traços orgânicos da colonização se reproduziram ao longo dos séculos e determinaram uma organização administrativa e política marcada pela falta de ações planejadas e coordenadas, pela dispersão, pela imprevidência, pela incapacidade de reduzir o interesse particular às necessidades coletivas.

Essa carência de coesão pública não significou, no entanto, uma ausência completa de organização. A sociedade que então se

118 Idem. p. 83.

formava, baseou-se na organização privada, que teve seu centro de gravitação em torno da família, instituição que agregou a sociedade colonial e foi sua verdadeira fonte de coesão, traço cultural determinante, de caráter feudal e que possibilitou a ocupação do extenso território. Essa família, comandada discricionariamente pelo patriarca, submeteu ampla parentela e dependentes ao seu redor, estruturando-se em torno da grande propriedade, que evitava dividir, através da instituição formal de morgados ou através de mecanismos de herança que favoreciam o filho varão, levando os demais a uma sujeição a este ou às longas demandas judiciais em função das práticas de administração dos bens ou das heranças, que favoreciam abertamente o filho mais velho. Apenas a religião penetrava no interior desse restrito grupo familiar, mas em vez de tornar-se força dissolvente dos laços existentes, acabava por reforçá-los através da defesa do patriarcalismo, da sujeição das mulheres e filhos ao patriarca, dos escravos e agregados ao seu senhor. Essa religião legitimava a dominação patriarcal, a defesa dos valores familiares e a organização da família de acordo com os moldes acima definidos.

A escravidão reforçou essa tendência privatista pois o escravo estava submetido antes de mais nada ao poder particular de seu senhor:

a escravidão brasileira foi eminentemente caseira e constituiu a maior força em que se apoiou a instituição familiar para desenvolver a sua economia própria, esteio de sua unidade e do seu centripetismo ... O escravo que bastava ao senhor era a condição, ou melhor, o trunfo econômico de que dispunha este para impor o estilo do domínio social e econômico que o fez procurado e obedecido – domínio que constrange e subordina os demais homens livres, que não participam do senhoriato, mas que, por sua vez,

*constitui a única força de proteção e amparo a que o fraco era forçado a recorrer.*¹¹⁹

O restante da população livre encontrava-se, desse modo, submetida a um poder absorvente e quase absoluto exercido pelo senhoriato, que a impedia de ter uma livre expressão de suas aspirações e encontrar formas adequadas de representação institucional.

As grandes famílias de proprietários que dominavam a vida dos municípios, os tornavam mesmo, na expressão do autor, em municípios “feudalizados”, dominados pelas chefias locais, que exerciam seu poder sobre amplas clientelas, sem a livre possibilidades de expressão de sua vontade como agentes coletivos. O governo dos municípios, em vez de possibilitar a participação democrática do povo na decisão de seus destinos, tornou-se uma extensão do mando dos chefes das grandes famílias proprietárias. Esses fundamentos coloniais se prolongariam ao longo do Império e mesmo da República, dificultando o surgimento de um espírito público, deformando nossas instituições estatais e constituindo-se num obstáculo para a afirmação de um regime democrático pleno no país.

Partindo de premissas diferentes de Nestor Duarte e Oliveira Vianna, Alberto Passos Guimarães defendeu também a existência de características predominantemente feudais na formação social e econômica brasileira. Em seu importante *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963), escrito em pleno acirramento das lutas sociais no campo entre fins da década de 1950 e início de 60, o autor procurou identificar a questão do latifúndio como o óbice estrutural que impedia um pleno desenvolvimento social do Brasil, que só se resolveria através da política de Reforma

119 Idem. p. 157-158.

Agrária. Analisando a nossa formação econômica e sua expressão territorial, Passos Guimarães, enquadrando essa formação no contexto da crise do feudalismo europeu e do surgimento do capitalismo durante a Idade Moderna, com o avanço do mercantilismo e a substituição do poder da nobreza pelo poder do dinheiro, mas se opunha àqueles que identificavam a colonização como a transferência dos traços avançados (predominância da economia mercantil) da sociedade em gestação, em detrimento dos traços regressivos (o feudalismo):

a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.¹²⁰

A forma de apropriação do vasto território permitiu a ressurgência feudal, combinada com traços dissolventes do capitalismo, mas com primazia dos elementos feudalizantes. Os mercadores, embora exercessem uma decisiva influência econômica, já que dispunham dos mecanismos de financiamento essenciais para o funcionamento da colonização, não controlavam as rédeas do poder, que estavam firmadas nas mãos dos proprietários rurais:

a empresa colonial teve de realizar-se mediante a associação de fidalgos sem fortuna e plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura, mas sob uma condição: o predomínio dos 'homens de qualidades'

sobre os 'homens de posses'(...) A posição dominante dos 'homens de qualidades' na empresa colonial é um fato bastante explícito em nossa história. Prova-o, sem deixar lugar a dúvidas, o espírito de casta que presidiu a divisão do vasto território conquistado ao gentio, particularmente daqueles quinhões maiores e melhores¹²¹.

Reproduzindo, na vasta Colônia, os elementos ainda prevaletentes na sociedade lusitana, na qual a tradição (que unia a nobreza associada à Igreja) servia como força retardadora do desenvolvimento capitalista, os grandes proprietários de terra detinham aqui o controle do principal e decisivo meio de produção – a terra.

Na inexistência de uma ampla camada de servos da gleba a ser explorada, o feudalismo colonial teve que se valer de um outro aspecto regressivo de formação social: a adoção do escravismo. A baixa produtividade do trabalho escravo foi superada através da magnífica produtividade das novas terras e da extrema coerção exercida através da brutal violência. Todo esse conjunto produtivo desenvolveu um caráter comercial, ligado que estava ao mercado mundial em expansão, mas segundo Guimarães,

nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito frequentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando parte de seu tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação

120 GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p. 22.

121 Idem. p. 24.

*peçoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores 'livres' ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.*¹²²

Mesmo que o comércio aparecesse como elemento de articulação entre a produção agrícola de larga escala na Colônia e o mercado mundial, o elemento essencial estava na base produtiva, na qual predominavam os traços inequivocamente feudais. O controle feudal da terra, numa sociedade de base essencialmente agrária, conferia aos grandes proprietários o elemento-chave da dominação exercida sobre o conjunto da população. A verdadeira fonte de poder era garantida pela coerção extra-econômica, através da qual os latifundiários submetiam os demais setores da sociedade ao seu mando, assim a violência era o elemento central de exercício do poder, que permaneceria preponderante ao longo da colonização e cujos resquícios chegariam, através do latifúndio, ao Brasil de meados do século XX:

*O poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Ele se exerce, ainda nos nossos dias, através do 'governo' das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios.*¹²³

A ocupação das terras brasileiras teve sua base legal no sistema sesmarial vigente em Portugal, que refletia os impasses entre a nobreza decadente, apoiada pela Igreja, e a burguesia ascendente, mas que ainda não detinha os elementos centrais do poder. De acordo com Guimarães, esse sistema era uma tímida intervenção do Rei para forçar a reativação da agricultura que estava em crise

122 Idem. p. 29.

123 Idem. p. 35.

em Portugal, com o despovoamento dos campos e o abandono dos cultivos. Devido à possibilidade de expropriação das terras não cultivadas em certo prazo, esperava-se reativar a agricultura, mas essa expropriação não se realizava, na maior parte das vezes, devido à falta de força efetiva da Coroa para realizá-la, de fato, e as atividades agrícolas continuavam em franca retração no Portugal de fins do quatrocentos e início do quinhentos. Mas, apesar de não ter cumprido a contento essa função de reativar a agricultura do Reino, o sistema de sesmarias empregado no Brasil permitiu uma forma de apropriação territorial que atendia às expectativas da nobreza proprietária. Essas expectativas de conquista territorial por parte dos nobres somaram-se aos interesses dos grandes comerciantes e da Coroa por condições singulares que se colocaram naquele contexto.

No princípio do século XVI, os comerciantes portugueses, em associação com a Coroa, voltavam o essencial de seus esforços para o trato das valiosas mercadorias das Índias, não lhes parecendo atrativas as novas terras americanas, devido à pouca possibilidade de encontrarem mercadorias de alto valor para se aventurarem no comércio, com algumas poucas exceções, através de tímidas incursões levadas à cabo entre 1500 e 1530:

*haveria de corresponder aos interesses dos mercados utilizar as colônias para fins exclusivamente de comércio, tendo por base a riqueza extrativa, a preia de índios, o tráfico de escravos. Ao contrário, os cavaleiros feudais miravam as colônias vendo-lhes principalmente o colosso territorial.*¹²⁴

A motivação para a empresa de colonização surgiu com o sucesso da experimentação da produção açucareira, que permitiu a união de esforços entre os principais grupos da sociedade lusitana: os

124 Idem. p. 42.

fidalgos arruinados ou seus filhos encontraram um vasto território para conquistarem e estabelecerem o seu domínio feudal, a Igreja encontrou um caminho de expansão do catolicismo através da catequese dos indígenas, a Coroa poderia firmar seu domínio sobre a nova terra através da fixação de marcos de povoamento, os comerciantes poderiam encontrar um produto de grande mercado e rentabilidade que permitisse o retorno de seus investimentos e as classes mais baixas poderiam, através da sorte, encontrar a riqueza no Novo Mundo.

Todos esses agentes ligados ao processo de colonização teriam a chefia nominal da Coroa, mas o poder estaria, de fato, nas mãos dos grandes latifundiários, que exerciam o monopólio do controle da terra, o principal meio de produção numa sociedade de bases eminentemente agrárias. As sesmarias eram as bases legais através das quais se afirmava o controle da nova terra nas mãos de poucos proprietários, sendo as intenções da Coroa

por nas mãos da fidalguia o monopólio de grandes tratos de terreno, enfeudá-los segundo as sua mais puras tradições jurídicas e, ao lado disso, associar na empresa os 'homens grossos', os mais diletos filhos da classe burguesa enriquecida na mercancia.¹²⁵

A Coroa, premida por uma avidez tributária, tentava impor um rígido controle sobre a Colônia, mas os latifundiários, manipulando as alavancas do governo local conseguiram impor resistência eficaz a essa tentativa de enquadramento, à qual não escapavam os demais setores da sociedade colonial e os grandes senhores de terra acabavam se tornando o grande sustentáculo da ação da Coroa, que não podia voltar-se contra essa base de apoio. Mesmo o crescimento comercial e urbano, advindo com a expansão

¹²⁵ Idem. p. 47.

mineradora do século XVIII, não significou um avanço dos setores de extração burguesa internamente, pois eles eram manietados pelo governo despótico exercido pelos donos de terra, vinculados aos interesses do comerciante português e da Coroa. A aliança entre os donos de terra, o grande comércio metropolitano e a Coroa, não exercida sem contradições, garantia as condições de exploração da terra sob um sistema de feudalismo colonial.

Assim, a presença de setores internos voltados a atividades de caráter comercial, mesmo atuando como elemento dissolvente do feudalismo colonial, não permitiu a sua superação nos quadros da colonização, cujas características fundamentais se manteriam pelos séculos seguintes. Após a Independência, o surgimento de setores internos da economia, voltados para as atividades predominantemente burguesas e de uma incipiente classe média urbana, fez avançar a dissolução dessas relações feudais, mas não propiciou sua definitiva supressão. Para Guimarães, a justificação da existência dessa formação social feudal colonial se confirmava em função de uma questão política central para ele no momento em que escrevia sua obra: a necessidade de superação dos aspectos semi-coloniais presentes no latifúndio brasileiro, associados ao imperialismo internacional e que serviam de entraves ao pleno desenvolvimento das capacidades nacionais. Essa necessidade política colocava as teses que defendiam a existência de uma formação predominantemente capitalista ou não-feudal no Brasil colonial como suspeitas de esvaziarem o papel estrutural e revolucionário da luta pela reforma agrária:

A teoria do capitalismo colonial não é, assim, um achado histórico tão inocente quanto parece. É uma teoria conservadora, reacionária que, bem arrumada, se encaixa perfeitamente nos esquemas políticos mais retrógrados. A negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do

*latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário*¹²⁶.

Essa tarefa política de extirpar o latifúndio que dominava por quatro séculos a vida política brasileira, servia como base essencial para as suas formulações e foram mesmo largamente dominantes entre setores influentes da esquerda brasileira até, pelo menos, fins da década de 1960.

As formulações de Vianna, Duarte e Guimarães se enquadram num conjunto muito variado e significativo de autores, cujas obras orientaram decisivamente os debates sobre a formação social e econômicas brasileira e que tiveram muito prestígio na primeira metade do século XX. Entre elas, é possível perceber as distintas formulações sobre a existência de um sistema feudal no Brasil e suas consequências, que não pode ser simplificado em fórmulas que empobrecem a riqueza desse debate intelectual e político. Mas tentaremos apresentar alguns aspectos comuns que se salientam nessas formulações, ainda que sejam de forma bastante resumida, com a única finalidade de destacar alguns de seus traços básicos: a concessão de poderes feudais ou semi-feudais aos donatários e aos grandes proprietários territoriais, com a conseqüente fraqueza da Coroa para fixar-lhes limites de ação; a predominância da grande exploração agrícola voltada para o comércio colonial, que impedia que os grupos ligados às atividades mercantis atingisse o controle das instâncias de poder político; a forma jurídica da concessão de terras através das sesmarias, que garantia o pleno domínio territorial do latifúndio e o poder de mando dos grandes proprietários rurais exercido sobre o conjunto da sociedade. Essas características, que no entanto apresentavam diferenças sensíveis de um autor para o outro, deixariam marcas permanentes na nossa formação social

126 Idem. p. 34.

que precisavam ser superadas, seja por um Estado autoritário de cunho modernizador (Vianna), pela instauração de uma ordem democrática que permitisse a educação política do povo (Duarte) ou pela revolução democrático-burguesa, que teria na reforma agrária um de seus fulcros essenciais, por destruir as bases tradicionais do exercício do poder (Guimarães).

Os estudiosos que defendiam a existência de um regime feudal na Colônia, certamente não desconheciam a presença, em maior ou menor grau, de fatores ligados ao nascente sistema capitalista. Esse feudalismo colonial se estruturava num momento marcado pelas modificações que a sociedade europeia apresentava na dissolução do regime feudal e na emergência da nova ordem capitalista. Não chegamos a localizar nenhum autor que defendesse a existência de um feudalismo absolutamente idêntico ao do medievo europeu, esse feudalismo colonial apresentava importantes elementos que o diferenciavam do feudalismo vigente na Europa, as relações mercantis e a existência de um influente grupo ligado ao comércio não eram desconhecidos ou negados, mas a questão fundamental presente nessas análises era a de delinear que tipo de fatores determinavam internamente a constituição da sociedade colonial. Nesse aspecto, a presença dominante da grande propriedade rural, do poder exercido pelo grande latifundiário e das marcas profundas que o mesmo venceu na formação do Brasil, acabaram levando a conclusões que tomavam esse traço como o elemento definidor, por excelência, da nossa colonização. Esse feudalismo foi definido de distintos modos, a razões de sua origem, derrocada e os resquícios que deixou na nossa sociedade foram distintamente compreendidos; as soluções para a superação dos impasses que essa origem geraram para a sociedade brasileira, foram as mais distintas, mas a concordância quanto à predominância de uma ordem social que mais se assemelhava à da sociedade europeia do medievo

que do mundo capitalista moderno, em gestação, era o ponto em comum que elas partilhavam.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, havia questionamentos sobre a nossa pretensa formação feudal ou da predominância desses aspectos feudais¹²⁷, mas os estudos de Caio Prado Jr., em especial o seu *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, colocaram o debate em um novo patamar, quando definiu os aspectos fundamentais do sentido da colonização englobados no amplo quadro da transição do feudalismo para o capitalismo, que marcou a época moderna. Caio Prado procurou articular melhor as vinculações entre os fatores internos de ocupação e exploração da terra com as determinações estruturais do mercado internacional que se estabelecia, a partir dos objetivos econômicos da metrópole. Isso não significava que o sentido predominante da colonização desprezasse os fatores de ordem

127 Roberto Simonsen, em sua *História Econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1937, já se embatia contra essas definições feudais da colonização brasileira. Fundamentando suas teses na primazia dos ciclos econômicos voltados para o atendimento do mercado internacional, que conferiam as bases sobre as quais se estruturou a colonização, o autor discordou das teses feudais. Vale aqui uma breve citação sua: “por mais que estudemos os elementos históricos, não podemos concluir que o regime de donatarias apresente pronunciada semelhança com o da economia medieval. Em primeiro lugar todos procuravam a nova terra em busca da fortuna; todos visavam a melhorar sua situação econômica. O fito de lucro era a causa primordial da vinda para o Brasil. ...Os nossos historiadores não têm encarado o caso sob esse aspecto. Quando se referem ao donatarismo, consideram-no como se estivessem diante de um regime feudal. ... Portugal, em 1500, já não vivia sob o regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento do comércio de especiarias de Veneza, é um autêntico capitalista. Os seus ‘vassalos’ não ficam atrás. Não fazem a conquista como os cavaleiros da Idade Média.... A hereditariedade das donatarias não nos parece suficiente para emprestar o cunho feudal a todo o sistema; representaria concessão a prazo ilimitado, cuja duração a história ia provar que seria regulada pela força das circunstâncias” SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1978. p. 81-82.

interna, tanto é que Prado Jr. lançou algumas importantes e pioneiras formulações sobre a economia de subsistência e o abastecimento, que orientaram estudos posteriores, mas esses elementos internos tinham sua articulação fundamental a partir da dinâmica colonial, que se orientava pela produção voltada para o mercado ultramarino sob controle metropolitano, derivando disso o caráter cíclico das produções coloniais, que oscilavam em função do mercado internacional, já que o mercado interno era de reduzidas proporções. A Coroa portuguesa não lançara as bases da colonização a partir de uma ótica feudal, pois as diretrizes mercantis já orientavam seus esforços.

No que tange à grande propriedade territorial, Prado Jr. entende articulada a esse sentido da colonização que impede de caracterizá-la como expressão de uma ordem feudal. Essa grande propriedade, para se viabilizar, acompanha as determinações mais gerais da economia metropolitana, que condiciona os fluxos de produção e controla o fornecimento da mão de obra escrava, condição primordial da exploração agrícola em larga escala. Os colonos que vieram ao Brasil, não se orientavam pela pequena exploração camponesa, mas buscavam produzir gêneros amplamente aceitos no mercado metropolitano e europeu, de modo que isso se constituía no laço essencial que impossibilita que a grande propriedade adquira características predominantemente feudais.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a ‘grande exploração rural’, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá

*também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social.*¹²⁸

Assim, pela sua importância econômica, o grande proprietário rural exerceria uma grande proeminência social, adquirindo mesmo pretensões aristocráticas, controlando boa parte da população sob a sua influência.

*Colocado assim no centro da vida social da colônia, o grande proprietário se aristocratiza. Reúne para isto os elementos que constituem a base e origem de todas as aristocracias: riquezas, poder, autoridade. A que se unirá a tradição, que a família patriarcal, com a autoridade absoluta do chefe, dirigindo e escolhendo os casamentos assegura. Esta aristocratização não é apenas de nome, fruto da vaidade e da presunção dos intituados. Constitui um fato real e efetivo; os grandes proprietários formarão uma classe à parte e privilegiada. Cercam-nos o respeito e prestígio, o reconhecimento universal da posição que ocupam.*¹²⁹

Mas, apesar de todo esse poder, o grande proprietário não se confunde com um senhor feudal com poderes absolutos e indisputados, as autoridades designadas pela Coroa e as da Igreja exercem parcela significativa de poder, que impõe limites ao largo campo de ação dessa aristocracia rural. Nas cidades, onde possuem casas e freqüentam durante algumas épocas do ano, os proprietários rurais são homens de grande respeito e consideração e fazem parte da classe superior,

128 PRADO Jr., Caio. op. cit. p. 122-123.

129 Idem. p. 289.

*mas já não estão sós: ombreiam com eles e gozam mesmo de preeminência social e protocolar as altas autoridades da administração militar, civil, e eclesiástica: vice-reis, capitães-generais, governadores, comandantes e altas patentes militares, desembargadores, bispos...*¹³⁰

Além dos grandes proprietários e dos integrantes do alto corpo administrativo e eclesiástico, os comerciantes de grosso trato conseguem atingir uma respeitabilidade e aceitação social, mesmo enfrentando diversos preconceitos quanto à sua qualificação social,

*o comércio é uma classe credora, é quem financia a grande lavoura. Senhores de engenho, lavradores, fazendeiros são seus devedores; e tanto mais presos às dívidas que sua posição social, vaidade e educação perdulária os levam a gastos excessivos e supérfluos, que nos momentos de crise, os põem em dificuldades e apertos muito sérios... Nestas condições o comércio, apesar da prevenção que contra ele havia, ocupa uma posição de relevo. Pode fazer frente à outra classe possuidora da colônia, os proprietários, e disputar-lhes a primazia.*¹³¹

Dessa forma, os grandes proprietários rurais são reconhecidos como forças efetivas de mando nessa sociedade colonial, mas sua dependência estrutural do mercador, que lhe concede créditos, compra safras, fornece escravos e as mais diversas mercadorias, desfaz aquele quadro de poder quase ilimitado que boa parte das teorias feudais parecia lhe conferir. As diversas instâncias da administração colonial acabam por refletir esse complexo jogo de forças que aproximam ou aguçam rivalidades entre latifundiários,

130 Idem. p. 294.

131 Idem. p. 295-296.

comerciantes, governantes, bispos e da qual não escapam os ecos da presença da população mais pobre, oprimida pelas categorias superiores, mas que demanda providências para a contenção de suas manifestações, muitas vezes, turbulentas e a satisfação de suas mínimas necessidades de sobrevivência.

Avançando na melhor definição do sentido da colonização, Fernando Novais sistematizou os diversos aspectos que conferiam os fundamentos do sistema colonial. A colonização moderna estava articulada aos desdobramentos da política mercantilista praticada pelos emergentes estados nacionais europeus que se encontravam em vias de superação da antiga ordem feudal pelo capitalismo. Essa política mercantilista, desenvolvida pelo Estado absolutista, tinha como fundamentos uma acirrada concorrência internacional pela primazia na conquista de mercados, pela acumulação de capitais e pela sujeição das antigas formas de organização da produção às novas forma que surgiam com o avanço do capitalismo. Esse processo enfrentou diferenças de ritmo e possuiu peculiaridades regionais, que exigiriam uma investigação para distinguir os diversos aspectos concretos, mas certas condições estruturais balizaram o conjunto dessas transformações e definiram as linhas mestras do sistema colonial organizado de acordo com as necessidades da expansão mercantilista.

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas.(...) Desdobramento da expansão comercial e marítima dos Tempos Modernos, a colonização... significava a produção de mercadorias para a Europa, naquelas áreas descobertas em que as atividades econômicas dos povos 'primitivos' não ofereciam a possibilidade de se engajarem relações mercantis

*vantajosas aos caminhos do desenvolvimento capitalista europeu. Assim, passava-se, da simples comercialização de produtos já encontrados em produção organizada, para a produção de mercadorias para o comércio.*¹³²

As metrópoles controlavam rigidamente o comércio de suas colônias através dos mecanismos de exclusivo metropolitano do comércio colonial, que reservava o mercado das colônias para as suas respectivas metrópoles, submetendo as primeiras ao objetivo maior de possibilitar a acumulação crescente de capitais no espaço metropolitano, sob o comando econômico das burguesias nacionais em formação. Mesmo com as possibilidades existentes de alguns agentes coloniais driblarem o controle metropolitano (através do contrabando e outros meios), o exclusivo aparecia como o mecanismo através do qual as metrópoles ajustavam suas colônias ao seu objetivo de acumulação capitalista.

A colonização (ocupação, povoamento, valorização) das áreas do Novo Mundo obedecia, assim, esse fundamento de propiciar a acumulação capitalista na Europa, mesmo em áreas relativamente afastadas dos grandes centros produtivos, que acabavam inseridas nesse contexto maior. As economias coloniais obedeciam os fluxos e a especialização exigidas pela metrópole, voltando-se, prioritariamente, para a montagem de unidades produtivas voltadas para atender a essa demanda. A exploração colonial exigiu a adoção de formas de trabalho compulsório, em especial do escravismo, pois a migração em massa de pequenos agricultores europeus para o Novo Mundo, onde existia a abundância de terras disponíveis para a exploração, acabaria por criar colônias de povoamento, com economias baseadas na subsistência, voltadas para o auto-consumo,

132 NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 72-73.

o que não interessava certamente às burguesias metropolitanas. Para produzir na escala e nos ritmos desejados por essa burguesia, a adoção do trabalho compulsório, em especial o escravismo, aparecia como uma condição adequada. No Brasil do século XVI, a escravização indígena apareceu como uma solução viável no princípio da instalação da produção açucareira em larga escala, mas as dificuldades envolvidas na escravização do índio (a oposição dos jesuítas e outros religiosos, as dificuldades enfrentadas no seu apresamento e transporte, a redução demográfica etc) levaram à adoção da escravidão africana, mas um fator essencial determinou a escolha da escravidão africana, o abastecimento de mão de obra passaria a estar nas mãos de comerciantes portugueses e não de predores brasileiros,

assim, os ganhos comerciais resultantes da preação dos aborígenes mantinha-se na colônia, com os colonos empenhados nesse 'gênero de vida'; a acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa 'mercadoria'. Esse talvez seja o segredo da melhor 'adaptação' do negro à lavoura...escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário.¹³³

Se, no plano geral, a burguesia europeia se colocava como o grande agente do processo de acumulação de capital, no âmbito da Colônia, uma parte dos rendimentos se concentrava nas mãos dos colonos senhores de terras e escravos, que se colocava no plano interno numa posição privilegiada. Mas esses senhores de terras e escravos, embora tivessem essa posição, não controlavam

¹³³ Idem. p. 105.

as diretrizes essenciais da economia, nas mãos da metrópole, e encontravam-se limitados na suas possibilidades de autonomia pelas próprias características da produção colonial que desenvolviam. A grande exploração escravista, além de depender diretamente da reposição da mão-de-obra escrava, através dos traficantes da metrópole, também era presa das oscilações dos preços de seus produtos no mercado internacional. Como a mão-de-obra escrava não propiciava uma produtividade elevada dadas suas condições de trabalho inerentes, os grandes proprietários se viam compelidos a reduzir os custos de produção a um mínimo possível para compensar essa dependência estrutural, por esse motivo, ao lado da grande exploração, se articulava um setor de subsistência voltado para garantir os requisitos básicos de manutenção dessas propriedades. Assim, o grande proprietário

procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para a exportação. E assim se inseria, no bojo de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa de produção de subsistência cujo processo se desenrola à margem do mercado... Nas épocas de expansão da procura, mobilizavam-se todos os fatores dentro das unidades produtivas de exportação para produzir para o mercado externo; abria-se, então, uma faixa para a produção colonial de subsistência autônoma (quer dizer, fora dos domínios da lavoura de exportação) vender ao setor exportador os seus excedentes.¹³⁴

Assim, embora a sociedade e a economia colonial fossem marcadas pela presença de outros agentes que não senhores e escravos,

¹³⁴ Idem. p. 109-110.

no interior das grandes explorações voltadas para o mercado externo, esse setor acabava condicionando a vida dos demais setores da Colônia. A existência de setores de subsistência organizados a partir de pequenos produtores submetidos ao grande latifúndio escravista, como sitiantes, arrendatários e outros, servia como um complemento indispensável para a manutenção da grande exploração mercantil; depreende-se daí que não se verifica uma situação de feudalismo no mundo colonial, apesar da concentração de terras na mão de grandes proprietários e da adoção de formas compulsórias de trabalho, pois essas formas de sujeição se relacionavam a uma produção que tinha seu ponto de articulação na exportação voltada para o mercado externo. Mesmo que, no plano da Colônia, esse senhor de terras tivesse a proeminência social, ele estava preso às determinações estruturais do sistema colonial, que condicionavam suas ações ao processo maior de acumulação capitalista em curso no mundo metropolitano.

Obras como a de Caio Prado Jr. e Fernando Novais, além de outras de grande significação, apresentaram um quadro analítico que superou as teorias sobre o feudalismo no Brasil, que haviam sido bastante prestigiadas em épocas passadas. Ao iniciarmos a nossa pesquisa sobre a Casa da Torre, essa questão já não ocupava o centro das discussões. A definição de um quadro conceitual que caracterizasse adequadamente a formação colonial e escravista no Brasil se tornou alvo de debates, quando posições como as de Prado Jr. e Novais foram, por sua vez, contestadas e se elaboraram novas perspectivas de análise por autores como Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Antônio Barros de Castro, M^a Silvia de Carvalho Franco, entre outros, mas as teses de existência de uma formação feudal no Brasil colonial já não se colocavam no centro do debate. Entretanto, Moniz Bandeira, em seu alentado estudo sobre a Casa da Torre, trouxe novamente à baila a questão do feudalismo,

exigindo de nossa parte uma atenta análise de suas formulações a esse respeito.

O título do livro, *O Feudo*, não deixa dúvida quanto à opção do autor por esse viés explicativo. Bandeira considerou mesmo a Casa da Torre uma clara demonstração desse aspecto feudal de nossa formação:

*Casa da Torre constituiu um caso emblemático, no qual a feudalidade essencial da colonização do Nordeste mais claramente se manifestou. Sucessivas gerações dos senhores da Torre de Garcia d'Ávila não apenas conquistaram os sertões como, por três séculos, detiveram o domínio econômico, político e militar sobre uma extensão territorial mais vasta do que a de muitos reinos da Europa.*¹³⁵

O autor coloca que a questão concernente a esse debate já era alvo de controvérsias tanto no caso brasileiro quanto em relação a distintas regiões europeias. Na Europa, as peculiaridades do desenvolvimento dessas regiões levou ao surgimento de diversas formações feudais. Nas mesmas, durante o período medieval, o quadro da Península Ibérica, marcada pela presença dos mouros durante séculos e pelas lutas de Reconquista, conferiram um caráter diferenciado à formação feudal dessa região. Portugal, última monarquia feudal surgida na Europa, apresentava características singulares que o diferenciavam do feudalismo do centro europeu, como a ausência de uma servidão da gleba (substituídos pelos escravos capturados nas guerras contra os muçulmanos), além da presença de um comércio costeiro animado e a “centralização extrema da propriedade feudal”.

135 BANDEIRA, Luís A. M. op. cit. p. 25.

No período moderno, marcado pela desagregação das relações feudais e pela emergência do capitalismo, propiciou a combinação e coexistência de diversas formas de produção não-capitalistas e pré-capitalistas. Nesse sentido, certas relações feudais de produção e direitos senhoriais remanescentes em Portugal foram transferidos para o Brasil, mesmo que combinados a certas características locais e limitados a determinadas regiões, como no caso do Nordeste e, em especial, a região sertaneja. A forma de concessão de sesmarias pelos donatários transferiu para os grandes proprietários amplos direitos que caracterizavam um processo de feudalização, permitindo que esses grandes senhores adquirissem um *status* similar ao da nobreza do Reino; mesmo com o fracasso das donatarias e a criação do governo-geral em 1549

*as sesmarias, também hereditárias, configuraram, em realidade, não subdonatarias e sim verdadeiras enfeudações. Os sesmeiros, cujas terras alguns receberam, primeiro, dos donatários e, depois, dos governadores das capitâneas, condensaram em si próprios todos aqueles graus da hierarquia nobiliárquica, se bem que, mesmo sendo nobres de linhagem, não recebessem títulos de barão ou outros.*¹³⁶

Além de monopolizarem a propriedade territorial, os grandes proprietários adquiriam maior poder pessoal por reunirem sob o seu comando um grande número de homens, em função do exercício de funções de ordem militar e da autoridade civil de que dispunham:

A mentalidade feudal, com seus valores – honra, espírito de cavalaria, coragem e generosidade, entre outros – cristalizou-se, na classe dominante daquelas capitâneas, em decorrência, inclusive, das fun-

*ções militares atribuídas aos sesmeiros, na maioria fidalgos da Casa Real ou funcionários do reino, que se tornaram não só proprietários das terras e dos meios de produção, como, também, detentores da autoridade civil e da força armada, e acumulando, às vezes, juízes e vereadores.*¹³⁷

Esses grandes senhores reuniam em suas mãos a propriedade das terras, a sua governança e o domínio de seus habitantes, imprimindo, assim, um caráter de dominação feudal ao processo de colonização do Brasil:

*Eles eram vassallos do rei (vassi domini), que desfrutavam de sua proteção particular e, constituindo uma rede de lealdade, lhe deviam fornecer grande parte das tropas, para a defesa da colônia, quer contra os índios quer contra os estrangeiros. Essas funções militares, estatuídas no regimento que D. João III dera ao governador Tomé de Sousa, imprimiram um caráter ainda mais feudal à colonização do Brasil e concorreram, evidentemente, para que os sesmeiros, dentro de sua jurisdição, reproduzissem as relações de vassalagem com os rendeiros.*¹³⁸

Esses rendeiros, pequenos produtores morando em terras pertencentes ao grande senhor, eram sujeitados aos constrangimentos similares aos que sofriam os trabalhadores europeus sob a vigência do feudalismo, a coerção à qual eram sujeitos os obrigava a aceitarem a “proteção” desses senhores, sob a pena de se verem expulsos das terras ou submetidos a outras violências. Além de pagarem as

136 Idem. p. 24.

137 Idem. p. 24.

138 Idem. p. 24/25.

rendas exigidas pelo senhor, lhe deviam a obediência que os servos devem ao seu senhor na vigência da ordem feudal da Europa do medievo. Esse conjunto de condições do sesmeiro – monopólio do acesso e domínio pleno da terra, controle de funções militares e de governança, mentalidade senhorial, liame de vassalagem com o Rei e sujeição da ampla massa da população ao seu poder de mobilizar tropas particulares, de impor taxas diversas e prestação de serviços e fazer-se obedecer – caracterizaria, em linhas gerais, o feudalismo que vigiu no nordeste colonial, particularmente na região sertaneja, do qual a Casa da Torre veio a tornar-se no caso emblemático, de acordo com essa formulação.

Discutiremos a seguir esse conjunto de características apontadas por Moniz Bandeira, procurando estabelecer um balanço das posições. Em primeiro lugar, quanto à questão das formas de propriedade terra, através do sistema de sesmaria, cabe discutir se esse instrumento jurídico apresenta um caráter feudal. O sistema de sesmarias implantado em Portugal em 1375, por D. Fernando, teve como finalidade principal reanimar a produção agrícola, através da possibilidade do Rei realizar expropriar e redistribuir as terras não cultivadas pelo seu proprietário. Boa parte das terras ficava imobilizada nas mãos de senhores feudais, que tolhiam uma maior produtividade agrícola em função da imposição de foros e outras obrigações que acabavam por asfixiar a agricultura e levarem ao desabastecimento das cidades. Esse instrumento das sesmarias tinha evidentes finalidades a restrição dos direitos feudais, uma vez que o Rei estabelecia um domínio eminente das terras, ou seja, *“o direito que assistia ao soberano de apropriar-se dos bens dos súditos, independentemente de qualquer formalidade, de qualquer processo preliminar e de qualquer indenização”*.¹³⁹ Dessa forma, o

139 J. O. Pereira Lima. *Da Propriedade no Brasil*. Citado em SILVA, Lúcia Osório da. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

sistema sesmarial, mesmo que não levasse à efetiva expropriação das terras, como na maior parte das vezes não levou, implicava numa situação jurídica claramente contrária ao domínio feudal, pois os documentos de concessão de terras de sesmarias pelo Rei trazia sempre cláusulas de condicionalidade, que colocavam a possibilidade de sua expropriação caso não fossem aproveitadas em determinado tempo. Ainda que esses princípios jurídicos não levassem necessariamente a intervenções drásticas do Rei, no sentido de realizar expropriações de monta, significava que os direitos de domínio pleno dos proprietários estavam limitados pelo domínio eminente que o Rei detinha, colocando-se a propriedade territorial num enquadramento jurídico que não poderia mais ser caracterizado como feudal.

Na Colônia, a concessão das capitânicas é apontada como um ensaio feudal, uma vez que seriam concedidas, através das Cartas de Doação, poderes muito amplos aos donatários, a fim de estimulá-los a se aventurarem a empreender a arriscada colonização das novas terras com seus capitais particulares. Essa concessão de capitânicas, através de um regime feudal, mesmo não prosperando, teria deixado marcas indeléveis na determinação de uma ordem feudal na colônia, posição que podemos encontrar com bastante ênfase em Nestor Duarte. Mas, mesmo alguns autores que consideravam as capitânicas uma espécie de regime feudal, relativizavam a amplitude dos poderes do donatário, tal como é o caso de Carlos Malheiro Dias; segundo ele

Este não podia dar largas à ambição de se apropriar de vastos tratos de terra sem solução de continuidade. O seu poder, conquanto aparentemente discricionário na esfera da governação e da justiça, não era estorvo à prosperidade e liberdade dos colonos. A capitania não lhe fora concedida para ele explorar como uma fazenda, mas para a governar como uma

*provincia. O governador hereditário não podia lesar os interesses e direitos da população. Os impostos eram pagos em espécie. À Coroa pertencia o quinto do ouro e das pedras preciosas... e o monopólio das drogas e especiarias.*¹⁴⁰

O amplo conjunto de poderes enfeixados pelos donatários não nos permite qualificar as capitânias como um experimento feudal, porque esses poderes se enquadravam num quadro mais amplo de garantia das prerrogativas reais, que acabaram por se confirmar com o estabelecimento do governo-geral e das diversas instâncias judiciais e fazendárias da administração colonial, que garantiam à Coroa a deliberação última sobre todos os aspectos que regulamentavam a vida social e econômica da Colônia.

Mesmo em situações nas quais os sesmeiros exacerbavam a dimensão de suas posses e abusavam de prerrogativas de mando pessoal, em especial nas áreas mais distantes do sertão, havia o acompanhamento das autoridades da Coroa e a preocupação em disciplinar qualquer possibilidade de ultrapassagem de certos limites necessários ao controle da Coroa e das autoridades coloniais por ela designadas. O interessante *Fragments de uma Memória sobre as sesmarias da Bahia*¹⁴¹ contém importantes considerações, possivelmente de D. Fernando José de Portugal e Castro, Governador da Bahia (1788-1801) e Vice-Rei (1801-1806)¹⁴², que realizou um importante trabalho de análise e instrução para o disciplinamento da questão da distribuição de sesmarias no Brasil. No documento, o autor desenvolve uma súmula dos preceitos legais que ordenavam a concessão de terras na Colônia

140 DIAS, Carlos Malheiro. op. cit. p. 220.

141 *Fragments de uma Memória sobre as sesmarias da Bahia. Revista do IHGB.* Rio de Janeiro: IHGB. (12): 373-388, 1841.

142 Essa é a opinião de Costa Porto, que entendemos acertada, dadas as razões apontadas por aquele autor.

e os abusos cometidos por vários sesmeiros ao extrapolarem os limites jurídicos previstos na lei, tais como não obedecerem as prescrições de medição, registro, respeito às terras dos índios, viabilização de caminhos públicos para fontes, portos e pedreiras, entre outros. Com base nessas considerações, propõe medidas visando a resolução do problema que, sabemos posteriormente, não foram levadas a efeito. Isso poderia nos levar a pensar que os sesmeiros disporiam de um poder quase feudal, por descumprirem de forma tão acintosa as determinações legais emanadas da Coroa, mas no nosso entender, a Coroa, através de seus agentes, intervinha apenas quando esse descumprimento ultrapassava um limite, mesmo que comprometesse o cerne de sua política. Discutiremos melhor a questão dos limites do poder da Coroa e dos agentes privados em outra parte desse trabalho.

A concessão de sesmarias na Colônia revestiu-se de características próprias, que diferenciavam das existentes na metrópole. Na Colônia, a concessão de terras estava associada ao objetivo maior de propiciar à metrópole a acumulação de capitais; assim, a distribuição de terras a quem tinha cabedais para fazê-las produzir para um mercado internacional em expansão, com a utilização de numerosa escravaria, redundou na concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e na presença marcante do latifúndio, em detrimento da pequena propriedade. Os grandes sesmeiros, implantaram engenhos ou fazendas em suas sesmarias e monopolizaram a maior parte das terras disponíveis, concedendo seu uso a pequenos produtores, que lhes ficavam sujeitos a fornecer produtos ou outras obrigações, mas isso não implica no estabelecimento de laços feudais, uma vez que as práticas de natureza pré-capitalista estavam associadas ao quadro mais geral da grande produção exportadora, como podemos ver em Ferlini:

embora a nível formal o processo histórico revele traços remanescentes das estruturas feudais e apon-te para o capitalismo, desses elementos realça, no período colonial, o caráter comercial da produção açucareira. A propriedade agroexportadora volta-va-se predominantemente para o mercado externo, articulando-se também com a produção autárquica, elemento de resistência às oscilações cíclicas. Claramente não se tratava de agricultura capitalista, mas determinada pelo capital comercial.¹⁴³

Mesmo que a autora se refira especificamente ao engenho açucareiro, esse quadro de associação ao capital mercantil pode ser estendido para as grandes fazendas de criação de gado que se espalharam por vastas áreas da Colônia.

Embora a pecuária não fosse voltada diretamente para o mercado de exportação (com a exceção de alguns sub-produtos do couro), ligando-se basicamente ao abastecimento e fornecimento de animais para transporte e tração dos engenhos, sua dinâmica estava condicionada aos movimentos mais amplos da economia. Um dos traços de diversos trabalhos que estudaram a pecuária, é da aparente desvinculação entre a atividade criatória e as oscilações do mercado. As formas de criação estabelecidas, com a imposição de foros aos pequenos criadores sitiados no interior das grandes sesmarias do sertão, podem dar a impressão da existência de um universo fechado sob suas próprias regras, isolado dos movimentos mais gerais da economia colonial e, por isso mesmo, com características predominantemente feudais. A aparente inexistência da escravidão africana e o pouco conhecimento sobre os mecanismos de comercialização dos produtos derivados da pecuária e sua articulação com a economia do restante da colônia, além da inegável presença de práticas de características feudais, podem ter alimentado essa

143 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. op. cit. p. 47.

visão, mas analisada mais de perto, a pecuária obedece, com certas especificidades próprias da atividade criatória, o quadro traçado por Ferlini para a produção açucareira.

Quanto à questão do trabalho no mundo da pecuária, é bastante estabelecida a visão de que a sujeição dos trabalhadores – fossem índios escravizados ou caboclos submetidos a outras formas de coerção – se apoia no uso da violência, sendo esses obrigados a criarem o gado e pagarem foros aos grandes sesmeiros, representados por procuradores que exercem sem peias a autoridade naqueles distantes sertões, assemelhando-se assim à servidão feudal. Essas relações pré-capitalistas estariam, nesse sentido, alheias à ordem capitalista que começava a se esboçar no período moderno; no entanto, se concordarmos com as formulações de Caio Prado e Novais, é necessário considerarmos a pecuária no quadro mais geral da acumulação capitalista necessária à metrópole. Nesse sentido a articulação entre a área da pecuária e o tráfico africano de escravos indicaria uma articulação maior entre essa atividade e o restante da economia colonial, uma vez que o aprisionamento de índios permitiria, de certa forma, que os grandes proprietários do sertão se mantivessem mais independentes do fornecimento de mão-de-obra africana. Os trabalhos de Miridan Knox, Luiz Mott e Tanya Barbosa¹⁴⁴ sobre a escravidão na pecuária do Piauí, no século XVIII comprovam a presença de escravos africanos numa dimensão antes não considerada, implicando numa mercantilização maior que a anteriormente admitida para essa atividade. Apesar desses

144 KNOX, Miridan Britto. *Escravos do Sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1993, MOTT, Luís R. B. *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. *Revista de Antropologia*. Vol. XXII, São Paulo, 1979. Idem. *Fazendas de Gado no Piauí (1697-1762)*. IN: *Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo: ANPUH, 1975 e BARBOSA, Tanya M^a Brandão. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. São Paulo: Tese de Doutorado em História: FFLCH/USP, 1993.

trabalhos terem avançado no melhor entendimento da pecuária e sua articulação com o restante da Colônia, há a necessidade de pesquisas mais acuradas para outras regiões, em épocas anteriores, de forma que se possa ter uma percepção mais clara do impacto global da escravidão africana na economia predominante do sertão nordestino. Mesmo assim, consideradas essas pesquisas, o quadro que emerge da pecuária, é a de uma atividade que, embora complementar à grande economia exportadora do litoral e dotada de uma organização peculiar, segue os movimentos mais gerais da economia colonial. Parafraseando Ferlini, mesmo não sendo a pecuária uma atividade capitalista, era determinada pelo capital comercial.

Um documento fundamental para uma melhor compreensão da atividade pecuarista e da economia e sociedade nos sertões do Brasil colonial, da segunda metade do século XVIII, é o anônimo *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*, segundo Capistrano de Abreu, provavelmente escrito por João Pereira Caldas.¹⁴⁵ Nesse documento, publicado na Revista do IHGB em 1900 e que está a merecer nova edição, mais que uma descrição do roteiro entre essas capitanias, o autor faz um importante balanço sobre a economia e a sociedade do interior do país, sua articulação com as regiões da marinha e propõe um projeto de intensificação da colonização de uma vasta área no Brasil central, que permitiria fomentar o desenvolvimento de todo o grande norte da Colônia. Para o autor, não resta dúvida as finalidades básicas das colônias:

As collonias... são estabelecidas em utilidade da metrópole. Por máxima fundada nesta utilidade os habitantes das Collonias devem ocupar-se em culti-

*var, e adquirir as produções naturaes, ou materias primeiras, para que sendo exportadas á Metrópole, esta não só della se sirva, mas aprefeçoada possa também tirar das collonias o preço da mão d'obra e possa commerciar no superfluo com as Nações estrangeiras.*¹⁴⁶

Inserido nesse quadro, o desenvolvimento pecuária deveria dar o suporte básico à atividade exportadora realizada através dos portos, reduzindo os custos das produções coloniais e permitindo uma maior apropriação de riquezas por parte da metrópole, além da efetivação da colonização de diversas áreas ainda precariamente ocupadas pelo povoamento e a civilização dos índios dessas áreas. Esse papel da pecuária como retaguarda necessária das atividades econômicas desenvolvidas no litoral ou na região das minas pode ser visto pelo autor, no caso do Piauí que, mesmo não tendo desenvolvido uma agricultura de monta, contribuía decisivamente para a manutenção dessa atividade em outras áreas da colônia:

*Elles se interessavão só na criação dos gados, e com ella concorrião para huma parte da subsistencia dos povos da Marinha, os quaes se verião precisados a suprir a mesma parte, com o equivalente de outros generos, cuja cultura diminuiria a applicação, que poderião fazer aquelles que commercião com a Metropole.*¹⁴⁷

Esse papel de permitir a subsistência das demais regiões implicaria na sua maior especialização, para tanto, o fornecimento de gado precisaria ser constante e regular, de modo que a carestia de carne não provocasse a desorganização das demais produções

145 “O autor desconhecido, que deve ser João Pereira Caldas, sucessivamente governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e de Mato Grosso, era um admirável conhece dor dos sertões pastoris e pode dizer-se que nos dá a filosofia do gado e dos vaqueiros” ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial: 1500 - 1800 & Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Brasília: EdUnB, 1982. p. 321.

146 Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. op. cit. p. 102.

147 Idem. p. 83.

de interesse da metrópole. Por outro lado, as regiões produtoras de gado desenvolviam uma relação de interdependência com as regiões litorâneas, de onde provinham os gêneros de que tinham carência essas áreas de interior, incluídos aí os escravos africanos, segundo o Roteiro, também presentes na criação de gado:

As Capitánias, e Povoações que só consistem na criação de gados, excedendo a multiplicação dos mesmos gados ao necessario para a sua subsistencia, e não podendo dar dentro d'ellas mesmas consumo ao superfluo; procurão as Capitánias da Marinha, como mais povoadas, para ahi venderem, e d'ellas dependem para a troca dos mesmos gados ou dinheiro, que por elles recebem, haverem as manufacturas, e mais generos da Metropole; os escravos de Africa tambem necessarios para a cultura dos generos comestiveis do Paiz, e trato da mesma criação de gados.¹⁴⁸

O autor do Roteiro procura demonstrar que existia uma carência de gado para abastecer a demanda das diversas capitánias e que o comércio de gado obedecia o princípio da lucratividade em sua comercialização, de forma que as rotas de transporte das reses se baseava no interesse de sua comercialização:

A promiscua, e reciproca introdução, e extração que ellas [as Capitánias] fazem entre si dos seus gados bem longe de provar a referida abundancia só pode servir para mostrar; que segundo a situação, extensão e divisão das dittas Capitánias, dependem humas dos gados das outras, para a sua subsistencia; que cada particular, vai vender as suas boiadas, onde tem maior commodidade e interesse, ou por

148 Idem. p. 105-106.

serem melhores, as estradas, ou mais curta a marcha, ou maior o preço, porque as reputão, que he o primeiro objecto do vendedor.¹⁴⁹

As regiões intermediárias entre o sertão mais afastado e os mercados litorâneos desempenhavam também um papel nesse processo, uma vez que alguns povoados ali estabelecidos compravam por baixos preços as reses prejudicadas pelas longas jornadas, que pereceriam pelos caminhos ou se desgarrariam das tropas, assim

os novos povoadores sustentando-se d'aquellas reses, de que não esperão outro interesse, cuidão em que se restabeleção as que lhes sobrão para as irem no anno seguinte vender aos mesmos portos... procurão com a industria fazer tanques onde a conservão no Inverno e por este modo utilizando-se dos gados, que se crião nas capitánias do interior, passão tambem a estabelecer novas creações em sitios, que serão inteiramente despovoados, se este primeiro interesse não os levasse a elles.¹⁵⁰

Assim, a pecuária, apesar de utilizar uma vasta gama de práticas pré-capitalistas nas fazendas, ligava-se ao quadro mais geral da economia colonial, estando inserida no circuito das trocas que a metrópole controlava com o fito de absorver a parte substantiva das riquezas produzidas na Colônia.

Inserimos, no ANEXO VI, a reprodução de alguns mapas dos séculos XVIII e XIX, representando regiões pecuaristas da região do rio São Francisco e Itapicuru. Esses mapas, em que percebemos a presença de diversas fazendas, missões e algumas estradas permitem percebermos as rotas que se estabeleciam no

149 Idem. pg. 94.

150 Idem. p. 113.

interior para o transporte do gado e também de outras mercadorias necessárias à área criatória e que tinham que ser obtidas através de relações comerciais com as áreas litorâneas. Essa incipiente rede de estradas e de rotas comerciais permitiu a lenta estruturação de um mercado de dimensão regional, impedindo que essas distantes regiões interioranas ficassem isoladas das rotas maiores mercantis que se articulavam pela colônia e com o mercado metropolitano. A reprodução do Mapa anexo ao requerimento do Alferes João Crisóstomo de Serqueira Dantas e outros moradores da Freguesia de Santa Teresa do Pombal, para a ereção de uma nova Freguesia (cerca de 1815) permite entrever as estradas e fazendas na região dos rios Real, Itapicuru, Inhambupe e Subaúma, próximos à Freguesia da Torre (área na qual a Casa da Torre possuía grande parte das terras). Nas proximidades da Freguesia da Torre, convergiam as Estradas do Piauí e das Boiadas, que dirigiam-se ao Recôncavo e serviam ao abastecimento de gado da capital.

Essas estradas eram essenciais desde fins do século XVI para permitir o problemático abastecimento de Salvador, que dependia estruturalmente das mesmas para a garantia do acesso ao gado, gênero de primeira necessidade ao lado da farinha; em 24 de Abril de 1652, a Câmara de Salvador se reuniu para deliberar sobre a abertura do caminho da Mata de São João, uma vez que o gado que vinha do norte da Bahia, Sergipe e rio São Francisco, devia atravessar pelo caminho da Torre, que era bastante precário e repleto de pequenos rios, que dificultavam o transporte das boiadas. Vários importantes pecuaristas se apresentaram favoráveis a contribuir para a restauração do antigo caminho da Mata de São João

donde se asentou que uisto a grande utilidade que reseberão os criadores assim desta cidade como da de Sam Chistouão de Sergipe del Rei E Rio de Sam francisco da ban-da [de cá] se acordou que pou-

*co mais ou menos aueria the [o dito] Rio de Sam francisco da banda de cá duzentos cuRais E que Estes taxados em cinco mil Reis cada hum montauão hum conto de Reis.*¹⁵¹

Apesar do documento citar alguns dos mais importantes pecuaristas da Bahia, à época – entre os quais Antônio Guedes de Brito – não encontramos referência a Garcia d'Ávila Pereira (2º), que, então, era senhoreava a Torre de Tatuapara. Talvez o caminho passando por terras suas atendesse a seus interesses e não lhe fosse conveniente a abertura do caminho da Mata de São João; de toda forma, não conseguimos obter informações que nos permitissem resolver a questão. De qualquer forma, a abertura e manutenção de estradas no Recôncavo e no sertão era vital para garantir o fluxo de mercadorias nos dois sentidos, ligando essas distantes regiões por relações comerciais de longa distância e de volume ainda a ser melhor conhecido. O estudo de Lycurgo de Castro Santos sobre a grande fazenda do Brejo do Campo Seco, no sertão do Rio de Contas (Bahia), entre os séculos XVIII e XX, pertencente à família Canguçu, permite perceber o movimento de exportação das boiadas e alguns outros produtos para as regiões litorâneas e a aquisição de diversos produtos necessários à vida no sertão, que iam desde ferramentas até objetos que visavam conferir um certo conforto aos moradores mais abastados da área.¹⁵² Alguns historiadores dedicados à investigação da vida sertaneja, esqueceram que as estradas que levavam as boiadas, eram as mesmas que traziam outras mercadorias e contribuía para manutenção de um vínculo, ainda

151 Termo que se fez sobre se abrir o caminho da mata de San Ioam. (1652). *Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara 1649-1659*. 3º vol. Salvador: Prefeitura Municipal, 1959. p. 202.

152 SANTOS Fº, Lycurgo. *Uma Comunidade Rural no Brasil Antigo (aspectos da Vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Nacional, 1956

que de dimensão aparentemente reduzida, com o mercado colonial mais amplo. À medida em que forem avolumadas pesquisas mais detidas sobre essas estradas e caminhos coloniais serão revelados aspectos ainda não devidamente percebidos da dinâmica das relações mercantis em regiões sertanejas.¹⁵³

Além do monopólio do acesso e do domínio pleno da terra que caracterizariam esse feudalismo na Colônia, outra questão definidora dessa pretendida formação social e econômica seria a do controle das funções militares e da governança pelos grandes senhores de terra. Certamente, o poder detido pelos grandes sesmeiros era bastante significativo e lhes permitia desempenhar uma mentalidade senhorial e assumir foros de pretensa nobreza (mesmo que, muitas vezes, as origens de vários desses homens fosse, no mínimo, duvidosa em termos dos preconceitos de nascimento, então vigentes); sua capacidade em mobilizar homens armados, fazer-se obedecer pela população submetida ao seu domínio e controlar, de forma substancial, o poder em terras distantes do poder das autoridades representantes do Rei, permitia-lhes usufruir de uma condição de indiscutível proeminência no contexto daquela sociedade, mas esse mesmo poder se via refreado, não apenas no plano econômico, com a dependência que tinham para com os comerciantes do Reino, mas também no plano político e militar, como discutiremos adiante.

O poder de governança exercido pelos proprietários rurais se mostraria mais evidente no desempenho de funções militares, que lhes permitiria mobilizar sob o seu comando homens armados para defender os interesses do Rei e, certamente, os seus próprios.

153 Além do clássico livro *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, de Capistrano de Abreu, mais recentemente destaca-se o trabalho de LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1982, demonstra aspectos importantes da questão das estradas na dinâmica daquela região colonial.

Essa parcela de poder adquirida pela possibilidade de comandar tropas, por esses particulares, não nos parece constituir-se numa comprovação da existência de uma ordem feudal, uma vez que essas mesmas tropas estavam inseridas no âmbito das instituições militares portuguesas, comandadas, em última instância, pela Coroa. A organização militar de Portugal e suas colônias sofreu modificações ao longo dos três séculos de colonização brasileira, que refletiram o processo de institucionalização do próprio Estado português e da administração colonial. Essa institucionalização compreendeu a transformação da organização militar remanescente do feudalismo, com a presença de milícias particulares ligadas ao Rei pelo votos de vassalagem que uniam os nobres à Coroa, pela formação de um exército profissional, pago e dirigido pelo Estado.

Somente em 1640, Portugal passou a contar com um exército permanente, o que implicou na necessidade de diversos ordenamentos jurídicos e na definição de recursos permanentes para garantir seu funcionamento, o que se mostrou uma questão espinhosa para a Coroa. Com o Tesouro abalado pelas guerras em que esteve envolvido e com as perdas da exclusividade do comércio das especiarias das Índias¹⁵⁴. Também no Brasil, a organização militar acompanhou as vicissitudes do processo colonizatório, que exigiam uma firme retaguarda armada para garantir a sujeição das populações autóctones, a defesa contra interesses de outros concorrentes europeus e a manutenção da ordem interna; portanto, essas vicissitudes exigiam readaptações devido às distintas realidades

154 Nesse delicado contexto da guerra de restauração, o Padre Antônio Vieira pregou, em Lisboa, no dia 14 de Setembro de 1642, véspera da reunião de Cortes, o famoso Sermão de Santo Antônio, no qual conclamava a Nobreza e a Igreja a colaborarem, através do pagamento de tributos, para a conservação da independência da Coroa de Portugal, frente à monarquia espanhola. VIEIRA, Pe. Antônio. Sermão de Santo Antônio. VIEIRA, Pe. Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

locais e às conjunturas que se apresentavam, tornando o ordenamento jurídico das forças armadas uma questão bastante complexa, que gerou várias controvérsias sobre as atribuições e a hierarquia de comando entre as diversas autoridades coloniais e que se reflete nas abordagens historiográficas sobre a questão.

Na Colônia, a questão militar era central, uma vez que os povoadores tinham que associar à sua condição de empreendedores as funções de guerreiros, responsáveis por submeterem as populações locais e resistirem às ameaças de outras nações européias; portanto, desde os primeiros ensaios de ocupação das novas terras a mobilização de homens em armas se tornou numa das preocupações fundamentais da Coroa e das autoridades por ela delegadas. Em linhas gerais, as forças armadas originaram-se na concessão das Capitâneas Hereditárias, que colocavam o comando militar nas mãos dos Capitães-Mores; com a instalação do Governo Geral, em 1549, a organização militar foi aprimorada, devido às necessidades imperiosas de garantir a posse da Colônia, disputada por outras nações européias. Em épocas posteriores, a organização militar sofreu reordenamentos que implicaram na criação e supressão de diversos cargos e patentes e na formação de novas tropas e comandos, obedecendo as necessidades imediatas às novas configurações do processo de ocupação territorial. Em algumas regiões da Colônia, havia necessidade de variações em função de certas peculiaridades, além da existência de situações de difícil disciplinamento. Por isso, o resumo que apresentaremos adiante, certamente contém diversas lacunas, já que a organização militar colonial é bastante complexa e nos limitaremos apenas a alguns aspectos mais gerais da questão.¹⁵⁵

As forças armadas compunham-se da primeira linha, a *Tropa Regular*, permanente, de caráter profissional, composta por oficiais

155 Podemos encontrar alguns aspectos da organização militar em SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 97-112.

pagos, formada basicamente por portugueses e alguns brasileiros recrutados (com predominância de brancos) eventualmente, estabelecida nas principais cidades litorâneas e nas áreas de maior interesse estratégico. A tropa regular era organizada em Terços de 2500 soldados, comandados por um Mestre-de-Campo General, divididos em 10 Companhias de 250 soldados e 10 Esquadras de 25 soldados. Em Salvador, foi criado o primeiro Terço (o Terço Velho) após à expulsão dos holandeses e o Terço Novo, em 1631. Esses Terços eram compostos por 800 homens cada, em vez dos 2500 previstos em lei, essas adaptações foram comuns na Colônia, em virtude dos recursos disponíveis e das condições locais.¹⁵⁶ No topo da hierarquia militar, estava o Governador Geral, e nas Capitâneas, os Donatários e Governadores, a quem estavam subordinadas todas as forças armadas organizadas na Colônia, além da responsabilidade mais geral de dirigir a construção das fortificações de grande porte que deveriam defender as cidades e vilas mais importantes da Colônia. Uma complexa rede de comando se estruturava a fim de manter a hierarquia que se distribuía da sede do Governo Geral às mais remotas povoações, permitindo ao fim que estivessem mobilizadas tropas em diversas instâncias para defender a Colônia e cumprir as ordens reais.

Essa vasta organização militar implicava na geração de despesas elevadas, que não podiam ser custeadas exclusivamente pela Coroa, assim as tropas regulares eram bastante limitadas e exigia-se o concurso particular para garantir a conquista e defesa do vasto território. A participação da população no contingente das forças militares era essencial desde os primeiros ensaios de ocupação nos princípios do quinhentos, até porque Portugal ainda não possuía exercito permanente. Dessa forma

156 Os Terços de Salvador foram estudados por COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia Colonial: Apontamentos para a História Militar da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara de Vereadores, s/d.

*desde os primeiros tempos da colonização, constituíram-se os povoadores na principal força defensiva da costa brasileira que, mesmo sem habilitada orientação bélica, atendia às necessidades imediatas decorrentes de ataques de corsários e do gentio frente às deficiências das armadas de policiamento e da insuficiência numérica das forças metropolitanas.*¹⁵⁷

Assim, parte essencial da defesa repousava nas *tropas auxiliares*, compostas pela segunda linha, as *Milícias* (tropas regulares) e pela terceira linha, as *Ordenanças*. Em alguns momentos, o uso do termo *milícias* é generalizado para referir-se às diversas organizações militares, como significando forças armadas em geral, mas em sentido estrito elas correspondem aos Terços auxiliares de segunda linha. Como a organização das *Ordenanças* antecedeu à das *Milícias*, discorreremos antes sobre as primeiras.

Os Corpos de *Ordenanças* ganharam uma organização mais sistemática a partir de 1570, através do Regimento Geral das *Ordenanças*, que tinha como finalidade “*organizar e adestrar a população obrigada ao serviço militar na metrópole e no ultramar*”.¹⁵⁸ Essas *Ordenanças* se compunham a partir do engajamento obrigatório da população masculina local, entre 18 e 60 anos, excluídos os eclesiásticos e os fidalgos, que prestava serviços gratuito, organizados em Terços, formados à semelhança das tropas regulares, com 2500 homens, sob o comando de um capitão-mor (ou mestre-de-campo), divididos em 10 Companhias de 250 homens, sob o comando de um capitão e 10 esquadras de 25 homens. O capitão-mor tinha o comando de uma Companhia e tinha como substituto um sargento-mor e quatro auxiliares. Cada capitão de companhia era auxiliado

157 LEONZO, Nanci. *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Mateus*. São Paulo: Mestrado em História/FFLCH/USP, 1975. p. 9-10.

158 Idem. p. 10.

por um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão e 10 cabos de esquadra. O comando das *Ordenanças* era exercido pelos senhores de terra locais ou por comandantes nomeados pelas Câmaras,

*como as câmaras eram a expressão dos estratos superiores da sociedade local – ao contrário do grosso da tropa, constituída de gente simples –, a hierarquia superior das milícias era formada pelos senhores locais, proprietários ou ‘homens bons’, donde a reprodução da ordem social garantir a funcionalidade esperada da organização militar”.*¹⁵⁹

As *Milícias*, criadas em Portugal em 1641 e trazidas depois para o Brasil, organizavam-se e tinham recrutamento de maneira semelhante às *Ordenanças*, mas se diferenciavam daquelas pelo caráter de se deslocarem territorialmente, enquanto as *Ordenanças* mantinham sua base local. As *Milícias* eram organizadas em função de necessidades específicas que exigissem deslocamentos entre diferentes regiões, como conflitos armados de maior proporção, para os quais também eram recrutados índios aliados. De acordo com Cabral de Mello e Puntoni¹⁶⁰, o recrutamento constante de índios aliados exigia uma organização que permitisse enquadrá-los, sendo criadas algumas Companhias indígenas e postos específicos para os seus chefes indígenas. As adaptações dos regimentos militares originais se davam em função das condições da Colônia, exigindo

159 PUNTONI, Pedro. *A Arte da Guerra no Brasil (1550-1700)*. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, (53): 189-204, março de 1999.

160 PUNTONI, Pedro. Idem e Cabral de Mello, que referindo-se à importância do aprendizado das técnicas de combate indígena pelos soldados que combatiam os holandeses, indica que “*com o gentio da terra aprenderam os campanhistas as técnicas indispensáveis às longas marchas pelo sertão, às excursões devastadoras contra o Brasil holandês em 1637, 1638 e 1639, e à penosa retirada das tropas luso-brasileiras sob o comando de Luís Barbalho em 1640*” MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975. p. 181.

soluções específicas para as diversas situações de guerra, que se afastavam dos modelos preconizados pela guerra européia; questões como a guerra de guerrilhas, as formas de deslocamento no território, a utilização das armas e o abastecimento das tropas demandavam adaptações que provocavam uma atualização *“adequando as técnicas militares locais a uma equação entre o uso das linhas regulares e as linhas auxiliares, isto é, as ordenanças, reforçadas, por sua vez, pelo elemento indígena”*.¹⁶¹ Essas características da chamada “guerra brasílica” foram essenciais para o tipo de combate que se travou no sertão, contra os indígenas que resistiam ao avanço da frente pecuarista, particularmente nas chamadas “guerras dos bárbaros”, uma vez que as condições concretas de enfrentamento naquelas áreas provocavam a adoção de técnicas de combate que fugiam aos padrões considerados mais científicos da guerra propugnados pelos manuais de arte de guerra européia que, então, se publicavam em função da organização dos exércitos nacionais.

Por parte das autoridades da administração colonial e da metrópole, houve uma constante preocupação em disciplinar a atuação das tropas auxiliares, para que as mesmas não escapassem do controle das autoridades, assim

*buscava-se um enquadramento da informalidade das linhas auxiliares (ordenanças) em regras mais estritas de um exército regular, apto ao escopo centralista do governo geral da Bahia. Em outras palavras, adequar uma realidade preexistente à normalização militar imaginada pela administração colonial.*¹⁶²

161 PUNTONI, Pedro. Idem. p. 194.

162 Idem. p. 198.

Como Puntoni demonstra em relação aos paulistas contratados para enfrentarem os índios na “guerra dos bárbaros”, o Governo, em vez de impor um enquadramento militar de acordo com as normas vigentes na metrópole, adaptou a legislação para controlar essa forma de guerrear, enquadrando a guerra brasílica no âmbito do sistema militar lusitano, criando, para isso, uma legislação específica para essa situação. Essa forma de guerrear, privilegiando a criação de tropas auxiliares, devia-se a duas condições básicas: a carência de recursos do Tesouro português para remunerar tropas regulares na quantidade necessária e a natureza específica que a guerra tinha no mundo colonial. Isso, certamente, garantia uma parcela considerável de poder aos comandantes dessas tropas, que, sendo essencialmente donos de terras e tendo homens em armas sob seu controle, às vezes, cometiam ações que revelavam o desejo de extrapolar sua autonomia frente às autoridades; mas, por outro lado, deixam bem clara a inadequação de certos escritos que quiseram ver nessas tropas e nas guerras empreendidas na Colônia uma espécie de repetição das gestas de cavalaria medieval.

A carência de recursos da Coroa e as características da guerra brasílica, levaram aquela a contar com a participação de várias milícias comandadas por agentes particulares, em especial os senhores de terras, que controlavam as principais patentes. Esse controle reforçava seu poder pessoal e prestígio, através da imposição de seus ditames pessoais à população local. Assim, ao lado do resguardo dos interesses da Coroa, os comandantes locais associavam os seus interesses particulares, reforçando seu domínio, que já exerciam pelo controle da terra; esse traço de organização militar, no entendimento de diversos estudiosos, indicaria uma clara prevalência do poder particular dos grandes senhores de terra, de bases locais, sobre a autoridade dos governantes nomeados pela Coroa. Segundo essa linha de análise, o poder da Coroa era praticamente nominal, já que os donos de terra dificilmente se submetiam às determinações

dos Governadores e outros delegados reais, uma vez que tinham os meios para manter uma grande autonomia; para alguns estudiosos, essa grande autonomia seria um traço marcante do feudalismo que prevaleceu no mundo colonial.

Raymundo Faoro, numa outra direção, inverte essa análise, dando a primazia da estruturação da política brasileira ao Estado Patrimonial português, matriz do Estado brasileiro após a independência. Ao contrário do traço de exacerbado privatismo visto por autores como Nestor Duarte (e outros que identificaram traços de uma formação feudal ou semi-feudal no Brasil), Faoro defende a primazia de uma ordem estamental que sufoca as energias autônomas das classes sociais e suas capacidades de transformação social. O absorvente Estado Patrimonial, dirigido pelo estamento burocrático e reproduzido na administração colonial, controla as iniciativas pretensamente autonomistas dos poderes locais e as enquadra no âmbito do poder da Coroa portuguesa. A autonomia pretendida pelos poderes locais é capturada pelas redes do estamento burocrático e gera a impressão de um aparente privatismo, mas essas forças centrífugas são absorvidas por redes de controle que administram a fazenda, a justiça, a defesa, o fisco e outras dimensões do Patrimônio da Coroa. Enquadrados nas diversas instâncias das forças armadas e dos postos da administração colonial, os povoadores acabam se tornando em representantes da Coroa, ou, como diz o próprio autor:

A instituição das forças armadas na colônia revela o modo de integrar o povoador nos desígnios e nas atividades da coroa. O particular, por esse meio, transforma-se em agente real, em delegado de objetivos públicos, situando-se a um passo do funcionário... A terra se consolida nas mãos do português por via da força armada – é a conquista. Mas a terra se torna interiormente portuguesa também mercê da inte-

*gração no quadro das funções e das honras militares – é o prolongamento da metrópole na colônia.*¹⁶³

Interessante que o uso, por Faoro, do termo “rede”, sugere exatamente que essas redes, em vez de significarem formas de escape dos poderes locais e privados (agentes) frente à Coroa, indicam precisamente que esses mesmos poderes se “enredam” numa teia que tem o Rei e o estamento burocrático em seu centro:

O funcionário recebe retribuição monetária, o agente desfruta de vantagens indiretas, com títulos e patentes que compensam a gratuidade formal... o que sugere a expansão da nobreza e do comércio, controlada a burocracia numa rede de governo, que gravita em torno do rei e de sua aristocracia¹⁶⁴.

Certamente que os poderes enfeixados pelos grandes proprietários lhes garantia uma efetiva condição de negociarem com as autoridades da administração colonial e mesmo terem alguns arrufos de nobreza em certas situações, mas isso não nos parece suficiente para caracterizar um regime feudal, uma vez que a Coroa acompanhava atentamente as ousadias dos colonos e restringia seus arroubos de independência, quando se fazia necessário. Em geral, o Rei mantinha o seu controle sob as mais diversas instâncias administrativas através da superposição de tarefas e responsabilidades, que acabavam por levar a conflitos entre os colonos e as autoridades, que tinham como último recurso a própria Coroa, para quem recorriam as partes em longas demandas que se prolongavam, às vezes, por muitos anos; nas situações-limite, quando a autoridade da Coroa era desafiada além do considerado aceitável, a intervenção era mais rigorosa, com a repressão dos

163 FAORO, Raymundo. op. cit. p. 189.

164 Idem, p. 172. Itálicos do autor, negritos nossos.

que desafiassem à majestade do Rei. Esse estilo de administração aceitava um certo espaço de autonomia dos colonos, desde que não se opusesse aos desígnios mais gerais das políticas emanadas da Coroa; por trás da suposta fraqueza do Rei ou do poder feudal dos senhores de terra, estava uma administração que tinha o objetivo maior de submeter a Colônia aos ditames da acumulação capitalista na metrópole, essa política exigia que houvesse um certo espaço na própria colônia para a acumulação local de riquezas, a fim de submeter os súditos ao Rei não apenas pelo poder das armas, mas pela aceitação das diretrizes mais gerais do sistema colonial, ou seja, além da coerção do colonizador, era necessário uma certa dose de consentimento do colono.

Outros aspectos do pretense caráter feudal da colonização portuguesa no Brasil, em especial no sertão nordestino, como o poder dos sesmeiros de imporem foros e prestação de serviços à população sob o seu domínio, ou à existência de uma mentalidade senhorial, discutiremos melhor em outras partes desse trabalho. Em relação à primeira, em especial no caso da Casa da Torre, a cobrança de foros a pequenos posseiros significou uma fonte não desprezível de renda e de poder, mas como já demonstramos em relação à pecuária, essa sujeição estava embutida numa teia de relações econômicas que comportavam práticas pré-capitalistas, mas que se orientavam no sentido maior do processo colonizatório. Quanto à segunda, essa mentalidade senhorial certamente era prevaiente numa sociedade no qual o *status* ainda era em larga medida determinado pelo sangue, na qual as diferenças entre os homens ainda não eram plenamente estabelecidas pelo poder da “riqueza”, já que a “honra” ainda era atributo essencial para a valoração de um homem; não se tratava, é certo, de uma prevalência da mentalidade feudal ou da capitalista, mas de um entrelaçamento entre ambas, que se reproduzia no âmbito dos valores que qualificavam as pessoas em função de seus privilégios de nascimento ou de fortuna. Cabe sobre esse aspecto ainda uma

pequena ressalva em relação à afirmação de Moniz Bandeira, de que esses grandes sesmeiros eram homens oriundos de linhagens nobres, que determinariam seu comportamento senhorial. Como discutimos adiante, a questão das origens de diversos colonos enriquecidos era sujeita à manipulação genealógica, a fim de apagar qualquer traço comprometedor que pudesse deslustrar sua recém-adquirida riqueza e manchar a sua honra; eliminar de suas genealogias os antepassados considerados comprometedores era comum entre vários desses “barões da colônia”, o próprio Garcia d’Ávila não teve até hoje suas origens pessoais devidamente esclarecidas, embora haja hipóteses bastantes consistentes (como a do próprio Moniz Bandeira) para determiná-la.

Além dessas razões estruturais definidoras do estatuto da grande propriedade territorial e seu suposto caráter feudal, parecem interessantes, no que tange à região específica do sertão nordestino, atentarmos para outros aspectos. Como discutimos atrás, a visão da propriedade de um vasto patrimônio – maior que muitos reinos – é bastante sedutora na construção de um forte imaginário que cerca a Casa da Torre e que condiciona muitas pesquisas históricas realizadas sobre a mesma. A epopéia da conquista dos sertões é narrada através da viva descrição de batalhas contra o selvagem bruto, ou da defesa do território contra o invasor estrangeiro. A simples ideia de mensurar a real dimensão das propriedades da Casa da Torre é missão de difícil execução. Em seu importante estudo sobre o sistema sesmario no Brasil, Costa Porto¹⁶⁵ nos lembra que é difícil averiguar com certeza o tamanho real dessas propriedades, uma vez que seus limites eram imprecisos e não havia uma demarcação nem uma fiscalização claras. Isso deu azo

165 PORTO, José da Costa. *O Sistema Sesmario no Brasil*. 2 ed. Brasília: Ed. da UnB, s/d. Sobre o sistema sesmario, veja-se também LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990 (Edição Fac-similar).

a uma série de demandas judiciais que se arrastaram e se arrastam até tempos recentes.¹⁶⁶

Vale, ainda, ressaltar que a medida fundamental utilizada para a mensuração das propriedades, a légua, é de uma imprecisão completa. O mesmo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*, nos diz que

*as legoas, com que mostro as distancias, não são Mathematicas, são as mesmas, que contão os habitantes os quaes as regulão arbitrariamente; e as dividem sempre com algum signal remarcavel posto pela natureza... De sorte que as ditas legoas não só vem a ser irregulares e desiguaes entre si, mas são todas diminutas...*¹⁶⁷

A leitura de documentação existente sobre a Casa da Torre no Arquivo Público da Bahia, que consta da transcrição do Alvará que autoriza a instituição do Morgado e uma série de escrituras de sesmarias, deixa evidente os limites muitas vezes hipotéticos dessas propriedades. Uma dessas escrituras nos diz que pertenceria à Casa da Torre:

toda a terra, que se achar desde a primeira cacheira que o Rio de São Francisco faz por elle acima ate a ultima Aldêa dos Caririguaçus, com as ilhas, pontas (sic), ensiadas, pastos, mattos, e agoas, que a dita terra em si tiver, e da dita cachoeira para baixo ate entestar com terras, que estejam povoadas, e para a banda do Sul, que he o limite da

166 Sobre demandas judiciais por terras supostamente pertencentes, em épocas anteriores, ao patrimônio da Casa da Torre, na década de 1940 veja-se MARIANI, José Bonifácio de Abreu e SOUZA NETTO, Amâncio José. *Terras da Casa da Torre e da Casa da Ponte*. Salvador: Mensageiro da Luz, 1975.

167 *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*. op. cit. p. 60/61. Sobre as léguas, veja também, MELO, Ceres Rodrigues de. op. cit. p. 147/149.

*Capitania de Sergipe d'El Rey toda a terra, que se achar ate entestar com o termo desta da Bahia pelo Rumo, que a dividir no Certam...*¹⁶⁸

Certamente a imensidão desses domínios, propalada pelos relatos da conquista do sertão, impressiona, mas alguns estudos mais recentes sobre a pecuária e a ocupação de terras no sertão do nordeste chamam atenção para aspectos importantes que relativizam o tamanho desses grandes latifúndios ou tornam mais clara a forma de ocupação da terra no sertão. Um aspecto essencial para compreender as possibilidades de ocupação de terras na região é o que diz respeito às condições ecológicas peculiares dos sertões nordestinos e que condicionam toda a atividade econômica. O clima semi-árido predominante em vastas áreas, com escassez de água e pastos, torna estratégica a disputa pelos mesmos. Controlar esses recursos é dispor de um grande poder sobre os vizinhos e dependentes. Teixeira da Silva chama atenção para esse aspecto, destacando, inclusive, que as doações de sesmarias na região, quase que invariavelmente, fazem menção explícita ao direito de uso de águas, pastos e matas, que tinham essa dimensão estratégica: “*Muito mais importante, no caso do Sertão, do que a apropriação privada das terras era a questão envolvendo o uso dos recursos naturais raros*”.¹⁶⁹

Sobre os conflitos originados a partir dessa escassez de recursos naturais (em especial a água), veja-se o caso da sesmaria solicitada pelo Capitão José Pereira da Costa no sertão das Piranhas

168 Casa da Torre (Alvará e Escritura). Maço 602, 1813. Casa da Torre (Rio Salitre). Maço 602, 1813.

169 SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado-interno no Brasil-colônia. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, nº 8. Rio de Janeiro: UFRJ, abril de 1997. p. 127. A esse respeito, ver também LINHARES, M^a Yedda. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). *Tempo*. Vol. 1, nº 2. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, Dezembro de 1996. p. 132-150.

(Paraíba), em 12 de Fevereiro de 1752, transcrita por João de Lyra Tavares:

*Capitão José Pereira da Costa, senhor de uma fazenda de gados no sertão das Piranhas chamada Bom Successo, diz que nas ilhargas da dita sua fazenda tem o olho d'água chamado do Brejinho da Serra da Barriguda, donde emana um riacho que vem até as porteiras da fazenda do supplicante e ainda que o dito olho d'água fica dentro da compreensão de sua mesma terra para se livrar das contendidas o que quer haver por sobras pelo pé da serra que fica da parte do norte e contesta pela parte do rio do Peixe com terras de Gracia d'Avila até entestar com as terras do Sabiá e Caiporas que foram do defunto José Fernandes da Silva...*¹⁷⁰

Por sua vez, Lycurgo Santos Filho, em estudo já citado, chama atenção para a importância do controle da água pelos moradores da área, fonte potencial de conflitos em casos de não se obedecerem certos limites por parte dos moradores de diversas condições:

*os antigos proprietários não se deram ao trabalho de fincar marcos divisórios naquelas terras sertanejas... As aludidas demarcações citam riachos lagoas, veios d'água, olhos d'água... transparecendo o cuidado em deixar a água nos limites, para uso comum dos proprietários.*¹⁷¹

Costa Pinto, ainda, indica como causa para a célebre luta entre as famílias Montes e Feitosas, ocorrida no interior do Ceará de

170 Sesmaria nº 388, em 12 de Fevereiro de 1752. IN: TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*. Tomo I. Edição Fac-similar. Mossoró – Paraíba: Coleção Mossoroense, vol. CDXXXIII, 1989. p. 217.

171 SANTOS Fº, Lycurgo. op. cit.. p. 55.

princípios do século XVIII, a disputa por terras boas para pastagem na Ribeira dos Bastiões.¹⁷²

A existência das aludidas sesmarias gigantes, algumas, inclusive, com terras “a descobrir”, está relacionada não apenas a uma “fome de horizontes”, mas a um interesse objetivo de apropriar-se previamente, por via jurídica, dos potenciais recursos existentes em uma determinada região. Como demonstrou Teixeira da Silva no texto anteriormente citado, esse controle prévio das terras por grandes sesmeiros, como a Casa da Torre e a Casa da Ponte (da família Guedes de Brito), lhes garantia um futuro direito de exploração ou – o que era mais comum – a realização de arrendamentos e a cobrança de foros dos eventuais posseiros que se instalavam naquelas terras. Costa Porto, em seu estudo sobre o sistema sesmarial, nos informa que, em relação à grande propriedade territorial e aos problemas a ela ligados, há, no plano jurídico, uma distinção entre domínio e posse da terra. A legislação portuguesa e a brasileira que a sucede, estabelece o domínio como forma superior de propriedade, logo uma terra que esteja ocupada por um posseiro que nela produz, não é garantia para ele de que essa posse seja reconhecida legalmente, uma vez que pode estar já sob o domínio legal de outrem que a registrou na forma da lei.¹⁷³

Considerando-se a absoluta imprecisão dos limites das grandes sesmarias, a Casa da Torre, a Casa da Ponte e outros grandes sesmeiros próximos dos centros do poder, cobravam foros onde seu poder fosse capaz de se arrogar tal direito. Em estudos sobre as questões de terra no Piauí colonial, Jacob Almendra relata que a Casa da Torre “abusivamente, através de seus procuradores, extendera o domínio, acompanhando o curso dos rios, que figuravam

172 PINTO, Luiz de Aguiar da Costa. op. cit. p. 99/100.

173 PORTO, José da Costa. op. cit. p. 146-149.

nas sesmarias”¹⁷⁴, gerando uma série de problemas decorrentes da disputa por terras e da cobrança indevida de foros. Costa Porto faz menção aos mesmos problemas de cobrança indevida de foros também no Piauí oitocentista, com as violências de costume, por parte da Casa da Torre, através de seus “procuradores” (essas figuras dos procuradores da Torre se assemelham a chefes de grupos de capangas a mando de seus patrões, mobilizados para garantir os seus “direitos de propriedade”); em certo caso ocorrido em 1753, por exemplo, Alexandre da Silva Carvalho, “morador no sertão do Ararobá, nas cabeceiras do Moxotó”, reclama ao Governador Correia de Sá contra o fato de, após ter descoberto e povoado três léguas naquelas paragens, o procurador da Casa da Torre o obrigou “a passar papel de foro, que com efeito lhe passou”, o mesmo fazendo “os Padres da Madre de Deus desta vila do Recife”, até que lhe veio ao conhecimento que a terra “não pertence nem àquele nem a estes, mas a S. M.”, pelo que lhe pede de sesmaria.¹⁷⁵

Essas disputas levaram, algumas vezes, a enfrentamentos entre a Casa da Torre e autoridades coloniais que, em diversas ocasiões se viam envolvidas em disputas de jurisdição e em brigas e pressões de moradores locais. Tal é o caso do conflito com Maia da Gama, Governador da Paraíba (1708-1717), que se indispôs com Teodósio de Oliveira Ledo, homem da Casa da Torre na Paraíba, em função de problemas de posses de terras e administração de índios. Esses problemas se repetiam pelo sertão do Ceará e o próprio Maia da Gama, em Diário escrito em 1728, notifica que interveio junto a Oliveira Ledo para não imiscuir-se nos problemas do Ceará:

174 ALMENDRA, Jacob Manoel Gayoso e (Gal.). *O Feudo da Casa da Torre no Piauí – Povoamento – Luta pela Propriedade*. Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953. p.14.

175 PORTO, José da Costa. op. cit. p. 110.

governando eu a Par.^a fui obrigado com o zello do real serviço, e quietação publica, e pella obrigação do meu lugar a mandar o Sarg.to mor M.el Marques de Sousa notificar o Cap.am mor Theodosio de Oliveira Ledo e o coronel M.el de Araujo de Carvalho e Sag.to mor João de Miranda todos Procuradores da Caza da Torre para que não sahisses do meu districto com os moradores e Indios da minha jurisdição e não passarem ao Jaguaribe a juntarsse com a mais gente da casa da torre que pretendião dar batalha aos de Jaguaribe, e chegou tão bem o Cap.am mor do Ciarâ fulano Duarte de Vasconcellos a marchar com duzentos ou trezentos homens para evitar aquella contenda.¹⁷⁶

Assumindo o Governo do Maranhão, entre 1722 e 1728, Maia da Gama volta a se envolver em problemas com a Casa da Torre e faz uma dura denúncia das violências cometidas pelos seus Procuradores nos sertões do Piauí:

*e estando todas estas terras povoadas de gentio, e não penetradas **nem povoadas**, e hindo varios descobridores com despesas de suas fazendas e com evidente prigo de vida morrendo m.tos e matando-lhe o gentio e outros parentes e escravos descobrirão sitios, e povoaram-nos e defenderam-nos do gentio com prigo, e morte de m.tos e depões de estabelecidos vinhão os Procuradores da Casa da Torre, e por forma, ou os fazião despejar, ou os fazião paçar escritos de arrendamento para o que fizerão sempre Procuradores os mais poderosos, mais facinorosos, e mais temidos que sempre athé hoje em dia uzarão e uzão destas violencias com maior vexação, forssa, violencia,*

176 OLIVEIRA MARTINS, F. A. *Um Herói Esquecido – João da Maia da Gama*. 2 v. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944. 2º vol. P. 26. Grifo nosso.

e injustiça feita aos vaçallos de V. Mag.de(...) e me constou mais por hua declaração autentica que no seu testamento fes hum Antõnio Pinheiro Procurador que foi da Caza da Torre dos mais antigos em que por descargo de sua consciencia declara taes violencias (...) Tão bem entendo e me pairesse que de justiça deve M. Vag.de (sic) mandar excluir a Gracia de Avilla todas as datas de terras o obrigallo medirsse e sitados..... e povoadores mostrar os que por si povoou p.^a que os que estiverem fora da sua medição e as que elle não povoou por si se deem de novo aos povoadores, ou pesuhidores e os que não estiverem posuhidos se deem a quem os povoe no termo daly, com a penção p.^a a fazenda de V. Mag.de de 10 mil reis por anno de cada fazenda que sertamente seguro a V. Mag.de que o aseitarão todos e pagarão com vontade por se livrarem de tão continuadas violencias.¹⁷⁷

Pelo exposto, podemos perceber que a ânsia da conquista de terras maiores que muitos reinos obedece, então, razões objetivas bastantes claras, além da exploração direta: a cobrança de foros. O relato de Antonil diz que

sendo o sertão da Bahia tão dilatado..., quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto Mestre de Campo Antõnio Guedes de Brito... E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são os que arrendaram sítios de

las, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil reis de foro¹⁷⁸;

Essas informações, no caso da Casa da Torre, são corroboradas na década seguinte por Maia da Gama que diz que

vi e ouvi em todo o Piauhy no que ficando-se alguns 80 ou sem (sic) povoadores com quem talvez se disimullaria por fazer posse para q. pagassem de muitos annos a esta parte a penção de 10 mil reis de cada hum anno e de cada fazenda de que ouvi hum geral clamor em todo o Piauhy digno de toda a real atenção de V. Mag.de.¹⁷⁹

Mesmo que contendo eventuais exageros ou algumas distorções provocadas por possível inimizade, são fontes coevas que indicam, claramente, a tentativa de monopolização das terras e a prática recorrente de aforamento de grandes áreas do sertão por essas duas famílias. Citando resultados de pesquisa de Teixeira da Silva, Linhares aponta que “*no domínio da Casa da Torre, por exemplo, existiam 128 sítios, fazendas ou logares arrendados*”.¹⁸⁰ Não se pode falar, então, numa grande propriedade maior que muitos reinos, mas no estabelecimento de um domínio jurídico sobre amplas faixas de terra e a monopolização de áreas convenientes à criação, algumas vezes, diretamente exploradas pelos currais dos Ávila e, na maior parte das vezes, arrendadas a terceiros. A virtual negativa de algum morador em pagar o foro poderia levar, e muitas

¹⁷⁷ Idem. Sobre a narrativa dos problemas com a Casa da Torre, veja-se o vol. 2. p. 25 a 30. Grifo nosso.

¹⁷⁸ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. p. 200.

¹⁷⁹ OLIVEIRA MARTINS, F. A. op. cit. p. 27-28.

¹⁸⁰ LINHARES, M^a Yedda. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). *Tempo* (Revista do Dept^o de História da UFF). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, (1-2): 132-150, Dezembro de 1996. p. 149.

vezes levou, a uma represália bastante violenta por parte da Torre, através de seus procuradores locais.

Em passagem de seus *Capítulos de História Colonial* Capistrano de Abreu diz capciosamente que a Casa da Torre, para construir seu imenso patrimônio “gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias”¹⁸¹, referindo-se à influência política que a mesma exercia sobre as autoridades coloniais de Salvador. Certamente, Capistrano não tinha intuito de banalizar a questão, mas de tornar claro o uso das relações de poder para a garantia de tão generosas doações de sesmarias. Barbosa Lima Sobrinho, na sua introdução à *Relação do Padre Martinho de Nantes*, não poderia ser mais explícito:

como compreender, em face dessa orientação, os imensos latifúndios de que se diziam donos a Casa da Torre e a Casa da Ponte? Não seria um caso de precursores dos ‘grileiros’ de nossos dias? Os meios é que se alteram, no decurso do tempo. Hoje, inventam-se documentos, que não resistiriam a um exame sério, como o de domínios decorrentes de formais de partilha fundados numa descrição de bens de fantasia, sem qualquer documento que os apoie. No século XVII ou XVIII, seria mais fácil levar ao infinito os limites das sesmarias concedidas, e manter uma tropa para exigir o pagamento dos foros. Que podia fazer o possessor?¹⁸²

181 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500 – 1800 e Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 132.

182 Introdução de Barbosa Lima Sobrinho a NANTES, Martinho de. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979. p. XVI.

2.2 ÍNDIOS, MISSIONÁRIOS E CURRAIS

Uma questão bastante controversa no estudo da colonização portuguesa é a da relação entre os colonizadores e as populações autóctones existentes na América portuguesa, a partir de 1500. Estudos de diversas épocas buscaram compreender os diversos aspectos dessas relações, tentando estabelecer um quadro explicativo da formação étnica, econômica, social e cultural do Brasil.

Diversas fontes coevas do período colonial não deixam de chamar atenção para esse importante aspecto e a própria massa da legislação sobre a questão indígena é testemunha da sua importância decisiva para a estruturação do sistema colonial. Essa massa legislativa, vista por diversos estudiosos como prova de uma política contraditória e hipócrita da Coroa portuguesa, refere-se, na verdade, à grande importância e dificuldade de equacionamento da questão. Perrone-Moisés enquadra com muita propriedade a problemática da legislação acerca dos índios no processo colonizador. Longe de ser um mero reflexo dos interesses díspares de missionários, povoadores e administradores da Coroa, a legislação converte-se numa esfera de enfrentamento de distintos projetos de conversão do indígena à ordem lusitana e tem como elemento fundamental a própria resistência do índio a esse enquadramento e as conseqüências que essa mesma resistência gerou, para a definição dos projetos de colonização dos portugueses. Basicamente, a autora coloca um recorte estrutural nessa legislação, entre índios considerados ‘aliados’ e os considerados ‘inimigos’. As disputas entre colonos, missionários e autoridades da Coroa pela administração dos índios, regulamentação da propriedade das terras dos aldeamentos e dos aliados, a prestação de serviços militares, a utilização de sua mão de obra, declaração de guerras justas e outras questões geraram várias demandas judiciais e enfrentamentos armados delas decorrentes,

de forma que é possível percebermos a dimensão estrutural dessa questão durante o período colonial.¹⁸³

Sobre esse aspecto, o próprio Regimento de Tomé de Souza não deixa dúvidas quanto à necessidade de estabelecer essa linha divisória entre amigos, a serem recompensados e inimigos, a serem duramente castigados:

*e asy sou enformado que no ano de 45 estando Francisco Pereyra Coutynho por capitão da dita Bahia allgua desta gente lhe fez guerra e o lamçou da terra e estruyo as fazemdas e fez muytos outros danos aos christãos de que outros tomarão eyxemplo e fezerão o semelhante em outras capitánias e que algúuns outros jemtios da dita Bahia não comsetirão nem forão no dito alevantamento amtes esteverão sempre de paz e estão ora em companhia dos cristãos e os ajudão e que asy estes que ahy estão de paz com todas as outras nações da costa do Brasill estão esperando pera ver o castiguo que se daa aos que primeiro fizerão os ditos danos pelo que cumpre muito a serviço de Deus e meu os que asy alevamtarão e fizerão guerra serem castigados com muito rigueur por tanto vos mando que como chegardes a dita Bahia vos enformeis de quaes são os jemtios que sosteverão a paz e os favoreçais de maneira que sendo vos necesario sua ajuda a tenhais certa. ... praticareis com pesosos que o bem entendão a maneira que tereis pera poder castiguar os culpados”.*¹⁸⁴

183 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). IN: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 115-132.

184 Regimento de Tomé de Souza (17 de Dezembro de 1548). op. cit. p. 345.

Em função das diferentes conjunturas e da colonização de regiões específicas e da interação com distintas populações indígenas, essa política sofrerá alterações em diversos aspectos, mas a clivagem fundamental entre índios amigos e inimigos que Perrone-Moisés identifica, será mantida como uma diretriz geral de orientação dos aspectos legais e práticos da questão.

A historiografia do século XIX, nascida sob a égide do IHGB, e vinculada ao projeto de criar uma história nacional, estabeleceu uma imagem congelada e estereotipada dos povos indígenas, vistos como testemunhas mudas e passivas da conquista portuguesa. Essa visão se desdobrou em uma série de imagens do índio seja como o bom selvagem, aliado do colono e absorvido pela civilização implantada nos trópicos; ou ainda como o bárbaro irreduzível à civilização e à cristandade, por isso mesmo exterminado na marcha da conquista. Essa percepção da história coloca essas populações como desempenhando um papel meramente acessório ao grande trabalho de construção do país e da nação realizado pelo labor incansável do colono português. Mesmo quando alguns desses relatos condenam a extinção de diversos povos, eles os colocam como meras vítimas passivas da história, sem irem além, no sentido de desvendar sua participação ativa no processo histórico, seja opondo-se frontalmente ao avanço da conquista, seja adaptando-se e resistindo, de formas variadas, ao processo colonizatório, ou, ainda, configurando a sociedade colonial em moldes bastante peculiares em relação ao mundo europeu, que se buscava estabelecer nos trópicos.

A permanência dessa visão estanque do índio (homogenizando e congelando culturas marcadas por uma grande diversidade de expressões) dominou os estudos históricos até períodos bem recentes. Em relação a essa questão, é interessante acompanhar a visão que se manteve entre o índio amigo e o inimigo na historiografia e no material de caráter didático que formou a

visão de muitas gerações sobre a História do Brasil. As ilustrações que reproduzimos no Anexo VII, do livro *Histórias da Nossa História*, com texto de Rozendo Sampaio Garcia e ilustrações de Messias de Mello, deixam bastante clara a permanência duradoura dessa visão¹⁸⁵. Só a partir da década de 1980, parte significativa da historiografia adotou uma visão mais efetiva da questão da presença indígena na construção da história. Uma série de recentes investigações sobre a interação das populações indígenas com os colonos tem chamado atenção para aspectos antes negligenciados e apontado um quadro bem mais complexo do que se pensava até bem pouco tempo atrás, destacando o papel da resistência indígena como um elemento estrutural para a compreensão do próprio processo de colonização da vasta colônia portuguesa na América, assim como os diversos aspectos das interações culturais estabelecidas entre colonos e indígenas, que exigem um olhar mais atento para questões antes não percebidas ou que foram indevidamente avaliadas.¹⁸⁶

A trajetória da Casa da Torre se confunde com as vicissitudes enfrentadas pelas populações indígenas de boa

185 GARCIA, Rozendo Sampaio e MELLO, Messias de. *Histórias da Nossa História*. v. 1. São Paulo: Editora do Brasil, s/d.

186 Sobre essa visão mais inovadora sobre a história indígena, veja-se o já citado CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. GRUPIONI, Luís D. B. (org.) *Índios no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 1998. MONTEIRO, John M. *Negros do Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997. KOSHIBA, Luiz. *A Honra e a Cobiça (Estudo sobre a origem da colonização)*. São Paulo: Doutorado em História da FFLCH/USP, 1988. Após a defesa da nossa Tese, vários livros importantes foram lançados, com pesquisas inovadoras em relação à história indígena, mas não tivemos oportunidade de englobar essas contribuições para as finalidades da presente publicação, como frisamos anteriormente.

parte do nordeste ao longo de todo o período colonial. Desde o primeiro Garcia d’Ávila, que tem sua descendência garantida através do seu neto mameluco Francisco Dias d’Ávila – chamando-se, aqui, a atenção para o processo de miscigenação ao qual esteve ligada boa parte da elite colonial do primeiro século – até as lutas de extermínio travadas contra os aldeamentos do Rio São Francisco e os “bárbaros” do sertão, nos séculos XVII e XVIII. Há um entrelaçamento direto entre a expansão da pecuária e outras atividades dos colonos pelos sertões do nordeste e os massacres ou espoliação das terras de diversos povos da região. A Casa da Torre está diretamente relacionada a essas questões e esse aspecto precisa ser melhor compreendido para podermos perceber o que há além do discurso do heroísmo e dos feitos brilhantes dessa dinastia de pioneiros.

2.2.1 OS MAMELUCOS E AS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO

“porque o verdadeiro sangue, e substancia de se-povoar, e sustentar o Brasil, é com o mesmo genio da terra, ganhado por amisade, que sem elle não nos-valeremos nunca contra os outros”

*Summario das armadas*¹⁸⁷

No primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, há uma clara percepção por parte das autoridades, dos colonos e dos missionários da necessidade de se contar com políticas de aliança com diversos povos indígenas como forma de garantir um mínimo de controle demográfico sobre regiões tão vastas. As idas

187 *Summario das armadas que se-fizeram, e guerras que se-deram na conquista do rio Parahyba... por um da Companhia de Jesus*. IN: *História da Conquista da Parahyba*. Campina Grande: FURNE/ UFPB – Campus II, 1983, p. 99/100.

e vindas da implantação da Colônia impuseram a necessidade de adotar diferentes estratégias de relação com essas populações. Os colonos procuraram desenvolver políticas de aliança com alguns povos, procurando tirar proveito das rivalidades entre os diferentes grupos indígenas e, em diversas ocasiões, foram organizadas expedições militares de grande porte contra povos considerados inimigos. Um complexo jogo de alianças envolvendo os portugueses e alguns povos indígenas, a cujos rivais se aliaram outros concorrentes europeus, especialmente os franceses, levou à proliferação de diversos conflitos ao longo da costa brasileira, no século XVI e parte do XVII. Nesse quadro, também é fundamental destacar o papel do projeto missionário de catequização e civilização do indígena, que visava transformá-lo em um fiel aliado, bom cristão e trabalhador disponível, projeto esse que teve sua expressão mais acabada na ação dos jesuítas, mas que contou com a participação de diversas outras ordens religiosas como os carmelitas, franciscanos, capuchinhos e mercedários.

Certamente, essas alianças têm que ser vistas em sua múltiplas dimensões, porque envolvem não apenas interesses ou expectativas dos europeus, mas também da parte dos índios. Isso nos coloca em frente a uma complexa dinâmica de trocas culturais, que começam a ser melhor exploradas pela historiografia, sendo decisiva a importância da Antropologia para definir um quadro conceitual necessário para tais investigações. Uma dessas questões é a da miscigenação entre europeus e índios, que dá origem a uma população denominada de “mamelucos”. O papel desses mamelucos como “pontos de contato”, espécie de intermediários entre culturas diferentes, é de importância decisiva para a garantia de algumas alianças entre colonos e alguns povos indígenas. Participando de algumas relações próprias dessas culturas diferenciadas, os mamelucos propiciam um ponto de contato necessário à sua

mútua compreensão ou interação. Certamente, esse papel não pode ser visto de forma linear e, muitas vezes, o mameluco acaba por tornar-se ou num forte elemento de negação da cultura europeia e de seu projeto colonial ou num terrível adversário de povos indígenas.¹⁸⁸

A aceitação social, às vezes reticente, de algumas uniões entre colonos e índios, dizia respeito à necessidade de se jogar com certas alianças para garantir a presença em diferentes regiões. Figuras como João Ramalho, em São Paulo, ou Diogo Álvares, na Bahia, que passam a viver entre povos dessas regiões, desempenham um papel importante para pactuar alianças entre os portugueses e os índios do planalto de Piratininga ou do Recôncavo baiano. Esses homens e seus descendentes acabaram por receber certas distinções das autoridades, desde que se transformaram em espécie de “fiadores” dessas alianças pontuais entre os colonos e os índios. Filhas mamelucas de Diogo Álvares (chamado de Caramuru) acabaram por se casar com alguns colonos portugueses de certa distinção (alguns até com grau de fidalguia) e seus descendentes passaram a integrar a chamada nobreza da terra. É conhecida e bastante citada a provocação de Gregório de Matos, lançada contra a nobreza baiana no século XVII, em virtude de sua ancestralidade mameluca, através de 3 sonetos intitulados “*Aos principais da Bahia chamados Caramurus*”:

“Que é fidalgo nos ossos, cremos nós,/ que nisto consistia o mor brasão/ Daquele, que comiam os seus avós/... Animal sem razão, bruto sem fé,/ Sem mais Leis, que as do gosto, quando erra,/ De Paiaíá virou-se em Abaeté./ Não sei, onde acabou, ou em que

188 Sobre o complexo papel desses mamelucos, veja-se RAMINELLI, Ronald. Da Vila ao Sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista de História*. nº 129-131. São Paulo: Departamento de História da USP, ago.-dez./93 a ago.-dez./94, p. 209-219.

*guerra,/ Só sei que deste Adão de Massapé,/ Proce-
dem os fidalgos desta terra.”¹⁸⁹*

Essa união entre colonos de certa projeção e filhas de algumas chefias indígenas foi essencial para garantir alguma estabilidade para os primeiros núcleos de colonização. Se o Caramuru foi figura de proa nos primeiros tempos da instalação da Capitania da Bahia, Garcia d’Ávila seguiu esse rumo, consorciando-se com índias que lhe garantiram a possibilidade de ocupar suas sesmarias ao norte de Salvador. Sua descendência será garantida através de sua filha mameluca, Isabel d’Ávila, que se casará com Diogo Dias, filho de uma das filhas do Caramuru. Só a partir do primeiro Francisco Dias d’Ávila (filho de Isabel) é que os casamentos se darão com famílias de origem portuguesa, numa espécie de re-europeização da família. Caldeira¹⁹⁰ refere-se a essas uniões entre fundadores de importantes famílias de colonos, apontando as uniões entre os descendentes de Caramuru e de Garcia d’Ávila como exemplos ilustrativos da criação de uma fidalguia “mazomba”.

Esses mesmos mamelucos desempenharam papel fundamental nas relações entre os colonos e os índios no processo de conquista do território, aliança e cativo de indígenas, como notou Frei Vicente do Salvador na sua *História do Brasil*. Escrevendo na Bahia, no início do século XVII, o franciscano procurou fazer um detalhado relato do primeiro século de presença dos portugueses na nova terra e de sua luta para garantir sua conquista. Parte significativa do livro é ocupada pelos inúmeros conflitos entre portugueses, índios e outros europeus, em jogos de alianças e combates pela posse do território. Logo no terceiro capítulo do

189 GUERRA, Gregório de Matos. *Antologia*. Porto Alegre: L&PM, 1999. p. 144/148.

190 CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. – Ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999. Veja-se o capítulo 3 – Fidalguia Mazomba.

primeiro livro, chama atenção uma afirmação bastante conhecida e citada do religioso:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos¹⁹¹.

Considerando que Frei Vicente escreve seu livro no início do setecentos, a afirmação é consistente com a dificuldade do processo de implantação da presença portuguesa na Colônia. Por volta de 1627 (data limite do seu livro), fazia pouco mais de 70 anos da conquista do Rio de Janeiro, não chegava a fazer 40 anos da conquista da Paraíba, nem 30 da conquista do Rio Grande do Norte ou Sergipe e ainda era bem recente a disputa com os franceses pela posse do Maranhão, bem como a própria Salvador fora presa do ataque holandês em 1624/25.

Portanto, os portugueses mal andavam arranhando ao longo da costa dada a dramática oposição manifestada pelos antigos senhores da terra, muitas vezes, aliados a outros europeus, também interessados em estabelecer sua presença nessas paragens, como o caso principal dos franceses e, após a União Ibérica, dos holandeses. Podemos constatar, então, que, àquela altura, a presença lusitana ainda era bastante precária no geral, estando firmada sua conquista em poucas áreas, com quatro cidades (Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia e São Cristóvão) e mais umas poucas vilas espalhadas ao longo da costa e a vila de São Paulo no

191 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, p. 59.

interior. Portanto, essa precária presença dependia de instáveis alianças com os índios e da exploração das rivalidades entre os povos adversários com o fito de dominação. A penetração no sertão ainda era limitada a experiências de alto risco, onde se confundiam a busca de possíveis minerais e pedras preciosas com a captura de índios para servir como mão de obra indispensável à estruturação das atividades de econômicas da Colônia, uma vez que o tráfico atlântico de escravos só começa a ganhar vulto nas últimas décadas do século XVI e só se consolida no XVII. O próprio Frei Vicente deixa clara essa necessidade de índios para o trabalho, quando critica os colonos por não encontrarem minas no interior porque

*quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências. E é tanta a fome que disto levam que, ainda que de caminho achem mostras ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêm ou as demarcam.*¹⁹²

A busca de controle dos índios para auxílio na defesa ou como fonte de mão de obra é questão central nesses primeiros tempos de conquista e para tanto, como já dissemos anteriormente, a presença dos mamelucos se tornou estratégica para atingir esses objetivos. Novamente, a longa citação a seguir de Frei Vicente deixa isso evidente, quando se refere à expedição ao sertão próximo ao Rio Real (região atualmente fronteira de Sergipe e Bahia), no tempo do governo de Luís de Brito e Almeida (1573-1578), em 1575:

Não ficaram pouco pesarosos os moradores da Bahia que acompanharam o governador ao rio Real, por não acharem o gentio que buscavam para o cativarem e se servirem dele (...). Mas ainda se ajudaram do sucesso para seu intento, dizendo ao governador que, pois as guerras afugentavam os gentios (...), com que os fez afastar do mar mais de sessenta léguas, seria melhor trazê-los por paz e por persuasão de mamalucos, que por lhes saberem a língua e pelo parentesco que com eles tinham (...) os trariam mais facilmente que per armas. (...) deu o governador as licenças que lhe pediram para mandarem ao sertão descer índios por meio dos mamalucos, os quais não iam tão confiados na eloquência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e amigos com suas frechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco, que lhes representava a fartura do peixe e mariscos do mar que lá careciam, a liberdade de que queriam gozar, a qual não teriam se os trouxessem presos por guerra. Com estes enganos e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos principais e resgates que lhes davam pelos que tinham presos em cordas para os comerem, abalavam aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais (...) e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mamaluco, outros os soldados, outros os armadores, outros os que impetraram a licença, outros a quem lha concedeu, e todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam, porém com declaração que eram índios de consciência e que não lhes vendiam senão o serviço, e quem os comprava, pela primeira culpa ou fugida que faziam, os ferrava na face, dizendo que lhe custaram seu dinheiro e eram seus cativos.

¹⁹² Idem. p. 63.

*Quebravam os pregadores os púlpitos sobre isto, mas era pregar em deserto.*¹⁹³

Como se vê, essas expedições eram empreendimentos de grande monta e dos quais participavam muitos sócios. Mais à frente, o nosso franciscano, citando um incidente acontecido em Pernambuco, deixa claro seu juízo dos mamelucos

*que andavam pelas aldeias suas resgatando peças cativas e outras coisas, e debaixo disto roubando-os com violências e enganões, houve um natural de Pernambuco, o qual, posto que era filho de um homem honrado, tirou mais a ralé da mãe que do pai.*¹⁹⁴

Quando descreve a referida expedição do governador Luís de Brito, algumas linhas acima da citação que transcrevemos anteriormente, Frei Vicente relatou o desfecho da mesma, dizendo que o governador

*se tornou pera a Bahia, encarregando a povoação a Garcia d'Ávila, que tinha sua casa, fazenda e muitos currais dali a doze ou treze léguas no rio de Tatuapara, o qual a começou, mas nunca se acabou de povoar senão de currais de gado.*¹⁹⁵

O primeiro Garcia d'Ávila, que se estabelecera em Tatuapara vinte anos antes, foi um dos protagonistas dessa e de outras expedições e, como tal, fez parte do rateio relatado pelo frade. Todos os estudos sobre a Casa da Torre destacaram a relação de proximidade entre Garcia d'Ávila e alguns índios, inclusive com a geração de filhos havidos de índias, como a já citada Isabel d'Ávila,

¹⁹³ Idem. p. 180/181.

¹⁹⁴ Idem. p. 185.

¹⁹⁵ Idem. p. 180.

mas ainda João d'Ávila (também conhecido como João Homem). Esses filhos estabeleceram vínculos de parentesco de Garcia com os índios aliados que se aldeavam perto de Tatuapara e estavam sob sua administração. Esses mesmos “parentes” vão ser a base de suas tropas de combate que irão permitir-lhe contar com homens em armas para suas expedições.

Seu filho mameluco João Homem (nascido entre 1566 e 1569) participou de várias expedições de conquista de territórios e de apresamento de índios, como a de Cristóvão de Barros a Sergipe (1589-1590) e a desastrada expedição de Gabriel Soares de Souza (1591), na qual chefiou uma companhia, ficando a outra sob o comando de Francisco Zorilha.¹⁹⁶ Esse João Homem, de acordo com Pedro Calmon, morreu antes dos 30 anos (talvez na mesma expedição de Gabriel Soares) e não despertou maior atenção que breves citações dos que estudaram a Casa da Torre, mas talvez, se considerarmos o papel desses mamelucos na criação de pontes de contato entre os portugueses e os índios, nesses momentos iniciais do estabelecimento da colonização, a sua significação se torne maior que a até agora atribuída, independente de suas qualidades pessoais. Quanto a Francisco Zorilha, era filho de Diogo Zorilha, antigo Alcaide do mar da cidade de Salvador e procurador dos índios, cujas ligações de família com Garcia d'Ávila e a Casa da Torre discutiremos em outra parte desse trabalho.

Alguns autores estudaram essa questão da miscigenação e dos mamelucos na composição da sociedade colonial. Darcy Ribeiro¹⁹⁷ chama a atenção para a relação de “cunhadismo” que se estabelece entre colonizadores portugueses e alguns grupos indígenas, criando uma base possível de alianças propícias à instalação de alguns núcleos

¹⁹⁶ Frei Vicente se refere a essa expedição nas páginas 262 e 263.

¹⁹⁷ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Veja-se sobre o cunhadismo o capítulo 4 – Criatório de Gente.

de povoamento. Há controvérsias entre os antropólogos sobre os significados do cunhadismo, mas esse conceito permite entender, de forma aproximada, as complexas relações entre os primeiros colonos e os povos indígenas nos quais eles se integram, criando uma “ponte” com a cultura européia. É indispensável ressaltar que, se, para os portugueses, os sistemas de parentesco legítimo passam pelo valor do casamento realizado de acordo com as regras canônicas da Igreja ou pelo reconhecimento e processo de legitimação, essa união entre alguns colonos e indígenas tem uma conotação de parentesco diferenciada para os mesmos povos indígenas. Não podemos generalizar um comportamento comum aos diversos povos indígenas com sua multiplicidade cultural, mas também não dá para deduzir a natureza dessas mesmas relações pelo parâmetro estritamente português da relação. Portanto, o estabelecimento de laços de parentesco legítimos, do ponto de vista dos índios, pode ter facilitado a realização de alianças das quais os portugueses poderiam vir a tirar proveito nas ocasiões necessárias.

O primeiro Garcia d’Ávila desenvolveu, ao longo de sua vida, uma estreita relação com os “seus” índios, que foram essenciais na defesa da área de Tatuapara, centro de seu já enorme patrimônio e área estratégica para a defesa da capital: em seu testamento de 1609, reproduzido por Calmon, deixa instruções sobre o que seus herdeiros devem fazer em relação aos índios:

ordeno que para a conservação da dita igreja e fazenda e para a defesa do porto dela, estejam todos os índios forros na dita fazenda unidos, como hoje estão, peço ao Senhor Governador assim para ser bem comum e serviço de Sua Majestade, para ocasiões de inimigo que muitas vezes costumam vir ali. Para o que convém a assistência dos ditos prazos, ao qual encomendo bom tratamento e conservação dos ditos índios, pois são livres e por me cus-

*tarem muito a adquirir o capelão que aí estiver na dita igreja terá cuidado de os doutrinar e sacramentar, como sempre mandei fazer.*¹⁹⁸

Essa manifestação é um claro reconhecimento da importância decisiva desses índios aliados para a defesa do território, além da defesa pessoal de Garcia d’Ávila quanto às acusações de não dar a devida importância à salvação da alma dos índios sob seus cuidados, como veremos mais à frente, no confronto com os queixumes do Padre Manoel da Nóbrega contra seu descaso com suas obrigações de cristianizar os índios, conforme a já citada correspondência a Tomé de Souza, em 1559. Esses queixumes, assim como a já citada pregação no deserto a que Frei Vicente de Salvador se referiu em citação anterior, se inserem num conflito mais amplo entre os missionários e os colonos quanto aos procedimentos corretos de sujeição do indígena à ordem portuguesa e cristã. Mais tarde esses queixumes se radicalizarão em um confronto aberto entre as diversas partes envolvidas nas mais diversas regiões da Colônia.

Analisando mais de perto a natureza desses desentendimentos entre missionários e povoadores, temos que acompanhar o princípio da ocupação da área do Recôncavo Baiano e adjacências. As estratégias iniciais de garantia da presença portuguesa na área, através da ação de pessoas como o Caramuru, passavam pela busca de alianças com as tribos locais, nas quais o cunhadismo e o escambo eram elementos essenciais; essas alianças eram marcadas por uma grande fragilidade, pois envolviam uma mútua incompreensão entre portugueses e índios quanto aos seus objetivos e aspirações. Se esses primeiros ensaios de ocupação foram necessários para garantir as experiências iniciais de ocupação, a partir da definição de um projeto mais intensivo de colonização e implantação de atividades econômicas de grande escala, com destaque para a produção

198 Testamento de Garcia d’Ávila, reproduzido em Calmon. op. cit. 2 ed. p. 223.

açucareira, as relações entre portugueses e os povos indígenas da área ganharam contornos mais complexos. Nesse contexto, se explicitaram projetos diversos entre os missionários e os colonos, que mantiveram um foco constante de tensão entre esses agentes, que se refletiram em alianças circunstanciais ou enfrentamentos judiciais ou até armados.

Os portugueses, de maneira geral, entendiam a relação com os indígenas através de três eixos fundamentais: auxílio na defesa contra inimigos, fornecimento de trabalho e expansão do catolicismo. O desenvolvimento concreto desses eixos de ação provocou um foco de disputa entre colonos e missionários, já que cada parte advogava para si a compreensão mais justa da questão e procurava ganhar o apoio decisivo das autoridades da Coroa. Essa disputa se agravava pela ação dos próprios povos indígenas, que desenvolviam uma ação baseada em seus pressupostos culturais, o que vinha a desconcertar os portugueses quanto à esperada reação dos índios; várias vezes, a reação inesperada, dos diversos povos indígenas quanto a determinadas ações dos missionários ou dos colonos gerava um impacto sobre a maneira pela qual os portugueses viam esses povos. As impressões distintas que eram formuladas sobre os índios (ora como bons amigos, ora como bárbaros ferozes), diziam respeito às expectativas que os portugueses criavam em relação a esses índios. Esses desencontros culturais foram decisivos na formulação de imagens dos índios e na definição de políticas concretas de catequização e civilização.

Colonos e missionários não tinham discordância quanto à necessidade de trazer o indígena à ordem colonial, inserir os índios num sistema de defesa da Colônia e no mundo do trabalho e da cristandade. Eram objetivos comuns a ambas as partes, tanto é que os aldeamentos do Recôncavo foram importantes pontos de apoio à ocupação da cidade de Salvador nos primeiros Governos Gerais. Nos governos de Tomé de Souza a Mem de Sá, houve um relativo

entendimento entre os missionários (de forma especial, os jesuítas) e os colonos; os aldeamentos forneceram mantimentos à cidade, como se vê em trecho do Regimento de Tomé de Souza

E asy ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em hum dia de cada semana ou mais se vos parecerem neçarios feira a que os jemtios posão vir vender o que tiverem e quizerem e comprar o que ouverem mester e asy ordenareys que os christãos não vão as aldeas dos jemtios a tratar com eles salvo os senhorios e jemte dos emjenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os jemtios das alldeas que estiverem nas terras e limites dos ditos emjenhos¹⁹⁹

E contribuíram com soldados para as guerras, como se vê em diversas ocasiões que os missionários cederam índios sob sua administração para atender às necessidades de defesa, como observado em ocasião da realização de uma expedição destinada à repressão dos índios rebelados em Itaparica, em 1551, quando

fué com esta gente [as tropas] el P. Nóbrega com una cruz en la mano que dava gran consolación a los christianos y espanto e terror a los Indios, el qual yva confessar los heridos, y ayudar a [enterrar] los muertos, se los oviessse²⁰⁰

ainda, nos casos considerados justos, a partir da decisão de uma Junta convocada para tal fim, os missionários apoiaram mesmo a escravização de indígenas inimigos e sua subjugação pela força, a

199 Regimento de Tomé de Souza. op. cit. . p. 347

200 Carta do Padre Antônio Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra. Pernambuco, 02 de Agosto de 1551. IN: LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. Vol. 1. Op. cit. p. 257.

fim de torná-los aptos para o trabalho e o aprendizado da palavra de Deus. Desde que mediada pela palavra da Igreja, a sujeição dos indígenas era tolerada, obedecendo-se o princípio de tentar ganhar sua colaboração antes pela amizade e conversão que pela força. Esse procedimento, na ótica dos missionários, garantiria a formação de bons cristãos, aptos para o trabalho e para a defesa das conquistas do Rei.

Entretanto, a expansão das atividades produtivas exigiam de forma crescente braços e terras, levando os colonos a avançarem sobre as terras dos aldeamentos e cativarem índios administrados pelos missionários. Essa situação levou à intensificação de conflitos entre índios e portugueses, como o violento conflito de 1555, no governo de D. Duarte da Costa. A segunda metade do século XVI foi marcada pela criação e fracasso de vários aldeamentos em torno de Salvador, acirrando as posições de colonos e missionários quanto à política adequada a ser adotada em relação aos povos indígenas.²⁰¹ No entender dos missionários, os colonos eram responsáveis pela corrupção dos indígenas, que eram tratados como meros escravos, sem se cuidar da salvação de suas almas. Para os colonos, os missionários, em especial os jesuítas, queriam o virtual controle da mão de obra dos índios, como forma de exercer o seu poder.

No caso dos jesuítas, eles não se opunham de forma absoluta à escravidão indígena, nem à sua sujeição forçada à ordem portuguesa e cristã, mas propugnavam certos limites impostos pela interpretação dos princípios que defendiam. Na já citada carta do Padre Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza em 1559, essa postura torna-se mais clara. O jesuíta diz ao antigo Governador que quer

fazer pranto sobre esta terra ... porque vejo o mau caminho que esta terra leva, cada vez vai merecendo a N. Senhor grandes castigos, e castigada por seus pecados espera outros mayores castigos, porque cada vez se faz mais yncorrigível e lança mayores rayzes em sua obstinação.

Essa obstinação dizia respeito à frequente desobediência dos cristãos quanto aos princípios da religião para os quais via o jesuíta dois fundamentos de sua ação:

hum, de ver os christãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente tresplanteda nestas partes que desse cheiro de bom exemplo; e outro, ver disposição no gentio pera se lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capaces da graça e entrarem na Ygreja de Deus, pois Christo N. Senhor por eles tãobem padeceu. Porque pera isso fuy mandado a esta terra, e esta foy a yntenção de nosso Rey tam christianissimo que a estas partes nos mandou.

Controlar os excessos dos cristãos e converter o gentio ao grêmio da Igreja era a sua missão, para a qual bebia “*calices de amargura e angustia*”. Para trazer o gentio para o cristianismo, era necessário vê-lo

sobeito e metido no jugo da obediencia dos christãos, pera se neles poder ymprimir tudo quanto quisesemos, porque hé ele de qualidade que domado se escreverá em seus entendimentos e vontades muyto bem a fé de Christo.

Os colonos, por causa do pecado,

201 Um interessante resumo dos aldeamentos em torno de Salvador, podemos encontrar em PARAÍSO, M^a Hilda Baqueiro. Aldeamentos de Salvador no século XVI: um primeiro esboço. *Revista da Bahia*. Salvador: EGBA. (33-18): 39-48, setembro/novembro de 1990

em tudo estorvão e tapão os caminhos que Christo N. Senhor abrio pera se elas [as almas dos gentios] salvarem”. Esses estorvos são devidos a “darem-se poucos os christãos pola salvação dos escravos que tem do gentio, deixando-os viver em sua ley, sem doutrina nem ensino, em muitos peccados; e se morrem os enterrão nos monturos, porque deles não pretendem mais que o serviço, e pera terem mais quem os sirva trazem gentios a casa pera se contentarem de suas escravas, e assy estão amancebados christãos com gentios.

Essas ações reprováveis dos cristãos se chocavam com as verdadeiras intenções do Rei que

não foy povoar tanto por esperar da terra ouro nem prata que não há tem, nem tanto polo ynteresse de povoar e fazer emgenhos, nem por ter onde agasalhar os portugueses que lá em Portugal sobejão e não cabem, quanto por exaltação da fé cathólica e salvação das almas.²⁰²

Portanto, na ótica do jesuíta, resumida nos trechos citados da carta, seu projeto prevê a sujeição do indígena, obedecidos os limites ditados pela religião, o que acabava por se chocar com os interesses dos colonos em se servir de maneira irrestrita de sua mão de obra, sem os freios morais impostos pela religião. Essa diferença de graduação nas formas e limites de sujeição do indígena dera azo, na década anterior, ao rumoroso caso de Pero do Campo Tourinho, Donatário da Capitania de Porto Seguro,

202 Carta do Padre Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza (05/07/1559), já citada p. 67-105.

denunciado por alguns religiosos e moradores à Inquisição por blasfêmias e sua impiedade quanto à salvação dos indígenas.²⁰³

O primeiro Garcia d’Ávila, para viabilizar seus empreendimentos no norte de Salvador, na década de 1550, utilizou o concurso da mão de obra indígena para além dos limites entendidos pelos jesuítas como justificados de acordo com os princípios cristãos, como se pode ver na sequência da mesma Carta do Padre Manuel da Nóbrega, que passa a queixar-se de forma direta de Garcia d’Ávila:

Tinha elle uns índios perto de sua fazenda. Quando o Governador os ajuntava, pedio-me lhe alcançasse do Governador que lhos deixasse, promettendo elle de os meninos yrem cada dia à escola de Sant Paulo, que estará mea legoa dele, e os mais yrião aos domingos e festas à missa e pregação. Concedera-lho, mas ele teve mao cuydado de o cumprir, sendo de my muytas vezes amoestado, antes deixava viver e morrer a todos como gentios; e tinha aly hum homem que lhe dava pouco por ele nem os escravos, e muito menos o gentio yrem à misa. Polo qual fuy forçado de minha consciencia a pedir que os ajuntassem com os outros em Sant Paulo, e posto que aynda lhos não tirarão, contudo ele muyto se escandalizou de my, asy que, nem a elle, nem a outro nenhum já tenho, nem quero mais que a Deus N. Senhor e a rezão e justiça, se há eu tiver.²⁰⁴

No teor da carta, o jesuíta fez um balanço da obra missionária e dos percalços enfrentados pela Companhia devido à oposição de diversos colonos aos seus projetos de evangelização. Garcia

203 Sobre o caso de Pero do Campo Tourinho veja-se o estudo de BRITTO, Rossana G. *A Saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

204 Carta do Padre Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza (05/07/1559), já citada p. 94/95.

d'Ávila, muito embora tenha ganhado a estima e confiança do Padre Nóbrega, não disponibilizou 'seus' índios para os propósitos catequéticos dos jesuítas, uma vez que seus interesses econômicos acabaram por falar mais alto (assim com o dos colonos em geral). Os queixumes do jesuíta são antecipações de futuras queixas que os missionários farão dos colonos (a Casa da Torre entre eles) quanto ao tratamento dispensado aos índios. De resto, para confirmar a proximidade entre Garcia d'Ávila e Tomé de Souza, o Padre Nóbrega, além da queixa direta ao antigo Governador sobre um homem de sua confiança, faz uma ressalva à cooperação de Garcia d'Ávila com o Governador Mem de Sá no caso de uma intervenção militar contra os índios rebelados em Ilhéus: "*neste negócio, de Garcia d'Avila só sey que se lhe offereceo pera yr com elle, porque quando hé tempo sabe bem usar da boa criação que V. M. nele pôs; mas o Governador o excusou*".²⁰⁵

Cumprido destacar que, desde os primeiros tempos de instalação de Salvador, além do aspecto estratégico propriamente militar de Tatuapara, que aludimos anteriormente, sua função ligada ao abastecimento da região era essencial, o que não deve ter passado despercebido pelo Almojarife da Capital. Cerca de um ano antes dos queixumes do Padre Nóbrega contra Garcia d'Ávila, em 08 de maio de 1558, o mesmo informava em Carta ao Padre Miguel de Torres, em Lisboa, sobre as terras nessas paragens:

as roças, que os Índios da nova villa de São Paulo agora roçam, é nas terras do Conde da Castanheira, as quais lhe servem de pouco, por não ter água nem maneira para fazer Engenho. Parecenos cá bem pedi-las ao Conde, para estes Índios desta nova povoação. Com a informação, que o

²⁰⁵ Idem, p. 99-100.

*Padre disso der, verão lá o que sobre isso deve fazer.*²⁰⁶

Confirmando esse papel da região, Alexander Marchant, em sua obra *Do Escambo à Escravidão*²⁰⁷, apresenta as remessas de farinha de Tatuapara para Salvador, que perfaziam cerca de 80% das importações de farinha pela capital, entre 1549 e 1553. Atento, Garcia d'Ávila adquiriu o controle dessas terras antes do jesuíta, o que não deve ter deixado de gerar ressentimentos futuros, como já apontou Calmon com propriedade.

Para Garcia d'Ávila, o controle dos índios de Tatuapara (nas proximidades de onde os jesuítas tentaram instalar o fracassado aldeamento de Bom Jesus, por volta de 1561) tornou-se uma questão essencial, a fim de garantir a oferta de trabalho, mantimentos e defesa. Daí o interesse em estabelecer uma aliança que viesse a favorecer esses objetivos. O papel de defesa e trabalho desempenhado por alguns desses aliados foi fundamental para o estabelecimento de tropas a serviço da Casa da Torre. Essas tropas não apenas garantiram a consolidação e a expansão dos domínios da Torre, como desempenharam papel estratégico de defesa da região ao norte de Salvador contra índios inimigos, franceses e holandeses, o que garantiu aos Ávila e seus descendentes diversas patentes militares e mercês por parte da Coroa e das autoridades coloniais.

Essas relações entre Garcia d'Ávila e "seus" índios estavam embutidas num contexto de integração de parte dessas populações ao projeto colonial. Para enfrentar as tentativas de invasão de outros europeus, bem como para liquidar a oposição dos grupos indígenas

²⁰⁶ Carta do Padre Manuel da Nóbrega ao Padre Miguel Torres. Salvador, 08 de maio de 1558. IN: LEITE, Serafim (org.). *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 292.

²⁰⁷ MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1980.

hostis, era necessária a montagem dessa teia de alianças, com todas as tensões que elas implicavam devido a diferenças de formas de ação entre os distintos grupos ligados ao processo colonizador, onde se destacavam os missionários e os grandes proprietários, além das diversas formas de resistência oferecida pelos índios quanto à sua sujeição aos objetivos dos colonos. As mudanças e readaptações do sistema colonial, durante e após a restauração portuguesa e a guerra contra os holandeses, levaram a uma gradual alteração na política geral em relação à colônia e, particularmente, em relação aos índios.

Essas mudanças significaram o paulatino abandono da estratégia da integração e a adoção de uma prática de enfrentamento, que culminou com a aniquilação de diversos povos na marcha da “conquista”. Cabe aqui uma breve ressalva: o acirramento dos conflitos a partir do século XVII não significa que o século XVI tenha sido um período de harmonia e conagração entre índios e portugueses; as tentativas anteriores de “integração” foram, no mais das vezes, como demonstrados em diversos trabalhos, marcadas por profundos conflitos que, não raro, desaguaram em violentos morticínios; o que se verificou, foi um processo global de mudança dos procedimentos de sujeição desses povos ao processo de dominação colonial.

No que toca aos limites do projeto de colonização dos missionários, em especial os jesuítas, de associar a civilização dos índios à sua evangelização, através dos aldeamentos, são fundamentais as considerações de John Manuel Monteiro para São Paulo, mas que podem ser estendidas para o restante da Colônia. Segundo Monteiro:

No contexto do século XVI, a expectativa positiva que o projeto jesuítico suscitava empolgava não apenas os missionários como também a Coroa e até os colonos. Para um defensor do sistema escrevendo no início do século XVII, os aldeamentos seriam

cruciais na defesa das zonas açucareiras do Nordeste contra ameaças externas – as visitas periódicas de corsários ingleses e holandeses – e internas, especialmente aquelas representadas pelos Tapuia do interior e pelos escravos aquilombados. Já para os colonos, a existência de aldeamentos robustos e produtivos ofereceriam uma reserva de trabalhadores livres disponíveis para a economia colonial, assim conciliando o ideal de liberdade com o objetivo maior de desenvolver a Colônia.²⁰⁸

Entretanto, para viabilizarem o seu projeto, os missionários acabaram por contribuir decisivamente para a desestruturação das culturas indígenas, sem conseguir estabelecer o seu ideal de evangelização e civilização. Desprezando alguns aspectos essenciais das culturas dos povos que evangelizavam, os missionários acabavam enfrentando uma grande desilusão quanto à possibilidade de imporem o seu projeto. A resistência dos indígenas (maior ou menor, de acordo com o povo e as várias circunstâncias locais) ao enquadramento na ordem aspirada pelos missionários, implicou no não cumprimento das expectativas iniciais dos colonos quanto à formação de uma reserva ampla e disciplinada de trabalhadores dispostos a produzir para a economia colonial. As exigências de uma economia colonial em expansão, acabaram por indispor, progressivamente, os colonos com os missionários e a estabelecer uma incompatibilidade de objetivos que culminou em enfrentamento aberto entre colonos e missionários e esmagamento de muitos povos indígenas,

nesse sentido, a principal justificativa para o projeto dos aldeamentos, a de controlar os índios e prepará-los para a vida produtiva ia pelos ares.... Foi nesse

208 MONTEIRO, John Manuel. op. cit. p. 44-45.

*contexto, portanto, que os colonos resolveram tomar a questão do trabalho indígena nas suas próprias mãos.*²⁰⁹

O ideal missionário mostrou-se paulatinamente incompatível com a expansão da economia colonial e criou zonas de atrito em diversas regiões, à medida em que avançava o processo colonizatório. As divergências de objetivos entre os índios, os missionários e os colonos levou a conflitos que se espalharam, de forma dramática, nas diversas frentes de expansão econômica da vasta Colônia. Um estudo sobre esse processo de mudança do enquadramento da questão indígena indica que

*ao longo do século XVI o 'sentido' do povoamento foi gradualmente se definindo, mas em meio a conflitos, já que eram pelo menos dois, os projetos a disputarem a primazia. Um deles, que irá se concretizar na forma de escravismo colonial, será vitorioso. E isso significou a derrota da cruz pelo capital.*²¹⁰

No sertão nordestino, a segunda metade do século XVII foi marcada por um aguçamento dos confrontos entre esses diversos agentes que culminaram na sujeição do projeto dos missionários aos objetivos maiores dos colonos e no massacre dos povos que resistiram contra a invasão das suas terras e à sua sujeição à condição de escravos ou de formas diversas de servidão.

Dois lances ilustraram com grande dramaticidade esse processo, os baldados esforços do Padre Antônio Vieira contra a escravidão indígena e as guerras entre índios e colonos que sacudiram os sertões do nordeste conflitos conhecidos como “Guerras dos Bárbaros”. O Padre Vieira enfrentou colonos e autoridades no

209 Idem. p. 51.

210 KOSHIBA, Luiz. op. cit. p. 174.

Maranhão, na Bahia e na corte portuguesa, utilizando a sua brilhante oratória no combate à escravidão indígena na colônia portuguesa. Mesmo no plano interno da Companhia de Jesus, se verificou um confronto entre o grupo representado pelo Padre Vieira e os liderados pelo Padre João Antônio Andreoni (o nosso conhecido Antonil), que acabaram por fazer triunfar uma linha mais ‘pragmática’, ‘objetiva’, mais adaptada aos interesses concretos dos colonos.²¹¹ Essa luta dos jesuítas culminou com a sua expulsão do Maranhão e São Paulo e a destruição de vários aldeamentos, passando os índios a serem administrados de uma maneira laica e mais conforme os objetivos da economia colonial. Essa mudança de procedimentos, que fez triunfar uma visão mais ‘utilitária’ dos índios, levou a uma maior pressão sobre as suas terras e sobre a sua utilização como mão de obra. Nos sertões do Nordeste, essa crescente pressão levou a uma generalização dos conflitos entre os colonos e os índios durante o século XVII.

As ordens que missionavam nos mais diversos lugares dos sertões, tiveram que adaptar-se, paulatinamente, aos interesses dos colonos, ou sofreriam represálias dos fazendeiros, interessados em expandir seus currais e em utilizar a mão de obra dos índios. Os conflitos enfrentados pelos jesuítas acabaram por se verificar com os capuchinhos, os carmelitas e as outras ordens, que, mesmo cedendo aos desejos dos colonos, tiveram, pouco a pouco, seus aldeamentos destruídos, à medida em que avançava a colonização. Na região do São Francisco, há alguns testemunhos arqueológicos de antigos aldeamentos, que ficaram como testemunhas materiais dessa luta feroz acontecida nos sertões do Nordeste.²¹²

211 Alfredo Bosi, no seu capítulo *Antonil, ou as lágrimas da mercadoria*, faz um importante apanhado do enfrentamento entre Vieira e Antonil no que dizia respeito à questão da escravidão indígena. Veja-se em BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

212 Sobre essas missões e seus vestígios arqueológicos veja-se BARBOSA, Bartira

Por outro lado, à medida em que expandiam suas missões de catequese, as Ordens precisavam constituir uma retaguarda econômica que lhes desse o suporte adequado e acabaram elas mesmas por se tornarem importantes agentes econômicos, com vasto patrimônio em fazendas de criação, engenhos, casas e templos cada vez mais requintados, que alimentavam as queixas dos colonos quanto ao seu interesse de controlar exclusivamente a utilização da mão de obra indígena em seu próprio proveito. As queixas eram especialmente freqüentes contra a poderosa Companhia de Jesus, como nos indica M^a Hilda Paraíso

*O enriquecimento da Companhia de Jesus e a abundância de mão de obra disponível em seus aldeamentos, sua resistência em ceder aldeados, quando solicitados, e sua proposta de transformar os aldeamentos em núcleos de conversão, criavam ressentimentos e protestos contra seus privilégios e os óbices criados aos projetos dos colonos.*²¹³

Um documento bastante eloqüente sobre essas disputas entre interesses e aspirações de colonos e missionários é conhecido de forma resumida como *Capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os Padres da Companhia de Jesus, com umas breves respostas dos mesmos Padres*, da última década do século XVI, no qual o autor relata um total de 44 informações contra os jesuítas, que são intercaladas por respostas dadas pelos próprios Padres. Nele se ressaltam as disputas acerbadas pelo controle da mão-de-obra indígena, com fortes acusações de lado a lado, onde se destacam queixas de

Ferraz. *Índios e Missões: a colonização do médio São Francisco nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da UFPE, 1991.

213 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão de obra na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista de História*. São Paulo: Deptº de História/FFLCH/USP (129/131): 179-208. Ago.- Dez./ 93 a Ago.-Dez/94. Pg. 201.

cupidez, apropriação indébita de bens alheios, entre outras de igual gravidade. Na 11^a Informação, Soares de Sousa faz menção a um suposto incidente entre os jesuítas e Garcia d'Ávila, uma vez que este último teria lhes doado umas terras em troca de obrigação de missas cotidianas pela sua alma e de sua esposa, e cuja contrapartida não teria sido cumprida pelos Padres, o que teria levado o rico fazendeiro a uns rompantes contra os inacianos. Em suas respostas, os jesuítas contraditaram o autor dos *Capítulos*. Independentemente de aprofundarmos a discussão sobre a veracidade das acusações mútuas, tal documento deixa entrever uma significativa parte dos focos de tensão entre colonos e missionários, e que se manifestaram em outras regiões da Colônia, em épocas posteriores.²¹⁴

Além disso, um dos fundamentos da presença dessas Ordens na colônia era “*ver os cristãos reformados em bons costumes*”, como já citado anteriormente na carta do Padre Manuel da Nóbrega a Tomé de Sousa. Nesse sentido, muitos membros dessas Ordens começaram a ter uma ação mais ligada à vida urbana e intelectual e ao trabalho junto aos colonos; Hoornaert aborda esse processo com o progressivo desligamento dos Colégios jesuítas dos aldeamentos:

aos poucos a estrutura colégio-aldeamento foi perdendo seu dinamismo e o colégio começou a atuar junto aos filhos dos moradores nas vilas

214 Capítulos que Gabriel Soares deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos Padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. LXII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. Na Introdução do polêmico documento, a cargo de Serafim Leite, e que envolveu historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, foram discutidas questões sobre a trajetória dos Capítulos, que foram “emendados” pelos jesuítas, após a redação de seus originais por Gabriel Soares, e que tiveram uma tramitação desconhecida. A única cópia conhecida se encontra no acervo da Companhia de Jesus, em Roma.

*e cidades, abandonando seu caráter missionário*²¹⁵

Cumprе ressalvar aqui que as próprias ordens missionárias não tinham um entendimento comum quanto à política a ser adotada em relação ao processo de catequese. Além de uma concorrência pela direção dos aldeamentos, houve casos de conflitos entre as várias Ordens, como o acontecido entre os franciscanos os jesuítas na Paraíba, que levou à expulsão desses últimos em 1593, em virtude da alegada intransigência da Companhia de Jesus quanto às necessidades dos colonos, para os quais os franciscanos eram considerados mais maleáveis.²¹⁶ Sobre essa diferença de perspectiva entre as Ordens, podemos ainda hoje encontrar avaliações diversas entre os historiadores pertencentes a cada uma dessas Instituições quanto aos erros e acertos de sua política durante o período colonial. Os jesuítas e seus defensores argumentam pela sujeição das demais Ordens, especialmente os franciscanos, aos interesses dos colonos; já o outro lado aponta os equívocos dos jesuítas e sua intransigência no trato da questão. Também é fundamental destacar que essas diferenças não se davam apenas no que tange à política ou à economia, pois também obedeciam a diferenças doutrinárias significativas quanto ao processo de evangelização que caracterizava cada Ordem e que as diferenciava das demais. Seja como for, mais cedo ou mais tarde, as diversas Ordens tiveram que se adaptar ao interesse dos colonos nas diversas regiões da Colônia, ou seus aldeamentos foram suprimidos pelas pressões combinadas dos grandes proprietários e das autoridades da Coroa.

215 HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II. v. 1. 4 ed. São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Vozes, 1992. p. 51.

216 Esse conflito encontra-se descrito em HOORNAERT, Eduardo et al. op. cit. p. 59-62.

2.2.2 EXPANSÃO DA PECUÁRIA E GUERRA NOS SERTÕES

A relação entre colonos e índios está inserida num processo maior de instalação e desenvolvimento do sistema colonial, acompanhando as suas vicissitudes. Estudos como os de Alencastro ou de Puntoni²¹⁷ chamam a atenção para as mudanças na política colonial em relação aos índios, na segunda metade do século XVII. As guerras de cativo e extermínio, as fugas para regiões mais afastadas, os descimentos forçados, as epidemias recorrentes e os problemas de ordem legal tinham contribuído para um decréscimo acentuado das populações indígenas e um fornecimento irregular de mão de obra a ser utilizada na lavoura açucareira, de forma tal que o tráfico africano consolidou-se como grande fonte de abastecimento de braços nas áreas de ocupação mais antiga. Nesse contexto, posterior à expulsão dos holandeses, observa-se a recuperação e consolidação das rotas do tráfico atlântico de escravos e a viabilização de uma maior base populacional na Colônia. A situação de guerra contra os holandeses provocara uma expansão do povoamento para o sertão nordestino e o aguçamento dos conflitos com os povos da região, chamados genericamente de tapuias (na verdade, a designação de tapuia é uma atribuição pejorativa dada pelos tupis e absorvida pelos portugueses, dos povos, em larga medida, do tronco macro-jê e alguns grupos isolados, expulsos do litoral pelo avanço dos tupis, nos séculos anteriores a 1500).

O período da ocupação holandesa e posterior à sua expulsão coincide com a expansão da pecuária, a consequente interiorização da colonização e a percepção, por parte dos colonos, de que os

217 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Tese de Doutorado em História na FFLCH/USP, 1998.

índios já não são tão necessários como “substância de se povoar e se sustentar o Brasil”. Os holandeses e portugueses buscaram garantir a posse do dilatado interior através de tentativas de alianças com povos locais, o que significou a inserção desses povos no âmbito dos conflitos entre os europeus pelo domínio no mundo colonial; essa inserção veio a ser o pano de fundo do drama que povos inteiros vieram a atravessar ao longo do século, quando restou a submissão como alternativa ao extermínio ou à fuga para mais fundo no interior. Se, durante o século XVI, a tentativa da “integração” dessas populações ao projeto colonial gerou violentos enfrentamentos, a partir de meados do século XVII, os índios tornam-se claramente um estorvo que precisava ser suprimido para o avanço da conquista, já não eram necessariamente almas a serem salvas, mas obstáculos a serem removidos caso não se submetessem aos interesses mais imediatos dos colonos por terra e controle de seu trabalho. Esse é um momento de extremo acirramento dos conflitos entre os colonos e os índios, levando a massacres de povos inteiros. As Ordens religiosas, que desenvolviam trabalhos missionários entre os índios e propugnavam pela doutrinação, sofreram forte oposição dos colonos, levando à expulsão dos jesuítas de áreas como o Maranhão ou São Paulo, ou ainda, dos domínios da Casa da Torre na região do São Francisco, bem como dos Capuchinhos franceses das mesmas terras da Casa da Torre algumas décadas mais tarde, tal como dramaticamente relatada na *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*, do Padre Martinho de Nantes.²¹⁸

Os jesuítas e outros missionários já tinham se aventurado de forma incipiente nas áreas sertanejas em fins do século XVI, período que corresponde, também, a entradas de exploradores

atrás de prováveis minas ou em busca de apresar índios, após o fracasso de suas missões no litoral, o sertão foi visto como um novo espaço a ser missionado. Na segunda metade do século XVII, as missões começam a se propagar pelo vale do São Francisco e por diversas áreas do sertão nordestino. Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas, Oratorianos e Capuchinhos, cada Ordem à sua maneira, estabelecem suas missões na região.²¹⁹ Concomitantemente, os currais e fazendas avançavam pela mesma região, instaurando uma situação potencialmente conflituosa, que veio a desaguar em guerras e massacres que marcaram a história da região pelas décadas seguintes.

Na área do São Francisco, os jesuítas estabeleceram várias missões e começaram a enfrentar divergências com os proprietários de sesmarias na região, particularmente com a Casa da Torre. Na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Tomo V), o Padre Serafim Leite²²⁰ discorre em detalhes sobre os confrontos entre os jesuítas e a Casa da Torre, que culminou com a destruição de vários aldeamentos organizados na área. Sob os mais diversos pretextos, tais como roubos de gado e agressões a vaqueiros sob as suas ordens, a Casa da Torre atacou as missões, gerando trocas ásperas de acusações entre as partes, com recurso às autoridades da Coroa e da Igreja. Reproduziremos um breve sumário das Cartas dos Jesuítas Simão de Vasconcelos e Alexandre de Gusmão arroladas por Serafim Leite (Tomos VIII e IX da sua obra), que dá ideia do alcance da polémica da parte dos jesuítas: o Padre Simão de Vasconcelos, em 07 de novembro de 1667, enviou carta ao Padre Geral Oliva defendendo as missões do sertão contra os que viam dificuldades de elas poderem se sustentar; em carta de 13 de agosto de 1669, também

218 PE. MARTINHO DE NANTES. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. op. cit.

219 Um detalhado quadro das missões no sertão do nordeste foi organizado por PUNTONI, em estudo já citado sobre a Guerra dos Bárbaros.

220 LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugal; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

ao Padre Geral Oliva, acusa a destruição das aldeias dirigidas pelo Padre Jacob Roland por um Capitão; em setembro do mesmo ano, elabora relato sobre a destruição de três igrejas por Garcia d'Ávila; em 02 de novembro do mesmo ano, envia outra carta ao Padre Geral em favor do Padre Jacob Roland contra a Casa da Torre e os que queriam fazer uma composição amigável com ela. Por sua vez, o Padre Provincial Alexandre de Gusmão enviou, em 1696, resposta a Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho sobre acerto de localização de terras das aldeias de Achará, Rodella e Caruru, no Rio São Francisco (em apenso à ordem do Governador D. João de Lencastre, em 22 de maio de 1696); em 18 de junho do mesmo ano, envia carta ao Sr. Roque Monteiro Paim sobre os atropelos provocados por Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho nas aldeias do São Francisco; ainda em 11 de setembro do mesmo ano, envia carta ao Governador D. João de Lencastro sobre a destruição das aldeias no Rio São Francisco e, em 16 de novembro do mesmo ano, enviou carta ao Procurador Geral da Província do Brasil em Lisboa, comunicando sobre os distúrbios provocados por Catarina Fogaça e Leonor Pereira Marinho e solicitando ao procurador que comunicasse à Corte da inconveniência da continuação dos jesuítas nas aldeias do Rio São Francisco.²²¹

Mas foi o enfrentamento entre a Casa da Torre e os capuchinhos, liderados pelo Padre Martinho de Nantes, que gerou maior controvérsia e uma famosa Relação que descreveu com muita vivacidade as missões realizadas no São Francisco e os conflitos entre missionários, colonos e índios na área. Segundo Hoornaert, na *História da Igreja no Brasil*²²², os missionários capuchinhos bretões

estavam diretamente subordinados a Roma (Propaganda Fide), o que lhes conferia uma maior autonomia de ação e que contribuiu para a radicalização de seu enfrentamento com os sesmeiros no São Francisco. O Capuchinho, responsável por algumas missões entre os Cariris em terras dentro dos domínios da Casa da Torre, liderou seus pares e catecúmenos e enfrentou abertamente o Coronel Francisco Dias d'Ávila (o segundo), entre as décadas de 1670 e 1680. A sua Relação, publicada já na França, no início do século XVIII, é um documento da maior importância para compreender as razões dos conflitos entre os colonos, os índios e os missionários, bem como o desenrolar dos acontecimentos na área.²²³ O Coronel Dias d'Ávila aparece como antagonista principal dos capuchinhos e inimigo feroz do trabalho missionário.

Martinho de Nantes relatou detalhadamente seus trabalhos e de seus companheiros, descrevendo questões como os procedimentos utilizados para a conversão dos índios à fé cristã. Nos seus termos, nessa atividade de alto risco, era necessário um grande zelo e coragem dos missionários para enfrentarem a incompreensão dos índios, bem como extirparem as suas formas anteriores de cultos, vistas como armações do demônio para impedir a salvação daquelas almas, tal como quando o missionário descreve que

221 Essa relação de cartas está arrolada nos Tomos VIII e IX de LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945

222 HOORNAERT, Eduardo et. al. *História da Igreja no Brasil: Primeira Época*. 4 ed. Tomo II. v. I. Petrópolis: Vozes, 1992.

223 Há alguns estudos sobre a Relação do Padre Martinho de Nantes e os capuchinhos bretões no Brasil, destacando-se os de REGNI, Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia*. v. 1. Caxias do Sul: Paulinas, 1988 e *Frei Martinho de Nantes: Apóstolo dos índios Cariris e fundador do Convento da Piedade*, 1683-1983. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1983. FÁRIA, Francisco Leite. O Padre Bernardo de Nantes e as Missões dos Capuchinhos Franceses na Região do Rio S. Francisco. IN: *Anais do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965. EDELWEISS, Frederico. Frei Martinho de Nantes, Capuchinho Bretão, Missionário e Cronista em Terras Baianas. IN: *La Bretagne, Le Portugal, Le Brésil: Échanges et Rapports*. Nantes: Université de Haute Bretagne, 1973 e STUART, Barão de. O Padre Martin de Nantes e o Coronel Francisco Dias d'Ávila. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*. Tomo XLV. Fortaleza: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, 1931.

*muitas vezes, sob pretexto de irem à caça, ou para procurar mel pelos campos, saíam da aldeia para praticar às ocultas as suas cerimônias. Foi necessário recorrer ao rigor e castigar os culpados, o que não se podia fazer sem correr perigo, especialmente numa ocasião, em que eles se sublevaram e pensaram até em nos matar. Enfim, com a ajuda de Deus, obtivemos o que queríamos. Entregaram-nos os seus ídolos, suas vestimentas de cerimônia e tudo foi queimado publicamente. Isso demonstra a constância que os missionários precisam ter para livrar os índios de superstições e levá-los à renúncia de suas tradições.*²²⁴

Como já indicado anteriormente por John Monteiro, o papel dos missionários foi essencial para desestruturar as culturas indígenas e abrir caminho para a dominação exercida pelos colonos. Mas é interessante notar que, no teor da relação do Padre Martinho de Nantes, ele destacou os riscos enfrentados junto aos índios pelo seu trabalho catequético (o que não deixava de ser verdadeiro), mas ele acabou centrando seu relato num perigo que considerava ainda maior para o seu trabalho, a oposição dos grandes criadores de gado, notadamente o coronel Francisco Dias d'Ávila, de tal forma de que os detalhes desse confronto acabaram por ocupar parte mais substancial da sua Relação.

Ainda antes de se referir diretamente à Casa da Torre, o capuchinho descreve a tônica central dos conflitos:

*O interesse de alguns particulares, que haviam colocado seu gado nas terras dos índios, sendo combatido por alguns missionários, **que eles próprios haviam chamado mais para a segurança de seu gado que pelo zelo da conversão dos índios**, como*

*os acontecimentos nos fizeram compreender, atiraram-se contra nós e empregaram todos os meios possíveis para nos afastar. Nossos missionários se viram obrigados a se opor à invasão violenta das terras dos índios pelos portugueses, uma vez que os rebanhos devoravam as plantações dos índios e os obrigavam a separar-se em diversos lugares para poder viver, o que acabava impedindo a presença das missões.*²²⁵

A partir desse quadro, o Padre Martinho passa a relatar com grande vigor os embates entre ele e seus irmãos de hábito e o coronel Dias d'Ávila, procurando mostrar as tentativas de conciliação e as razões do conflito aberto. Em 1676, a Junta de Governo Interino (por ocasião do falecimento do governador Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça) determinou que os índios administrados pelo Padre Martinho de Nantes acompanhassem o Coronel Dias d'Ávila em um combate contra os índios anaios rebelados, nas proximidades da barra do Rio Salitre. O missionário foi a contragosto, com vários índios das quatro aldeias ligadas à sua missão e descreveu os detalhes dos combates então travados e seu horror quanto à crueldade com que os comandantes trataram os índios rebelados. Segundo o padre Martinho, após um violento combate

acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que se lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de armas, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por

224 Martinho de Nantes. op. cit. p. 45.

225 Idem p. 40. Grifo nosso.

*injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida.*²²⁶

Logo após esses acontecimentos, que se enquadram na relação de cooperação entre missionários e colonos no combate aos índios inimigos (apesar das ressalvas do Padre quanto ao comportamento cruel dos comandantes em relação aos inimigos que se haviam rendido), as relações entre as partes começaram a se azedar de vez. Mais à frente, o capuchinho diz que

*O coronel Dias de Ávila, sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do rio de São Francisco, a fim de as povoar com rebanhos, para o serviço das cidades da Bahia e de Pernambuco, desejava apoderar-se, e na realidade se apoderou, do que o rei excetuava formalmente nas provisões que o contemplavam. De sorte que ele espalhava rebanhos não somente de um, como do outro lado do rio, em terra firme, mas também punha cavalos nas ilhas em que os índios se haviam refugiado, cedendo-lhe tudo o mais para poderem viver em paz...Avisei a Francisco Dias de Ávila, pedindo-lhe, por todos os meios capazes de o enternecer, para retirar seus cavalos, pois que reduziam os índios a morrer de fome. Ele apareceu, certo Domingo, na região, para ouvir missa e, depois do que lhe expus de viva voz, respondeu-me que o que eu lhe pedia não o incomodava e que por isso não faria nada.*²²⁷

A partir daí, cada parte lançou mão de seus argumentos junto às autoridades e o conflito se prolongou pelos anos seguintes até à

226 Idem p. 53.

227 Idem p. 60.

destruição das missões dos capuchinhos bretões e sua expulsão do Brasil, em fins do século XVII. Nesta altura dos acontecimentos, o Padre Martinho já se tinha retirado para a Europa, onde publicou suas duas Relações sobre as Missões no São Francisco, nas quais pretendeu apresentar um desfecho para o Coronel Dias d'Ávila, que teria morrido com cerca de 50 anos e ficado

*demente um ano antes de sua morte, abandonado e desprezado por todos, inclusive por seus próprios filhos. Morreu sem qualquer socorro e, o que foi ainda pior, sem sacramentos. Deixo a Deus o julgamento de uma morte tão desastrosa. Daí por diante, a Casa da Torre sofreu grandes prejuízos e não creio que possa subsistir por muito tempo, tendo sido erigida e enriquecida à custa dos pobres índios e, sobretudo, pela oposição que fez, movida tão-somente por interesse temporal, à conversão deles ao cristianismo.*²²⁸

Mesmo descontando os eventuais exageros e mesmo incorreções do Padre, que defendia um dos lados da questão, não deixa de ser bastante ilustrativa do choque entre dois princípios diferentes de colonização que ora aproximaram, ora afastaram os missionários e os colonos.

O avanço dos currais da Casa da Torre não é nada pacífico e traz à tona uma série de tensões que redundam em lutas armadas nos sertões. Esses conflitos têm como razão principal o controle das terras propícias para as lavouras indígenas, que também são as mais adequadas para os pastos, uma vez que possuem as condições naturais adequadas para ambas as atividades. No momento em que o gado avança sobre as plantações, as reses acabam sendo abatidas e consumidas, dando motivos a trocas

228 Idem p. 97. Grifo nosso.

de acusações e a ameaças que acabam por descambar em lutas abertas.

Os Capuchinhos, e mais tarde os jesuítas, se envolvem nessas disputas com a Casa da Torre, que pretende amoldar o trabalho missionário aos seus desejos de “amansar” os índios do sertão e os transformar em dóceis instrumentos de seus interesses econômicos. As próprias Ordens se vêem na contingência de enfrentar uma aguda luta armada nos sertões e uma perseguição política na capital. Os Ávila e outros importantes integrantes da elite local promovem uma campanha contra os capuchinhos bretões, havendo, inclusive, acusações de os mesmos estarem a soldo do Rei da França como espiões no Brasil. Essas e outras questões interferem diretamente na política interna de cada Ordem, formando-se facções adeptas de um enfrentamento mais radical contra os colonos e outras favoráveis a alguns entendimentos, visando uma conciliação das posições, uma vez que essa luta interferia na própria ordem pública e gerava um desgaste frente à autoridade Real. Essas disputas internas acabavam por inflamar, por sua vez, nos problemas da política local, levando a um exacerbamento de paixões e rivalidades que, muitas vezes, culminavam em assassinatos, abusos cometidos por autoridades sob o manto da legalidade e violências de toda a ordem.

O vivo quadro de disputas políticas entre facções das elites pernambucanas, as autoridades nomeadas pela Coroa, as Ordens religiosas e segmentos da população mais pobre, apresentado por Evaldo Cabral de Mello no seu valioso estudo sobre a Guerra dos Mascates, *A Fronda dos Mazombos*²²⁹, talvez sirva de parâmetro adequado para compreendermos os meandros da política colonial e os conflitos entre os distintos grupos sociais. Na Bahia, essas lutas

229 MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates: Pernambuco 1666 – 1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

de facção também se mostram bastante violentas, tal como a famosa luta entre o grupo do Governador-Geral Antônio de Souza Menezes, o famoso “Braço de Prata” (1682-1684) e do Alcaide-Mor Francisco Telles de Menezes contra outras autoridades locais, em especial ligados à família de Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Antônio Vieira, Secretário de Estado do Brasil e homem grande influencia na administração local.²³⁰ Os conflitos de interesses, que já dividiam importantes famílias baianas da época, se agravaram durante o governo do Braço de Prata, que tomou partido aberto de uma das alas e hostilizou a outra. As diversas alterações entre os grupos se tornaram dramáticas quando o Alcaide-Mor atentou sem sucesso contra a vida de seu desafeto Antônio Brito de Castro, que retaliou e conseguiu assassinar Francisco Telles em 04 de Junho de 1683. Os suspeitos se refugiaram no Colégio dos Jesuítas, que foi cercado pelas tropas do Braço de Prata, que prendeu vários desafetos, entre eles Bernardo Vieira Ravasco, chefe da facção oposta. As partes enviaram suas razões às autoridades de Lisboa, mas o conflito só amainou após o fim do governo do Braço de Prata, muito embora tenha alimentado rivalidades que se prolongaram pelos governos seguintes.

De acordo com Calmon, a Casa da Torre alinhou-se ao Braço de Prata contra os Vieira Ravasco e seus aliados, tais como os jesuítas. Isso em função das disputas por terras com os padres e com Bernardo Vieira Ravasco em ocasiões anteriores; esse último, inclusive, já se tinha colocado em posição contrária aos Ávilas no rumoroso caso da fuga de Isabel d’Ávila, acontecido em 1678 (que

230 Sobre essa questão, há um relato em SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial – A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 219-222. Veja-se também SILVA, Francisco Carlos T. da. Bahia, final do século XVII: sob o signo de uma estrela pálida e barbada. IN: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EdUsp, 1996. p. 261-275.

discutiremos adiante). As medidas do Governador contra os seus rivais permitiram aos Ávila tirarem a desforra de seus desafetos. Nesse verdadeiro terreno minado, se definem lutas entre fazendeiros e comerciantes, missionários e proprietários rurais, câmaras de vereadores e autoridades da Coroa, entre outras polarizações de grupos.

As lutas do sertão e o problema do cativo indígena acabam por repercutir entre os diversos grupos de interesses e a mobilizar seus aliados e desafetos nos diversos âmbitos da administração colonial, constituindo-se em um dos constantes pontos de atrito entre os missionários e membros das elites locais. Alguns dirigentes de Ordens religiosas dotados de espírito mais “prático” buscam formas de conciliação com grupos das elites locais, relativizando questões doutrinárias e fazendo concessões com a finalidade de “desarmar os espíritos”. Em seu livro já citado *Dialética da Colonização*²³¹, Alfredo Bosi apresenta, em dois capítulos intitulados “Vieira ou a cruz da desigualdade” e “Antonil ou as lágrimas da mercadoria”, o quadro das disputas internas da ordem jesuítica entre o Padre Vieira, adepto de uma luta inconciliável contra a escravização indígena, e o Padre João Andreoni (Antonil), que propugna por uma política mais pragmática em relação a tais questões.

O estudo dessas tensões no que se refere ao sertão, revela uma face bastante obscura da formação da atividade pecuária no Brasil. Grosso modo, consolidou-se uma visão bastante singular da pecuária, como adequada ao trabalho indígena pela sua característica de atividade desenvolvida em campos abertos, sem as regras da faina agrícola e da qual estava ausente o trabalho escravo. Essa visão positiva da pecuária enfeixada na ideia de uma “civilização do couro”, desenvolvida por Capistrano de Abreu, determinou, por muitas décadas, as formulações sobre as relações sociais nos sertões

231 BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. op. cit.

nordestinos. Trabalhos como os de Mott²³² sobre a escravidão na pecuária, ou de Dória²³³, sobre a formação social do sertão, foram de grande importância para chamar atenção sobre essa face obscura da formação histórica daquela região. Os elementos apresentados por Mott indicam que a escravidão na pecuária foi mais recorrente do que, até então, admitia a historiografia e que as tensões disso resultantes ainda aguardam uma avaliação mais detalhada. Por outro lado o estudo sobre o alcance da escravidão e das diversas formas de trabalho compulsório impostas aos indígenas e populações mestiças começa a ganhar contornos mais nítidos.²³⁴

As atividades da Casa da Torre em várias áreas dos sertões nordestinos resvalam diretamente não apenas na expropriação de terras indígenas, mas também na imposição de diversas formas de trabalho compulsório e de escravização de povos da área. A ocupação dos amplos espaços dos sertões dependia da sujeição de parte da população indígena ao rude trabalho da pecuária. Aqueles que reagiam contra essa incorporação ou contra a invasão de suas terras, eram duramente reprimidos. As guerras justas travadas contra os índios do sertão, muitas vezes, propiciaram a escravização de vários grupos que eram vendidos em feiras no litoral, alimentando um fluxo irregular e complementar de escravos para os engenhos do Recôncavo, mas que permaneceu até bem mais tardiamente do que se pensava e que propiciou bons negócios para vários magnatas locais, tais como os Ávila, conforme nos revela o estudo de Paraíso.²³⁵

232 MOTT, Luís R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. op. cit. Idem. *Fazendas de Gado no Piauí (1697-1762)*. op. cit.

233 DÓRIA, Carlos Alberto. *Ensaio Enveredados*. São Paulo: Siciliano, 1991.

234 Sobre a escravidão indígena, de maneira geral veja-se de MONTEIRO, John Manuel. O Escravo Índio, esse desconhecido. IN: GRUPIONI, Luís D. B. (org.). *Índios no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global, 1998

235 PARAÍSO, M^a Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. op. cit.

As lutas entre sesmeiros, posseiros e índios, agudizando-se em diversas áreas do nordeste, acabam gerando a “Guerra dos Bárbaros”²³⁶, que se constitui num dos maiores conflitos armados do Brasil dos fins do seiscentos e inícios do setecentos e que culmina com a liquidação de vários povos da região e a conquista dos sertões para a pecuária. Essa guerra, que, na verdade, englobou duas séries de conflitos, uma em torno do Recôncavo baiano e área do rio São Francisco, entre as décadas de 1650 e 1680, e outra na região do rio Açu, nas últimas décadas do século XVII e início do XVIII, teve como graves conseqüências o extermínio de diversos povos indígenas e a submissão de vários outros, além da efetivação da ocupação de larga extensão do interior nordestino, correspondente às áreas do curso médio do São Francisco e à região do sertão de fora.²³⁷ Nessas guerras, assim como nos combates travados no litoral, durante a segunda metade do século XVI e início do XVII, os Ávilas tiveram importante participação, agenciando tropas de combate, apropriando-se de sesmarias e espalhando suas boiadas ou arrendando terras para pequenos posseiros que se aventuravam pela região.

Os interesses da Casa da Torre e outros grandes proprietários nas regiões sertanejas começaram a se fazer mais significativos a partir do início do século XVII, quando efetivada

236 Sobre a Guerra dos Bárbaros, além do citado estudo de PUNTONI, veja-se PIRES, M^a Idalina da Cruz. “Guerra dos Bárbaros”: Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1990 e ALMEIDA, Horácio de. Confederação dos Cariris ou Guerra dos Bárbaros. *Revista do IHGB*. N^o 316. Rio de Janeiro: IHGB, 1977. p. 407-433.

237 Capistrano de Abreu denominou sertões de fora a região mais próxima do litoral (correspondente às atuais regiões sertanejas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, de colonização predominantemente pernambucana). Já os sertões de dentro corresponderiam à área entre a Bahia e o Maranhão, consideravelmente mais afastadas do litoral e de colonização predominantemente baiana. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. op. cit. p.135.

a conquista do litoral e início da penetração mais sistemática pelo vale do São Francisco. Ponto decisivo para tal penetração foi a conquista das terras sergipanas na última década do seiscentos. Iniciada no governo de Duarte da Costa, a expansão da conquista para o norte de Salvador se intensificou no governo de Luís de Brito e Almeida, com a campanha no rio Real e prosseguiu nos governos seguintes, nos quais se estabeleceram as primeiras missões na área, bem como algumas expedições particulares e governamentais submeteram as tribos da área. A conquista de Sergipe consolidou-se após a campanha dirigida por Cristóvão de Barros em 1589/90, que fundou a cidade de São Cristóvão (1590) e permitiu a implantação da Capitania de Sergipe del Rey. Nessas expedições, Garcia d’Ávila e seu filho mameluco João Homem participaram através da constituição de tropas de combate e do fornecimento de gêneros de abastecimento para o conjunto das tropas envolvidas.²³⁸

Aberto o caminho para o São Francisco, se multiplicaram as concessões de sesmarias e proliferaram rebanhos em seu extenso vale, que se tornou uma base fundamental para a interiorização da conquista portuguesa na colônia. A penetração mais sistemática dos missionários e das fazendas de grandes proprietários nessa região trouxe em seu bojo conflitos da mesma natureza que se verificaram na expansão da conquista da região litorânea. Como destaca Puntoni, em trabalho já citado e no qual nos baseamos para elaborar uma breve síntese das Guerras dos Bárbaros, ao lado do avanço dos currais sobre as terras indígenas, a exploração de minerais propiciou a descoberta de minas de salitre, que tiveram uma exploração irregular, mas que serviram para permitir o

238 Sobre a participação decisiva de Garcia d’Ávila na conquista do litoral norte da Bahia e da região sergipana, veja-se ALMEIDA PRADO, J. F. de. op. cit. Tomo 2. São Paulo: Nacional, 1948 e NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

controle de algumas áreas e o agravamento das tensões entre índios e colonos. Essa questão do salitre, na qual a Casa da Torre foi protagonista, discutiremos a vagar, mais adiante. Na década de 1650, o confronto veio a se generalizar e se multiplicaram as expedições armadas ao sertão da Bahia, nas áreas dos rios Itapicuru, de Contas, Paraguaçu, na serra do Orobó e, principalmente, no rio São Francisco.

Em 1654, o governador-geral D. Jerônimo de Ataíde, Conde de Atouguia (1654-1657), determinou uma expedição armada contra os tapuias que atacavam as vilas do sul do Recôncavo, sob o comando de Gaspar Rodrigues Adorno, para a qual solicitou a participação de Garcia d'Ávila Pereira (2º), armando índios e mestiços prontos para combate. Em 1674, Francisco Dias d'Ávila (2º) obteve do Governador Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça, Visconde de Barbacena (1671-1675) a patente de capitão-mor da entrada, para a qual se associaram Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão. Seu sucesso contra os anaios e os galachos valeu a pacificação da área e a concessão de sesmarias e da patente de “Coronel das Companhias de Infantaria e Ordenança, que ora tem a Sua Ordem o Capitão Francisco Dias de Ávila”, que conseguiu

*com grande despesa de sua fazenda, levando cem homens brancos a sua custa, a socegar as Aldeias que no Rio de São Francisco se haviam rebelado, reduzindo-as ao socego em que estavam.*²³⁹

Em 1676, o coronel Dias d'Ávila, em combate contra os anaios, na barra do rio Salitre, contou com a participação de índios missionados pelo Padre Martinho de Nantes, que denunciou o

239 Carta Patente do Posto de Coronel das Companhias de Infantaria da Ordenança, que ora tem a Sua Ordem o Capitão Francisco Dias de Avilla, provido no mesmo Francisco Dias de Avilla. *Documentos Históricos 1668-1677 – Patentes e Provisões*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1929. p. 379-380.

massacre de mais de 400 índios que já se haviam rendido, como apresentamos anteriormente. No fim do século XVII, os currais e as tropas dos colonos já haviam penetrado no Piauí e Maranhão, chegando mesmo ao Tocantins, levando em seu rastro o já conhecido repertório de violências contra os índios e os pequenos posseiros que buscaram obter parte daquelas terras apropriadas pelos grandes sesmeiros.

A história dessa conquista, como se vê, envolve uma problemática bem mais complexa do que as tradicionais narrativas da conquista deixavam entrever. Sobre os mais recentes e igualmente dramáticos episódios da conquista da Amazônia, em pleno século XX, o cantador paraibano Vital Farias, em sua *Saga da Amazônia*, consegue estabelecer com vivacidade esse quadro: “*Pois mataram índio, que matou grileiro, que matou posseiro, disse um castanheiro para um seringueiro, que um estrangeiro roubou seu lugar*”.²⁴⁰

240 Vital Farias. *Saga da Amazônia*. LP Cantoria 1. Rio de Janeiro: Kuarup, 1984.

III FAMÍLIA

3.1 A ECONOMIA E A CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Económica, ou Economia. Derivase do Grego Oicos, casa, & do verbo Nemein, reger, Governar, &c. E economica he a que ensina o governo, & regimento particular da casa, e familia, molher, criados, & administração da fazenda... Economo. O que tem a administração dos bens de huma casa.²⁴¹

Patrimônio. Em rigor de direyto são os bens deyxados dos pays, & os que successivamente se herdão na mesma familia.²⁴²

A noção de Casa, que discutiremos mais adiante, envolve a relação direta entre Família e Patrimônio. Estão ligados à Casa toda uma série de vínculos que unem, de forma direta ou indireta, pessoas em diferentes condições de relação; seja de graus diversos de parentesco, seja de níveis de afinidade, seja de formas de sujeição. A ideia de pertencimento a uma Casa pressupõe, portanto, não apenas o convívio num espaço de morada, mas a vinculação de todas as pessoas e do Patrimônio à Casa. A Casa da Torre, nesse sentido, era mais que a Família de Garcia d'Ávila e sua descendência direta

241 BLUTEAU, Padre Raphael. op. cit. Tomo 3. p. 10/11.

242 Id. ibid. Tomo VI, 1720, p. 323.

ou indireta, era o conjunto de um vasto Patrimônio que envolvia fazendas, pessoas e poderes em uma ampla área do atual território do Nordeste brasileiro. A Casa é, então, na percepção dos séculos passados, um verdadeiro *empreendimento*, que vincula as mais diversas pessoas em níveis assimétricos de relação, privilegiando algumas e sujeitando as demais.

Esse Patrimônio da Casa envolveu, ao longo de três séculos, além da acumulação de bens, o estabelecimento de diversos vínculos de poder entre os membros da família e as autoridades, em várias instâncias. Podemos considerar, então, que o Patrimônio tem uma dimensão econômica, por envolver a propriedade de uma vasta gama de bens e uma dimensão política, por implicar no exercício e na manutenção de um poder que buscava se refazer geração após geração.

Os *empreendimentos* da Casa da Torre, que se iniciaram com os primeiros currais do 1º Garcia d'Ávila, na segunda metade do século XVI, se multiplicaram através das gerações da família e, muitas vezes, mudaram de natureza, mas sempre buscaram uma ampliação do Patrimônio da Casa. Os primeiros currais foram o ponto de partida para o exercício de outras práticas econômicas, que se desenrolaram em *negócios* de arrendamento de terras, abastecimento de carnes, exploração de salitre e outros, que se intensificavam ao sabor das variações de mercado da grande economia, visando sempre essa perspectiva de expansão e ampliação desses empreendimentos.

3.1.1 CURRAIS, ARRENDAMENTOS E ABASTECIMENTO

A base fundamental da economia da Casa da Torre é a pecuária. É bem conhecida a fama dos currais que se espalharam nas

principais ribeiras do Nordeste, explorados seja de forma direta, seja pela sujeição de centenas de foreiros, que geravam uma considerável renda para a Casa, ou ainda, pelo abastecimento de carnes verdes e secas na região litorânea.

Há diversos estudos econômicos que procuram dimensionar a importância da pecuária para a economia colonial. Uma breve caracterização da pecuária, no contexto da formação econômica do Brasil colonial, coloca alguns pontos importantes a serem destacados. Ela é caracterizada como uma forma de economia complementar às atividades de exportação (açúcar, mineração) e marcada pela baixa capitalização e rentabilidade. Também assume uma dimensão significativa no que tange à produção de animais para transporte e tração, além do abastecimento da nascente rede urbana e da formação de um mercado interno. A produção do couro estabeleceu vínculos entre a pecuária e o mercado internacional, uma vez o couro servia para acondicionar os rolos de fumo que saíam do Recôncavo baiano e outras áreas para diversos continentes.²⁴³ Por sua vez, o couro também era elemento de importância para a produção de um vasto rol de objetos utilizados cotidianamente pela população.²⁴⁴ Quase todos os autores também destacam sua importância decisiva para a ocupação de vastas porções do atual território brasileiro. Apesar de não apresentar a imagem de fastígio dos engenhos de cana ou da mineração, a pecuária funcionou como uma retaguarda fundamental para a ocupação econômica do país e foi objeto de

243 O couro representava uma parte da composição do preço da arroba de fumo. Ver tabela em NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 109.

244 Capistrano de Abreu. op. cit. descreve minuciosamente uma gama de objetos produzidos a partir do couro e utilizados das mais diversas formas pela população.

estudo de alguns dos principais autores sobre a formação econômica do Brasil.²⁴⁵

Esses estudos são fundamentais para que possamos entender o processo de colonização de vastas áreas do país, bem como as articulações das economias regionais, a partir das rotas de abastecimento, atividade à qual a pecuária está diretamente relacionada. O provimento das carnes, das farinhas e de outros gêneros de primeira necessidade foi essencial para garantir o suprimento básico das áreas voltadas para a economia de exportação e consistiu mesmo numa preocupação constante das diversas autoridades coloniais, em virtude dos diversos distúrbios provocados entre a população pela carestia e a fome e que sacudiram várias cidades no período colonial.²⁴⁶

A questão do abastecimento merece aqui uma consideração à parte. Por não estar diretamente relacionada ao mercado atlântico colonial e à economia de exportação, não foi vista, tradicionalmente, por grande parte da historiografia, como uma questão digna de maiores aprofundamentos de pesquisa; entretanto, com a adoção de linhas mais recentes de pesquisa, que passaram a priorizar a economia interna da Colônia, o abastecimento passou a ganhar mais relevo. Essa questão dizia respeito não apenas às bases necessárias para garantir os suportes essenciais ao sustento da grande economia de exportação (abastecimento de gêneros alimentícios e suprimento de animais para a tração dos engenhos, matalotagem das naus e

245 Sobre a pecuária colonial e seu papel de retaguarda e projeção da economia açucareira, veja-se FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 20 ed. São Paulo: Nacional, 1985, capítulo Projeção da Economia Açucareira: a Pecuária, BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2 ed. Revista. São Paulo: Nacional, 1969, capítulo As Vacarias, PRADO Jr., Caio. op. cit. e SIMONSEN, Roberto. op. cit.

246 Ver a esse respeito SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Rio de Janeiro: Doutorado em História UFF, 1990.

suprimento de tropas, por exemplo), mas também dizia respeito à ordem pública, pois as crises de subsistência, com a carestia e falta de gêneros nas cidades geravam grande distúrbios populares. De acordo com Maria Yedda Linhares,

*garantir a subsistência de seus vassallos foi uma das preocupações centrais da Coroa, o que, de resto se evidencia na relativamente extensa legislação promulgada a respeito. Tratava-se para o Rei de uma questão de ordem social, sumamente importante, nem sempre assim entendida pelos interesses superiores do grande comércio e da grande lavoura colonial.*²⁴⁷

Essa questão espinhosa das penúrias, fomes e conseqüentes desordens pode ser sentida em diversas fontes coloniais. No Panegírico Fúnebre ao Governador D. Afonso Furtado de Castro do Rio Mendonça [1671-1675], de Juan Lopes e Sierra [1676], recentemente publicado no Brasil, o autor descreve a situação de desordem que o Governador encontrara em sua chegada ao Brasil, estando sublevados índios na Bahia e em Sergipe

E como as hostilidades são uma imitação por seus danos, da peste, dos que causou esta procedeu uma tal corrupção, que foram despejando uns e outros moradores, faltando, pela parte do sul, tudo aquilo que toca a mantimentos e , pela parte do norte, o que é necessário à administração das fábricas que servem para aprestar engenhos de açúcar, como as lenhas, fôrmas, tijolos, telha e caixões. Efeito que pôs a contingência de pararem os engenhos e, parados eles, cessava o comércio e com eles, os pagamentos, crescendo a fome em público e geral dano. (...)

247 LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão* (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979. p. 84.

*Socorrida Angola, sossegado Sergipe, Dispôs-se a mandar companhias de infantaria, assim às vilas de baixo. Como a outros postos Por onde o inimigo fazia seus assaltos, obrigando com isto aos moradores a não largarem a terra, o que seria multiplicar a falta de mantimentos.*²⁴⁸

Quase 130 anos mais tarde, Luís dos Santos Vilhena reclamava dos mesmos problemas de abastecimento e das conseqüentes desordens provocadas pela carestia e falta de alimentos:

Igual, ou maior tem sido a desordem motivada pelos mesmos, e fulminas descarados, e protegidos, pelo que pertence à carne, sem que possa deixar de atribuir-se a descuido o permitir que estejam servindo de covis de onças, e tigres, terras admiráveis, e próprias para a criação de gados, que com a obrigação de povoá-las se deram em outro tempo por sesmarias nesta mesma Capitania a famílias poderosas, que nada cuidam nelas, podendo estar cheias de criação, abastecendo de carne a cidade, e aumentando o comércio da courama; motivo este porque ela se tem visto e vê na maior consternação com a penúria de carne, esperando lhe chegue dos longínquos sertões do Piauí, distantes perto de trezentas léguas, quando a pudera ter, como disse, em muita abundância, não só dentro na sua Capitania, como ainda na comarca. Parece seria acertado houvesse fora da cidade algum campo onde aqueles bois estropiados pudessem descansar, e refazer-se por alguns dias, antes de os matarem; não

248 *As Excelências do Governador: o Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes e Sierra* (1676). Org. de Stuart Schwartz e Alcir Pécora. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93-100. Grifos nossos.

*é porém assim; o que melhor te explicarei quando tratar das causas do perdimento da saúde na Bahia.*²⁴⁹

Essa sensível questão, da localização das feiras de gado e seus diversos aspectos, pode ser demonstrada em um documento elaborado pelo naturalista Manuel Arruda da Câmara, a partir de consulta do Governo da Capitania de Pernambuco, sobre a disputa entre as Vilas de Goiana e Igaráçu, pela localização de uma feira de gados, no final dos setecentos. Ali, Arruda da Câmara arrola as peculiaridades físicas de cada vila e suas comodidades e incômodos, tais como: acessibilidade dos caminhos; segurança e danos às reses; existência ou não de pastagens adequadas; prostituição, bebedeiras e desordens; dificuldade de resolução dos conflitos entre criadores, tangedores e marchantes; entre outros. De acordo com os interesses em jogo, percebidos pelo naturalista, representantes da Vila de Igaráçu solicitavam a transferência da feira para seu território,

*persuadidos que o aumento daquela Vila depende unicamente da feira de gados que ali [em Goiana] se faz todas as semanas, querem que Igaráçu tenha o mesmo aumento e propõem para isto, a favor de sua Vila, maiores cômodos do que há naquela de Goiana.*²⁵⁰

Como se vê, a questão do abastecimento, agravada por guerras ou ainda por práticas monopolistas por parte de comerciantes, era por demais conflituosa. No caso do abastecimento de Salvador,

249 VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII* (Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília). v. 1. Carta 3 – Vicissitudes Urbanas. Salvador: Itapuá, 1969. p. 128-129.

250 CÂMARA, Manuel Arruda da. Parecer anexo ao ofício do Governo Interino da Capitania de Pernambuco a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, datado de Recife, 18 de Janeiro de 1800. IN: _____. *Obras Reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 244-248.

havia uma complexa rede que englobava desde a área próxima do Recôncavo até paragens mais longínquas dos sertões. No caso do gado, o principal ponto de aquisição de bois para o abate era a feira de Capoame (atual município de Dias d'Ávila), para onde se dirigiam os compradores. Segundo estudo de Luiz Mott, esta feira foi “durante o século XVIII, o principal centro de comércio das boiadas que vinham do sertão com destino à cidade da Bahia e ao seu recôncavo”.²⁵¹ Além da feira de Capoame, havia na área a importante feira de Mata de São João (município onde se localizam as ruínas da Casa da Torre). Portanto, as grandes feiras de gado que abasteciam o Recôncavo localizavam-se em terras pertencentes à Casa da Torre, que certamente fazia valer seus interesses na comercialização e abate do gado que seguia para a cidade. Reproduzimos em anexo um interessante mapa de cerca de 1815, com a solicitação dos moradores da Freguesia de Santa Teresa de Pombal, no Arcebispado da Bahia, para que fosse erigida uma nova Freguesia de N^a Sr^a do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, a ser desmembrada das Freguesias de N^a Sr^a de Nazaré de Itapicuru de Cima e São João de Jeremoabo; no referido mapa aparecem os principais rios, freguesias, capelas e fazendas da região, com destaque para as Estradas das Boiadas e do Piauí, que convergem nas proximidades da Freguesia da Torre, donde seguem para Salvador. Infelizmente, o mapa não chega até a capital, mas mostra a região cuja parte considerável das terras ainda estava, àquela época, nas mãos da Casa da Torre. Interessante perceber que, além de diversas áreas de criação, boa parte das estradas principais passava pelas propriedades da família, que mantinha alguns sítios entre o sertão e Capuame, muitos dos quais acabavam desempenhando um papel de compra, a baixo preço, de reses estropiadas que vinham de longas viagens, e eram abatidas

251 MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. São Paulo: Deptº de História/FFLCH/USP, XXVII (LIII – 105): 81-106, 1976. p. 88.

para consumo local ou recuperadas e revendidas, posteriormente, em feiras de gado, tal como descrito pelo anônimo autor do *Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí*.²⁵²

Como Vilhena indica (sem citar nominalmente), algumas famílias poderosas controlavam grandes parcelas de terras que poderiam servir ao aumento das criações de gado e, conseqüentemente a uma regularização do abastecimento de carnes do Recôncavo. Um pouco adiante, ele se volta contra os abusos das práticas monopolistas exercidas por marchantes (ou terceiros a seu serviço) que manipulavam ao seu interesse o preço da carne vendida à população do Recôncavo. Caberia indagarmos o papel exercido pelos grandes pecuaristas baianos no controle desse mercado, em particular a Casa da Torre na defesa de seus interesses. Não seria de todo infundado pensarmos na participação dos Ávila no comércio de carnes (verdes e secas), desde a etapa da criação (sob a qual não resta dúvida, através de seus próprios currais ou de currais arrendados a terceiros), passando pelo transporte das boiadas, a revenda em Capuame e outras feiras, até o abate e venda em açougues ao público. Há também uma lacuna sobre essa participação na produção de couros e assemelhados, mas não nos parece impróprio supor o investimento em curtumes por parte da família. Não localizamos documentação específica sobre atividades dessa natureza, mas não nos parece uma suposição infundada a participação ativa da família ou de gente sob a sua influência no controle dessas atividades. Embora os maiores estudiosos da Casa da Torre não dediquem um estudo mais particular sobre a participação da família nos negócios de abastecimento de carne, é fundamental salientar as inúmeras vezes em que a Casa da Torre abastece tropas nas diversas guerras ocorridas na região desde que seus currais começam a se expandir ao norte de Salvador, ou mesmo quando interrompe o

252 *Roteiro do Maranhão a Goiás*. op. cit. p. 112-113.

suprimento de víveres da capital, após a tomada desta por tropas inimigas (holandeses, em 1624 e portugueses, em 1822). Segundo o estudo de Avanete Pereira Sousa, os criadores e marchantes eram submetidos a uma detalhada regulamentação da Câmara de Salvador, a fim de impedir o desabastecimento de carnes da capital, mas a autora observa que essas providências de controle e fiscalização eram constantemente descumpridas e os infratores contavam, muitas vezes, com proteção de autoridades poderosas para fazerem valer os seus interesses. Mesmo os criadores sendo impedidos de vender o gado onde bem entendessem e havendo uma fiscalização na Feira de Capuame, havia constantes burlas dos regulamentos, que dificultavam o disciplinamento da questão.²⁵³

Portanto, essa participação é bastante plausível e deve constituir um negócio considerável, de acordo com Antonil, o negócio das boiadas tem um vulto que não deve ser subestimado:

para que se faça justo conceito das boiadas que se tiram cada ano dos currais do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão encourados. E, sendo cada um de oito arrobas, e os da Bahia, como vimos em seu lugar, ordinariamente cada ano pelo menos vinte e cinco mil, (...), bem se vê quantas reses são necessárias para encourar vinte e sete mil rolos. Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinquenta mil meios de sola (...) a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam nos dias não proibidos de carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades vivem de

253 SOUSA, Avanete Pereira. O Pão nosso nas formas de cada dia: Poder Local e Abastecimento (Salvador – Século XVIII). IN: *Anais do IV Congresso de História da Bahia [Salvador 450 Anos]*. Salvador: IGHB; Fundação Gregório de Matos, 2001. p. 499- 511.

fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos. Sendo também tantos os engenhos do Brasil que cada ano se fornecem de bois para os carros e os de que necessitam os lavradores de canas, tabaco, mandioca, serrarias e lenhas, daqui se poderá facilmente inferir quantos haverão mister de ano em ano para conservar esse trabalhoso meneio. (...) será de melhor acerto, do que afirmar precisamente o número das boiadas, porque nem mesmo os marchantes, que são tantos e tão divididos por todas partes tão povoadas do Brasil, o podem dizer com certeza; e, dizendo-o, temo que não pareça crível e que se julgue encarecimento fantástico.²⁵⁴

Devemos considerar a importante ressalva de M^a Yedda Linhares²⁵⁵ sobre os números provavelmente exagerados de Antonil, mas, mesmo assim, o negócio da pecuária tinha as vantagens de um produto que não dependia, de forma direta, das oscilações dos mercados internacionais (dada à existência de um mercado consumidor interno, salvo alguns sub-produtos de origem bovina destinados à exportação) e também os baixos investimentos para a montagem de fazendas de gado poderiam possibilitar um retorno nada desprezível no processo de comercialização.

Se não dispomos de documentação específica da Casa da Torre para averiguarmos, com dados precisos e quantitativos, a participação da família nesses negócios e o montante de sua participação no plano global da pecuária baiana, dificuldade, no mais, inerente (com poucas exceções) para o estudo da pecuária colonial (a carência de documentação específica, tais como livros de

escrituração das fazendas, e os testemunhos, muitas vezes, dispersos que se constituem em obstáculos de monta para a definição de um quadro mais consistente da economia pecuária antes do século XIX), entretanto, podemos dispor de um pouco mais de informações sobre a participação da família nas áreas de criação, uma vez que a maioria dos estudos (e da documentação até agora localizada) limita-se a pensar a Casa da Torre como conquistadora do sertão, portanto, voltando os nossos questionamentos mais diretamente para as áreas de criação espalhadas pela vasta região que acompanha o Rio São Francisco e outras importantes ribeiras do sertão, podemos ter uma melhor percepção dos negócios da Casa nessa dimensão.

A historiografia que se ocupou da investigação da colonização do sertão nordestino, tem como ponto pacífico que a pecuária ocupou o lugar central nesse processo. As escassas reservas de água não permitiram a expansão de uma agricultura de grande volume, mas havia condições para a organização de uma pecuária, ainda que de baixa produtividade, ao longo das ribeiras da precária rede fluvial, em especial o vale do rio São Francisco, que, devido à presença de lambedouros naturais de sal, se mostrou uma área propícia a essa atividade. Essa pecuária, principalmente bovina, desenvolvida de forma rudimentar, permitiu atender, ainda que de forma irregular, à demanda exigida pelo abastecimento da rede urbana e das necessidades de tração animal e de transporte nos engenhos próximos ao litoral. Até fins do século XVIII, a pecuária desenvolvida nas áreas sertanejas atendeu a essas necessidades, mas foi ultrapassada pela pecuária sulina, mais produtiva, e iniciou um declínio que atingiu toda a região. Esse quadro sintetizou a ocupação da região através da expansão dos currais, com o predomínio tão incontestado da atividade criatória que deu origem, segundo a forte expressão de Capistrano de Abreu, à célebre “civilização do couro”. Apesar de correto no plano geral,

254 ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. op. cit. p. 201.

255 A historiadora faz ressalvas aos números apresentados por Antonil em LINHARES, M^a Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. op. cit.

esse quadro exige reparos que podem iluminar outros aspectos da vida social e das relações de poder que se estabeleceram na região. A predominância inegável da pecuária, em especial a bovina, nesse processo acabou por produzir uma espécie de “naturalização” dessa atividade, como se a mesma estivesse inscrita numa ordem natural e não fosse objeto de determinadas opções, que implicaram na supressão ou negação de outras alternativas de existência. Essa espécie de naturalização da pecuária, levada a certos desdobramentos, veio a transformar o próprio boi em uma espécie de protagonista do processo de ocupação do território, como em José Alípio Goulart:

*agindo silencioso e humildemente inter fronteiras, ía o boi, sem provocar rushs, nem desequilíbrios demográficos, nem migrações e imigrações em massa, criando condições estáveis para o fortalecimento da vida e da segurança coloniais.*²⁵⁶

Essa linha de interpretação, a bem da verdade, embora não negue a luta encarniçada pela posse do território, a transforma num aspecto secundário, como que já determinado por circunstâncias alheias à escolha dos agentes sociais, pois

*o gado era uma invasão. Um Átila perseverante, tardo e inevitável, por isso invencível. Não havia pará-lo. O tupinambá da costa, o caeté ribeirinho, o cariri da caatinga recuavam. Os bois, remoendo, sonolentos, progrediam. Conquistavam tudo.*²⁵⁷

Ou, ainda do mesmo autor, quando se refere ao Padre Antônio Pereira, da Casa da Torre, que

256 GOULART, José Alípio. op. cit. p. 64.

257 Calmon, Pedro. *História da Casa da Torre*. op. cit. p. 51/52.

*fez do boi o seu soldado. Os outros sertanistas se apossavam do país com tropas de guerrilheiros; ele o empalmou, com suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização (...) Aqueles animais levavam nas aspas os limites da capitania. Dilatavam-na.*²⁵⁸

Não queremos negar a importância de fatores de ordem ecológica na formação social da região, mas as formas de ocupação adotadas obedeceram fatores além do quadro natural que se desenhava para os colonos. Essa fixação dos fatores naturais na constituição da região, nessa ótica, daria origem a um “Outro Nordeste”, tal como desenvolvido por Djacir Menezes em seu famoso livro sobre a formação social do nordeste, no qual caracteriza a existência de diferentes áreas etnográficas na região:

*Com as informações sobre as terras favoráveis à criação, às margens dos rios ou riachos, nas caatingas, a indústria do pastoreio penetrou estas zonas sertanejas em condições edáficas e climáticas propícias. Nas regiões litorâneas, desenvolveu-se então a lavoura, como assinalamos, sobretudo de Pernambuco para o sul. Para o norte, menos húmida (sic), litorais desabrigados, de praias planas e abertas, com fraca pluviosidade, incrementa-se a pesca. Em fraca escala, mandioca, cereais e algodão. (...) Os elementos humanos que se derramam por essas áreas são, em proporções diferentes, respectivamente dominantes: na caatinga o tapuia, com exclusão do afro; o negro, o branco e o tupi, na segunda; na terceira, a maioria é ameríndia, equilibrando-se os demais em proporção niveladora, branco e afro.*²⁵⁹

258 Idem. p. 39.

259 MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: Formação Social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. p. 53/54.

Portanto, nessa acepção, certos tipos locais se definiriam a partir de uma formação social, na qual teriam papel decisivo as determinações de ordem natural; a adaptação a um determinado meio acabaria por impor um padrão cultural peculiar a uma região.

A pecuária bovina iniciou-se na segunda metade do século XVI nas regiões próximas ao Recôncavo baiano e a Olinda e se tornou negócio de importância, como já apontava Brandônio, em princípios do século seguinte, em seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, no qual aponta, também, a excelência dessas criações:

*há nesta terra quantidade grande de gado vacum, todo de muitas carnes e gordura, excelente para se comer, que dão infinidade de leite, do qual não se sabem ou querem aproveitar, e a maior utilidade que do tal gado tiram, são os novilhos, de que se fazem bois mansos para serviço dos engenhos e das lavouras, com ser das melhores que há nessa terra. E conheci um homem que tinha mais de mil cabeças de gado vacum, dividido por currais, dos quais tirava grande proveito; e outros têm menos, posto que todos pretendem ter currais de vacas, por ser fazenda de muita importância”.*²⁶⁰

Devido à expansão da fronteira agrícola, especialmente a produção canavieira, os donos de engenho e as autoridades começaram a pressionar os criadores para afastar seus currais da zona litorânea, devido aos problemas que o gado causava para as plantações. Essa pressão para o afastamento da criação do gado da costa se manifestou através de uma série de determinações legais emanadas do Rei ou de seus representantes locais, como

260 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 3 ed. integral. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1997. p. 192.

sumariado por José Alípio Goulart, através da Provisão Real de 30 de Janeiro de 1698; de Carta Régia de 1701; do indeferimento de um Requerimento da Vila de Boipeba (BA) para permissão da criação de gado, no termo da vila, pelo governador-geral D. Rodrigo da Costa (1702-1708) em 30 de Janeiro de 1705; de determinações emanadas do Governo Provisório da Revolução Pernambucana de 1817.²⁶¹ A repetição das mesmos dispositivos legais, por mais de um século, deixam claro que a criação de gado persistiu em áreas litorâneas onde não se desenvolveu a agricultura de grande porte, apesar das determinações em contrário: essa mesma permanência sugere que, em certas circunstâncias, o negócio da criação poderia ser avaliado pelo proprietário como mais rentável do que a prática agrícola, talvez em função da necessidade de tração e transporte animal, de abastecimento ou da baixa produtividade agrícola em algumas áreas, que tornasse a pecuária mais atrativa. Os grandes proprietários de engenho, certamente, tinham como fazer frente ao interesse dos pecuaristas da área, mas os pequenos reideiros e posseiros tinham mais esse desafio com que se defrontar; são bastante recorrentes os problemas entre lavradores e criadores que deram vez a situações de confrontos violentos. A Provisão Real de 20/01/1698, citada por José Alípio Goulart, faz menção aos prejuízos sofridos pelos lavradores de mandioca devido à destruição provocada pelo gado solto nas roças.

Se, no litoral, a pecuária enfrentava a concorrência da agricultura e as objeções legais, no sertão as condições adversas para a proliferação de uma agricultura de porte e a existência de certas possibilidades naturais apareciam como viáveis para sua livre expansão. Entretanto, essas condições não impediam que, em certas áreas próximas às ribeiras, se desenvolvesse uma agricultura de

261 GOULART, José Alípio. *O Ciclo do Couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966. p. 15-17.

pequeno porte voltada para a subsistência. Frei Martinho de Nantes, mais uma vez, dá ideia dessa pequena produção de subsistência e dos problemas surgidos com os criadores:

nossos missionários se viram obrigados a se opor à invasão violenta das terras dos índios pelos portugueses, uma vez que os rebanhos devoravam as plantações dos índios e os obrigavam a separar-se em diversos lugares para poder viver, o que acabava impedindo a presença das missões.²⁶²

A grande plantação litorânea, voltada substantivamente para a exportação, ganhou o amparo legal para defendê-la contra o avanço do gado, no sertão a pequena produção agrícola, voltada para a subsistência das populações locais, não obteve proteção contra a força dos grandes pecuaristas, que acabaram por ter a lei ao seu lado e impedindo a própria sobrevivência dessas mesmas populações. Os índios reduzidos de sua vida andeja pelas Ordens missionárias passaram a depender de suas modestas plantações para garantirem a sua sobrevivência, mas os colonos, lançando seu gado sobre essas mesmas plantações, acabaram por impedir mesmo essa possibilidade. Esmagados pelo avanço da civilização, muitos resistiram e enfrentaram as guerras de extermínio que abalaram os sertões por séculos; outros vieram a se tornar escravos ou trabalhadores compulsórios nas mãos dos grandes proprietários; alguns, em geral mestiços, chegaram a se tornar vaqueiros e conseguiram estabelecer condições mínimas de sobrevivência no duro cotidiano sertanejo; outros, ainda, se tornaram elementos marginalizados, compondo uma população relegada aos trabalhos mais vis, sofrendo o estigma dos preconceitos que marcaram aquela sociedade; outros, por fim, fugiram para os sertões mais distantes,

262 NANTES, Frei Martinho de. Op. cit. p. 40.

onde foi alcançar aos seus descendentes a mão pesada da civilização nos séculos seguintes.

A historiografia que se ocupou do processo de colonização do interior da vasta América portuguesa, esteve, como já nos referimos anteriormente, muito condicionada aos aspectos mais especificamente militares dessa colonização: a imagem de heróicas guerras e combates de conquista, que criou uma forte imagem de bravura e coragem dos sertanejos, deixando em segundo plano alguns aspectos um pouco menos heróicos, mas nem por isso, menos violentos. Estamos nos referindo aqui ao mundo do trabalho no universo sertanejo, objeto cotidiano de formas cruéis de violência e exploração, para além do aspecto mais visível das guerras e batalhas que marcaram a ocupação da região. Essa situação deu azo a uma série de imagens muito fortes da sociedade e da cultura sertanejas, que impregnam até hoje os estudos sobre a região. Essas imagens, consubstanciadas no quadro da *Civilização do Couro*, definida em linhas gerais por Capistrano de Abreu, têm como características gerais a identificação de uma economia rústica de baixos custos, de escassa base monetária e baseada em formas diversas de compulsão do trabalho que não a escravidão. A figura central dessa civilização do couro seria a do vaqueiro e seus ajudantes, pessoas de hábitos rudes, de espírito livre, e defensores dos atributos de masculinidade e honradez.

Por ser uma atividade menos sistemática que o labor dos engenhos, a vida de vaqueiro atrairia o índio e o mameluco, uma vez que se fazia na liberdade das pastagens, sem a regularidade da faina agrícola. Assim, a pecuária possibilitaria aos índios e mestiços o exercício de sua vocação livre e também poderia significar uma perspectiva de ascensão para os mais valentes e destemidos, uma vez que, pelo sistema de partilha de uma certa proporção de crias entre o proprietário e o vaqueiro, era possível a esse último vir a tornar-se, ele mesmo, um futuro proprietário, caso a boa sorte complementasse

a sua coragem. Supostamente, esse sistema de partilha permitia ao vaqueiro a formação de um pequeno rebanho que poderia vir a ser ampliado e levá-lo a tornar-se um criador. Sem negar a violência do cotidiano, esse quadro deixava em aberto a possibilidade da existência de uma sociedade um pouco mais permeável à ascensão social dos mais pobres do que a rígida sociedade hierárquica do litoral açucareiro. Daí para a idealização de uma sociedade que distinguia os homens apenas pela sua coragem e valor pessoal, foi um pequeno passo, muitas vezes, dado por autores preocupados em exaltar os valores do homem do sertão como uma espécie de guardião das tradições de um Brasil profundo. Essa percepção, que partiu de uma “naturalização” da pecuária, acabou por também criar uma segunda “naturalização”, que seria a suposta identidade entre o índio e o mameluco e a pecuária. Conforme já citado por Djacir Menezes e outros autores, a atividade da pecuária seria propícia ao índio, dada a sua natureza inerente, o que acabaria por dispensar a presença do escravo africano na civilização do couro.

Vários autores descreveram com grande vivacidade esse quadro:

Nas zonas de pecuária, por força da própria exploração econômica, a incidência do escravagismo foi relativamente pequena, formando-se o tipo étnico mais pela miscigenação do branco com o ameríndio. Isso, como não poderia deixar de ser, teve decisiva influência não só na formação psico-somática das populações sertanejas, como, do mesmo passo, na estruturação social. A pecuária, por si mesma, não aglomera, como a lavoura, mas espalha, pulverisa (sic). O homem do criatório é antes de tudo um livre por exigência de suas próprias atividades. O simples ato de viver solto, pelos campos, com seus movimentos sem péias, com suas resoluções pessoais, cria nele o sentido da liberdade. ... Dentre os tipos humanos

surgidos nas zonas de pastoreio, sobressai como o mais nobre, por força de suas atividades, o vaqueiro. Surgia êle daquele tipo étnico forjado no cadinho do sertão adusto e tórrido, amalgamado pela aspereza do clima e pelas vicissitudes do meio: o sertanejo. ... o silvícola, que dominou o pastoreio, manteve sempre acesa a chama da independência e da liberdade que o afastara das atividades sedentárias....²⁶³

Ou ainda:

O vaqueiro, destemido, enfrenta a natureza com galhardia que lhe é peculiar. Despe a armadura de couro com que se protege dos espinhos e, a cavalo, nadando aqui e acolá, auxiliando a montada a transpor as longas distâncias, fazendo-a repousar de alto em alto... O vaqueiro, porém, não conhece perigos. O gado do patrão, confiado à sua guarda, merece todos os sacrifícios e os heróicos caboclos desprezam os jacarés covardes, afrontam as piranhas ferozes ou as águas traiçoeiras do rio para salvar os companheiros de suas lides e emoções.²⁶⁴

Essa visão algo heróica e mitológica do vaqueiro, apesar de tangenciar questões substantivas e ter bastante apelo literário, cria, por outro lado, dificuldades para uma avaliação mais efetiva da questão.

Mesmo quando não exaltaram o heroísmo do vaqueiro ou idealizaram a sociedade sertaneja, importantes trabalhos históricos se apegaram à defesa da primazia do trabalho livre nas fazendas de criação e da presença significativa de índios e mamelucos nessas atividades. Em Boxer, encontramos:

263 GOULART, José Alípio. op.cit. 1º vol. O Boi, p. 144-148.

264 ROCHA, Geraldo. op. cit. p. 41-42.

o vaqueiro levava existência laboriosa e saudável, e, em geral, nada ganhava pelos primeiros quatro ou cinco anos em que ficava num sítio. Então, passava a receber um de cada quatro bezerros nascidos, podendo nutrir a esperança de um dia iniciar o negócio por sua própria conta. (...) Os vaqueiros podiam ser de pura raça européia, africana ou ameríndia, mas os mestiços predominavam. (...) as relações entre os colonizadores e os ameríndios eram, com frequência bastante amistosas, no vale do Rio São Francisco. Se os vaqueiros às vezes maltratavam os aborígenes e surrupiavam-lhes suas terras, muitos ameríndios encontraram emprego nas fazendas. Muitas vezes trabalharam como boiadeiros com o gado enviado em longa fila para o mercado de Salvador – embora se saiba que nem sempre lhes pagavam a taxa devida pela sua tarefa. Suas mulheres muitas vezes viam-se tomadas como concubinas e, menos frequentemente, como esposas, pelos vaqueiros, e as relações sociais entre brancos e vermelhos mostravam-se, quase sempre, bastante amigáveis.²⁶⁵

Por sua vez, Celso Furtado, ao analisar a pecuária, indica a relativa facilidade de implantação, devido aos baixos custos envolvidos. Quanto à mão de obra

baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que apresentaram os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória. (...) Essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar

265 BOXER, Charles R. op. cit. p. 246-248.

por conta própria a criação tinha a possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado.²⁶⁶

Ao analisar a pecuária, Caio Prado Jr. também se mantém no quadro geral dos baixos custos de instalação de uma fazenda e da predominância do trabalho livre nas fazendas, nas quais

o pessoal empregado é reduzido: o vaqueiro e alguns auxiliares, os fábricas. Aquele, que dirige todos os serviços da fazenda, é remunerado, já o vimos, com o próprio produto dela, uma quarta parte das crias. Nas fazendas muito importantes há às vezes dois e até três vaqueiros que repartem então o quarto entre si. Os fábricas são em número de dois a quatro, conforme as proporções da fazenda; são subordinados ao vaqueiro e o auxiliam em todos os serviços. Às vezes são escravos, mas comumente assalariados, percebendo remuneração pecuniária por mês ou por ano.²⁶⁷

Caio Prado salienta ainda que, apesar da existência da pequena propriedade obtida por alguns vaqueiros bem sucedidos, predomina a grande propriedade, nas mãos de senhores absenteístas que vivem no litoral e recebem de longe os rendimentos de suas fazendas.

Certamente, a produção acima citada consiste em obras de caráter muito geral, destinadas a estabelecer um quadro interpretativo da formação do Brasil. A produção historiográfica mais recente, desenvolvendo trabalhos de menor amplitude e direcionados para objetos mais específicos, vem revisando, paulatinamente, essa visão da “civilização do couro” ou as considerações mais gerais sobre a

266 FURTADO, Celso. op. cit. p. 58-59.

267 PRADO Jr., Caio. op. cit. p. 192.

pecuária, permitindo entrever questões, até então, não percebidas devidamente. Uma primeira é a da amplitude da presença da escravidão nas zonas de pecuária. Os trabalhos já citados de Luís Mott, e os de Miridan Falci e Tanya Brandão²⁶⁸ contribuíram para por em relevo essa questão, até o momento, negligenciada ou vista como secundária. Discutindo noções como a da suposta melhor adaptabilidade dos índios à pecuária, Mott adverte que, na realidade, a resistência indígena provocou uma dura repressão contra diversas tribos, que culminaram em massacres e fugas para regiões mais afastadas, segundo o autor,

há evidências empíricas que reforçam a ilação de que os indígenas gozavam de baixíssima valorização por parte dos colonizadores, não apenas como seres inferiores mas inclusive como incapazes para o trabalho produtivo. Se constituíssem uma mão-de-obra tão aproveitável e adaptável ao pastoreio, como propalaram alguns historiadores, certamente em vez de serem sistematicamente exterminados nos campos de batalha, teriam sido aprisionados e domesticados, como fizeram os paulistas.²⁶⁹

Por outro lado, investe contra a associação entre criação e trabalho livre. Ao longo de suas pesquisas, o autor levanta dados quantitativos, a partir de documentação produzida entre fins do século XVII e XVIII, visando comprovar a existência da escravidão na pecuária numa escala bem maior que a, até então, admitida.

268 FALCI, Miridan Britto Knox. A Escravidão nas áreas pecuaristas no Brasil. IN: SILVA, M^a Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000 e BRANDÃO, Tanya M^a Pires. *O Escravo na Formação Social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Ed. da UFPI, 1999.

269 MOTT, Luiz R. B. *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. Op. cit. p. 68.

Através desses dados, o autor constata que os escravos de origem africana constituíam a parte mais significativa dos trabalhadores das fazendas e aos índios, despejados de suas terras e sofrendo brutalmente a desvalorização social, estava reservado um papel marginal nas fazendas, relegados aos trabalhos mais vis e às condições mais degradantes de vida.

Para Miridan Falci, a ocupação do Piauí durante o século XVII se deu a partir de violentas disputas entre índios e colonos pela posse do território, com a submissão das populações indígenas locais à escravidão ou a formas compulsórias de trabalho (com o fito de burlar a legislação restritiva da Coroa a respeito da escravidão indígena), situação que persistiu até meados do século XVIII, quando a substituição do índio pelo africano se deu de forma mais consistente, no contexto em que foi criada a Capitania de São José do Piauí (1758) e incrementada a importação de escravos africanos para a pecuária e para as demais atividades econômicas da capitania, em especial o algodão, mas também o fumo, o açúcar mascavo, o arroz, o feijão e a mandioca. Essas medidas, no contexto da reforma pombalina, visavam uma maior integração da economia piauiense no conjunto da Colônia, como importante subsidiária das economias do Maranhão e de Pernambuco. A historiadora procurou identificar mais a fundo os números de escravos presentes no Piauí, sua composição étnica, a divisão sexual, as atividades ocupacionais, o preço, a estrutura de posse e as condições concretas de vida dos escravos no sertão. Essa investigação mais detida permitiu ultrapassar o quadro exclusivo da pecuária (objeto privilegiado da análise de Mott), chegando a conclusões importantes sobre a coexistência de escravidão e modalidades de trabalho livre nas fazendas de criação e sobre algumas peculiaridades da vida escrava no Piauí, como o fato de que boa parte da população escrava nasceu na própria capitania, sucedendo-se gerações de escravos no âmbito de um grupo familiar (havia um volume menor de importação de

africanos em relação ao total da população escrava, do que em outras capitanias). Isso permitiu que houvesse uma relação de maior proximidade entre senhores e escravos e um relativo espaço de negociação, que acabou por dar origem mesmo ao mito de uma escravidão mais amena na área da pecuária sertaneja. Segundo a autora, se o mito não é verdadeiro, encontra certa sustentação nas condições concretas da pecuária naquela região.

Por outro lado, Carlos Alberto Dória, em estudo já citado, apesar de não privilegiar o estudo da escravidão na pecuária sertaneja, destaca as diversas formas de trabalho livre e compulsório que permeiam aquela atividade e se manifestam através de um quadro de extrema violência que marca a vida no sertão. Inicialmente, analisa a condição concreta do vaqueiro e o sistema de remuneração em espécie (a partilha de animais entre o patrão e o vaqueiro, geralmente conhecida como quarta), que supostamente garantiria a esse agente social a possibilidade de vir a se estabelecer como criador em alguns anos de árduo trabalho para o proprietário:

na partilha dos novinhos o proprietário fazia as primeiras três ou quatro escolhas ficando o vaqueiro obrigado a escolher um animal do mesmo sexo do primeiro escolhido pelo patrão. Como este geralmente escolhia um macho, o vaqueiro ficava apenas com machos e, portanto, impossibilitado de reproduzir autonomamente seu quinhão. Além disso, da cota do vaqueiro eram descontados os animais fugidos ou vitimados pelas secas e doenças, sempre na mesma proporção em que lhe cabiam as crias. Era ainda obrigado a 'pagar a morta', isto é, a quarta parte do valor do animal abatido mensalmente para alimentação.

Após uma série de deduções, o empregado fazia os acertos com o patrão e lhe sobrava muito pouco do que, a princípio, se

esperava. O sistema, na verdade, mascarava uma dura espoliação, que se mostrava muito mais clara no que tangia aos demais empregados:

*os ajudantes do vaqueiro – os fáblicas – recebem uma remuneração pré-fixada e que consiste em um certo número de cabeças que independem da 'sorte'. São empregados do senhor, às vezes do próprio vaqueiro, que recebem seu salário em espécie, além do direito de plantar para a subsistência e criar miunças. Aos fáblicas mais capacitados eram ainda, virtualmente, aspirantes à função de vaqueiros”.*²⁷⁰

O vaqueiro tentava garantir para seu próprio filho o lugar de futuro vaqueiro desejado pelos fáblicas, o que gerava uma acirrada concorrência entre eles e estabelecia uma situação na qual a sujeição ao patrão se revestia do mais profundo servilismo e podia resultar numa explosão da violência que permeava esse cotidiano. Nesse sentido, de acordo com Dória, a possibilidade do vaqueiro tornar-se, ele mesmo, proprietário constituiu-se em geral mais uma ficção social que uma possibilidade concreta, mas ajudava a manter um *status* que diferenciava o vaqueiro dos demais despossuídos e lhe conferia uma certo prestígio nesse meio social. O vaqueiro podia aspirar à ascensão social, mas mesmo que não a obtivesse, ainda assim, manteria a proeminência junto aos demais trabalhadores – livres ou escravos – que lhe estavam subordinados.

Na sociedade *sertaneja* construída em torno da pecuária bovina, a criação de bois e cavalos conferia status ao seu possuidor, uma vez que essas espécies se constituíam na principal fonte de riqueza e projeção social. Para os mais pobres, restava a pequena lavoura ou a criação de animais de pequenos porte. Segundo Carlos Dória

270 Dória, Carlos Alberto. op. cit. p. 59-60.

*se a propriedade de cavalos e bois equivale a um sinal exterior de status e poder, porque são invariavelmente propriedades do senhor, os animais de pequeno porte denominados miunças, e que compreendem ovinos, caprinos e suínos, aparecem vinculados aos homens despossuídos. Constituem por excelência o conjunto de animais que são de propriedade dos dependentes e agregados do senhor.*²⁷¹

Essa situação conflituosa gerou áreas de atrito entre os vaqueiros, geralmente a serviço dos grandes proprietários, e os pequenos posseiros ou moradores de favor. Uma rica descrição dessa realidade podemos identificar em uma passagem do romance *Dona Guidinha do Poço*, de Manuel de Oliveira Paiva (c. 1890), baseado num caso rumoroso acontecido no Ceará, no princípio do século XIX. No mesmo romance, podemos perceber traços muito ricos da estrutura social presente na região:

*Estava-se em fevereiro, e nem pingo de água. O poço da Catingueira, o mais onça da ribeira do Banabuiú, que em 1825 não pôde esturricar, sumia-se quase na rocha ... Era um trabalho para os pobres vaqueiros: aqui levantar uma rês caída... E ainda tinha de percorrer constantemente as veredas e batidas para acudir prontamente à rês inanida de fome e sede, perseguir os porcos, que algum desalmado vizinho teimava em criar, persegui-los a bala, porque o torpe cabeça-baixa impestava os bebedouros. ... Além da sequidão, o mal, desenvolvido na bebida infeccionada pelos amaldiçoados paquidermes e pelo contágio doentio da rês viajada.*²⁷²

271 Idem. p.145.

272 PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Ed. Três, 1973 (original da década de 1890, publicado pela primeira vez em 1952).

Investindo contra visões dualistas, que viam o sertão como um lugar de atraso e de arcaísmo, marcado por relações pré-capitalistas, no qual precisam penetrar as relações modernas de produção – capitalistas –, Dória vê o sertão como lugar mesmo de constituição das relações capitalistas através das formas mais brutais de sujeição e exploração dos trabalhadores. O autor utiliza a imagem de um filme de Orson Welles – *Mr. Arkadin* – a respeito da amnésia que existe sobre violência da acumulação primitiva do capital, e demonstra com engenhosidade como a constituição da economia dos sertões é um capítulo mesmo da construção do capitalismo no país.²⁷³ Nessa sociedade, as relações de favor apareciam como elemento integrante mesmo do sistema de subordinação e dominação que se estabelecia, uma vez que as relações de cunho pessoal, vivenciadas entre os patrões e/ou administradores e seus vaqueiros e entre os vaqueiros e seus fábricas, estavam ligadas a uma produção de meios subsistência voltada para o atendimento das necessidades da grande exploração agrícola, permitindo que esta se concentrasse na produção voltada diretamente para o mercado.

Em Introdução à publicação de *Fontes sobre a História Indígena do Ceará*, M^a Sylvania Porto Alegre²⁷⁴ chama a atenção para a necessidade de maiores investigações sobre a questão da amplitude da escravidão indígena e africana na pecuária, mas defende a predominância da mão-de-obra livre entre os vaqueiros e seus auxiliares. A autora investiga os estreitos limites aos quais está sujeita essa população, imersa, em suas próprias palavras, “no circuito geral da violência do sertão”. A pecuária ligou-se a todo um complexo produtivo que envolvia o algodão e as pequenas

273 Idem p. 31-70.

274 PORTO ALEGRE, M^a Sylvania et al (orgs.). *Documentos para a História Indígena no Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*. São Paulo: NHII-USP, 1994.

produções locais, inseridas num processo marcado pela violência, pela espoliação das terras indígenas, pela brutal exploração do trabalho e pelas diversas estratégias de “evangelização” e “civilização” que acabam por declarar os índios cearenses virtualmente “extintos” na metade do século XIX.

A sociedade que se criou no sertão nordestino, ao longo desses séculos, tendo como base fundamental a pecuária, carregou em seu bojo a marca dessas contradições, que delinearão um quadro de profunda exclusão social e permeado pela violência cotidiana. Não nos parece que a historiografia mais tradicional sobre o sertão e a pecuária colonial chegue a negar a violência ou que veja o trabalho livre como um “mar de rosas”, mas há uma ótica, até certo ponto, distorcida que dilui essa violência num complexo psicológico de exaltação da coragem e da virilidade e que enaltece a figura do sertanejo como uma espécie de “reserva moral” do “Brasil profundo”, com uma cultura não contaminada pelos influxos da modernidade dissolvente no litoral. Esse símbolo da cultura mais pura do Brasil representaria um seguro bastião da verdadeira cultura nacional, em oposição ao meio urbano, volúvel a influências que representariam a própria subversão das mais caras tradições brasileiras.

Esse discurso de apelo ao “Sertão”, onde se encontra o “verdadeiro Brasil” e que marca a historiografia de várias regiões, ao nosso ver, é balizado por uma compreensão que reúne autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e chega a diversos intelectuais da primeira metade do século XX, quando se verifica, então, um profundo surto de urbanização que muda a face do país e exige novos mecanismos políticos e ideológicos para controlar e disciplinar a nova massa de trabalhadores urbanos que se mostram bastante indóceis ante os velhos esquemas de dominação.

Os novos parâmetros de nacionalidade, definidos a partir de 1930, estão inseridos num contexto apontado por Alencastro²⁷⁵, de necessidade de reelaborar os processos de dominação em vários planos da vida social, em função da nacionalização do mercado de trabalho, fato novo na história do país. O Patriarcalismo de Casa Grande e Senzala - obra seminal dessa nova ideologia - marcaria um ponto de inflexão no sentido de orientar uma nova “pedagogia” para as massas.

Essa obra inovadora se inseriu, assim, na própria tradição patriarcal que marca obras anteriores e posteriores, da qual ela é o produto mais acabado. Nesse sentido, apesar das diferenças, as obras de Gilberto Freyre e intelectuais como Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis e outros de tão grande envergadura, estiveram ligadas pelo traço do patriarcalismo. Um patriarcalismo que apresentou peculiaridades em função dos quadros regionais e das diferenças de abordagem entre os distintos autores, é certo, mas o patriarcalismo e o paternalismo da Casa Grande teriam grande semelhança com o patriarcalismo da Fazenda de gado, caracterizado pelo profundo apego à hierarquia, à obediência, ao mando dos grandes potentados locais, tão louvado pela historiografia local; o paternalismo dominador do Senhor de Engenho teria um similar nas expressões do patriarcalismo dos velhos bandeirantes e fazendeiros distantes da zona da mata pernambucana. Ao paternalismo do Engenho, dissolvente das rígidas hierarquias da escravidão através do convívio íntimo entre senhores e escravos (especialmente escravas), corresponderia o suposto igualitarismo da pecuária, que colocaria os fazendeiros e seus vaqueiros num suposto plano de igualdade nas partilhas das crias, que possibilitaria a esse último, se sua coragem e disposição permitissem, chegar à

275 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Pré-Revolução de 30. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, (18):17-21, set. de 1987.

condição do primeiro. Não queremos aqui adotar uma perspectiva redutora de obras e autores tão díspares – não apenas no plano intelectual, como no político – mas queremos apenas salientar um elemento que consideramos comum às mesmas, qual seja, o papel central que conferem à ação dos setores dominantes da sociedade na definição dos destinos coletivos, deixando os demais grupos subalternos na mera condição de pacientes da ação dos primeiros, tal como já discutimos em outras partes do nosso trabalho.

A Casa da Torre, através dos seus empreendimentos, estendeu uma rede tentacular que passava pela exploração direta de fazendas, a cobrança de foros extraídos à força dos moradores de “suas” terras. Antonil, em passagem já sobejamente citada em todos os trabalhos sobre o assunto relativo à imensidão dos domínios da Casa da Torre e dos Guedes de Brito no sertão da Bahia, refere-se à cobrança de foros de dez mil réis por um número não conhecido de arrendatários. Autoridades, como o Governador João da Maia da Gama, também se referem, algumas décadas mais tarde, a essa situação. Outros autores que se dedicaram ao estudo da família Garcia d’Ávila ou da ocupação da região sertaneja, também reproduzem diversos documentos que atestam essa prática. Os chamados procuradores da Casa da Torre que atuaram no sertão de várias capitânicas, como Domingos Afonso Sertão, na região que deu origem ao Piauí, e Teodósio de Oliveira Ledo, na Paraíba, eram, na verdade, grandes sócios da Casa, pois, em troca da possibilidade de partilharem da obtenção de grandes sesmarias, garantiam para a Casa da Torre que a sua parte nos foros que submetiam aos pequenos posseiros fosse arrecadada nos distantes sertões, invariavelmente através do uso das costumeiras violências que caracterizavam essa situação.

Essa rede de negócios permitiu que se reunisse um vasto Patrimônio que deu ao Morgado uma grande proeminência na vida da Bahia por mais de três séculos e permitiu, também, que se criasse uma verdadeira lenda de suas incalculáveis riquezas,

sustentáculo e recompensa de uma ação heróica que conquistou para o país uma importante porção das terras do sertão nordestino.

A Casa da Torre, cumpre à perfeição o símbolo desse patriarcalismo, dominando, com sua “fome de horizontes”, a vida das pessoas de vastas regiões. Castigando duramente aqueles que se opõem aos seus propósitos e beneficiando seus obedientes acólitos, tais como seus Procuradores, que se tornam, uns poucos deles, grandes fazendeiros de gado nos sertões de vários dos atuais estados nordestinos. A economia da Casa, o governo das fazendas, passa pelo principal empreendimento, que é o de “controlar” e “submeter” levas de trabalhadores aos seus ditames, possibilitando, assim, a expansão da colonização e a produção de riquezas a serem apropriadas por poucas mãos – as mãos da Coroa e suas autoridades locais, as mãos dos proprietários rurais de várias regiões e de vários ramos da economia, as mãos dos mercadores e dos traficantes de escravos, as mãos da Igreja –, que disputavam entre si o tamanho do quinhão que a cada um caberia, mas que, ao primeiro sinal de insurgência da *patuléia*, se uniam para resguardar as Santas Causas de que se diziam defensoras: a Religião, a Família, a Pátria, a Propriedade, a Tradição, a Civilização e a Nação. Ou seja, tudo se resolve em *Casa*.

3.1.2 OUTROS NEGÓCIOS DA CASA

Os currais da Casa da Torre e seu domínio sobre um grande número de foreiros foram as bases fundamentais de sustentação do vasto Patrimônio, mas a Casa também fez outros negócios, com vários graus de importância. A busca de metais e pedras preciosas e o desenvolvimento de algumas culturas agrícolas foram outros investimentos realizados ao longo da duração do Morgado, obedecendo as mudanças de conjuntura econômica; a Casa também

realizou a exploração de salitre, e, já sob o comando dos Pires de Carvalho, no princípio do século XIX, tornou-se dona de engenhos de açúcar.

A exploração do salitre foi um negócio, na verdade, marcado por uma certa obscuridade. Desde os finais do século XVI, ainda em vida do primeiro Garcia d'Ávila, Belchior Dias Moréia (1557-1622), neto do Caramuru e irmão de Diogo Dias (1552-1597, marido da 1ª Isabel d'Ávila), entrou no sertão onde disse ter descoberto fabulosas minas de prata e pediu recursos e autoridade para a Coroa a fim de explorar as tais minas. Após várias negociações frustradas, sem conseguir realizar seu intento, guardou ciosamente o nebuloso segredo da prata, segredo esse que acabou por chegar ao seu sobrinho Francisco Dias d'Ávila, que se dispôs a explorá-la em inícios do século XVII. A famosa “serra de prata” nunca foi encontrada, mas várias gerações da família passaram a usar o tal “segredo” como pretexto para ampliarem suas propriedades no sertão do Rio São Francisco, ao longo do século XVII. Francisco Dias d'Ávila (2º) deu violento combate aos índios da barra do Rio Salitre entre 1674 e 1676, a partir do qual obteve a patente de Coronel; durante décadas, a Casa da Torre recebeu benefícios régios e algumas concessões de vultuosas sesmarias que faziam alusão à perspectiva do encontro da lendária prata. As expedições e prospecções continuadas pelo interior permitiram encontrar salitre (essencial para a produção de pólvora), que foi explorado a partir de contrato entre a Casa da Torre e a Coroa, através das suas autoridades fazendárias, entre a última década do século XVII e a primeira do século XVIII.

O governador-geral D. João de Lencastro (1694-1702), animado com a perspectiva de sua exploração, convenceu a Coroa a negociar um contrato de exploração e fornecimento de salitre no sertão da Bahia. Como tinha obtido sesmarias nas primeiras décadas do setecentos na região do rio Salitre, a Casa da Torre, através de Leonor Pereira Marinho, se propôs a fazer essa

exploração por meio de um contrato, em 1697, que foi analisado detalhadamente por Moniz Bandeira, no qual nos baseamos para o resumo adiante. De acordo com o referido contrato, a Casa da Torre se comprometia a fornecer 25.000 quintais de salitre no porto de Cachoeira e arcar com as custas do trabalho de sua exploração e transporte. Em contrapartida, a Coroa faria várias mercês a Garcia d'Ávila Pereira, como o foro de fidalgo, o hábito da Ordem de Cristo e o direito de exercer a donataria de juro e herdade, com jurisdição ordinária, e a administração temporal de todas as aldeias indígenas situadas nas terras da Casa da Torre. O governador-geral D. João de Lencastro considerou que alguns pontos do referido contrato concediam poderes muito avultados à Casa da Torre e solicitou da Coroa uma revisão em alguns deles e, após alguns ajustes, o contrato foi retificado, ainda em 1697. Leonor Pereira Marinho alegou que alguns compromissos negociados por seus procuradores em Lisboa no contrato não eram viáveis à Casa da Torre e solicitou novos reajustes, sendo negociadas revisões por cada uma das partes. Como a produção de salitre não apresentou o rendimento esperado e os seus custos de produção e transporte se tornaram inviáveis, a fábrica de salitre acabou por ser paralisada em 1706, após diversos reajustes entre as partes. Apesar do grande custo envolvido na operação e dos resultados desanimadores, a Casa da Torre obteve vantagens políticas consideráveis, com a obtenção do foro de fidalgo para Garcia d'Ávila Pereira e de vários privilégios para a família.²⁷⁶

Esse negócio da exploração do salitre, apesar de não ter rendido uma produção avultada, devido a condições precárias de exploração e transporte que o inviabilizaram, por outro lado, contribuiu para aumentar as propriedades e assegurar os privilégios

276 Veja explicações detalhadas do negócio do salitre em Moniz Bandeira, principalmente no cap. VII e em Calmon, Pedro. op. cit. cap. III.

políticos da Casa da Torre. O contexto no qual esse negócio se desenvolveu, era o do aguçamento dos conflitos por terras com os índios no sertão e, também, no auge do enfrentamento com os jesuítas. Um dos focos de conflito era a utilização do trabalho compulsório dos índios da região do rio Salitre, no duro labor das minas, causa de protestos de alguns missionários e de violências continuadas contra algumas tribos. Certamente, esse negócio, desenvolvido num contexto de confronto aberto entre os jesuítas e a Casa da Torre, torna muito significativo um trecho de um pronunciamento do Padre Antônio Vieira sobre a passagem de um cometa, em 1696, que assombrou a população local e deu azo a diversas especulações sobre os possíveis malefícios que ele traria, pelos maus presságios que prenunciava:

Isto é o que descobre a espada do céu, e – com particular mistério e energia – no mesmo tempo de outros descobrimentos; quando imos descobrir os enganos da fama, descobriu-nos o céu os desenganos da vida; não estão as minas nos cerros, estão no céu. Estes ameaças do céu também são e se chamam minas; e o pior é que imos buscar o salitre ao sertão, quando o deixamos na cidade. O salitre, de que se acendeu o fogo daquela espada, são os pecados da Bahia, e se não, ouça ela a prova desta verdade no seu e tantas vezes alegado cometa, quando apareceu o de mil seiscentos e dezoito: uns chamaram-lhe de terror, e outros error dos que assim o cuidavam ... Não é erro falso, senão terror verdadeiro que causa este cometa no céu – porque os vapores com que ele arde, e de que seu fogo se sustenta, são os pecados que lá sobem da terra ... – O salitre com que no inferno arde o fogo, e no céu se acendem os cometas são os pecados: no inferno os dos mortos, no céu os dos vivos; e este mineral não se cria nos cerros e desertos inocentes do sertão, mas nasce e cresce até o céu nos vícios e

*escândalos das cidades, tanto mais quanto mais populosas.*²⁷⁷

No conjunto do Patrimônio e dos empreendimentos da Casa da Torre, cabe uma consideração especial sobre a sede do Morgado, a grande propriedade de Tatuapara. Situada ao norte de Salvador, essa propriedade tem uma importância particular, não apenas pelo conjunto de atividades produtivas que desenvolveu ao longo de séculos, mas também pelo seu papel militar na defesa do norte da capital da Bahia. Antes mesmo do Almojarife Garcia d'Ávila obter a propriedade em enfeiteuse, do Conde da Castanheira, já havia explorado a região por determinação de Tomé de Souza e conheceu as vantagens estratégicas de Tatuapara, lugar onde o governador já havia determinado a aquisição de farinha de mandioca, várias vezes, através de escambo com os índios da região, bem como aparece no seu Regimento como o limite norte do domínio dos tupinambás e área de interesse para a defesa da capital:

Eu são enformado que a jemte que pesue a dita terra da Bahia he hua pequena parte da linhagem dos topinambais e que podera aver deles nela de cinco ate seis mil homens de peleja os quaes acupão ao lomguo da costa pera a parte do norte atee Totuapara que são seis leguoas e pelo sertão atee entrada do Peruçuu que serão cinco legoas e que tem de dentro da dita Bahia a Ilha de Taparica e outras tres mais pequenas povoadas da dita nação e que a dita terra e ilhas tem muito aparelho pera em pouco tempo com pouca jemte e bem ordenada se lhe poder tomar por

277 VIEIRA, Pe. Antônio. Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Bahia – Juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695, e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano. IN: VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões*. Vol. XXIII. São Paulo: Editora das Américas, 1959. p. 115-116. Grifos nossos.

*ser escampada e de bom serviço e ter poucas serras e matos.*²⁷⁸

Conhecendo as vantagens militares (bom porto e presença de elevação que permitia instalação de uma atalaia) e econômicas de Tatuapara, bem como sua importância para a garantia da segurança da capital, Garcia d'Ávila participou, em 1550, de um ataque aos índios hostis das imediações e conseguiu submetê-los, escravizando alguns para os primeiros currais que começara a implantar em Itapoã, onde havia iniciado a criação das primeiras cabeças de gado bovino e levantado uma primeira torre de defesa, por ordem do governador-geral, a que denominou de São Pedro de Rates (local de origem de Tomé de Souza e, provavelmente, do próprio Garcia d'Ávila).

Paulatinamente, através de envolvimento em campanhas militares (contando com o apoio dos índios sob a sua administração), do controle da mão-de-obra indígena e dos favores de Tomé de Souza, mesmo após deixar o governo-geral, Garcia d'Ávila ampliou suas propriedades no litoral norte de Salvador. Obteve Tatuapara em enfiteuse do Conde da Castanheira, depois assumiu a propriedade de uma extensa sesmaria que Tomé de Souza obtivera do Rei em 1563, no Alvará do qual podemos obter informações que ilustram melhor a proximidade entre o ex-Almoxarife, o primeiro governador-geral e o Conde da Castanheira:

Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que Thomé de Souza do meu conselho me enviou dizer que eu lhe fizera mercê por minha provisão de 10 de Dezembro de 1563 de uma sesmaria de 6 léguas ao longo da costa da capitania da Bahia e por se achar a dita dada ao Visconde de Castanheira que Deos houve não houvera efeito a dita mercê, pedindo-me

278 Regimento de Tomé de Souza. op. cit. p. 345.

*que assim para passagem do mesmo gado que tinha o qual trazia em terras alheias por as não ter suas nem as querer tomar para si no tempo em que foi governador das ditas partes como para outras grangearias e bemfeitorias que esperava fazer e fizesse mercê de outra sesmaria de terra na dita capitania que começa onde acaba a terra que El-Rei meu senhor e avô fez mercê ao dito visconde que é de três léguas do porto da Injuria até o rio Real para contra o norte que podem ser oito léguas ao longo da costa e pelo sertão dentro cinco léguas ao longo da costa, hei por bem fazer mercê a Thomé de Souza das ditas terras.*²⁷⁹

O primeiro governador-geral criava gado em terras de terceiros, nas vizinhanças do Conde da Castanheira (de quem Garcia d'Ávila obtivera a exploração perpétua) e, após o falecimento da filha de Tomé de Souza, Garcia d'Ávila veio a se assenhorear dessas terras²⁸⁰ e estendeu o domínio de uma avultada parte das terras entre Tatuapara e o rio Real, portanto, os vínculos entre o importante homem da corte, o antigo governador-geral e seu presumível filho eram bastante estreitos e o último acabou por usufruir, efetivamente, da proteção dispensada pelos primeiros.

Parte substancial dessas terras se manteve sob controle da família por um longo período, de acordo com o sumário de documento que encontramos nos Anais do Arquivo Público da Bahia, um “Comunicado ao Presidente da Província ser a maior parte dos terrenos do distrito de Assú da Torre pertencentes aos

279 Citado em FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. 1º v. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Edição Fac-similar. Salvador: Secretaria Estadual da Cultura e Turismo/IGHB, 1988. p.17. Edição original de 1906.

280 Calmon desconhece a documentação que indique como essas terras foram parar nas mãos de Garcia d'Ávila. Moniz Bandeira diz que Garcia d'Ávila comprara ou herdara essas terras e indica que a filha legítima do antigo governador, D. Helena, falecera sem deixar sucessão, mas também não indica a existência de documentação específica sobre esse particular.

herdeiros da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, em 11 de Outubro de 1860²⁸¹. Portanto, 300 anos depois, parte substancial daquelas propriedades continuava sob o controle da família.

Tatuapara era uma propriedade de extensão avultada, que se estendia por várias léguas no litoral norte de Salvador e articulava uma série de outras fazendas que a Casa da Torre tinha na área e que desenvolviam diversas atividades; além de seus currais, há indicações da produção comercial de cocos, de âmbar e de óleo de baleia, da existência de olarias e de pedreiras, que estavam ligados ao mercado de abastecimento de Salvador. A carência de maiores registros de documentação escrita sobre essa propriedade vem sendo minorada a partir dos recentes estudos arqueológicos que estão sendo desenvolvidos na área e originaram um importante acervo de cultura material, que deve trazer informações significativas nos próximos anos. Mas o rápido crescimento turístico da região pode destruir diversos testemunhos importantes para que se possa entender melhor a importância dessa propriedade.²⁸² Há, ainda, um aspecto da maior importância sobre Tatuapara, que é o seu papel simbólico como sede da Casa da Torre, ou como as placas indicativas apresentam para os turistas, sede do maior latifúndio do mundo. Exageros já analisados em outra parte deste estudo.

Há referências muito esparsas sobre o envolvimento da Casa da Torre nos negócios do açúcar. Algumas indicações passageiras em

281 Anais do Arquivo Público da Bahia. Vol. XXXIII (1957). p. 103.

282 Os atuais proprietários da área, a par dos empreendimentos turísticos de vulto, criaram a Fundação Garcia d'Ávila, que vem promovendo pesquisas arqueológicas e trabalhando na restauração das construções ligadas ao antigo complexo produtivo. Não nos foi possível ter acesso aos relatórios de trabalho da equipe arqueológica, até o presente momento, e que, certamente, produzirão novos elementos para o estudo da grande fazenda e da edificação. Cumpre informar, que a construção de uma passarela no piso dos andares superiores, permitiu o acesso a essa área da edificação. Também foi construído um anexo, com parte do acervo arqueológico encontrado e painéis informativos, para orientar os visitantes.

Calmon ou outros estudiosos, sobre a propriedade de engenhos, não aprofundam esse aspecto. Há, inclusive, em Calmon, todo um viés ideológico na relação entre pecuária e produção açucareira, uma vez que esse autor vê a pecuária como uma empresa expansionista, que possibilita a aventura da conquista de vastas áreas ao território do país; por sua vez, o açúcar é uma atividade sedentária, que acomoda e amolece os donos de engenho. Segundo Calmon, o terceiro Francisco Dias d'Ávila (1710 – 1750) era proprietário de engenhos e de duas fábricas de farinha e se desinteressou das terras do sertão:

*as suas vastas terras do nordeste, dadas de arrendamento ou administrada pelos feitores, começaram a não interessar ao homem opulento que encontrara no recôncavo a placidez e a beleza da vida sociável. Não era mais o guerreiro, ardendo em cobiça territorial: era apenas o morgado.*²⁸³

Considerando-se que o açúcar foi, durante três séculos, a grande riqueza da região, qual teria sido o real envolvimento dos Ávilas nesses negócios? Que montante do seu patrimônio era composto por engenhos? Os autores que estudaram a Casa da Torre, preocuparam-se mais com a pecuária do que com o açúcar por causa dessa questão da “cobiça territorial” associada à expansão dos currais? Certamente, apenas uma reconstituição criteriosa do patrimônio do morgado permitirá responder tais questões, mas não sabemos se isso um dia será possível, pela até agora aparente inexistência de um acervo documental da própria Casa da Torre que permita estudar em detalhes essas questões.

De qualquer maneira, a Casa da Torre se envolveu decisivamente com a produção açucareira em fins do século

283 Calmon. op. cit. p. 159.

XVIII, quando a pecuária nordestina começou a perder terreno decisivamente para a pecuária do sul e, no início do século XIX, quando se deu a passagem do morgado da Casa da Torre para o controle dos Pires de Carvalho. Essa família, grande proprietária de engenhos de açúcar, ligou decisivamente essa atividade ao Patrimônio da Torre, que passou a ter no açúcar a sua principal base econômica. O inventário de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde da Torre de Garcia d'Ávila, que tivemos oportunidade de consultar brevemente no Arquivo Público da Bahia²⁸⁴, permite identificar o montante do vasto Patrimônio do Morgado, acumulado ao longo de três séculos, acrescido dos vultuosos bens dos Pires de Carvalho, mas já então, as terras do sertão nordestino tinham perdido seus maiores atrativos, pois a pecuária do sertão nordestino foi rapidamente superada pela pecuária do Rio Grande do Sul durante a segunda metade do século XVIII e o início do século XIX e, por isso, muito do vasto patrimônio territorial sertanejo foi sendo vendido ou simplesmente se tornando devoluto.

O vínculo de largas propriedades de terra tornara-se inviável e os Pires de Carvalho começaram a providenciar o desmonte do vasto patrimônio. Em 1810 a viúva D. Ana Maria de São José e Aragão, era

Senhora e administradora dos Morgados e bens vinculados, tanto da Casa da Torre, como da de seu falecido pai, José Pires de Carvalho e Albuquerque, e tutora dos menores seus filhos, como tal administradora dos seus bens; e porque as terras de seu[] ser tombadas e demarcadas, para se evitarem contentas, e pleitos com os seus confinantes, recorre a

284 À época da pesquisa, o alentado documento se encontrava em condições bastante precárias para a consulta. Esperamos que o mesmo tenha sofrido restauração nesse meio tempo. Não tivemos oportunidade de voltar ao APEB.

*Vossa Alteza ... para serem todas as terras do Casal da Suplicante tombadas, e demarcadas...*²⁸⁵

a fim de organizar a administração do patrimônio que herdara da Casa da Torre e dos Pires de Carvalho. No início de 1825, ela e seu filho, o então Barão da Torre de Garcia d'Ávila, pedem ao Imperador a faculdade de poderem vender várias fazendas que possuem em diversas Províncias do Império, justificando que

*sendo possuidores de muitas Fazendas de Gado e Terrenos que existem arrendados em diversas Províncias como sejam Pernambuco, Ceará e Maranhão, acontesse sentirem os Supplicants muito desfalque nos seus productos pelos continuados roubos que experimentão por não poderem pela longa existência, procederem contra os malfeitores.*²⁸⁶

Para os Pires de Carvalho, considerando-se a amplitude de seus interesses, a administração de tão vasto patrimônio, espalhado em várias províncias e gerador de rendimentos declinantes ou conflitos de terra, em função da retração da pecuária do sertão nordestino, ou da sua reconfiguração em novas bases, exigia a providência da liquidação, através da venda, desse patrimônio, que começava a se tornar mais fonte de dispêndio administrativo que objeto de cobiça, como o fora em gerações anteriores. Além do mais, a proibição dos Morgados e o fim do sistema de sesmarias, nos primeiros anos do Império, contribuiu, do ponto de vista jurídico, para a desmontagem desse Patrimônio. As partilhas de heranças foram dispersando os bens entre os descendentes da família, fragmentando a outrora grande fortuna, ou fazendo-a migrar para outras mãos.

285 AN Sesmarias Bahia BI2.83 1810-1818.

286 AN Sesmarias Bahia BI2.84 1824-1825.

As mudanças econômicas atravessadas pela região que fizera a fortuna da família, fizeram com que seus descendentes deixassem de ter aquela fome de horizontes dos antepassados. Pouco a pouco, os Pires de Carvalho liquidaram o patrimônio territorial e encaixaram seus herdeiros em um novo negócio da Casa, a obtenção de postos de mando no Estado Imperial que começava a se consolidar. Vários desses descendentes dos Pires de Carvalho, apesar de não reunirem riquezas tão lendárias como a da Casa da Torre, não tiveram dificuldade em manter-se em relativa proeminência social, particularmente através da influência política granjeada por tão longa tradição, obtendo cargos de relevância no âmbito militar e judicial até dias bem recentes, ou seja, cargos e mercês do Estado, mais um dos importantes negócios da Casa, em sua secular trajetória.²⁸⁷

3.2 A CASA E A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

“Limoeiro

É um negócio, diz muito bem; porque, no fim de contas, estes casamentos por amor dão sempre em água de barreira. O tenente-coronel compreende... Eu sou liberal... o meu amigo conservador...

Chico Bento

Já atinei! Já atinei! Quando o Partido Conservador estiver no poder...

Limoeiro

Temos o governo em casa. E quando o Partido Liberal subir...

Chico Bento

Não nos saiu o governo da casa.

...

Chico Bento

Vivório! E se se formar um terceiro partido?... Sim, porque devemos prevenir todas as hipóteses...

Limoeiro

*Ora, ora... Então o rapaz é algum bobo?! Encaixa-se no terceiro partido, e ainda **continuaremos com o governo em casa...***²⁸⁸

O entendimento recorrente da “casa”, como espaço privilegiado do exercício e representação de formas de poder, é uma constante na literatura que busca retratar a formação da sociedade brasileira e poderia nos levar a fazer aqui um número bastante extenso de citações sobre esse fenômeno. Desde os trabalhos literários até os propriamente históricos, esse aspecto tem sido destacado por diversos autores, de diversas filiações teóricas e políticas, bem como de épocas distintas.

Esse entendimento da “casa” tem origens bem remotas na tradição portuguesa. A casa é o espaço físico de morada e abrigo, mas também é a unidade fundamental de vivência e pertença social de uma pessoa. No Vocabulário do Padre Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1728, encontramos:

*Casa. Geração. Família... Illustre, & antiga casa... Que he de huma boa, & de huma grande casa... Homem de casa humilde, & baixa... Lançar a alguém no rosto a baixeza da sua casa... Casa. Moveis. Criados, &c.*²⁸⁹

Ou:

288 FRANÇA JR., Joaquim. *Como se fazia um Deputado*(1882). Rio de Janeiro: Ediouro, 1985. p. 18. Grifos nossos.

289 BLUTEAU, Padre Raphael. Tomo II. op. cit. p. 174.

287 Veja-se, sobre os descendentes dos Pires de Carvalho, o já citado estudo de DÓRIA, Francisco Antônio et al. *Os Herdeiros do Poder*. op. cit.

*Governo da casa, ou governo doméstico. Rei familiaris administratio. Attender ao governo da casa... Tem prestígio para o governo da casa.*²⁹⁰

Tal característica de nossa formação política tem levado diversos autores a entenderem o espaço da “casa” como espaço por excelência do poder privado de seu chefe, espécie de pequeno régulo e antípoda inconciliável do poder público – o governo do Estado. Há uma vasta produção que procura entender e dimensionar o papel da Casa na estruturação da sociedade e do Estado brasileiro, o que implica num debate bastante acirrado sobre o espaço privilegiado para o entendimento da formação social brasileira. Qual a instituição que tem a prevalência na organização da nossa sociedade? O poder privado das grandes famílias ou o poder da autoridade estatal ?

A Casa é considerada uma dimensão fundamental na estruturação social portuguesa e, como tal, há uma tendência do mundo colonial de copiar a metrópole em seus valores e princípios. Nuno Monteiro, em estudo sobre o recrutamento dos Governadores e Vices-Reis das conquistas portuguesas da Índia e do Brasil entre integrantes da aristocracia portuguesa, nos indica que

a sociedade aristocrática portuguesa era, em primeiro lugar, uma sociedade de ‘casas’. O seu código de conduta fundamental era definido pelo direito vincular, de proveniência castelhana, que se fora difundindo gradualmente.

Esses fundamentos de organização impunham aos seus integrantes um rígido conjunto de obrigações cujas finalidades eram as de

²⁹⁰ Idem. Tomo IV. p. 105.

*garantir a sua perpetuação, que se procurava, desde logo, por meio do esforço para obter sucessão biológica varonil e, na falta desta, por um conjunto de práticas destinadas a encontrar sucessão, evitando, tanto quanto possível, os riscos de anexação por outras casas. Em seguida, favorecer o seu ‘acrescentamento’. Antes de mais nada, por meio do exclusivismo social.*²⁹¹

Em outro texto, o mesmo autor indica que as mudanças sofridas pela aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII, com a ascensão de famílias de nobreza mais recente, leva à desvalorização do princípio de *linhagem* (ordem de descendência ligada à sucessão de gerações nobres, sem quaisquer máculas de sangue e de ascendência muito remota) em proveito do de *Casa*, “*identificada pela posse de certos bens vinculados, de uma comenda, de um senhorio, de um ofício palatino e/ou, por fim, de um título nobiliárquico*”.²⁹²

Nesse sentido, mais que a família como linhagem genética, a Casa, como um vínculo de patrimônio, se torna um princípio mais dinâmico de ingresso de grupos de nobreza mais recente no universo da aristocracia portuguesa. Mesmo que grupos de linhagens mais antigas e de maior proeminência – os Grandes – procurassem garantir a precedência de seu nome e a exclusividade do poder, os novos grupos surgidos nas Casas Senhoriais poderiam através do *real serviço* fazer parte do círculo da Casa Real, centro efetivo do poder. Na estratificação da nobreza do período brigantino, à medida em que a alta aristocracia se estreitava nos mais importantes círculos

²⁹¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. IN: FRAGOSO, João et al. (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 255-256.

²⁹² MONTEIRO, NUNO G. F. Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. *PENÉLOPE: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos, (12): 43-63, 1993. p. 45.

de poder, a base se ampliava para conter novos ingressos. Para os que não eram primogênitos e, portanto, titulares das Casas, havia a alternativa do *real serviço*, que se constituía numa fonte essencial de engrandecimento das novas Casas que se podiam fundar. As trajetórias dos pretendentes à ascensão – muitos dos quais filhos secundogênitos de Casas de relevo e indicados para cargos de governança nas conquistas, obtidos os cargos de maior importância para aqueles de maior grau hierárquico – poderiam aumentar sua fortuna, seu prestígio pessoal e, conseqüentemente, trazer novas distinções para suas Casas, ou, no caso contrário, trazer a desgraça pessoal e o deslustramento para os seus parentes.

O ponto central para a estruturação de uma Casa era o vínculo de Morgado, que se instituiu a partir de autorização da Coroa, a fim de preservar um certo nome em torno de um patrimônio. Para a instituição e manutenção de um Morgado, uma série de condições era exigida, respeitantes à forma de sucessão, a vinculação, administração e ampliação dos bens com o objetivo de possibilitar a sua continuidade no tempo.

Certamente as condições do mundo colonial eram substancialmente diferentes da metrópole, mas procurava-se perseguir os ideais estruturantes da sociedade portuguesa nos trópicos. Os apegos à hierarquia, os preconceitos de sangue e de defeitos mecânicos, os princípios de honra e distinção procuravam prevalecer, mesmo que como cópias pálidas de sua versão original. Uma prática corrente entre os colonos que ascendiam socialmente, era a de buscar distinção para a sua família, uma possível origem de uma nobreza (ou pequena nobreza) distante e uma “limpeza” genealógica dos possíveis aspectos comprometedores dessa distinção.

Em *Sobrados e Mucambos*, Freyre já destaca que

o conhecimento sociológico do brasileiro não é possível sem o conhecimento de suas origens e do seu desen-

*volvimento considerados sociologicamente: sociologia genética. A sociologia genética sendo principalmente a sociologia da família, desta seria erro básico separar o estudo sociológico da casa que corresponde ao tipo dominante de família, inseparável, por sua vez, das condições físicas e sociais de ocupação ou dominação do espaço por grupo humano: ecologia. E não apenas das técnicas de produção: economia. Sempre eco, isto é, casa.*²⁹³

Nessa acepção de Freyre, a Casa, mais que espaço de morada, significaria o espaço social privilegiado para entendermos a formação social no plano da intimidade, no espaço privado. Opondo-se à Rua (lugar da desordem, da turbulência, espaço sem governo)²⁹⁴, na Casa é que se elaborariam os fundamentos da organização social brasileira. Por sua vez, em relação ao Poder do Estado (visto como despótico), a Casa significaria o espaço da valorização dos atributos de liberdade (ou pelo menos de um certo entendimento de liberdade). Durante todo o período colonial, a Casa teria comandado a formação da sociedade brasileira: “*casas símbolos de um poder que foi o decisivo na organização, nos Brasis, não só de uma economia como de uma sociedade*”.²⁹⁵ No século XIX, Freyre vê um constante avanço da Rua e um recuo da Casa, num indício inegável da decadência desse patriarcalismo que formara o Brasil durante todo o período colonial. Mas a iniciativa dessa ação caberia agora ao Estado, como fonte de ordenação da nova sociedade (Casa e Rua) em gestação,

293 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. p. 51. Grifos nossos.

294 A real ou suposta predominância da Casa sobre a Rua, da fazenda sobre a cidade pode ser notada na expressão popular Rua para designar as pequenas cidades e vilarejos e que ainda subsiste em algumas regiões do Nordeste. Sobre esse termo Rua veja-se QUEIROZ, M^a Isaura Pereira de. Pecuaría e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. *Revista do IEB*. Nº 19, São Paulo: IEB-USP, 1977, p. 55-78.

295 FREYRE, Gilberto. *A Casa Brasileira*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971. p. 35.

esse Estado que recrutaria seus quadros mesmo na Casa, o que, ao final, seria a condição mesma para a manutenção do “equilíbrio de antagonismos”, que fora a grande originalidade da formação social brasileira e saldo da ação dissolvente sobre a Casa, durante três séculos, sobre as oposições e antagonismos de classe e de raça que se tornaram inconciliáveis em outras culturas.

Ante a aparente inexistência de fronteiras entre o público e o privado no período colonial, reproduzimos um documento que deixa margem a considerações sobre essa questão:

Concorreu especialmente para se conseguir o fim de tanta alegria a incomparável diligência do juiz, companheiro Lourenço de Carvalho e Araújo, o qual, omitindo logo o governo da sua casa e preferindo o gosto do público à sua própria comodidade, veio sem demora para a vila a dar alma e vigor às disposições que o seu colega havia ideado, contribuindo generosamente não só com a sua presença e grande atividade, mas também com outro donativo não menos importante para as precisas expensas.²⁹⁶

Estando impossibilitada a autoridade responsável por organizar a festa pelos desponsórios reais, acabou substituída pelo senhor Lourenço de Araújo, que largou o governo da sua Casa para atender às necessidades públicas. De acordo com o entendimento do autor da relação, haveria uma separação entre as funções privadas e públicas exercidas por aquele importante morador da Vila de Santo Amaro da Purificação (BA), o que nos propõe que a questão

296 CALMON, Francisco. *Relação das Faustíssimas Festas que celebrou a Câmara da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, da Comarca da Bahia pelos augustíssimos desponsórios da Sereníssima Senhora Dona Maria, Princesa do Brasil, com o Sereníssimo Senhor Dom Pedro, Infante de Portugal.* (1762). Rio de Janeiro: MEC-SEC; FUNARTE; Inst. Nacional do Folclore, 1982. p. 21-22. Grifo nosso.

da separação entre privado e público talvez exija uma discussão mais detida.

Pouco mais de um século antes, o Padre Antônio Vieira, no seu já mencionado *Sermão de Santo Antônio* (1642), fazia menção direta a essa situação da relação da Casa (carne e sangue dos homens) em relação ao Estado, quando preconizava a necessidade da adoção de instrumentos suaves para a cobrança de tributos:

repugnam tanto os homens a deixar arrancar de si aquilo que lhes tem convertido em carne e sangue, ainda que seja para bem de sua casa, de seus filhos, que para isso traçou Deus tirar a costa a Adão, não acordado, senão dormindo... Com tanta suavidade e como isto, se há de tirar aos homens o que é necessário para sua conservação. Se é necessário para a conservação da pátria, tire-se o sangue, tirem-se os ossos, que assim é razão que seja; mas tire-se com tal modo, com tal indústria, com tal suavidade, que os homens não o sintam, nem quase o vejam.²⁹⁷

Há uma polarização do debate sobre o *locus* fundamental da formação social brasileira: àqueles que privilegiam o espaço do poder da “Casa”, opõem-se os que defendem o “Estado” como esse espaço. Procuraremos adiante situar os aspectos centrais desse debate, com o fito de estabelecermos um posicionamento mais claro sobre a questão.

Para os que vêem essa preeminência da Casa (apesar das grandes divergências de abordagem), o poder privado, familiar, é visto como o esteio fundamental de organização do espaço político brasileiro. É nas Casas que se formam os valores fundamentais e é de onde se exerce o verdadeiro governo da sociedade. A Casa ordena a Rua e impede o despotismo do Estado. Alguns, como Freyre,

297 VIEIRA, Padre Antônio. cit. p. 11-12. Grifo nosso.

destacam o papel positivo da Casa, que permanece como o esteio maior de nossa formação e o embrião de um espaço democrático, construído no âmbito da convivência nos espaços da intimidade, espaços de “confraternização”. Já autores como Oliveira Vianna vêem essa primazia da família patriarcal como o grande óbice para a afirmação do Estado Nacional, uma vez que o poder privado dificulta a expansão do sentido público da ação do Estado.²⁹⁸

Raymundo Faoro caminha em direção oposta, quando vê no Patrimonialismo da Coroa portuguesa, herdado pelo Estado brasileiro, uma clara indicação do sufocante poder do Estamento burocrático do Estado, que poda decisivamente o surgimento de uma cultura democrática e uma cidadania plena no Brasil. Faoro diverge da maioria dos autores que vêem o poder privado no comando da sociedade; em seu entender, o Rei português secundado pelo estamento burocrático, herdado pelo Estado brasileiro, cede aos agentes privados parcelas diversas de seu Patrimônio, sem abrir mão das prerrogativas essenciais do exercício de seu poder (principalmente o poder de julgar), atando esses agentes privados à teia do Estado. A aparente descentralização do poder na Colônia, através da ação das Câmaras ou dos homens de fortuna, ou a suposta fraqueza das autoridades coloniais, na verdade, era uma forma de “atar” esses agentes à ação da Coroa; os supostos arroubos de autonomia de alguns colonos eram, na verdade, uma comprovação de sua dependência do Rei. Essa engenhosa máquina política, ao mesmo tempo em que cedia parte de seu Patrimônio, atava as lealdades dos súditos no essencial.

Essas diferentes análises sobre a formação do Estado e da Nação brasileiros marcam um ponto importante de inflexão no debate maior sobre a formação da sociedade brasileira desde o

298 Na introdução desse estudo, já apontamos diversos autores que defendem, com diferentes pontos de vista e resultados, a primazia da Casa e do poder privado na formação social brasileira.

período colonial. Esse debate transcendeu o interesse estritamente acadêmico e subsidiou largamente a tomada de posições políticas nas últimas décadas. Entender a formação do Estado e sua natureza, em nossa sociedade, tornou-se uma maneira mesma de atuar politicamente na construção do país e muitos dos autores até aqui citados foram protagonistas de importantes disputas políticas ao longo do último século.

Algumas pesquisas mais recentes começam a matizar com mais cuidado a suposta oposição entre poder público e poder privado que norteou muitas obras que refletiram sobre a relação entre Estado e Sociedade no Brasil. Com maior ou menor ênfase, diversos autores de décadas passadas viam uma incompatibilidade ou uma franca oposição entre o público e o privado, entre o Estado e o Poder particular de grandes famílias. O quadro apontado por pesquisas mais recentes mostra que essa relação comporta diversos aspectos, alguns muito sutis, que superam essa aparente incompatibilidade.

Analisando as lutas entre senhores de engenho e comerciantes em Pernambuco, entre fins dos seiscentos e o início dos setecentos, quando a autoridade da Coroa esteve exposta a uma situação conflitiva, Evaldo Cabral de Mello revela como eram complexas as articulações que ligavam o Estado Metropolitano (através da ação de seus representantes freqüentemente corruptos) com a sociedade colonial em seus diversos níveis. Em interessante passagem, o autor nos aponta que

Governar significava nomear, o que constituía uma fonte substancial de poder e também de renda, pois freqüentemente os cargos eram literalmente comprados pelos interessados não legalmente à Coroa, como na França, mas ilegalmente aos governadores. Por trás de linhas de jurisdição propositadamente indefinidas ou mal definidas pela Coroa, exercia-se a pressão incessante de clientelas vorazes de amigos,

*protegidos, fâmulos ou meros recomendados em busca de colocação no Brasil.*²⁹⁹

Ora, as articulações entre os poderes do Estado e da Casa estavam marcadas por uma forte tensão em virtude das frequentes diferenças de interesses entre as esferas dos poderes público e privado, mas essas mesmas esferas de poder se congraçavam quando a ameaça vinha “de fora”, das camadas mais baixas da população. As divergências de grupos não eram fortes o suficiente para provocarem uma “ruptura” que poderia ser fatal para os interesses tanto do Estado como da Casa.

Em instigante estudo sobre a formação do Estado Imperial brasileiro, Ilmar de Mattos³⁰⁰ desenvolve algumas formulações originais de Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* e de Roberto da Matta em *Carnavais, Malandros e Heróis*, sobre a relação entre a Casa e a Rua e o lugar do Estado no século XIX. Na ótica de Mattos, o processo de construção do Estado passa também pelo processo de construção de uma classe senhorial que precisa aprender a equacionar os limites dos interesses de sua respectivas Casas (lugar da liberdade – de uma certa liberdade) com os interesses maiores da sociedade, representados pela autoridade do Estado (lugar da ordem). Esse aprendizado passa pela percepção de que uma autoridade mais ampla que a da Casa precisa existir para preservar os próprios interesses da Casa e controlar os “excessos” da Rua (lugar da desordem, do perigo do populacho irracional). Esse aprendizado foi obtido às duras penas nas turbulentas décadas entre a Independência e o apogeu do Estado Imperial e mediante uma direção esclarecida que pregava uma restauração da Ordem

299 MELLO, Evaldo Cabral. op. cit. p. 28.

300 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

do Estado (o Regresso) para preservar as liberdades da Casa – a direção Saquarema.

Nas formulações desse autor, a suposta absoluta oposição entre Estado e Casa se transforma em uma tensão que permite entrever oposições entre diferentes níveis de exercício do poder, mas que redundam numa espécie de composição (marcada, muitas vezes, pelo caráter provisório) que permite controlar a verdadeira oposição de fundo, entre a Boa Sociedade e o povo miúdo, a Casa e a Rua. No fundo, as divergências entre as autoridades do Governo e os Chefes de Família se desfazem quando a ameaça de ruptura vem das ruas. Nessas circunstâncias, esses antagonismos entre Casa e Estado desdobram-se para o segundo plano, trazendo à tona as profundas oposições de classe que atravessam a sociedade em várias direções.

O momento de construção do Estado Imperial é, então, um momento privilegiado para se perceber o alcance dessas oposições e obras como a de Mattos permitem suplantar o antigo quadro que opunha o poder privado (em geral marcado pelo arcaísmo mais retrógrado) ao poder estatal (condutor dos processos de modernização da sociedade brasileira). Mas como situar essa questão em períodos anteriores ao século XIX? Há uma oposição estrutural entre o poder da Coroa e o dos grandes colonos proprietários de terra ou negociantes de grosso trato? Como explicar as diversas contendas entre chefes de importantes Casas e autoridades reais ao longo de três séculos de colonização, expressos em movimentos que, em algumas vezes, chegaram a destituir Governadores em flagrante desafio às ordens reais? Isso significaria um indício dessa oposição de fundo entre a Casa e o Estado? Como inserir nessa questão especificamente as disputas entre a Casa da Torre e alguns representantes do Rei e da Igreja como o Governador João da Maia da Gama e algumas Ordens religiosas como os Capuchinhos no século XVII, já comentadas atrás?

Parece-nos salutar buscarmos alguns pontos de apoio em alguns trabalhos já citados anteriormente. Primeiramente, entendemos, a partir da formulação de Luís Felipe de Alencastro, que a colonização foi um processo de aprendizado; certamente foi necessário, em diversos instantes, descobrir meios e adaptar-se ao conjunto de situações que desafiavam continuamente o processo colonizatório; para expandir e gerir a colonização foi necessário aprender continuamente a colonizar; a elaboração de modelos de colonização deveu muito mais às agruras concretas da colonização do que às formulações de autoridades e intelectuais que tiveram que se defrontar com essas mesmas agruras e encontrar soluções para as mesmas. Assim, a administração da Colônia, apesar de cumprir certos objetivos (um “sentido” da colonização), adaptou-se continuamente às variações e circunstâncias políticas que envolviam tanto as disputas em nível internacional, entre as potências coloniais quanto os desafios lançados pelos colonos mais poderosos, que defendiam os seus interesses particulares, muitas vezes, em oposição dissimulada ou flagrante conflito com a autoridade dos representantes da Coroa.

Em segundo lugar, acompanhando Evaldo Cabral de Mello, entendemos que os conflitos entre os grandes proprietários, os comerciantes e as autoridades eram expressão de um certo “estilo” de governo da Coroa portuguesa que, na impossibilidade de exercer um rígido controle sobre seu vasto Império, permitia um certo relaxamento das autoridades frente às bravatas de alguns colonos ricos e fazia, freqüentemente, vistas grossas às negociações e corrupção de autoridades, que marcava a administração colonial, desde que, ao final de tudo, estivesse garantida a posição do Rei como árbitro decisivo de todas essas disputas e o controlador final das rédeas do Poder. A Coroa podia ajustar suas penas ao sabor das circunstâncias e à gravidade dos delitos, afinal, o Rei era um pai generoso, disposto a perdoar com frequência e magnanimidade as faltas de alguns de

seus filhos, mas também era capaz de castigar os excessos de outros que ultrapassassem certos limites. Em 1666, a Coroa, prudentemente, deixa de punir severamente os homens bons que depuseram o Governador de Pernambuco, muitos dos quais eram os mesmos que lutaram na Restauração daquela Capitania ao domínio português. Em 1711, o Rei já é um pai mais severo, que pune com mais rigor aqueles que desafiaram suas ordens, mas essa severidade não vai ao ponto de aplicar uma pena degradante para homens de tão boa Casa e nem os crimes que cometeram atingiram o cerne do poder Real. As penas mais duras, em geral, eram reservadas para os homens da Rua, o povo ignorante e mal nascido, as pessoas de menor posição. Apenas em situações profundamente conflituosas e de desafio mais extremado ao poder do Rei, como no atentado a D. José I em 1758, não se hesitará em aplicar medidas capitais contra uma das famílias mais proeminentes do Reino, os Távoras.

Por fim, concordamos com Ilmar de Mattos, que não existe essa absoluta oposição entre uma dimensão pública e uma privada na política, seja na construção do Estado Imperial seja ainda na relação entre a Coroa portuguesa e os chefes das principais Casas da Colônia. As divergências sempre tenderam a ser superadas quando uma ameaça maior se colocava, a ameaça dos que vinham de baixo – da Rua –, tanto é que os desafios mais capitais à estrutura colonial não foram as “alterações” que sacudiram algumas Casas contra representantes do Rei, mas as ameaças de uma insurreição de escravos ou da população livre e pobre, que tem Palmares como seu marco mais destacado. A repressão aos movimentos dos escravos, dos índios ou dos pobres livres foi, no mais das vezes, marcada por uma extrema violência, sem qualquer perspectiva de conciliação ou de “confraternização” como muitos desejariam ver em nossa docilidade lusitana, embalada pelo ritmo da vivência tropical que amoleceria os homens e dissolveria os conflitos. As guerras de extermínio contra Palmares ou contra os “Bárbaros”, nos fins do século XVII, estão aí para provar o contrário.

Considerando a possibilidade de uma oposição fundamental entre o poder do Estado e o poder das grandes famílias proprietárias, a Casa da Torre seria, então, por sua importância e riqueza, um poderoso obstáculo à ação das autoridades coloniais e parece que o foi, em algumas circunstâncias. Além dos sérios desentendimentos com o Governador João da Maia da Gama e com os Capuchinhos, a Casa da Torre esteve envolvida em várias situações de enfrentamento com algumas autoridades coloniais, como atestam os vários trabalhos já escritos sobre sua trajetória. De fato, havia a preocupação de alguns Governadores em tolher a expansão do poder dos Ávila, chamados, em algumas vezes, de “régulos do sertão”. A dificuldade na ação das autoridades da Coroa nos ermos sertões conferia aos grandes proprietários (certamente como nos grandes engenhos das regiões açucareiras) uma pretensão de quase autonomia, de certeza de impunidade frente à ação do Estado. É notória a dificuldade dos organismos estatais em se consolidarem nessas áreas que se acreditava sem governo, sem polícia. Mas essa dificuldade da ação estatal (aparente fraqueza do Estado frente ao Poder Privado) e a suposta autonomia das esferas de poder local não significam, ao nosso ver, uma oposição inconciliável entre duas esferas distintas de poder.

A luta é pela *distribuição* desse poder, a sua partilha e não a sua essência; a questão é por quem, em nome de quem, com quais objetivos e contra quem esse mesmo poder é exercido. Se há “alterações” entre a Casa e o Estado, essas alterações se dão por motivos substantivos (na maior parte das vezes, o Fisco, as atribuições das diferentes esferas de poder, o choque das autoridades, a disputa pelos negócios) mas que não são o fundamento da oposição profunda que divide a sociedade entre os que detêm o poder e os que por ele são dominados. Esse poder se exerce tanto na esfera do Estado e das diversas Instituições de controle social quanto nas práticas cotidianas vividas no interior das Casas, que procuram

ensinar para cada um qual é o seu lugar, delimitando as hierarquias, mostrando quem manda e quem deve obedecer.

Nesse sentido, as oposições entre a Casa da Torre e algumas autoridades representantes do Rei estiveram inseridas nesse conjunto de divergências sobre qual o grau da partilha de poder que a cada um caberia, mas essas oposições não ameaçaram uma ruptura mais séria e usualmente se buscava estabelecer vários níveis de relações com as diversas instâncias do poder institucional, participando-se, assim, de uma teia de influências junto às autoridades, buscando salvaguardar os interesses da Casa contra seus eventuais adversários. As alianças de casamento, o cultivo das parentelas, a busca por cargos e mercês foram expedientes usados em diversas circunstâncias que permitiram adaptar-se aos desafios colocados pelo exercício da parte de poder que cabia aos Ávila no grande condomínio que era o Estado colonial.

Uma condição essencial para garantir uma influência sobre a administração colonial ou sobre o Estado metropolitano (e Imperial após a Independência) é a obtenção de espaços institucionais que possibilitem poder decisório aos seus ocupantes, por isso mesmo o acesso a cargos e seu controle é essencial para alguns grupos e famílias destacadas. A administração colonial, como uma projeção do Estado metropolitano, tem como fundamento a garantia do processo de colonização sobre o vasto território que compõe a América lusitana, em nome do Rei de Portugal. A organização da teia de poderes que envolve o espaço da Colônia é uma obra de arquitetura política bastante complexa e muito delicada, que apresenta aspectos aparentemente contraditórios, mas que têm como finalidade garantir ao final de tudo a obra de “expansão” que marca o processo colonizatório, que se desdobra de um contexto internacional, englobado por um sistema de trocas que se desenvolve continuamente desde o século XVI. A montagem e a dinâmica de um sistema tão amplo e que envolve

tantos interesses diferentes não se faz sem atritos entre suas partes constituintes; na verdade, vários ajustes são necessários a cada nova conjuntura. Portanto, nos parece contraproducente enxergar o processo de colonização sem atentar para essa dinâmica tão intensa que, mantendo o essencial (os laços coloniais), varia em seus aspectos cotidianos.³⁰¹

Como ligar e compatibilizar os objetivos de expansão da Coroa aos interesses de agentes tão diferenciados quanto o de proprietários rurais, grandes casas comerciais, traficantes de escravos, entre outros? Além dos instrumentos de coerção do Estado, há também as estratégias de convencimento, que passam pelo plano ideológico e pela concessão de benefícios a eventuais aliados do poder real. Quando o Rei concede honrarias, mercês, cargos e outras formas de benefício, torna-se possível “amarrar” as lealdades e garantir o reconhecimento da legitimidade do poder real. É uma relação de “troca” entre o Estado e os agentes privados, de forma a tornar compatíveis objetivos e interesses, à primeira vista, conflitantes.

Como já citado anteriormente, a Coroa portuguesa adotava um estilo de administração que aparecia, em certas circunstâncias, como frouxo e contraditório e em outras, como uma máquina burocrática inflexível e autoritária. Na verdade, essas duas “faces” são variações de atuação adotadas pela “prudência” do Rei em pesar com cuidado todas as variáveis envolvidas nos diversos problemas que se apresentavam. Esse Rei, que aparecia para todos como o grande Juiz, era o centro para onde convergiam as reclamações de seus súditos de todos os pontos do Império. Mesmo a Igreja, pelo regime do Padroado, estava ligada diretamente ao poder do Rei.

301 Uma discussão interessante sobre a relação entre os objetivos fundamentais da colonização e os ajustes necessários a essa prática, está no Capítulo I de JANCSÓ, István. *Na Bahia, Contra o Império*: história do Ensaio de Sedição de 1789. São Paulo: Hucitec; Salvador: Ed. UFBa, 1996.

Entre as necessidades e as possibilidades da atuação do braço do Rei, se fazia a administração dos súditos. Em certos momentos, a punição deveria ser dura e exemplar, para reprimir os eventuais excessos de maus súditos; em outros momentos a “prudência” aconselhava uma certa “vista grossa” do Rei, afinal seu braço, muitas vezes, não tinha a força ou o alcance necessários para punir um súdito poderoso. Nessas circunstâncias, era conveniente alternar as ameaças de punição com certas aberturas para mostrar como o Rei era um Pai Magnânimo, permitindo um espaço para a cooptação, que se fazia a partir dos instrumentos institucionais à disposição da Coroa.

Uma concessão Real, muitas vezes, atrelava uma lealdade conveniente e portanto, o uso calculado de benefícios poderia implicar na administração de um potencial conflito. Nesse jogo, os cordéis estavam nas mãos do Rei, que permitia certas concessões para aqueles que atendiam seus objetivos. Em termos globais, os objetivos do Rei e dos grandes colonos não se apresentavam como dotados de uma incompatibilidade estrutural, eles se complementavam em larga medida e era possível, no mais das vezes, ajustar as eventuais diferenças, uma vez que a grande incompatibilidade se dava com a maioria dos que estavam submetidos às duas esferas de poder – do Rei e das Casas. As Casas eram, na verdade, como que uma extensão da Casa Real, eram a Boa Sociedade, talhada para o comando, numa sociedade que se pressupunha organizada em hierarquias que diferenciavam os homens desde o seu nascimento.

A Casa da Torre, como já visto, se dispôs em diversos momentos com autoridades representantes da Coroa, mas foi possível contornar essas indisposições e garantir a lealdade da Casa ao Rei em toda a sua trajetória. Não por acaso, a cada demonstração prática de lealdade da Casa para com o Estado, correspondia um benefício que trazia a Casa para a proximidade da administração do Estado.

Várias gerações da família obtiveram importantes postos militares, cargos de vereação, títulos de nobilitação, posições destacadas na hierarquia de importantes Ordens religiosas, Cargo de Irmão do Santo Ofício, enfim, a Casa participava em alguma medida da direção do Estado. As incompatibilidades tendiam a ser refreadas no âmbito das teias de relações da máquina do Estado.

Mesmo o âmbito das disputas privadas, que, muitas vezes, redundavam em lutas de famílias e aparentemente representavam a prova incontestável da ausência do Estado, além de ser supostamente o espaço privilegiado das vinganças particulares (objeto de estudo já citado de Luiz da Costa Pinto), acabou por ser absorvido no âmbito dos poderes judiciários e policiais do Rei. Certamente que faltavam, em diversas ocasiões, às autoridades o poder de intervir com maior força nesse tipo de questões, mas também não nos parece adequado pensar no poder ilimitado dessas famílias sobre seus dependentes, a completa liberdade de enfrentamento entre famílias poderosas e a inexistência de alguma margem de controle da Coroa sobre as mesmas. Quando elas ameaçavam extrapolar limites que comprometiam o exercício mesmo das prerrogativas da Coroa, era certo que recursos extraordinários poderiam ser mobilizados para impor a ordem do Rei aos seus súditos.

A capacidade da Casa da Torre de mobilizar homens e recursos era um potencial que não podia ser desprezado pela Coroa. Seja no policiamento da costa ao norte de Salvador contra ameaças estrangeiras, seja no combate às ameaças de ordem interna, como levantes de índios, quilombos ou mesmo sublevação de pobres livres, a Torre cumpriu papel de destaque nas ações de defesa dos interesses da Coroa, mas que, ao final, também eram os interesses da Casa. Nesse particular, vários membros de distintas gerações da família receberam patentes militares para defenderem esses interesses e a Torre dispunha mesmo de seu Terço de soldados, que atuou decisivamente em várias ocasiões, como na ocupação

de Salvador pelos holandeses em 1624 e nas lutas do período da Independência, em 1821.

As sucessivas gerações da família Dias d'Ávila buscaram ocupar posições que lhes garantissem o acesso à governança local e possibilitassem a defesa dos interesses de sua Casa, bem como auferir os possíveis proventos oriundos dessas posições. O 1º Garcia d'Ávila começou sua trajetória como Almojarife da Fazenda de el-rei, participando da instalação de Salvador. No exercício desse cargo, soube auferir vantagens pecuniárias, iniciando sua trajetória independente ao obter as primeiras terras e gado para a criação, bem como uma posição de relevo na sociedade baiana de então. Em sua longa vida, obteve patentes militares para entradas contra índios na região norte da Bahia e tornou-se Vereador em Salvador em 1591, cargo que foi exercido por diversos membros da família, parentes próximos e sócios até o século XIX.³⁰² A Câmara era o principal órgão de representação política local, responsável pelo disciplinamento de algumas das principais questões da vida urbana e o alcance do poder das Câmaras é objeto de grande debate³⁰³, mas interessa-nos em particular entender a relação entre os interesses dos Ávila e a participação na Câmara de membros da família ou de seus aliados políticos.

302 Affonso Ruy, em sua História da Câmara de Salvador, arrolou os Vereadores e Juizes que a compuseram desde sua origem. Na relação, constam Vasco Marinho Falcão (1665), Tomé Pereira Falcão (1671), o 2º Francisco Dias d'Ávila (1682 e 1688, na segunda ocasião como Juiz Ordinário), Domingos Afonso Sertão (1697 e 1702), o 3º Francisco Dias d'Ávila (1736) e Garcia d'Ávila Pereira Aragão (1761 e 1766). Os Pires de Carvalho e Albuquerque exerceram a vereação, várias vezes, entre meados do século XVIII e primeiras décadas do XIX. RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1953. p. 347-374.

303 Não realizaremos uma discussão sobre o poder efetivo das Câmaras Municipais, vistas por alguns autores, entre os quais Victor Nunes Leal, como expressão da força do poder local, ou por outros, como Raymundo Faoro, como expressão do controle que o Rei e o Estado Patrimonial português exerciam sobre seus súditos.

Já vimos, anteriormente, que a Casa da Torre desenvolveu importantes negócios ligados à pecuária no norte de Salvador e em várias áreas dos sertões nordestinos. Esses negócios se organizavam a partir da conquista do território e a implantação de currais, a mobilização de mão de obra destinada à criação e transporte das boiadas, a venda nas feiras de gado, em especial Capuame, até a comercialização do gado de tração, da carne e de outros subprodutos bovinos. A delicada questão do abastecimento de carne e alguns gêneros essenciais nas cidades era fundamental para garantir a ordem pública e envolvia diversos órgãos da administração local, em especial, a Câmara, responsável pela arrematação dos contratos dos açougues, fiscalização de preços e qualidade dos produtos. Essa questão envolvia diversos interesses distintos, pois as necessidades de abastecimento farto e de baixo custo para a população se contrapunham, grosso modo, à busca de lucros dos responsáveis pelo mercado de carnes, que envolviam pecuaristas, atravessadores e marchantes, que controlavam o mercado de abastecimento local. Em uma de suas *Cartas Soteropolitanas*, que já discutimos, Luís dos Santos Vilhena dá uma detalhada descrição da importância política do abastecimento de carne e outros gêneros de primeira necessidade (em especial a farinha) e da polêmica pública que envolvia essa questão; a inexistência de documentação contábil e administrativa da Casa da Torre, que já discutimos antes, nos impede de chegar a constatações definitivas, mas é razoável supor que, a par do suposto alheamento que diversos historiadores atribuíram aos membros da família sobre os negócios públicos em Salvador, os Ávila acompanhassem com atenção as escolhas de funcionários do município e marchantes, além de outras deliberações que dissessem respeito ao fornecimento de carne à cidade. Isso se dava em função dos importantes rendimentos que a família obtinha dessa atividade. A documentação remanescente não nos permite afirmar qual a extensão possível do controle

que a família pudesse exercer sobre esse mercado, estabelecendo os preços na feira de Capuame e na Estrada dos Bois (que se localizavam, em grande parte, em terras das sesmarias da Casa da Torre), mas não resta dúvida que, enquanto a pecuária desenvolvida nas diversas áreas do sertão nordestino foi a principal fonte de abastecimento das áreas urbanas da região, o controle político de seu mercado foi fundamental para garantir os rendimentos dos envolvidos no negócio, sendo as Câmaras uma das principais instâncias de regulação do mesmo.

Já discutimos anteriormente a questão da composição das forças armadas auxiliares, comandadas por particulares e o poder que era conferido aos seus comandantes. A questão das patentes militares dizia respeito à capacidade de mobilizar homens armados para as tarefas de defesa, conquista territorial e manutenção da ordem. Desde o primeiro Garcia d'Ávila, os membros da Casa da Torre se envolveram em lides militares, que lhes garantiam um poder considerável, não apenas ligado ao auxílio na defesa de Salvador (que já vimos anteriormente), como na conquista de territórios no sertão: essas intervenções militares se desenvolveram em áreas consideráveis dos sertões nordestinos, chegando o Coronel Garcia d'Ávila Pereira a tentar conquistar, por volta de 1705, a região do rio Palma, afluente do Tocantins.³⁰⁴ A partir de Tatuapara se constituiu o Terço da Torre, que manteve estratégica posição militar ao norte de Salvador e esteve envolvido em diversas refregas no sertão até o início do século XIX. Essa posição de comando de homens armados permitiu aos Ávila estabelecerem um forte controle de considerável região, utilizando

304 Segundo Bertran, entre 1705 e 1708, a Casa da Torre tentou implantar seus currais na região do rio Palma, mas os índios Acroá os expulsaram nesse último ano. BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central – Eco-História do Distrito Federal: do Indígena ao Colonizador*. Brasília: Solo, 1994. p. 58-60.

suas tropas não só em operações de defesa e conquista territoriais, mas na defesa de seus interesses particulares, especialmente, na sujeição de índios e caboclos à expansão dos seus currais pelas melhores terras sertanejas.

Além da ligação entre os cargos e o desenvolvimento dos negócios, a conquista de terras e imposição da ordem, a obtenção de certos postos significava, além de tudo, prestígio para a família. As patentes militares e os cargos administrativos conferiam poder e distinção, mas a vinculação a outras instituições realçava o prestígio de qualquer família que aspirasse fumos de nobreza, à época. Participar de organizações como algumas Irmandades Terceiras ou a Santa Casa de Misericórdia, ter o hábito da Ordem de Cristo ou tornar-se Familiar do Santo Ofício garantia prestígio para cada membro em particular, extensivo à família como um todo. A Santa Casa de Misericórdia era uma das mais prestigiosas e ricas organizações lusitanas, espalhada pelos diversos continentes onde os portugueses estabeleceram colônias e tornar-se seu Provedor ou integrar sua Mesa era um privilégio restrito aos integrantes das mais distintas famílias da localidade. O Coronel Francisco Dias d'Ávila foi Provedor em 1688 e 1689.³⁰⁵ Era importante para esses homens proeminentes participarem de algumas outras Ordens e Irmandades Religiosas ou Filantrópicas organizadas na colônia, pois sua posição de nobreza da terra exigia o cultivo do hábito do desprendimento pessoal, da proteção emprestada aos desvalidos e da benfeitoria pública. Os vários membros da família Dias d'Ávila participaram de algumas dessas agremiações ou lhes fizeram donativos póstumos, como à Ordem Terceira de São Francisco (onde, até hoje, é possível ver a sepultura

de Garcia d'Ávila Pereira e outros membros da família, na nave da Igreja dos Primeiros Franciscanos), A Irmandade do Santíssimo Sacramento e N^a. Sr^a da Conceição da Praia, o Mosteiro de São Bento, entre outras. Essa participação garantia o mérito pessoal e familiar bem como significava uma sepultura em solo sagrado ou a realização de missas em sufrágio da alma, de acordo com as disposições estabelecidas pelo falecido.

Receber o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo era uma condição de nobilitação fundamental para cada indivíduo e para a sua família. O 3^o Garcia d'Ávila Pereira recebeu em 1700, antes dos 18 anos o hábito, como parte da contrapartida real no frustrado negócio do salitre, realizado poucos anos antes. A importância dessa honraria é detalhada por Evaldo Cabral de Mello no instigante *O Nome e o Sangue*, no qual analisa as desventuras do Morgado do Cabo, Filipe Pais Barreto, nos primeiros anos do século XVIII, de uma das mais importantes famílias pernambucanas, que não pode ingressar na Ordem em função das 'provanças', que comprovaram sua ascendência cristã-nova e inviabilizaram suas aspirações. Para obter o hábito, além de receber a autorização real, era necessário apresentar várias provas de ascendência genealógica que não deslustrassem a família por causa de defeitos de sangue ou mecânicos. A elaboração das genealogias poderia nobilitar ou comprometer a honra de uma família, por isso os processos de habilitação tinham que ser cuidadosamente instruídos e acompanhados, para não implicarem em qualquer forma de demérito para o postulante e seus parentes. Apesar de suas raízes indígenas ancestrais (e da suposta e nunca comprovada ascendência cristã-nova do primeiro Garcia d'Ávila), o jovem 3^o Garcia d'Ávila Pereira tornou-se cavaleiro da Ordem de Cristo, o que aumentou, ainda mais, o prestígio da rica família, abrindo a possibilidade de seus

305 Sobre a Santa Casa de Misericórdia de Salvador, veja-se o importante RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: EdUnb, 1981.

descendentes tornarem-se fidalgos da Casa Real, o que obteve para si mesmo anos depois e transmitiu aos seus descendentes. Entre outras honrarias ainda obtidas por membros da família, destacaríamos, por fim, a de Irmão do Santo Ofício, cujo prestígio e poder já discutimos anteriormente, foi conseguida pelo 4º Garcia d'Ávila Pereira Aragão.

Esse conjunto de cargos e mercês obtidas por membros da família, ao longo das gerações, possibilitava agregar ao seu vasto patrimônio o prestígio que era essencial para determinar o *status* social, tal como era fundamental, na sociedade colonial, em virtude da permanência de valores ainda muito marcados pela primazia do sangue honrado frente ao poder puro e simples da fortuna. A busca de uma nobilitação pessoal e familiar visava integrar os membros de uma família a posições de proeminência social e possibilitar o exercício da governança local. A obtenção de fortuna levava à busca do prestígio; exercer cargos, participar de Instituições importantes e receber mercês reais era um caminho fundamental para a obtenção desse prestígio, que, por sua vez, permitia abrir novas possibilidades para ampliar a própria fortuna. Algumas famílias que não conseguiam manter a fortuna, ou alguns ramos secundários de famílias ricas, acabavam mantendo uma certa posição social através da busca de cargos na administração civil, de patentes militares ou de participação nas Instituições religiosas. Esses cargos seriam concedidos na direta medida em que seus postulantes dispusessem da proteção de parentes importantes ou de alguma autoridade; dessa forma, ter um nome 'honrado', pertencer a uma parentela proeminente ou exercitar, na exata medida, a arte da bajulação aos poderosos poderia significar a diferença entre receber algumas benesses do poder ou cair no anonimato que marcava a maioria da sociedade.

3.3 AS RUÍNAS DA TRADIÇÃO

“Riquezas são Misérias”
Titãs

“a velha tradição morre com dificuldade”
E. H. Carr

A Casa da Torre, iniciada a partir do 1º Garcia d'Ávila, em meados do século XVI e que se prolongou através de diversas gerações, até meados do século XIX, não se limitou, na realidade, à família Ávila. Se observarmos atentamente os estudos genealógicos já citados sobre a Casa da Torre, alguns pontos ganham relevo.

Em primeiro lugar, causa espécie a ausência de qualquer informação genealógica mais consistente sobre o 1º Garcia d'Ávila. As hipóteses já aventadas dele ser membro de alguma família da pequena nobreza nos parecem insuficientes, haja vista a absoluta falta de referências a nomes de seus possíveis antepassados. Pedro Calmon diz que ele *“era um rapaz de pequena nobreza, vivacidade andaluza, ambições de fidalgo e moderação de eclesiástico”*³⁰⁶, entretanto não aponta indícios consistentes para fazer esse perfil. A hipótese de Moniz Bandeira, quanto à origem do 1º Garcia d'Ávila como filho bastardo de Tomé de Souza, apesar de não ser comprovada documentalmente, tem maior consistência, dadas as ligações muito próximas entre o ex-governador e seu protegido.

Não resta dúvida, no entanto, que Garcia d'Ávila tinha ambições de fidalgo, tal como indicado por Calmon, pois além de ter se tornado um homem bastante rico ao longo da sua vida, impressionando aqueles que visitaram a sua casa em Tatuapara (mais à frente, reproduzimos alguns relatos, como os de Fernão

306 Calmon. *História da Casa da Torre*. op. cit. p. 13.

Cardim e Gabriel Soares de Souza, que conheceram a sua moradia em fins do século XVI) pela riqueza e poder obtidos, também tentava fazer valer a sua vontade em relação ao meio social no qual vivia. Um pequeno incidente acontecido em 1595 e narrado pelo Frade Manuel da Ilha pode dar ideia do que afirmamos. Naquela circunstância, uma armada francesa se preparou para atacar a cidade de Salvador mas, graças à intervenção milagrosa de uma imagem de Santo Antônio, aquele ataque foi frustrado e, ao cabo de uma movimentada história, a imagem foi achada em uma praia, e

com muita veneração, os católicos pegaram a imagem e a levaram consigo; no caminho encontraram um senhor nobre de nome Guarcia da Villa que insistentemente pediu a imagem para colocá-la em sua capela. Eles lha deram. Com a chegada dos católicos à cidade da Bahia divulgou-se logo o milagre feito em favor de seu santo. Diante disso, os Frades Menores Capuchinhos desta cidade foram à casa de Guarcia pedir a imagem, trasladando-a com grande solenidade e alegria ao convento de S. Francisco, onde se conserva com muita devoção e reverência num altar a ela dedicado.³⁰⁷

Garcia fez valer insistentemente sua vontade contra tais católicos que acharam a imagem milagrosa, mas depois, resolveu não enfrentar os frades e achou por bem recuar e devolver a imagem.

Mesmo que não tivesse origens nobres, Garcia, como todo aventureiro que enriquecia na América, naquela época, certamente trazia aspirações a essa nobilitação. Numa sociedade onde os privilégios de sangue e o poder da riqueza competiam pela proeminência, muitos daqueles que enriqueciam, tentavam

307 MANUEL DA ILHA, Frei. *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621*. Texto Bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 40.

trazer para si o reconhecimento de suas possíveis origens nobres e tentavam apagar qualquer mácula em seu sangue, de acordo com os preconceitos então vigentes. Muitos cargos e funções de grande relevância e influência eram disputados através de complicados processos de habilitação, nos quais pesava decisivamente a questão das origens familiares do candidato. Tornar-se, por exemplo, Familiar do Santo Ofício, possibilitava uma posição de grande poder ao ocupante dessa função e, em estudo sobre essa questão, Anita Novinsky, além de constatar a influência e o poder de intimidação exercidos pelos Familiares, apresenta os processos de sua seleção e as distorções verificadas para sua execução. O candidato tinha que provar, através de rigorosos exames genealógicos, ser cristão velho

de limpo sangue, sem raça de mouro, judeu ou gente novamente convertida à Santa Fé e sem fama em contrário; que não tenham incorrido em nenhuma infâmia pública de feito, ou de direito, nem fossem presos ou penitenciados pela Inquisição, nem fossem descendentes de pessoas que tivessem algum dos feitos sobreditos.³⁰⁸

Esses processos eram conduzidos por Comissários do Santo Ofício, sendo bastantes demorados e, não raro, envolvendo subornos ou apresentação de provas falsas. Qualquer suspeita ou algum boato maledicente poderia expor o candidato e sua família à vergonha pública e a possíveis sanções, a depender da gravidade do caso; sendo assim, “*muitos indivíduos preferiam que não se investigasse sobre o seu passado*”.³⁰⁹ Esses procedimentos legalmente discriminatórios garantiam a preservação do poder de certas camadas da sociedade, que mantinham as demais sob a

308 NOVINSKY, Anita. A Igreja no Brasil Colonial – Agentes da Inquisição. IN: *Anais do Museu Paulista*. (XXXIII): 17-34, 1984. p. 20.

309 Idem. p. 22.

constante ameaça da desgraça pública. Somem-se aos defeitos de sangue, os defeitos mecânicos, que desqualificavam o indivíduo em função do exercício de funções manuais e que o igualavam a pessoas de condição inferior, possibilitando, assim, que prevalecessem os valores senhoriais em uma sociedade onde se enfrentavam o poder da honra contra o do dinheiro.

Sobre Garcia d'Ávila e seus descendentes, não há qualquer elemento concreto para provar seja a nobreza sejam os defeitos de sangue ou mecânicos, apesar de alguns autores terem defendido essas distintas posições. A despeito de tudo, o desconhecimento do nome dos pais de nosso personagem pode ser um indício muito comprometedor de suas possíveis origens. No entanto, não é nem foi nossa pretensão deslindar tal questão, mas indicar que a mesma se encontra em aberto, não tendo os historiadores ainda condições de defini-la, dada a ausência de fontes consistentes. A atribuição de nobreza ou de defeitos aos Ávila encontra-se mais no âmbito dos desejos dos historiadores, que na conclusão plausível indicada pela documentação. Entretanto, a possibilidade aventada por Moniz Bandeira sobre a filiação a Tomé de Souza é bastante factível. Se houver documentação referente à transferência das sesmarias de Tomé de Souza, no norte de Salvador, a Garcia d'Ávila, talvez seja possível uma conclusão definitiva.

Mas como dissemos acima, não é nossa preocupação estabelecer a resposta definitiva a essa questão, mas entender como se construiu um ideário de nobreza, uma tradição, mesmo que sobre bases questionáveis. Como já discutimos antes, os homens que enriqueciam na colônia buscavam atrair para si as mais diversas formas de nobilitação, como forma de atingirem um *status* superior para si e para suas famílias; tornar-se alguém honrado, antes de um mero capricho, era uma condição necessária de ascensão social. Também homens de origens nobres, mas empobrecidos, poderiam tentar o sucesso da fortuna, obtendo favores, cargos,

terras e até casamentos rendosos na colônia. Assim, esses homens enriquecidos buscavam reproduzir valores de nobreza, agir como grandes fidalgos, dourar suas origens, fazer casamentos entre seus filhos e filhas e pessoas de origens nobres, mesmo que à custa de certas omissões de suas origens, que pudessem comprometer ou inviabilizar essa expectativa. Apesar de discordarmos de Guimarães quanto à existência de um feudalismo no Brasil, não deixa de ser digna de nota sua arguta observação quanto às expectativas daqueles que enriqueciam no mundo colonial:

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio.³¹⁰

Fossem os colonos que se envolveram na conquista desse novo mundo nobres ou de modestas origens, aqueles que obtinham riqueza e poder buscavam o prestígio de um nome honrado. Construía grandes solares, enalteciam a si e a seus antepassados, buscavam mercês, cargos, títulos, brasões, criavam e reproduziam tradições. Assumiam comportamento de fidalgos, chamavam a si mesmo e a seus pares de nobreza da terra. Em suas cartas e petições às autoridades reais, utilizavam os mais diversos argumentos para defenderem seu valor e de seus antepassados e, ao final de tudo isso, mais que *serem* nobres, *tornavam-se* nobres. Estabeleciam uma *tradição*, que, como já disse em epígrafe anteriormente citada o Padre Bluteau, “passava de pai para filho, de era em era” e, mesmo que sua origem fosse, no mais das vezes, fictícia, obscura ou de

310 GUIMARÃES, Alberto Passos. op. cit. p. 23.

difícil averiguação, acabava por se estabelecer como verdade, a ser aceita como fato consumado, a ser repetida, “por viva voz ou por escrito” e tornar-se parte mesma da História.

Esse procedimento não passou despercebido no início do século XVII ao observador Brandônio que, ao ser questionado por Alviano sobre a provável origem dos povoadores como gente

de mau viver, e, pelo conseguinte, pouco política; pois bastava carecerem de nobreza para lhes faltar a polícia”, respondeu: deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra, deram em ser ricos, e com a riqueza foram logo largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no Reino os fazia usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele e se liaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre.³¹¹

Quase dois séculos depois, Vilhena, de forma impiedosa (diríamos até venenosa) e não despida dos preconceitos de um português de sua época, notava essa mesma questão das aludidas origens de muitas das principais famílias da Bahia e do restante da colônia:

Há nesta cidade, e me consta que por todo o Brasil, ramos de muitas famílias ilustres, se não é que os apelidos são bastardos; dúvida a que nos conduzem

as nossas ordenações, e algumas leis, onde vemos a qualidade de gente com que no princípio se começou a povoar esta vasta região, sem que contudo nos persuadamos de que procedem todas as famílias de semelhantes troncos; porque por muitos e diversos motivos têm passado famílias nobres para o Brasil; o certo é que a duração dos tempos tem feito sensível confusão entre nobres, e abjetos plebeus: outros há que se honram em deduzir a sua prosápia dos caboclos, ou índios, quando outros se gloriam de descenderem de alguns ilustres governadores, que antigamente governaram, não só esta capitania, como todo o Brasil, ou de algumas das diversas personagens, que em vários tempos aqui aportaram. O certo é que se encontram bastantes sujeitos, que não terão dúvida em tecer a sua genealogia mais comprida que a dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo, quando a que têm pode bem ser lhes provenha das desenvolturas de seus pais, ou avós, descoberta com umas armas, que por vinte e tantos mil réis mandam vir da corte; sendo assim os pregoeiros das manchas, que melhor fora se não descobrissem. Outros há que tendo seus pais vindo não há muitos anos para o Brasil, para serem caixeiros, quando tivessem capacidade para o ser; porque a fortuna lhes foi propícia, e juntaram grandes cabedais, cuidam seus filhos, que o imperador da China é indigno de ser seu criado. Outros porém há que se preocuparam da mania de ser nobres, antes que tivessem com que ostentar essa quimérica nobreza, e se chegaram a ter alguma coisa de seu, tanto se carregam dos apelidos de muitas famílias ilustres da corte, e tanto se empavonam com esta imaginação, que têm para si que um duque é nada à sua vista. Há outros que entusiasmados sem fundamento, de que são alguma coisa neste mundo, vivendo em sua casa envolvidos na sórdida miséria,

311 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. op. cit. p. 106-107.

*quando saem fora se empavezam de tal forma, que até lhes custa reverenciar a Deus.*³¹²

Um ponto essencial na tentativa de criação e manutenção de uma tradição é o da transmissão do sobrenome. Em estudo sobre a sociedade e a família européia, entre os séculos XVI a XVIII, Jean-Louis Flandrin³¹³ nos explica que a adoção do sobrenome da pessoa, muitas vezes, levava em conta as regras de prestígio da família do pai ou da mãe ou, ainda, de uma antiga e ilustre Casa. Em Portugal, apesar da transmissão do sobrenome não apresentar uma regra fixa, havia uma certa tendência de se adotar o nome da mãe, seguido pelo paterno que, por sua vez, acabava passando aos netos, gerando a permanência do sobrenome oriundo da linhagem paterna. No entanto, valem mais as possibilidades previstas por Flandrin de adoção do nome de maior prestígio por parte dos descendentes de uma família. Isso se verifica, inclusive, pela situação muito comum de existirem filhos de um mesmo casal que adotavam sobrenomes absolutamente diferentes, como no caso dos Ávila, em que o 2º Garcia d'Ávila Pereira e Leonor Pereira eram pais do 2º Francisco Dias d'Ávila, de Bernardo Pereira Gago e da 2ª Catarina Fogaça; ou seja, a adoção dos sobrenomes tinha, muitas vezes, função de preservar um dos nomes da família, mas a tendência de conservar o mais prestigiado era a mais comum.

O 1º Garcia d'Ávila só teve descendência através da sua filha mameluca a 1ª Isabel d'Ávila, que se casou com Diogo Dias, seria de se supor que, seguindo a precedência paterna, o sobrenome Ávila acabasse suprimido em detrimento do sobrenome Dias, e o neto e herdeiro chamar-se-ia Francisco d'Ávila Dias, sendo

312 VILHENA, Luís dos Santos. op. cit. vol. I. p. 51-52.

313 FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1991.

transmitido o nome Dias por linha paterna para as gerações seguintes. Mas a opção pelo sobrenome Ávila resultou, sem dúvida, do prestígio que, então, adquirira Garcia d'Ávila como um dos homens mais ricos na Bahia de seu tempo. Nas gerações subseqüentes, o sobrenome Ávila se transmitiu mesmo por descendência feminina através desse expediente, uma vez que seu uso implicava numa distinção aos que o portavam. Mesmo após a extinção do derradeiro ramo masculino da família, com o 4º Garcia d'Ávila (Pereira Aragão), no princípio do século XIX, os descendentes indiretos continuaram somando esse sobrenome ao de suas famílias, mesmo que através de um parentesco por vezes bastante distanciado, ou, segundo Flandrin, o nome da Casa veio a prevalecer sobre o da família. Cabe salientar aqui que esse não é um procedimento exclusivo dos descendentes dessa família, mas é prática comum entre famílias cujas raízes remontam laços diretos ou indiretos com esses importantes ramos familiares dos primeiros séculos de colonização.

Outro ponto, ainda relacionado a esse do sobrenome e de sua tentativa de perpetuação, é o da ligação de outras famílias ao tronco dos Ávila, ou melhor, à Casa, ao longo de várias gerações. O primeiro caso importante é o da vinculação estreita com a família Pereira Gago: O 1º Francisco Dias d'Ávila, quando do falecimento de seu avô, era ainda jovem e ficou sob a responsabilidade de Manuel Pereira Gago, acabando por se casar com Ana Pereira, filha deste com a 1ª Catarina Fogaça. Essa Catarina Fogaça, era filha de Fernão Ribeiro de Souza (1546- ?) com Catarina Rojas, que, por sua vez, era filha de Diogo Zorilha (c.1530- c.1591), antigo alcaide do mar, guarda-mor dos navios e procurador dos índios, casado com Catarina Rios. Esse Diogo Zorilha teve como filho e sucessor nos cargos Francisco Zorilha (? - c.1620), que participou da entrada de Gabriel Soares de Souza junto a João Homem. Diogo Zorilha ainda teve outra filha,

Antônia Fogaça³¹⁴, casada com Antônio Dias Adorno, (? – c.1583), neto do Caramuru e primo de Diogo Dias (1552-1597), pai do 1º Francisco Dias d'Ávila. Na união de Francisco Dias d'Ávila e Ana Pereira se juntavam famílias que tinham laços com o Caramuru e estavam ligadas às expedições contra os índios nos fins do século XVI e início do XVII.

Na 4ª geração, o 2º Garcia d'Ávila (1622-1675) se casou, em 1642, com sua tia materna Leonor Pereira (? - 1686) e, alguns anos mais tarde, em 1679, seu filho, o 2º Francisco Dias d'Ávila (1648-1694) se casou com a sua sobrinha Leonor Pereira Marinho (1661? - 1714), que era filha de sua irmã, a 2ª Catarina Fogaça, com Vasco Marinho Falcão. Todos esses arranjos familiares se fazem sob a batuta do Padre Antônio Pereira (? - c.1675), cunhado do 1º Francisco Dias d'Ávila e figura de grande ascendência sobre a família durante sua vida – um “bandeirante de sotaina”, nos dizeres de Pedro Calmon. Vasco Marinho Falcão era irmão de Tomé Pereira Falcão que, casado com Inácia de Araújo, teve como filha Inácia de Araújo Pereira (1684-1726?), que, por sua vez, se casou em 1705 com Garcia d'Ávila Pereira, filho de sua prima Leonor Pereira Marinho. Como podemos ver, até o 3º Francisco Dias d'Ávila (1710-1750), os casamentos tinham se realizado dentro do círculo das famílias Dias d'Ávila, Pereira Gago e Falcão Marinho, a Casa da Torre é quase que um condomínio onde se ligam essas famílias. Há um certo grau de endogamia entre esses ramos e o sobrenome do tronco principal – o dos Ávila – sobra mais como um prestigioso nome adotado por alguns descendentes distantes, uma vez que a linha masculina direta acaba por se extinguir já na segunda geração.

314 Essa Antônia Fogaça aparece nas Confissões do Santo Ofício em 18 de Janeiro de 1592, sobre rumores de sua suposta conduta escandalosa com seu cunhado Fernão Ribeiro de Souza. Veja em VAINFAS, Ronaldo (org.) *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa – Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 211-213.

Na 7ª geração a partir do 1º Garcia d'Ávila, o 3º Francisco Dias d'Ávila casou-se, em 1732, com Catarina Francisca Correia de Aragão, tataraneta do célebre Baltazar de Aragão, “o Bângala” (? -1613), um dos homens mais ricos da Bahia no início do século XVII e que chegou a governar interinamente a Bahia em 1613, ocasião na qual foi dar combate a corsários franceses e acabou morrendo no naufrágio do seu navio, descrito por Frei Vicente de Salvador. Desse casamento, nasceram Garcia d'Ávila Pereira Aragão (1735-1805)³¹⁵, rico herdeiro do morgado da Casa da Torre, acrescido da parte da sua mãe, e sua irmã. Apesar de dois casamentos, não obteve descendência legítima, passando o morgado para a administração da filha de sua irmã, a 3ª Leonor Pereira Marinho (1734-1795) com José Pires de Carvalho e Albuquerque, Ana Maria de São José e Aragão (1760-1834), que casou com um primo homônimo de seu pai, tendo três filhos, entre eles Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1779-1852), que herdou o morgado e tornou-se Barão e Visconde da Torre de Garcia d'Ávila após a Independência. Por essa sucessão, a linha dos Ávilas encerrou-se, passando o morgado para os Pires de Carvalho, outra importante família baiana, proprietária de diversos engenhos de cana e fazendas de criação, além de ter desempenhado diversos cargos na administração colonial e depois no Império.

Essas ligações de família implicaram sempre numa política de preservação e expansão do poder e da influência da Casa, obedecendo uma prática mais endogâmica em determinadas gerações e a exogâmica quando a mesma se mostrou uma alternativa

315 Sobre esse Garcia d'Ávila Pereira Aragão, apesar de ser dono de uma das maiores fortunas da Bahia, no fim do século XVIII, e homem letrado, Luís Mott publicou documento que um indivíduo chamado José Ferreira Vivas o denunciava como um dos mais sádicos torturadores de escravos de seu tempo. Veja-se em MOTT, Luís R. B. Terror na Casa da Torre: tortura de escravos na Bahia colonial. IN: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-32.

propícia. Quando certas uniões foram consideradas indesejáveis e rejeitadas pela Casa, não se excluiu a possibilidade da adoção de medidas mais drásticas, como no já citado caso da fuga da 2ª Isabel d'Ávila com Manuel Pais da Costa, em 1678. Nesse caso, a união chocou-se com os planos de política conjugal certamente traçados pelo Padre Antônio Pereira, o que levou à instituição do Morgado em favor do 2º Francisco Dias d'Ávila e da exclusão de Isabel d'Ávila que

cazou-se com Manuel Pais da Costa sendo menor de vinte cinco annos, contra a vontade dellas contrahentes desobedecendo-lhes, pela qual razão a tem deserddada de herdar seus bens disserão que he sua tenção e são contentes, que em nenhum tempo do mundo não possão succeder a ditta sua filha e netta Izabel de Ávila nem seus Descendentes havidos do dito matrimônio nestas terras, que vinculão em Morgado porque tambem por este Instrumento os hão por excluidos della pela melhor via, que no Direito se possa conciderar e declarar.³¹⁶

Na ocasião, a família apelou à Justiça contra a união e o caso se tornou objeto de grandes demandas, envolvendo pessoas de proeminência na sociedade local, que tomaram o partido da Casa da Torre ou a ela se opuseram, dando cobertura aos fugitivos, como é o caso de Bernardo Vieira Ravasco, o Capitão Manuel de Barros da Franca, o mestre-de-campo Álvaro de Azevedo e outros não menos importantes, que se indispuseram com os Ávila. O caso arrastou-se nos meios judiciários, mas Manuel Pais da Costa tinha importantes protetores, que lhe garantiram a cobertura necessária para efetivar o casamento. Coube aos Ávila fazerem o arranjo interno na família, casando a 2ª Leonor Pereira Marinho (1661-1714) com seu tio, o 2º

316 APEB. CASA DA TORRE (Alvará e Escrituras). Maço 602, 1813.

Francisco Dias d'Ávila, deserddando Isabel d'Ávila e vinculando os bens em morgado para que Isabel não pudesse ter acesso aos bens da família. Apesar da Casa se mostrar, quase sempre, refratária à intervenção das autoridades nos seus negócios particulares, nesse caso de âmbito privado e familiar, recorreu à melhor via do Direito a fim de salvaguardar seus interesses mais íntimos.

Há um ponto bastante interessante nessa contenda envolvendo Isabel d'Ávila. É que a campanha contra o casal foi levada à frente por sua mãe Catarina Fogaça e pela sua avó Leonor Pereira (em 1678, o Padre Antônio Pereira já havia falecido), indignadas com esse episódio escandaloso para os padrões morais da época. Quando pensamos na definição da família patriarcal, com a primazia masculina e a sujeição das mulheres ao poder despótico dos pais, irmãos e maridos, pode parecer até certo ponto surpreendente a reação das chamadas mulheres da Torre (por Calmon) quanto ao destino de sua filha e neta. Entretanto, parece-nos que a questão ultrapassa uma mera dominação simples dos homens sobre as mulheres, já que as mulheres que assumem a posição de comando na família, devido à viuvez ou outro motivo, assumem também o “lugar” do patriarca, ou seja, desempenham o papel que normalmente seria desenvolvido pelos seus pais, irmãos ou maridos. Em reconstituição posterior que fizemos desse caso³¹⁷ constatamos elementos significativos para a compreensão dos distintos papéis vivenciados por homens e mulheres da alta sociedade baiana do século XVII, até porque tratou-se de um caso-limite, que expôs a intimidade de uma das mais importantes famílias da época e provocou a vinculação de seus bens em morgado, a fim de não dividi-los com alguém de “fora” da Casa.

A instituição do morgado implica no estabelecimento de um sistema sucessório que excluía a partilha dos bens entre os

317 PESSOA, *Ángelo E. S.* A Fuga de Isabel. op. cit.

herdeiros e os mantinha vinculados. Segundo a definição de Vitorino Magalhães Godinho:

um vínculo é um conjunto de bens que está vinculado, que está unido indissolúvelmente a uma família; trata-se de uma forma de propriedade inalienável e indivisível, transmitida em linha masculina através do primogênito, com exclusão dos irmãos, que apenas recebem subsídios tirados do rendimento do morgado; não existe, pois, o direito de testar, e em cada momento o possuidor do vínculo não é mais do que administrador dos bens que o integram. Além do morgado, que é o vínculo de bens laicos a uma família nobre, há outra forma de vínculo, a capela: a capela é um conjunto de bens em princípio afectos a uma obra pia, a assegurar o culto, mas que em grande parte acaba por constituir um morgado; quer dizer, está também indissolúvelmente vinculado a uma família que cumpre os deveres religiosos inerentes a tal fundação, mas goza do usufruto desses bens.³¹⁸

Na sociedade portuguesa do antigo regime e no Brasil colonial, as famílias de grandes proprietários exerciam um papel fundamental de dominação política e a aquisição, ampliação e preservação de um vasto patrimônio era essencial para a garantia do exercício desse poder. Nesse sentido, a transferência desse patrimônio no interior do grupo familiar passava a ser uma questão de grande importância e exigia uma legislação específica, constante nas Ordenações do Reino, seguida nas colônias, que disciplinasse a questão. Na busca da ampliação e preservação de seu patrimônio, as famílias exerciam um rígido controle sobre o casamento dos filhos, que se constituía numa condição da maior importância

para garantir, através dos laços nupciais, a composição e partilha de bens, evitando sua fragmentação. Por ocasião dos falecimentos dos diversos membros da família, a transferência de sua parte nos bens era regulamentada por uma relação de sucessão que se organizava através do cônjuge, da descendência direta e legítima ou legitimada (no caso da existência de descendentes), ascendência (nos casos do falecido não ter descendentes ou cônjuge) e descendência indireta (sobrinhos e outros graus mais afastados de parentesco). O montante dos bens de um proprietário era dividido em duas partes, independente da existência ou não de testamento: dois terços que deveriam ser partilhados em igualdade entre os herdeiros legítimos e legitimados (a legítima) e um terço que poderia ser testado através de livre disposição do testador (a terça).

Entretanto, as sucessivas partilhas, ao longo das gerações, poderiam fragmentar o patrimônio e havia, então, algumas estratégias para evitar essa fragmentação: o casamento endogâmico (mantendo o patrimônio restrito ao círculo familiar, mas que exigia algumas dispensas religiosas em função do grau de parentesco e a possibilidade de incesto), o dote (que poderia favorecer algum dos herdeiros em detrimento dos demais, uma vez que o valor do dote poderia ser superior ao que o dotado receberia do seu quinhão de herdeiro, mas o dote não poderia exceder certos limites estipulados por lei) e o morgado (a vinculação dos bens ao primogênito masculino e a concessão de subsídios aos demais herdeiros, mas que dependia de Alvará Real e enfrentava algumas restrições de ordem legal). As partilhas de bens que não tivessem testamento, eram realizadas através de processos de Inventário, nos quais se discriminavam a totalidade e natureza dos bens, as dívidas, os herdeiros e a parte devida a cada um e se faziam as devidas composições de bens para efetivar a partilha. As eventuais dúvidas quanto ao direito de cada parte poderiam dar azo a longas demandas judiciais que, muitas vezes, dividiam uma família ao

318 GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971. p. 75-76.

longo de diversas gerações³¹⁹. Por outro lado, esses Inventários e as demandas judiciais sobre heranças se tornaram em uma fonte de extrema importância para os estudos sobre famílias e temas correlatos.

Apesar da lei garantir os direitos de sucessão dos filhos legítimos à herança paterna, havia casos em que estava prevista a deserção, como o caso de filhas que casavam sem o consentimento paterno antes dos 25 anos ou o cometimento de atos que fossem considerados ofensivos à honra e à integridade da família (ofensas físicas, injúrias graves, incesto, violência ou homicídio contra o testador etc.), previstos nas Ordenações Filipinas. O caso de Isabel d'Ávila ilustra, de forma cabal, um caso de deserção, praticado em função de fuga da casa paterna e, mesmo com a cobertura dada ao casal foragido por parte de autoridades da Bahia, Isabel acabou excluída dos seus direitos de herdeira de parte do patrimônio.

Nas gerações anteriores, as heranças tinham sido transmitidas de forma a não dividir o patrimônio ou concentrá-lo o mais possível: no testamento do 1º Garcia d'Ávila, de 1609, uma série de disposições determinando o dote para suas netas ilegítimas tidas de João Homem³²⁰ e garantindo o apoio da família para os possíveis descendentes de um seu neto Garcia d'Ávila, falecido no Rio de Janeiro.³²¹ Para Sebastião Vasques e Pedro Lopes³²², ficaram

319 Podemos encontrar úteis definições sobre herança e morgado em verbetes constantes em SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. 6 v. Porto: Figueirinhas, 1963, SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.) *Dicionário de História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1994 e VAINFAS, Ronaldo (Dir.) *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. _

320 Apesar de não legitimar João Homem, Garcia deixou prescrições bastante claras sobre a proteção a ser dada às suas órfãs.

321 A única referência a esse neto homônimo é dada no testamento. Não há nenhuma referência posterior aos seus descendentes.

322 Sebastião Vasques e Pedro Lopes constavam no testamento de Garcia d'Ávila como moradores de Sergipe del Rey. Segundo Moniz Bandeira dois indivíduos

a terras entre os rios Jacuípe e Real, à exceção das terras dos rios Tariri ao Itapicuru, dadas aos frades de São Bento. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia (herdeira de parte dos bens de sua esposa legítima Mécia Rodrigues) e a Companhia de Jesus receberam alguns bens como casas em Salvador e terras no lugar então chamado Reis Magos. O montante principal de seus bens, incluindo Tatuapara, enfiteuse feita junto ao Conde da Castanheira, ficaram destinados ao seu neto Francisco Dias d'Ávila, herdeiro da maior parte da fortuna e responsável pela administração dos bens. O testamento ainda faz menção a um cunhado de Francisco Dias d'Ávila, chamado Domingos Fernandes Quaresma, que fica com direito de usufruto de parte das terras ao norte da barra do rio Jacuípe. Quaresma não poderia ser cunhado de Francisco Dias por parte de sua esposa, Ana Pereira, porque sua família é conhecida e, em 1609, o casamento ainda não tinha acontecido. Portanto, não é improvável que Francisco Dias tivesse alguma irmã não citada no testamento, que poderia ser falecida à época.³²³ O testamento ainda faz menção a um criado de Garcia, chamado Bartolomeu Dias (que não sabemos se tem algum parentesco com seu falecido genro Diogo Dias), cujos herdeiros não fariam jus ao recebimento de qualquer donativo.

Uma questão interessante que é possível depreender da atenta leitura do documento, é que Garcia faz doações, ou composições de bens, com antigos sócios (ou seus herdeiros) e Ordens religiosas que

com esse nome estiveram associados a ele em uma expedição ao norte de Salvador em 1549. Não encontramos outras referências sobre os dois, mas seria difícil que os mesmos fossem beneficiários do testamento 60 anos depois de estarem associados em expedições visando a conquista de terras ao norte de Salvador. Supondo que os mesmos à época tivessem em torno de 15 anos, já seriam septuagenários em 1609. Possivelmente, os beneficiários fossem filhos dos antigos sócios de Garcia d'Ávila seis décadas antes.

323 Moniz Bandeira também relacionou Quaresma como integrante da expedição de 1549, portanto, o mesmo seria de idade bastante avançada em 1609. Os autores que pesquisaram a Casa da Torre e as fontes disponíveis não indicaram maiores informações sobre ele.

estiveram ligadas aos primórdios da ocupação territorial da região entre o Recôncavo e Sergipe durante a sua vida. Esses homens, contemporâneos da instalação do governo de Tomé de Souza, como Domingos Fernandes Quaresma, Sebastião Vasques, Pedro Lopes e outros estiveram, de alguma forma, ligados às primeiras expedições voltadas para a conquista territorial e o controle dos índios da região. As possíveis relações de parentesco não são descartadas, apesar de só haver alguma indicação, ainda que vaga, no caso de Quaresma; outros, como Diogo Zorilha e os parentes do Caramuru acabaram por ter descendentes ligados por laços familiares diretos ou colaterais aos descendentes de Garcia. Jaboatão faz menção a um filho do Caramuru, Marcos Álvares, que teria mediado as pazes entre os índios e os portugueses a pedido de Mem de Sá e Garcia d'Ávila³²⁴, porém, não registra sua descendência; no entanto, é significativo que esses homens tenham uma relação muito estreita no que tange ao controle de índios e de terras na região e alguns deles tenham dado origem a importantes famílias da Bahia a partir do início do setecentos.

A escassa documentação da época faz menção à presença de diversos moradores na Torre e em seus sítios, alguns com relações de parentesco, como o caso de Manuel Pereira Gago, que acabou se tornando sogro do 1º Francisco Dias d'Ávila. Uma demanda judicial entre o Mosteiro de São Bento de Salvador e a viúva de Manuel Pereira, a 1ª Catarina Fogaça, permite trazer melhores elementos para a reflexão. Em seu testamento de 1609, o já idoso Garcia d'Ávila se queixa, várias vezes, da importunação que os beneditinos lhe faziam, constringendo-o a doar bens e levando-o a fugir da Torre e refugiar-se na Santa Casa de Misericórdia, onde poderia estabelecer com mais calma as suas últimas vontades. Deixa algumas terras

324 CALMON, Pedro. *Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Frei Jaboatão*. op. cit., p. 259 e 263.

para os beneditinos, alegando estar quite com os monges através daquelas doações, sem admitir qualquer outra reivindicação por parte dos mesmos.³²⁵ Nesse trecho do testamento, diz Garcia:

*Deixo aos ditos padres de São Bento a parte que me cabe nas terras de Itapagipe, e assim a parte que me cabe nas terras da Fazenda de São Francisco, e suas benfeitorias, tirando as terras em que está Manuel Pereira, como lhe tenho dadas, por bons serviços e boas obras, que dele tenho recebido.*³²⁶

Em 1614, os beneditinos realizaram uma composição com a Santa Casa de Misericórdia para permutarem as terras de Itapagipe pelas de Itapoã, que tinham sido deixadas à Misericórdia por Mécia Rodrigues, esposa de Garcia d'Ávila³²⁷, que ficavam fronteiras com as de Manuel Pereira Gago³²⁸, mas a falta de demarcação levou a que os monges demandassem contra sua viúva, a 1ª Catarina

325 Na sentença contra Catarina Fogaça, em 1634, os beneditinos alegavam haver uma “*demanda que de presente pendia na rellação sobre a paga que o dito mosteiro pertendia auer das capellantias e maes Seruissos que o padre frei domingos e outros relligiozoz fizera a Messia rodrigues e a sse marido garsia dauilla no tepo em que asistirão por capelões na jgreja de tatuapara em a qual + instanssia em fauor do dito mosteiro*” IN: Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador. v. 1. Salvador: Tipografia Beneditina, 1945. p. 230-231.

326 Testamento de Garcia d'Ávila. op. cit. pg. 225.

327 Escertura de conçerto e transaução a amigauel compozição feita ao Padre Prouençal e mais Relligiozoz do mosteiro de Sam Bento e o Prouedor e Jrmaos da Sancta Misericordia sobre las terras de Saõ fran.co da Jtapoam. IN: Livro Velho do Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador. op. cit. p. 328-331.

328 Na sentença acima citada contra Catarina Fogaça, constante no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento, Manuel Pereira Gago era apontado pelos beneditinos como criado de Garcia d'Ávila. op. cit. pg. 228. Ávila tinha sido criado de Tomé de Souza, o que significava alguém que tinha sido criado na casa e, não necessariamente, criado no sentido de empregado, muito embora no seu testamento Garcia faça menção aos bons serviços prestados por Manuel Pereira, que, mais tarde, casou sua filha com o neto de seu antigo protetor.

Fogaça, em 1631, demanda que se arrastou até 1634, quando a viúva foi condenada a demarcar a terra e tirar seus gados das terras do mosteiro e arcar com as custas do processo.

O testamento e esse processo permitem entender melhor as relações entre o rico Garcia e seus sócios e auxiliares, que com ele se envolveram em escaramuças contra os índios, espalharam seus rebanhos em direção a Sergipe e se tornaram os primeiros proprietários na área. Alguns eram foreiros do Conde da Castanheira, como o próprio Garcia (através da enfiteuse), outros do próprio Garcia, de grandes proprietários ou dos Mosteiros e Conventos de Salvador. Em outros documentos, aparecem informações sobre vários moradores da Torre, como um flamengo de nome João Poré Montafaux, cristão velho e solteiro, que se apresentou ao Inquisidor Marcos Teixeira para confessar alguns delitos de superstição para curar dor de dentes, que teria praticado. Na sua confissão, menciona uma discussão com um soldado da Torre, bem como a prática da superstição, com uma escrava de outro morador da Torre, chamado Francisco Luís, além do testemunho do 1º Francisco Dias d'Ávila e de dois carpinteiros cujo nome não lembrava. Esse confitente não apresentou sobre si maiores informações que permitissem identificar as suas funções em Tatuapara, nem do citado Francisco Luís ou dos dois carpinteiros, mas, junto com outras referências, é possível que futuras pesquisas permitam descortinar a presença de moradores de várias categorias, desempenhando papéis de soldados, artífices, letrados, foreiros, agregados, que compunham, ao lado dos escravos e dos índios administrados, um complexo de atividades que se desenvolviam em torno da Torre.³²⁹

329 Confissão de João Poré Montafaux. IN: FRANÇA, Eduardo d'Oliveira e SIQUEIRA, Sônia A. Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP (17): 457-458, 1963.

As gerações seguintes, através da petição de sesmarias e da realização de diversos empreendimentos, ampliaram gradualmente o já vasto patrimônio. Voltando à sucessão familiar, o 1º Francisco Dias d'Ávila, só teve um único filho legítimo, o 2º Garcia d'Ávila Pereira, transformado em herdeiro universal por ocasião de sua morte, em 1640. Como Francisco Dias havia casado com Ana Pereira e seu filho casou com a irmã desta, Leonor Pereira, sendo ainda o irmão das duas, o Padre Antônio Pereira, Garcia d'Ávila Pereira tornou-se único herdeiro não só dos bens paternos, mas dos provenientes de seus avós maternos Manuel Pereira Gago e a 1ª Catarina Fogaça. Por sua vez, Garcia d'Ávila Pereira deixou esse bens para os três filhos, o 2º Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Gago e a 2ª Catarina Fogaça, após seu falecimento. Entretanto, Bernardo Pereira Gago não teve descendência, revertendo a sua parte para a família; a 2ª Catarina Fogaça, casada com o Capitão Vasco Marinho Falcão, teve duas filhas, a dita Isabel, que fugiu e foi deserddada e Leonor Pereira Marinho, que foi casada com seu tio, o 2º Francisco Dias d'Ávila, em nome de quem foi instituído o morgado em 1681, vinculando os bens da família nos descendentes desse casal. O morgado, além de preservar a integridade do patrimônio familiar e a perpetuação do nome da família, também possibilitou a exclusão definitiva de Isabel d'Ávila, pois havia determinação expressa na Escritura de Dote de Casamento e obrigação de vínculo de Morgado que se o casal falecesse sem filhos, a sucessão se daria na ordem dos parentes mais próximos *“excepto os ditos sua filha Isabel de Ávila e seus Descendentes, porque estes nunca em tempo algum do Mundo poderão succeder no dito Morgado”*.³³⁰

A instituição de um morgado tinha como finalidade impedir a desarticulação dos domínios pertencentes a uma família senhorial

330 APEB. Maço 602. Casa da Torre (Alvará e Escritura), 1813.

através de sua vinculação, a partir de fundamentos jurídicos de origem feudal. Os primeiros morgados surgidos em Portugal, provavelmente no século XIII, estavam ligados à propriedade de grandes famílias senhoriais e havia pouca regulamentação real sobre sua instituição, mas a sua proliferação, nos séculos seguintes, levou a uma progressiva normatização nas Ordenações do Reino e em legislação específica. Devido à exclusão de diversas propriedades do mercado, o Estado propugnou restrições graduais à sua instituição e ao seu tamanho, só permitindo a permanência de morgados das principais casas do Reino, até a sua extinção legal em 1863. No Brasil, os morgados ainda não foram objeto de estudos mais aprofundados, até porque supunha-se, até bem pouco tempo, que se tratava de um caso bastante raro na sociedade colonial, no entanto, vários estudos mais recentes sobre herança e que utilizam inventários *post-mortem* têm aberto novas possibilidades de investigação e alterado parcialmente esse quadro, uma vez que tem sido constatado que a ocorrência de morgados e capelas não é tão rara assim.

Esses vínculos de propriedades estavam ligados a uma aspiração senhorial, uma vez que sua instituição contribuía para garantir o reconhecimento da proeminência social da importância da família e o renome de seu instituidor e seus sucessores, além da obrigação imposta aos seus descendentes de efetuar serviços religiosos durante a sequência das gerações pela salvação da alma de seus antepassados, sendo comum que os morgados estivessem associados à instituição de uma capela, na qual se enterravam os antepassados e se faziam os serviços religiosos da família. Os membros da família que não assumiam a administração do morgado, recebiam algumas rendas para a sua manutenção e poderiam buscar alguma alternativa para constituírem seu próprio patrimônio, através do recebimento de sesmarias, do engajamento em expedições militares, do desempenho de funções públicas ou

de algum casamento vantajoso. De qualquer forma, nem todos os bens que uma família obtinha, estavam necessariamente vinculados ao morgado, permitindo que os secundogênitos e os demais filhos tivessem possibilidades de estabelecer suas próprias casas. Apesar da linha de sucessão ser masculina, sua inexistência permitia que o vínculo fosse transferido para a filha mais velha, que, por sua vez, transmitia para o seu primogênito.

Devido à concentração da administração do patrimônio familiar em suas mãos, o administrador tinha possibilidade de impor um controle rigoroso ao restante da família, não só devido à proibição legal de repartição dos bens entre os parentes, mas também por que a ele cabia dar os subsídios para a manutenção dos demais, podendo criar sérias dificuldades para os que não se submetessem às suas ordens. A não localização de documentação específica do morgado da Casa da Torre não nos permite investigar em detalhes como se dava concretamente a administração dos rendimentos e dívidas do vínculo e como o administrador fornecia os subsídios obrigatórios aos demais parentes, mas provavelmente os antigos escritórios existentes em Tatuapara continham detalhada documentação contábil, provavelmente perdida em definitivo. Além de permitir a investigação sobre as atividades econômicas desenvolvidas pela Casa, tal documentação possibilitaria também compreendermos, no âmbito interno, como se conferiam os subsídios dos parentes, através da concessão de rendimentos e donativos; no entanto, não é demais supor que o administrador dispusesse de amplas possibilidades de impor sua vontade ao restante dos parentes moradores na casa, submetendo-os aos ditames de sua vontade, em função desse controle que detinha sobre o patrimônio familiar.

A composição dos bens constantes no morgado poderia englobar, além de terras, escravos, mercadorias, embarcações, equipamentos, dinheiro, objetos de ouro e prata, mobiliário,

vestuário, gado e outros.³³¹ Não é possível precisar a composição do conjunto dos bens do morgado da Torre em função das lacunas documentais, mas a parte de bens imóveis é conhecida devido ao registro das sesmarias conferidas à Casa. No caso dessas extensas propriedades territoriais obtidas através de sesmarias, devido ao administrador do morgado não poder fracionar os bens vinculados, muitas vezes, algumas dessas terras acabavam por se tornar fontes de prejuízos, sendo, então, buscadas alternativas para o seu arrendamento ou até o abandono, nos casos mais extremos (mas caso alguém ocupasse aquelas terras, sempre caberia o recurso do direito de propriedade contra o posseiro). Essa situação acabou por tornar a administração de muitos morgados bastante dispendiosa e algumas famílias acabaram por solicitar permissão para se desfazerem de bens vinculados de que não mais interessava a manutenção, tal como no caso dos Pires de Carvalho, que herdaram o morgado da Torre de Garcia d'Ávila nos princípios do século XIX e realizaram o levantamento das propriedades, solicitando ao Imperador (logo após a Independência) a permissão para liquidar algumas terras que não mais interessavam à família.

Cabe aqui breve consideração sobre o vínculo de morgado e sua possível natureza feudal no que tange à propriedade territorial. Apesar de seus fundamentos legais feudais, o vínculo não implica na existência do feudalismo, uma vez que exigia Alvará Real, no qual ficavam salvaguardadas as prerrogativas jurídicas da Coroa, bem como a concessão de sesmarias a serem vinculadas ao morgado não excluía a possibilidade jurídica de sua expropriação, uma vez que, na sua doação, ficava garantida a condicionalidade de seu uso para a garantia de sua posse. O não aproveitamento dessas terras

331 Um detalhado estudo sobre a composição de fortunas baianas, entre os meados do século XVIII e início do XIX, pode ser encontrada em MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais – Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*. São Paulo: Doutorado em História/FFLCH/USP, 1998.

poderia resultar na sua devolução à Coroa e na sua distribuição para novos petionários. Se, no mais das vezes, a expropriação se mantivesse mais no campo das possibilidades que no da prática efetiva, essa condicionalidade exclui, mesmo no âmbito jurídico a possibilidade da existência de uma ordem feudal.

No que tange à presença de escravos e outros bens na composição do patrimônio familiar, as informações são escassas, apesar de haver uma concordância sobre seu considerável montante. Vestígios de bens como mobiliário, equipamentos, peças de ouro e prata têm sido encontrados em grande volume nas prospecções arqueológicas realizadas na antiga propriedade de Tatuapara, o que permite confirmar o que os relatos entre o final do século XVI e o XVIII indicam sobre a grande riqueza amealhada pela Casa da Torre. Como estudado por Mascarenhas, a propriedade de vários desses objetos possibilitava a afirmação de um *status* senhorial na sociedade da época, assim

*parte da riqueza estava contida nos bens da vida cotidiana: casas, utensílios domésticos, mobiliário, cadeiras de arruar, roupas, jóias e outros, e expressavam ao mesmo tempo, valores e aspirações de uma sociedade que procurava imitar e reproduzir os valores fidalgos da sociedade metropolitana, ou seja, status, prestígio e distinção social.*³³²

Quanto ao montante dos escravos no conjunto do patrimônio, deveriam representar um elevado valor. O testamento do 1º Garcia d'Ávila faz menção à alforria de alguns escravos de Guiné, como Fernando, sua mulher Marquesa, sua filha Inês e seu filho Manuel, Francisco, sua mulher Isabel e seus filhos (que teriam que trabalhar mais um ano depois da morte de Garcia para facilitar ao seu sucessor)

332 Idem. p. 111-112.

e também declara forra a mulata Brígida. Ainda declara forros aos da terra (índios) Faustina, mulher de Vicente (já forro), José e Romão, filhos do casal, e também Madalena, sua mãe, seu pai e irmãos. Pelas indicações de início do seiscentos, Garcia possuía escravos da Guiné e da terra, mas não há especificação de seu número e as propriedades nas quais trabalhavam. Com a expansão das propriedades pecuaristas da Casa pelos sertões nordestinos, uma parte considerável da mão de obra compulsória devia ser composta por indígenas, mas devido às dificuldades da legislação no que dizia respeito à sua escravização, sua qualificação como administrados ou similar servia para camuflar as situações concretas de escravidão que se opunham à legislação.³³³

Os escravos compunham parte essencial na composição dos bens dos proprietários durante a vigência do sistema escravista. Mascarenhas apresenta elementos de composição de fortunas em Salvador. Nesse sentido, a autora apresenta as relações de custo entre a terra, o valor dos planteis de escravos e os demais componentes (equipamentos, ferramentas...). A terra, mesmo apresentando maior valor que os demais componentes (apesar de depender de sua localização e dos recursos naturais disponíveis), constituía-se num custo praticamente fixo, enquanto os escravos exigiam reposição permanente dados os problemas de morte, fuga, invalidez, velhice etc. Sendo assim, os investimentos em escravaria acabavam, num longo prazo, custando mais que a terra. Mas a esse conjunto de valores não estava agregada apenas a sua dimensão exclusivamente contábil, mas o prestígio que sua propriedade conferia ao seu possuidor, ser dono de muitas terras e escravos implicava numa distinção social e a utilização desses bens nem

333 John Manuel Monteiro faz menção aos subterfúgios utilizados pelos proprietários de escravos índios em São Paulo para apresentá-los em seus inventários e testamentos como administrados, de forma a escamotear sua real condição de escravos. MONTEIRO, John. op. cit. especialmente p. 147-153.

sempre obedecia a uma lógica estritamente econômica. Muitos escravos eram empregados em tarefas domésticas, em serviços que não apresentavam qualquer retorno senão elevar o *status* de seus donos (carregá-los em cadeirinhas, abaná-los em ocasiões solenes, carregar objetos de uso pessoal, cuidar de crianças etc.). Não é possível precisar o número de escravos pertencentes à família, em diversas épocas e ao longo de três séculos, permitindo, inclusive, o acompanhamento da evolução do patrimônio, mas as informações sobre a Casa da Torre, nesses diversos momentos, não deixa dúvidas quanto ao seu elevado montante.

O documento já citado, publicado por Luís Mott sobre as torturas infligidas pelo Mestre de Campo o 4º Garcia d'Ávila Pereira Aragão aos seus escravos, permite, além de descortinar um verdadeiro circo de horrores, tomar conhecimento da presença de alguns escravos domésticos arrolados como vítimas das torturas atrozadas cometidas pelo seu dono, ou testemunhas das sevícias e blasfêmias proferidas pelo seu senhor ou ainda como açoitadores ou aplicadores de castigos de outros a mando do Mestre de Campo: Ipólito (crioulo, 16 anos), Lauriana (mestiça, 25 anos), Bastião, Domingos, Narciso, Geraldo, Caetano (mestiço, 30 anos), Páscoa, Manuel, Rosaura, Leandra, Maria Pai, Custódia, Francisca, Maximiana, Ambrósio, entre outros com os nomes citados ou apenas referidos genericamente, num total de 34 escravos. O documento ainda faz menção a alguns moradores, empregados e foreiros e não deixa dúvida quanto à presença de um número considerável de escravos e outros trabalhadores a serviço do rico morgado da Torre em finais do século XVIII.

Cada vinculação à Casa de um novo ramo familiar implicou na ampliação do Patrimônio do Morgado, não apenas no montante dos bens, mas também no âmbito da influência política. No caso citado anteriormente de Isabel d'Ávila, Stuart Schwartz se referiu à demanda judicial surgida entre Manuel Pais da Costa e Catarina

Fogaça por causa da legitimidade de seu casamento com a 2ª Isabel d'Ávila e da sua exclusão da herança da família. Nesse caso, Pais da Costa se queixa da influência do Vereador Tomé Pereira Falcão, cunhado de Catarina Fogaça (ela era viúva de seu irmão Vasco Marinho Falcão), junto aos Desembargadores da Relação da Bahia, prejudicando sua esposa na disputa judicial que travava contra a família.³³⁴ Certamente o cultivo de uma parentela poderosa poderia ser extremamente importante sempre que as circunstâncias exigissem, de preferência, se esses mesmos parentes tivessem algum cargo influente e pudessem prestar inestimáveis favores. Vale, nesse caso, a pertinente observação de Evaldo Cabral de Mello sobre o familismo político e a prática corrente do nepotismo vistos como práticas naturais durante o período colonial e boa parte do imperial, uma vez que a maior lealdade de um indivíduo era, antes de mais nada, para com sua família.³³⁵

O morgado foi ampliado e transferido às gerações seguintes e a extinção da tronco masculino dos Ávila e Pereira Aragão levou sua administração para o controle da família Pires de Carvalho e Albuquerque, em finais do século XVIII. Essa importante família, que tinha seu Patrimônio baseado em engenhos de açúcar e era das principais da Bahia, herdou não só os bens, mas a tradição da Casa da Torre, que lhes garantiu ainda mais proeminência no plano político. Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, titular do Morgado da Casa da Torre, acabou por notabilizar-se, no contexto das lutas pela Independência que tiveram lugar na Bahia entre 1821 e 1822, tanto que recebeu de D. Pedro I o título de Barão e depois de Visconde da Torre de Garcia d'Ávila.

334 SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes (1609-1751)*. op. cit. p. 269-270.

335 MELLO, Evaldo Cabral de. *O Fim das Casas-Grandes*. op. cit.. p. 399-400.

Essa questão das lutas da Independência foi destacada pelos apologistas como a última e a maior contribuição da Torre à construção da nacionalidade. Em páginas emocionadas, Pedro Calmon vê um verdadeiro épico na participação da Torre nas lutas travadas na Bahia no contexto da Independência, que fazia lembrar as mais caras tradições dos velhos Ávilas, antepassados dos Pires de Carvalho:

*A Casa da Torre teve a sua hora: quando aquela nobreza territorial, amolentada nos domínios velhos, se desentorpeceu de súbito, o clarim soou pelos montes, à volta da cidade, e a juventude se lembrou que guardava nas arcas, herdadas dos avós, a espada que defendera o país em 1625, em 1638, em 1645....*³³⁶

Calmon prossegue em seu entusiasmado relato destacando os feitos da Casa da Torre e dos irmãos Pires de Carvalho na Independência e na construção do Estado Imperial, debelando a desordem que ameaçava tomar conta do país.

Várias pesquisas mais recentes sobre o período da Independência e os primeiros anos do Império têm destacado um quadro seguramente mais complexo que um simples arranjo de elites na condução do processo de emancipação política.³³⁷ Na verdade, o quadro político e social era bastante turvo na

336 CALMON, Pedro. op. cit. p. 182.

337 Há muitas publicações, algumas recentes e outras nem tanto, que reavaliam com profundidade o contexto de desagregação do sistema colonial e a criação do Estado Nacional. Para os nossos objetivos mais específicos, de perceber o contexto na Bahia entre finais do século XVIII e meados do século XIX, citamos aqui os de REIS, João José. *A Elite baiana face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840*. IN: *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP. (LIV-108): 341-384, out– dez 1976. CAVALCANTI, Zélia. *O Processo de Independência na Bahia, 1822*. IN: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. MATTOSO, Kátia M^a de Queirós. *Bahia – Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992 e JANCSÓ, István. op. cit.

visão de diversos grupos e temia-se por uma radicalização das revoltas populares e insurreições de escravos, que poderiam por em risco toda uma estrutura de dominação social e econômica que perdurava desde o período colonial. O processo foi marcado por conflitos explosivos tanto entre os grupos dominantes como ainda envolveu a participação dos subalternos, o que elevou o já alto grau da temperatura política e tornou necessária uma ofensiva, por parte das elites políticas, a fim de não verem ameaçadas suas posições de mando. Especialmente na Bahia, os conflitos em torno da Independência ganharam contornos de uma luta popular que chegou a assustar as famílias da Boa Sociedade; essa agitação política e social continuou muito forte até a década de 1840, havendo movimentos como a Sabinada ou a Revolta dos Malês, na década de 1830, que mostraram uma probabilidade não desprezível de subversão da ordem.

Essa situação implicou na necessidade de uma recomposição das forças da ordem, a fim de deter o avanço da “anarquia” representada pela Rua (o povo miúdo, os escravos), tal como exposto por Ilmar de Mattos. Desde a primeira hora, as forças dos Pires de Carvalho compuseram com a mais estrita manutenção da ordem através da ação dos setores mais conservadores da sociedade baiana. A Torre estava sempre alerta para defender seus princípios, como cita o próprio Calmon:

*Em 25 de agosto de 1826 ... à notícia dum levante de negros africanos, 'marchou por terra o Barão Santinho [alrunha de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o Coronel Santinho, barão e depois Visconde de Pirajá, irmão do Visconde da Torre], com gente do Batalhão da Torre, todos munidos de pólvora e balas...'*³³⁸

338 CALMON. Op. cit., p. 202.

A defesa da família, da propriedade (inclusive humana), da hierarquia e da tradição eram, certamente, os motes fundamentais desses princípios.

Esse mesmo Coronel Santinho, monarquista extremado, Católico ferrenho e ultraconservador, foi um dos principais opositores das mudanças preconizadas pelas autoridades baianas, que visavam a simplificação dos tradicionais ritos fúnebres, e que descambou na inusitada *Cemiterada*, movimento que sacudiu a Bahia, em 1836.³³⁹ Notabilizou-se pelo apego às formas mais extremadas de devoção e pelo uso desmedido da violência, em defesa de seus princípios, autoridade e privilégios de estirpe, segundo vários relatos coevos. Quando da sua morte, acometido por delírios de ataques de escravos ou de conspirações do populacho e dos familiares, em 1848, protagonizou um dos mais memoráveis funerais da Bahia,

*com hábito de fidalgo do Império, acompanhado do vigário com pluvial e quarenta padres, e enterrado no jazigo em São Francisco. Conta ainda Xavier Marques 'Efetivamente o funeral de Santinho, realizado entre júbilos e aclamações populares, ao som de marchas alegres, tocadas por várias bandas de música, constituiu o espetáculo inédito que o gênio folgazão da província revelou em toda a sua capacidade'.*³⁴⁰

Defendeu tenazmente sua posição, até o leito mortuário. Boa parte da historiografia mais recente sobre a Independência tem certo consenso sobre o fato de que as questões da construção da nacionalidade e da emancipação política, apesar de terem relação,

339 As tropelias do Coronel Santinho em defesa de seus valores estão em REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Veja-se, em particular, as páginas 325 a 329.

340 Idem. p. 328-329.

não são uma decorrência direta uma da outra. Em texto já bastante conhecido, M^a Odila Dias chama a atenção para o fato da

*separação política da metrópole (1822) não ter coincido com o da consolidação da unidade nacional (1840-1850), nem ter sido marcado por um movimento propriamente nacionalista ou revolucionário e nos confrontarmos com a conveniência de desvincular o estudo do processo de formação da nacionalidade brasileira no correr das primeiras décadas do século XIX da imagem tradicional da colônia em luta contra a metrópole.*³⁴¹

Essa perspectiva se afasta das visões mais tradicionais, vinculadas a um projeto elitista de Estado e de Nação, que podem ser sintetizadas na breve passagem de uma conferência do grande panegirista da Casa da Torre: “*Com a independência surge o Estado; mas a Nação se formara antes, com o povo unido aderindo à terra íntegra através dos costumes que expressa a alma nacional.*”³⁴²

Moniz Bandeira, embora procure situar a questão num enquadramento diferente e mais complexo que Calmon, acaba incidindo no mesmo ponto, ou seja, a existência de uma consciência nacional como condição prévia ao processo de Independência. Em detalhada análise da participação de setores da elite baiana nos acontecimentos ligados ao processo de descolonização (basicamente, entre a chamada Conjuração dos Alfaiates, até a guerra da independência propriamente dita), o autor apresenta essa consciência nacional de certos setores da sociedade baiana como uma condição subjacente ao processo:

341 DIAS, M^a Odila. op. cit. p. 160-161.

342 CALMON, Pedro. A Formação da Nacionalidade Brasileira. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB: CXLVII (351): 333-344. abr./jun. 1986, p. 333. Conferência proferida na ADESG, em 1974.

*Apesar de que, durante o século XVIII, os comerciantes, tanto do atacado quanto do varejo, assim como os adjudicatários dos monopólios da Coroa, se tornassem cada vez mais importantes nas cidades, como Salvador, aquela aristocracia rural encarnada fundamentalmente pelos senhores de engenho passara a representar uma comunidade de interesses e constituía então a classe social que, a desenvolver a Nationalbevubtsein (consciência nacional) mais rapidamente do que as outras camadas da população, tinha condições de assumir a organização do estado, cujo território se conformara no curso da colonização.”*³⁴³

Logo, de acordo com os pressupostos do autor, os grupos sociais que conquistaram o território e impuseram seu governo de características feudais à maioria da população, representando a ordem do Estado distante na metrópole, desenvolveram essa consciência nacional e estiveram mais aptos a continuar a exercer o governo, não mais a partir dos seus domínios particulares, mas a partir do próprio controle de uma máquina estatal que tratavam de construir.

Essa questão é problemática, pois, efetivamente, os grandes proprietários rurais estiveram entre os setores que participaram do processo de independência e do controle do Estado Imperial, mas isso não se dava a partir de uma consciência nacional subjacente, mas da aliança de interesses objetivos com grupos dominantes de outras regiões, que não se deu de forma imediata, mas demandou longas lutas e composições políticas entre esses mesmos grupos dirigentes locais que, ao final, efetivaram a união e construíram um modelo de nacionalidade adequado aos seus próprios interesses. Os próprios ensaios de uma ideia de nação que se apresentaram em diversos movimentos de contestação colonial anteriores à Independência

343 BANDEIRA, C. A. Moniz. op. cit. p. 355-356.

tinham alcance muito limitado, de recorte antes local que brasileiro. István Jancsó nos lembra disso em relação à possível ideia de nação no ensaio de sedição de 1798 na Bahia:

é inútil procurar alguma ideologia nacionalista entre os sediciosos baianos de 1798. A nova ordem que propugnavam não buscava sua legitimidade em direitos históricos ou em ancestral trajetória comum, típicos dos nacionalismos europeus emergentes no século XVIII. O confronto delineado em 1798 na Bahia colocava frente a frente a monarquia absoluta e uma comunidade reconhecida como dotada de configuração específica, o povo baiense, instituidor potencial do novo Estado que viria a ser nacional mediante um pacto de cidadãos... O inimigo do povo não tinha uma configuração nacional, a opressão não era percebida como a de uma nação estrangeira. Não era assim que se que (sic) a dominação estrangeira era reconhecida, pois a liberdade do povo baiense não lhe era negada mediante a sujeição a outra nação mas ao Trono.³⁴⁴

O envolvimento de grupos como os senhores de engenho, em movimentos de contestação à metrópole, ao contrário de um espírito nacional, envolvia o questionamento contra as políticas restritivas coloniais, que deixava muitos desses senhores de terra endividados e dependentes dos grupos comerciais metropolitanos. A tentativa de montagem do Reino Unido a partir de 1815 alicerçou-se na tentativa de equacionar as diferenças de interesses entre esses distintos setores da antiga colônia e da metrópole, seu fracasso levou à ruptura. O anti-lusitanismo que se espalhou em várias regiões

344 JANCÓS, István. *Peças de Mosaico (Cinco estudos sobre a formação política do Brasil)*. São Paulo: Tese de Livre-Docência Deptº de História/FFLCH/USP, 2000. p. 87-88.

brasileiras, nesse contexto, tinha aspectos bastantes diferentes em função dos distintos grupos sociais; para os mais pobres das cidades, o português era o pequeno comerciante urbano, responsável maior pela carestia da vida; para os mais ricos, o português era o credor, o grande comerciante que controlava o mercado e delimitava os preços da produção local, assim

os ricos haviam liderado um movimento armado contra a metrópole e o fizeram cheios de rancor contra os privilégios e sucesso adquiridos pelos comerciantes portugueses no Brasil colônia. Num certo sentido, a Independência na Bahia fora uma luta de devedores contra credores. Mas a nata dos senhores de engenho, após a vitória, concluiu que os portugueses eram parceiros comerciais indispensáveis³⁴⁵.

A independência colocou em primeiro plano a questão de montar um Estado que salvaguardasse os interesses desses grupos, certamente a tarefa era extremamente complexa, pois as divergências eram substanciais, mas essas divergências não eram maiores do que as contradições sociais mais profundas, que diziam respeito aos escravos e à grande maioria da população pobre, que tinham expectativas bem diferentes em relação aos destinos do novo país que se criava; assim se tornou necessária uma composição entre os distintos grupos que representavam as elites locais, ante a ameaça de um aprofundamento da cisão social, o exemplo do Haiti era bem recente para que fosse esquecido.

Façamos uma ressalva: seria ir além da medida esperar que os movimentos de contestação advindos dos setores populares tivessem condições de impor um projeto de Estado Nacional melhor definido, até porque não havia uma unidade entre os mesmos (não dá para

345 REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pg. 40.

esperar um comportamento uniforme desses distintos grupos só porque uma opressão se abate sobre os mesmos) e os separavam grandes distâncias regionais; isso não significa, por outro lado, que esses mesmos grupos não tivessem condições de expressar suas expectativas e projetar suas próprias soluções, que poderiam não passar, necessariamente, pela constituição de um Estado Nacional unificado para todo o Brasil; essa, no entanto, é uma questão que fica sujeita a diversas conjecturas, uma vez que demandaria uma análise específica das propostas desses mesmos agentes, que não é nosso objeto nesse trabalho.

Portanto, se esclarece o caráter da participação da Boa Sociedade baiana nas lutas travadas no contexto da Independência. A historiografia mais tradicional entendeu essa participação no quadro da defesa da Pátria, da construção da nacionalidade e da manutenção da ordem pública, contra a ameaça da “anarquia”. Nesse sentido, à Boa Sociedade, pelos seus dons de esclarecimento e pela sua tradição de comando, caberia dirigir o processo para se alcançar o objetivo de redenção da Pátria. Visões mais recentes sobre a questão têm chamado a atenção para os aspectos das lutas entre diversos grupos sociais e projetos políticos envolvidos no processo; Ilmar de Mattos, sugestivamente, propõe que, no processo de autonomização política da Colônia, se jogava também com a recunhagem da moeda colonial, ou seja, para os grupos dirigentes, ao lado da ruptura com Portugal e do combate ao exclusivo colonial da metrópole, caminhava a preocupação em defender as posições hierárquicas e a escravidão herdadas do período colonial; um processo que implicava na negação de alguns monopólios e na reafirmação de outros. A Casa da Torre e as grandes famílias proprietárias de terras e escravos lutavam, então, nesse contexto, antes de mais nada pelo controle do processo de ruptura com a antiga metrópole, mantendo as “tradições” do velho lar português, conservando as hierarquias e monopólios que detinha em sua trajetória de três séculos.

Mesmo com as transformações que a sociedade brasileira atravessou, desde então, esses grupos continuam lutando em defesa da manutenção de seus seculares privilégios, que tiveram que ceder, não sem muita luta, e aos poucos, ante o avanço de novas forças sociais que lutam pelo acesso aos direitos básicos de cidadania. Uma das estratégias utilizadas pelos defensores desses privilégios foi a da insistência da sua posição privilegiada como decorrente de uma pretensa tradição, que lhes conferiria direitos como que naturais ao exercício de mando. Para tanto, essas tradições foram meticulosamente construídas e se tornaram mesmo atrativas para novos grupos ou famílias que ascendiam a posições de fortuna e poder e procuravam logo umas armas com que pudessem dourar suas pretensas origens. Mesmo essa tradição começou a apresentar seus limites e foi devidamente questionada não apenas no âmbito da historiografia, mas nas próprias lutas sociais e políticas que mudaram a face da sociedade brasileira desde a já distante Independência. Dessa tradição, sobraram imponentes ruínas, que ainda exercem um certo fascínio e podem ser apresentadas como pretexto para afirmar certos privilégios, mas essas ruínas da tradição continuarão se deteriorando na mesma medida em que a sociedade brasileira continuar a se transformar.

CONCLUSÃO

*Oh! Senhor Cidadão, Eu quero saber: Com quantos quilos de medo Se faz uma Tradição.*³⁴⁶

*Garcia d'Ávila, o torturador.
Sobre Garcia d'Ávila, o barão da Torre, que dá nome a duas charmosas ruas de Ipanema, faltou dizer que ele foi um dos mais sádicos e sanguinários torturadores de escravos que o Brasil conheceu... Pioneiro e grande pecuarista até pode ter sido. Mas não foi um ser humano. E a sofisticada Ipanema deveria riscá-lo de seu mapa.*³⁴⁷

Como dito anteriormente, não pretendemos negar o papel proeminente da Casa da Torre, mas nos parece que a questão fundamental é compreender como se constrói essa tradição, quais os mecanismos que elaboram essa história e que contribuem para a sua permanência e quais os seus limites. Há alguns aspectos importantes para analisarmos a produção dessa memória: na coletânea organizada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*, os autores definem como tradição inventada

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através

346 Tom Zé. *Senhor Cidadão*. IN: *Disco Se o Caso é Chorar*, 1972.

347 Opinião do leitor Nei Lopes, em debate do *Jornal do Brasil* sobre a mudança do nome de uma rua de Ipanema para o nome de Tom Jobim. *Revista do Jornal do Brasil*. 07/05/2000. Pg. 31. Convém aqui esclarecer que, naquela praia, há uma rua Garcia d'Ávila, uma Visconde da Torre e uma Visconde de Pirajá, que não são a mesma pessoa, como pensava o leitor, mas que pertencem à Casa da Torre.

*da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.*³⁴⁸

De acordo com essa formulação o mecanismo de tradição inventada tem uma eficácia política, uma vez que busca legitimar certas práticas sociais e políticas como se fossem herdeiras de um passado imemorial ou bastante antigo.

Discutindo esse conceito de tradição definido por Hobsbawm e Ranger, Antônio Celso Ferreira, escudado em Stephen Bann, relativiza o seu aspecto de tradição inventada, com objetivos ideológicos, assim, acompanhando

*os meandros textuais da invenção de uma tradição regional, entendendo-a não como uma espécie de falsa consciência, destinada a servir a propósitos estritamente funcionais – neste caso, ideológicos –, mas como expressão de um imaginário, ele mesmo histórico.*³⁴⁹

A percepção do passado, calcada nessa perspectiva, orientou, em larga medida, uma historiografia que se afirmou na defesa do patriarcalismo como viga mestra da construção da nacionalidade. Essa relação com a tradição, nesse sentido, relaciona-se mais a uma construção que a uma invenção. Alguns autores que realizaram essa construção de tradições, em especial Calmon, no nosso caso, mais que inventarem algo que não existia, realizaram um certo tipo de leitura, uma espécie de “abuso” das fontes, que sob o pretexto da criação estilística que visava dar maior colorido aos textos,

348 HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9.

349 FERREIRA, Antônio Celso. op. cit. p. 24.

adicionaram os elementos que configuraram o passado sob uma ótica muito peculiar.

Confrontando, em alguns momentos, as fontes coevas sobre a Casa da Torre, com os autores que sobre ela escreveram, foi possível perceber esse sutil deslocamento de sentido, que permitiu ver um castelo feudal onde havia uma importante casa senhorial, gestas de batalhas de cavaleiros medievais onde havia violentos enfrentamentos com indígenas ou estrangeiros não-portugueses. As noções mesmo de Europa medieval que embasam essas tradições construídas, são bastantes discutíveis, pois referem-se a um conjunto de referências saturado de imagens heróicas da cavalaria, que das condições concretas de vida no medievo europeu. Mesmo autores como Moniz Bandeira, que colocam a questão num quadro bem mais complexo, não escapam a esse aspecto da tradição, uma vez que corroboram em última análise a pretensa consciência nacional que se colocaria como uma linha condutora do processo histórico.

Até onde persiste a eficácia política dessas tradições? Até onde essa perspectiva aparece na produção historiográfica mais recente? No que tange à primeira questão, entendemos que, na atual sociedade brasileira, marcada pelos acelerados processos de urbanização e crescimento demográfico e pelas lutas sociais da segunda metade do século XX, a eficácia política dessa construção histórica da tradição é muito residual. Há uma nova reordenação da política e o surgimento de novos atores sociais que não se originam nessa tradição, o que certamente reduz, em muito, o seu peso como moeda de troca ou forma de exercício de influência política.

Até meados do século XX, essa tradição tinha maior alcance, haja vista um exemplo bem próximo de nossas preocupações: Pedro Calmon, entre as duas primeiras edições da sua *História da Casa da Torre* (1939 e 1958) e a terceira (1983), modifica sensivelmente a maneira de falar de certas questões; se, nas décadas de 1930 a 1950, ainda era possível dizer, com certa desenvoltura, que a liquidação

de povos indígenas inteiros era um trabalho civilizador, uma obra de desbravamento do território e de construção da nacionalidade (muito embora o autor não faça um elogio dos massacres), na década de 1980, já se tornara conveniente relativizar melhor essas afirmações, tanto é que a edição de 1983 procurou diluir um pouco mais as questões mais delicadas da violência da conquista, ou apresentou algumas críticas que, se não negam as posições de 1939, pelo menos procurou suavizar alguns aspectos mais “duros” da exaltação da tradição patriarcal. Algumas obras de caráter didático como *Histórias da Nossa História* [Anexo VII], publicada nos anos 50, apresentavam a execução de índios na boca de canhões de uma forma crua e, até certo ponto, meritória. Certamente, uma obra de tal teor não seria bem recomendada nos parâmetros didáticos atuais, tão preocupados com a correção política quanto aos direitos das minorias (muito embora tais direitos continuem a não serem respeitados).

Em relação à segunda questão, também entendemos que o avanço da pesquisa histórica e a adoção de novas orientações teóricas determinaram uma mudança bastante sensível nas maneiras de se fazer História. Questões como a produção de uma história a partir da perspectiva dos vencidos ou fora dos marcos institucionais definidos pelo Estado são relativamente pacíficas entre as novas gerações de historiadores, havendo mais um debate sobre como se fazer uma história orientada por esse princípio. Não há lugar para uma história (ou pelo menos não convém a fazer) que, pura e simplesmente, defenda o heroísmo dos conquistadores ou enalteça a extinção de povos indígenas ou ações similares como conquistas da civilização, a não ser que essa defesa se faça de uma forma um tanto mais indireta, mais sutil, ou ainda que de maneira involuntária, por uma insuficiente crítica dos pressupostos que orientam a antiga historiografia tradicional. Nesse aspecto, muitas das histórias regionais ou locais ainda repetem ou dão

novas roupagens, voluntariamente ou não, a certos elementos da historiografia tradicional.

Um desses elementos que nos chama mais atenção, é a história construída a partir da ação dos pioneiros. Esse tipo de pressuposto orienta muitos trabalhos que se ocupam da questão da expansão territorial; em um interessante estudo sobre a *Fronteira*, José de Souza Martins nos chama a atenção para essa ideologia que orienta pesquisas

*centradas na figura imaginária do pioneiro [que] deixam de lado o essencial, o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa.*³⁵⁰

Para Martins, mesmo algumas obras alicerçadas na investigação dos processos de modernização, que procuram deslocar a ação dos heróis pioneiros para os supostos processos racionais de desenvolvimento econômico – as forças do progresso – obscurecem o drama que se dá na fronteira entre o mundo supostamente novo e o antigo

Mesmo os autores que substituíram a figura mítica do pioneiro pela suposição equivalente de que na fronteira está a ponta da História e sua dimensão modernizadora e transformadora da sociedade, sua realidade mais dinâmica, trabalham, no fundo, com uma versão que desloca para o social uma história até então centrada na personalidade do pioneiro, do suposto herói da conquista de terras novas. Só

350 MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 15.

*que agora as qualidades do demiurgo, de herói criador, se transferem para a própria concepção de fronteira, fetichizada. E aí se nega o essencial: o aparentemente novo da fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, bases da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.*³⁵¹

Essas considerações de Martins, focadas na questão da fronteira fetichizada, nos remetem às breves considerações que fizemos no primeiro capítulo, a respeito do sertão e do rio São Francisco, que aparecem em algumas obras como dotados de uma condição que os torna os próprios sujeitos da conquista, obliterando a presença dessas diversas temporalidades que se confrontam. Se a modernização é a tônica das obras que se referem aos processos mais recentes, para o período colonial vale a ênfase na conquista espiritual, no avanço da civilização sobre os selvagens que se recusam a aceitar os valores superiores e a amizade dos conquistadores:

Porquanto a Aldeia dos Guarguaes, que habitam nas terras em que tem seus curraes João Peixoto da Silva no Rio de São Francisco, e outras diferentes Nações barbaras alli vizinhas, com quem os moradores daquellas partes tenham amizade, e feito por varias vezes as pazes, e se tem levantado, e dado muita perda com as hostilidades que tem obrado nos curraes faltando

351 Idem. p. 15.

*a amizade, e boa correspondencia, que com elles se procurava conservar, sempre com temor grande ... que se não puzesse remedio a este damno, mandarão seus donos despovoar aquelles Campos, e por não terem suas fazendas, e vidas de seus escravos, e curraleiros expostas ao rigor e insolencia dos ditos Barbaros.*³⁵²

Se nos deixarmos levar pela interpretação literal da fonte, devemos considerar que os bárbaros insolentes se recusavam a aceitar a amizade e boa correspondência dos legítimos proprietários da terra e atacavam com selvageria suas criações, escravos e curraleiros. A partir do que pudemos analisar até agora, essa não era exatamente a situação, pelo menos a partir da perspectiva dos próprios “bárbaros”, que tiveram suas terras espoliadas e muitos foram escravizados ou mesmo exterminados. Para finalizar esse drama que apresentamos em rápidas tintas, surge o herói, encarregado de dar remédio aos males que assolavam os pobres cristãos; nesse caso, era o capitão Francisco Dias d’Ávila (2º), considerado por seus apologistas o grande bandeirante do nordeste, um homem com fome de horizontes e responsável por incorporar grande extensão de terra ao corpo da nação. Pedro Calmon o intitulou Francisco Dias, o Grande:

*Francisco Dias d’Ávila mergulha o vôo profundo, das aves de altanaria, pelos campos do norte. Desaparece. O deserto silencia-lhe os ecos da cavalgata; o seu grito de guerra morre nos ângulos das cordilheiras setentrionais.*³⁵³

352 Patente de Capitão-Mor das entradas às Aldeias dos Guarguaes, provido em o Capitão Francisco Dias de Ávila. Governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (05/071674). *Documentos Históricos*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929. p. 313.

353 CALMON, Pedro. op. cit. p. 113.

A propósito, esse herói altaneiro, grande herói das conquistas, é o mesmo que escandalizou o Padre Martinho de Nantes por haver massacrado, em 1677, mais de 400 índios que se tinham rendido em troca da preservação de suas vidas.

Após analisarmos a penetração do gado nas regiões sertanejas do nordeste, o que podemos pensar ante à seguinte afirmação ?

*A criação do gado foi a ocupação do Brasil. Garcia d’Ávila foi o precursor nessa maior largura os meridianos. **Pacificamente, o criador de gado fez mais ao norte que, a ferro e fogo, o bandeirismo, ao sul.** O espaço das bandeiras abaixo do círculo de Cuiabá merece muito menos, ao empurro dos meridianos, que, acima de Cuiabá, o arranco das boiadas.*³⁵⁴

Muitas pesquisas recentes ainda absorvem, de forma direta ou indireta, consciente ou inconsciente, a apologia feita sobre a figura do pioneiro como autêntico personagem da história. Uma linguagem pretensamente moderna ou uma programação visual atraente, às vezes, conseguem disfarçar conteúdos bastante tradicionais e até mesmo bem conservadores. Sem uma crítica atenta dessa questão, alguns trabalhos de pesquisa historiográfica, livros de caráter paradidático, estudos do meio, filmes de caráter documentário ou ficcionais baseados em temas históricos, ou ainda, muitos atualíssimos CD-ROM’s ou outros recursos digitais e eletrônicos, repõem, em alguma medida, elementos dessa tradição. Essa perspectiva, inclusive, ainda tem lá o seu apelo popular, haja vista o sucesso editorial de obras de divulgação de temas históricos como os livros do jornalista Eduardo Bueno, por ocasião da efeméride dos 500 Anos, objeto de tamanha polêmica entre historiadores profissionais. Mais do que discutir ou não o direito daquele jornalista em fazer História (ou divulgação de trabalhos históricos), nos parece

354 PEIXOTO, Afranio. op. cit. p. 47. Grifo nosso.

que a questão é um pouco outra: por que aquela História centrada nos grandes personagens ainda parece oferecer alguma atração? Ou ainda, qual a concepção de História a que tem acesso o grande público, não só através do ensino, mas do turismo e dos meios de comunicação³⁵⁵? E será que os historiadores profissionais não têm que se preocupar com essa questão, ficando as suas discussões limitadas aos seus pares no interior das Universidades e outras instituições de Pesquisa?

Certamente, essas serão questões sobre as quais os historiadores de ofício terão que discutir cada vez mais. Afinal, elas se referem finalmente à questão maior da significação social de nosso ofício. Não fazem décadas que afirmamos a necessidade de rompermos com os paradigmas tradicionais da História e de construirmos novas possibilidades de investigação do passado? Não pretendemos fazer uma História mais próxima da vida das pessoas comuns? Não nos parece que a questão da história tradicional esteja definitivamente superada, mesmo porque não basta se autodefinir como novo para automaticamente sê-lo e muitas das novas novidades, às vezes, são novas roupagens para velhos esquemas. Das ruínas da tradição, quais são as pedras que ainda usamos para fazer nossas construções?

Pesquisas mais recentes, alicerçadas em novos parâmetros de investigação, têm obtido resultados importantes no sentido de abrir novas perspectivas de análise. No que tange à presença de grupos subalternos da população, as novas interpretações permitiram avançar na investigação de sua presença histórica. Mesmo no que tange à questão das fontes escritas, em sua maior parte de caráter oficial, é possível estabelecer novas leituras das mesmas fontes e descobrir rastros dessa população como, por exemplo, em relação

355 Embora em um contexto diferente, poderíamos aqui lembrar das considerações sobre a manipulação da História feitas em FERRO, Marc. *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

aos índios e mamelucos, que transparecem em suas ações e seus conflitos. Se possuímos raramente registros escritos diretamente por esses grupos, uma leitura mais atenta da documentação pode revelar, ainda que indiretamente, sua presença.

Para produzirmos uma história inovadora, não seria bastante desmontar e superar os antigos paradigmas, seria também necessário tornarmos visíveis e acessíveis ao ensino as novas perspectivas da História, que não se propõem a compartilhar da visão dos heróis como autores da história. Por outro lado, não podemos pensar que a perspectiva apontada por Marx, n' *O Dezoito Brumário*, de que os homens fazem a sua própria história, seja algo mais simples do que a princípio pareça ser. Alguns trabalhos, ao nosso ver, têm caído no extremo oposto da visão heróica das classes dominantes, que é a visão heróica e ingênua do povo; não é simplesmente anulando as classes dominantes do horizonte da produção historiográfica que estaremos produzindo uma história da perspectiva dos vencidos, não é sumindo com os senhores de engenho ou os barões do café da história da escravidão que estaremos promovendo uma libertação dos escravos na história; a dominação e a resistência são duas faces da mesma história, só podemos entendê-las nessa relação dialética.

A propósito da Casa da Torre e seu papel de símbolo do patriarcalismo, entendemos que deveremos investigar como esse símbolo foi construído atendendo a vários interesses de ordem política e que essa construção é muito mais sofisticada do que, a princípio, poderíamos pensar. Se quisermos construir uma outra história, que realmente permita uma visibilidade de todos aqueles que estiveram sob o seu domínio, precisamos compreendê-la para podermos desmontar as armadilhas da tradição. Essa desmontagem não pode se fazer na direção de uma outra criação de tradição, ou seja, de transformarmos a Casa da Torre de heróis da conquista em genocidas desvairados. A imagem dos genocidas talvez contenha

distorções semelhantes à dos heróis, apenas com a inversão dos sinais. Não queremos dizer com isso que os Ávila, assim como outros pioneiros, não tenham usado e abusado da violência e da propagação do medo como meio de exercer seu poder, mas precisamos perceber suas ações e motivações dentro do contexto dos séculos nos quais essas pessoas viveram, caso contrário, estaríamos a exigir uma consciência e um conjunto de valores de início do século XXI para pessoas dos séculos XVI a XX.

Certamente hoje, uma obra de História que defenda explicitamente os valores da tradição não teria fácil aceitação. Com exceção de alguns pequenos redutos, não há historiadores defendendo o culto aos heróis e louvando as glórias da conquista lusitana; mas não podemos nos enganar e pensar que qualquer obra com uma escrita alegadamente moderna não possa trazer no seu bojo elementos profundamente conservadores. Como observamos anteriormente a partir de citação de Martins, versões pretensamente neutras podem trazer, também, a anulação das maiorias dos componentes da sociedade do cenário da história.

Nas cerimônias de inauguração das grandes obras, em meio aos discursos oficiais, aos fogos de artifício e às bandas de música, sempre se descerram placas de bronze, onde constam para os pósteros o nome de seus “construtores”, os governantes do momento, muito embora saibamos que essa construção é, na verdade, obra de muitas mãos anônimas. Por exemplo, em 17 de Dezembro de 1993, na inauguração da famosa Linha Verde na Bahia – uma suposta “estrada ecológica”, que atravessa grande parte das terras que antes pertenceram à Casa da Torre e hoje são objeto de empreendimentos

turísticos de grande vulto, que propiciam grandes negócios aos novos mandatários locais e aos seus sócios estrangeiros –, o celeberrimo senhor Antônio Carlos Magalhães, então Governador da Bahia, pronunciou o interessantíssimo discurso:

*A História do Brasil está sendo reescrita. Por aqui passaram, há 445 anos, os conquistadores e colonizadores do Nordeste, conduzidos por Garcia D'Ávila, seguindo o plano de ocupação do Brasil, traçado pelo rei de Portugal D. João III – o Regimento de 17 de dezembro de 1548....*³⁵⁶

Alguns anos mais tarde e um pouco mais ao sul, no exato dia 22 de Abril de 2000, o cenário de Porto Seguro estava pronto para uma outra celebração com os mesmos convidados, que terminou de forma bem diferente da esperada pelos seus promotores: naquela ocasião, compareceram à festa diversos grupos que não haviam sido convidados (como nunca o foram) e o que se viu foi a exposição das contradições e conflitos que permeiam esse 500 Anos de conquista. Partindo dessa perspectiva, a Casa da Torre, se vista a partir de um outro ângulo, permite que possamos entrever várias histórias encobertas por uma História alicerçada na Tradição. Já que estamos falando sobre a Bahia (muito embora essa história – ressaltadas as peculiaridades – poderia se dar em outro lugar), terminaríamos por aqui com uma música que poderia sintetizar melhor o que foi dito até agora:

*Vivendo na cidade grande/ Na força da mocidade
Tinha ofício de armador/ Armou do ferro da férrea necessidade
Pontes, praças e pilares/ Riqueza não desfrutou*

356 Discurso do Governador Antônio Carlos Magalhães na inauguração da Linha Verde, em 17 de Dezembro de 1993. Reproduzido de PIRES Jr., Chistóvão Dias de Ávila. op. cit. p. 47.

*Depois de tudo pronto/ Tudo feito e tudo arrumado
No bronze que foi lavrado/ Só deu nome de Doutor
O do Prefeito, o do secretariado/ E o do grande encarregado
Seu nome não encontrou*

*Bate zabumba, pro povo fazer fuá/ Tristeza de catacumba
No forró não pode entrar
Precisaria de uma placa que seria/ Bem do tamanho da Bahia
Juazeiro a Salvador
Prá que coubesse/ O nome de quem merece
De quem vive construindo/ Homem, mulher e menino
Que é tudo trabalhador.³⁵⁷*

³⁵⁷ Trabalhadores do Metrô (Raimundo Monte Santo e Walter Marques). LP “Xangai – Mutirão da Vida”. Rio de Janeiro: Karup Discos, 1984.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

I. DOCUMENTOS MANUSCRITOS

1. ARQUIVO NACIONAL

*Sesmarias da Bahia.

– Requerentes: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e outros (BI2.82 – 1811).

– Requerente: Ana Maria de São José e Aragão (BI2.83 – 1810-1818).

– Requerentes: Ana Maria de São José e Aragão e outros (BI2.84 – 1824-1825).

– Requerente: Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (BI2.86 – 1825-1828).

2. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

– Casa da Torre (Alvará e Escritura) – Maço 602 – 1813.

– Casa da Torre (Rio Salitre) – Maço 62 – 1813.

3. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

– Para o Governador do Maranhão sobre a guerra que fez o Coronel Garcia d’Ávila Pereira ao gentio brabo da Capitania do Piauí. 30/10/1624 (Arq. 1.2.26 – p. 119-121v.).

– Sobre as sesmarias, que se acham dadas irregularmente no Estado do Brasil, e possuem Francisco Dias de Ávila e outros. 13/03/1752 (Arq. 1.1.10 p. 246-258).

– Sobre a duvida que se moveu na inteligência da resolução de Sua Majestade... a respeito das sesmarias que se acham dadas irregularmente no Estado do Brasil, e possuem Francisco Dias de Ávila e outros. 17/07/1752 (Arq. 1.1.10 p. 268v-271).

– Sobre a devassa a respeito da morte feita com veneno ao Mestre de Campo Francisco Dias de Ávila. 28/01/1754 (Arq. 1.1.17 – p. 120v- 125v).

Sobre a Carta de Seguro concedida pela Relação da Bahia a Dona Catharina Francisca de Aragão, viúva de Francisco Dias de Ávila e a Pedro de Albuquerque da Câmara, seu segundo marido. 14/01/1755 (Arq. 1.1.17 – p. 150v-153).

– Cópia da concessão do Título de Barão da Torre de Garcia d'Ávila ao Coronel e Comendador Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, em 1º de Dezembro de 1822. (Lata 347 Doc. 3).

II. DOCUMENTOS IMPRESSOS

ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA.

Comunicado ao Presidente da Província ser a maior parte dos terrenos do Distrito de Assú da Torre pertencente aos herdeiros da Casa da Torre de Garcia d'Ávila. 11/10/1860. (Vol. XXXIII, p. 103)

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

BARLÊU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. Edição original de 1647.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 3 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1997.

CALMON, Francisco. *Relação das Faustíssimas Festas que celebrou a Câmara da Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, da Comarca da Bahia pelos augustíssimos desponsórios da Sereníssima Senhora Dona Maria, Princesa do Brasil, com o Sereníssimo Senhor Dom Pedro, Infante de Portugal ... (1762)*. Rio de Janeiro: MEC-SEC; FUNARTE; Instituto Nacional do Folclore, 1982.

CÂMARA, Manuel Arruda da. *Obras Reunidas*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. p. 244-248.

Capítulos que Gabriel Soares deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos Padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. LXII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

DENUNCIACÕES DA BAHIA EM 1618 (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), 49: 75-98, 1927.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

*Volume III. (Correspondência dos Governadores Gerais: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia e Francisco Barretto – 1648-1661), 1928.

Carta para o capitão Garcia d'Avilla (09/06/1650). p. 66.

Carta para o capitão Garcia de Avilla encaminhar as cartas que vão para o Mestre de Campo General. (12/09/1650). p. 78.

Carta para o Capitão Garcia d'Avilla. (07/10/1650). p. 82-83.

Carta para o capitão Garcia d'Avilla (04/02/1651). p. 91-92.

Carta para o capitão Garcia de Avila (22/05/1651). p. 108-109.

Carta para o capitão Garcia d'Avila (19/10/1654). p. 228.

Carta para o Capitão Garcia d'Avila (29/12/1654). p. 251.

Carta para o Capitão Garcia d'Avila (02/09/1655). p. 278.

Carta para o Capitão Garcia d'Avila (22/04/1656). p. 329.

*Volume XII. (Patentes e Provisões – 1668-1677), 1929.

– Patente de Capitão-mor da entrada às Aldeias dos Guarguaes, provido em o Capitão Francisco Dias de Ávila. Governador Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (05/07/1674). p. 313.

Carta Patente do Posto de Coronel das Companhias de Infantaria da Ordenança, que ora tem a Sua Ordem o Capitão Francisco Dias de Avilla, provido no mesmo Francisco Dias de Avilla. (24/12/1665). p. 379-380.

* Volume XVI. (Provisões, Alvarás e Sesmarias – 1639-1655), 1930.

Sesmaria ao Capitão Garcia de Avila entre o Rio Sobauma e Anhambupe. (28/05/1654). p. 284-286)

*Volume XXXVII. (Mandados – 1549-1552), 1937.

Mandado do Provedor-mor para seus Contadores levarem em Conta a Garcia d'Ávila (06/12/1550). p. 124.

Mandado do Provedor-mor para Garcia d'Ávila entregar a Christóvão de Aguiar as cousas seguintes (06/12/1550). p. 124-125.

*Volume XXXVIII. (Mandados, Alvarás, Provisões, Sesmarias – 1549-1553), 1937.

Mandado do Provedor-mor para o Tesoureiro fazer pagamento a Garcia d'Ávila (17/07/1550). p. 55-56.

*Volume XL. (Correspondência dos Governadores Gerais – 1704-1714).

Carta para o Capitão-mor Antônio de Almeida Velho sobre evitar que do Sítio do Limoeiro, que é de Leonor Pereira Marinho se não tire gado algum para as oficinas do salitre (15/06/1704). p. 119-120.

Carta para o Capitão-mor Antônio de Almeida, sobre proibir que nenhuma das pessoas que assistem no salitre, vá, nem mande buscar às aldeias Índia alguma. (09/08/1704). p. 162.

Carta para Garcia de Ávila Pereira sobre o forte que se obrigou a fazer. (23/08/1704). p. 180-181.

Carta para o Capitão Francisco Dias de Ávila, sobre mandar presos ao Capitão-mor e Sargento-mor da Aldeia do Rio Real. (11/02/1705). p. 312-313.

*Volume LXXXIV. (Registo de Cartas Régias – 1697-1705), 1949.

Registo de Carta Régia ao Provedor-mor sobre ter empregado aos religiosos de Santa Tereza das Almas nas terras de Leonor Pereira Marinho (26/11/1703). p. 204.

*Volume LXXXVIII. (Consultas do Conselho Ultramarino Bahia – 1673-1683), 1950.

– Sobre Carta do Frei Gabriel, capuchinho francês, à respeito de conflitos com o Coronel Francisco Dias d'Ávila. (18/03/1681). p. 204-206.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR. (Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador): Bahia, 1949.

– Termo que se fez sobre se abrir o caminho da mata de San Ioam. (1652). *Documentos Históricos do Arquivo Municipal – Atas da Câmara 1649-1659*. 3º vol. Salvador: Prefeitura Municipal, 1959. p. 202.

FRAGMENTOS DE UMA MEMÓRIA SOBRE AS SESMARIAS DA BAHIA. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: IHGB, (12): 373-388, 1841.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira e SIQUEIRA, Sônia A. Segunda Visitação do Santo Ofício às Partas do Brasil pelo Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP (17): 457-458, 1963.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca, 2001. Escrito entre 1669 e 1674.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. “Catálogo Genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantis em Pernambuco e Caramuru na Bahia”. In: *Revista do IHGB*, 52/1, 1889.

LEITE, Serafim (org.). *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. 3 vols. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

LIVRO QUE DÁ REZÃO AO ESTADO DO BRASIL. Recife: Arquivo Estadual de Pernambuco, 1955.

LIVRO DOS GUARDIÃES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DA BAHIA (1587-1862). Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1978.

LIVRO DO TOMBO DA CASA DA PONTE. *Anais do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, 34: 10-96, 1957.

LIVRO VELHO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA CIDADE DO SALVADOR. Documentos Históricos da Congregação Beneditina Brasileira. vol. 1, Salvador, Tipografia Beneditina da Bahia, 1945.

MANUEL DA ILHA, Frei. *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584/1621*. Texto Bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1975.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

PE. MARTINHO DE NANTES. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1979.

PORTUGAL, Eduardo Dias. *Para a História dos Ávilas da Bahia*. IN: *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*. Vol. II. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

Regimento de Tomé de Souza. IN: DIAS, Carlos Malheiro (Dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III – A Idade Média Brasileira (1521-1580). Porto: Litografia Nacional, 1924. p. 347

Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, (LXII-I e II): 60-161, 1900.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982

SCHWARTZ, Stuart e PÉCORA, Alcir (orgs.). *As Excelências do Governador: o Panegírico Fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes e Sierra (1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOUSA, Gabriel Soares de. Capítulos que Gabriel Soares deu em Madrid ao Sr. D. Cristovam de Moura contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil, com umas breves respostas dos mesmos Padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou. IN: *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. LXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 347-381.

SOUSA, Gabriel Soares de *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1987. (Brasiliana nº 117).

STUDART, Barão de. O Padre Martin de Nantes e o Coronel Francisco Dias d'Ávila. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*.

Tomo XLV. Fortaleza: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, 1931.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa – Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Voz de Deus ao Mundo, a Portugal e à Bahia – Juízo do cometa que nela foi visto em 27 de outubro de 1695, e continua até hoje, 9 de novembro do mesmo ano*. IN: VIEIRA, Pe. Antônio. *Sermões*. São Paulo: Editora das Américas, 1959. Vol. XXIII. p. 63-123.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII (Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas)*. Salvador: Itapuã, 1969.

REFERÊNCIAS

I. LIVROS E ARTIGOS SOBRE A CASA DA TORRE

A CASA DA TORRE. *REVISTA GENEALÓGICA BRASILEIRA*. Seção da Baía. II, (3): 55-73, 1º semestre de 1941.

ALMENDRA, Jacob Manuel Gayoso E. *O Feudo da Casa da Torre, no Piauí: Povoamento, Luta pela propriedade*. Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953.

AMARAL, Braz. *Castello da Torre de Garcia d'Ávila*. *REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA*. XXII, (X – 41): 87-88, Salvador: IGHB, 1915.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. As três etapas do Paço dos Ávila em Tatuapara. IN: *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, (42): 157-174, março de 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Feudo – A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARROS, Francisco Borges de. *Bandeirantes e Sertanistas Bahianos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1919.

BARROSO, Gustavo. *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro XXI (43): 26-28, 40, 86, 90 e 92, 13/08/1949.

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. (2 ed., 1958).

CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3 ed. revista. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CALMON, Pedro. *O Segredo das Minas de Prata*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

COSTA, Afonso. Baianos de Antanho (Biografias). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB (226): 289-349, jan.-mar. 1955.

DORIA, Francisco Antônio. *Caramuru e Catarina: Lendas e narrativas sobre a Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. São Paulo: SENAC, 2000.

FONSECA, Fernando L. A Torre de Garcia d'Ávila. *UNIVERSITAS: Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*. (8/9): 53-71, agosto de 1971.

GODOFREDO FILHO. A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila. *REVISTA DOS SERVIÇOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, (3): 251-282, 1939.

HOLANDA, Gastão de et al. *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila*. Rio de Janeiro: Arte e Cultura, 2002.

MARIANI, José Bonifácio e SOUZA NETTO, Amâncio. *Terras da Casa da Torre e da Casa da Ponte*. Salvador: Mensageiro da Fé, 1975.

MOTT, Luiz R. B. Terror na Casa da Torre: tortura de escravos na Bahia colonial. IN: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-32.

PINHO, José Wanderley. Em torno do Castelo de Garcia d'Ávila. *REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA*. Salvador: IGHB, (55): 403-430, 1929.

PIRES JR., Christovão Dias de Ávila. *A Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Século XX*.

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Salvador, (95): 37-50, 2000.

REQUIÃO, Altamirando. *A Mansão Senhorial dos Garcia de Avila – O Castelo da Torre*. *O Cruzeiro*, 27 de setembro de 1930. Recorte do acervo do IHGB. Lata 730 Pasta 30.

SEIXAS, Wilson. *Casa da Torre e Bandeirantismo na conquista do sertão*. IN: MELLO, José O. de Arruda e RODRIGUES, Gonzaga. *Paraíba: Conquista – Patrimônio e Povo*. 2 ed. João Pessoa: Grafset, s/d.

TITARA, Ladislau dos Santos. *Paraguassú – Epopéia da Guerra da Independência na Bahia*. Edição Fac-similar. São Paulo: Edgard de Cerqueira Falcão/ Revista dos Tribunais, 1973.

TORRE DE GARCIA D'ÁVILA. IN: AZEVEDO, Paulo Ormino et al. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Vol. II – Monumentos e Sítios do Recôncavo, I Parte. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1978. p. 89-90.

TORRE DE GARCIA D'ÁVILA (Visconde com Grandeza). *Anuário Genealógico Brasileiro*. III: 482-502, 1941.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Nacional, 1935.

II. BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial e Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Brasília: Ed. da UnB, 1982.

ABUD, Kátia. *O Sangue Intimorato e as nobilíssimas tradições – a construção de um símbolo paulista: o Bandeirante*. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1985.

ALDEN, Dauril (org.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: a Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA PRADO, J. F. *A Bahia e as Capitâneas do centro do Brasil (1530-1626)*. 3 tomos. São Paulo: Nacional, 1950.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *O sistema colonial*. São Paulo: Ática, 1991.

AMARAL LAPA, José Roberto do. Resenha de “Uma comunidade do Brasil antigo” de Lycurgo Santos Fº. IN: *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: Deptº de História/ FFCL/ USP. X (40): 559-562. Outubro-Dezembro de 1959.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de et al. (orgs.). *O Mundo que o Português Criou – Brasil século XVI*. Recife: CNPq/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

ARANTES, Antônio Augusto et al. *Colcha de Retalhos: estudos sobre a Família no Brasil*. 2 ed. Campinas: ed. UNICAMP, 1993.

AZEREDO, Francisco de. *Casas Senhoriais Portuguesas I*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1978.

AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e Cidades no Brasil colonial: Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva*. São Paulo: *Boletim da FFCL/ USP - Geografia*, nº 11, 1956.

BARBOSA, Bartira Ferraz. *Índios e Missões: a Colonização do Médio São Francisco Pernambucano nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Dissertação de Mestrado em História da UFPE, 1991.

BARBOSA, Tanya Mª Brandão. *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder*. São Paulo: Tese de Doutorado em História: FFLCH/USP, 1993.

BARROSO, Gustavo e RODRIGUES, Ivan Wash. *História do Brasil em Quadrinhos*. Rio de Janeiro: Brasil-América, s/d.

BASTOS, Êlide Rugai e MORAES, João Q. de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central – Eco-história do Distrito Federal: do Indígena ao Colonizador*. Brasília: Solo, 1994

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma Sociedade colonial*. 2ª ed. revista. São Paulo: Nacional, 1969. (Brasiliiana nº 341).

BRANDÃO, Tanya Mª Pires. *O Escravo na Formação Social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Ed. da UFPI, 1999.

BRESCIANI, Mª Stella. *A casa em Gilberto Freyre: síntese do ser brasileiro ?*. IN: CHIAPPINI, Lígia e BRESCIANI, M.S. *Literatura e Cultura no Brasil: Identidades e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 39-51

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Família e Genealogia: Quatro Gerações de uma Grande Família do Sudeste Brasileiro (1758-1850)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia FFLCH/USP, 1985

BRITTO, Rossana G. *A Saga de Pero do Campo Tourinho: o primeiro processo da Inquisição no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRUMER, Anita. *O Sistema Paternalista no Brasil*. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: UFRGS. (4): 57-79., 1976.

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil: Geral e Regional*. São Paulo: Cultrix, 1967. vols. 2, 3 e 7 (Nordeste, Bahia e Brasil).

BUENO, Antônio H. C. e BARATA, Carlos. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. 2 vols. São Paulo: Originis – X - Sociedade de Pesquisa, 1999.

CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista: Ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CALMON, Pedro. *A Formação da Nacionalidade Brasileira [Conferência proferida na ADESG, em 1974]*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB: CXLVII (351): 333-344. abr./jun. 1986.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. (vols. I, II, III, IV e V).

CAMPOS, J. da Silva. *Fortificações da Baía*. Rio de Janeiro: Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Ministério da Educação e Saúde, 1940.

CARENA, Carlo. *Ruína/Restauro*. IN: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Vol. 1 (Memória-História). Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 107-129.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

CASTELLO BRANCO, R. P. *A Civilização do Couro*. Teresina: DEIP, 1942.

CASTRO, Armando. *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1834)*. Lisboa: Caminho, 1992

COSTA, Luiz Monteiro da. *Na Bahia Colonial: Apontamentos para a História Militar da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara de Vereadores, s/d.

COSTA PORTO. *O sistema sesmarial no Brasil*. 2ª ed. Brasília, Ed. da UnB, s/d.

COULTER, Antônia Fernanda de Almeida. *A ação dos bandeirantes no Nordeste: algumas achegas para o seu estudo*. *REVISTA DE HISTÓRIA*, Deptº de História/ FFLCH/USP. VIII (30); 318-338, Abril- Junho 1957.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos do início do Povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Carlos Malheiro (Dir.) *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Vol. III – A Idade Média Brasileira (1521-1580). Porto: Litografia Nacional, 1924.

DIAS, Jill (org.). *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno*. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Ensaio Enveredados*. São Paulo: Siciliano, 1991.

DÓRIA, Francisco Antônio. *Os Herdeiros do Poder*. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Nacional, 1939

EDELWEISS, Frederico. Frei Martinho de Nantes, Capuchinho Bretão, Missionário e Cronista em Terras Baianas. IN: MASSA, J. M. (Coord.). *La Bretagne – Le Portugal – Le Brésil: Échanges et Rapports*. Nantes: Université de Haute Bretagne, 1973.

ELLIS, Myriam. A Capitania da Bahia nos meados do século XVIII: A propósito da publicação recente de uma obra de grande valor documental. IN: *REVISTA DE HISTÓRIA*, São Paulo, Departamento de História/FFLCH / USP. IV (13): 197-210, Janeiro - Março 1953.

Estruturas Agrárias e Relações de Poder. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, (11- 22), março-agosto de 1991.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Encantos Tradicionais da Bahia*. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

FALCI, Miridan Britto Knox. A Escravidão nas áreas pecuaristas no Brasil. IN: SILVA, M^a Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Família e Grupos de Convívio. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, (9-17), set/88 - fev/1989.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 2 vols. 9 ed. São Paulo: Globo, 1991.

FARIA, Francisco Leite. O Padre Bernardo de Nantes e as Missões dos Capuchinhos Franceses na região do Rio São Francisco. IN: *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Separata do vol. II. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

FERRO, Marc. *A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação: a História dos Dominados em Todo o Mundo*. São Paulo: Ibrasa, 1983.

FERREIRA, Antônio Celso. *A Epopéia Bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: UNESP, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLANDRIN, Jean-Louis. *Famílias: Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Lisboa: Estampa, 1991.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997

FRAGOSO, João L. R. e FLORENTINO, Manolo G. *O Arcaísmo como projeto: Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João L. R. et al. *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI a XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

FRANCO, M^a Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRANÇA Jr., Joaquim. *Como se fazia um Deputado [1882]*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. I^o vol. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Edição Fac-similar. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo/IGHB, 1998 (Edição Original, 1906).

FREYRE, Gilberto. *A Casa Brasileira*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o regime de economia patriarcal*. (2 vols.). 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 3 vols. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. 3 ed. revista. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1985.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 20 ed. São Paulo: Nacional, 1985.

GALLIZA, Diana Soares de. *As economias açucareira e criatória (pecuária) no Nordeste brasileiro: Estudo comparado*. *CIÊNCIA HISTÓRICA*, João Pessoa: Dept^o de História/CCHLA/UFPB, I (1): 20-38, Janeiro-Março 1986.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GARCIA, Rozendo Sampaio e MELLO, Messias de. *Histórias da Nossa História*. Vol. 1. São Paulo: Editora do Brasil, s/d.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

GOULART, José Alípio. *O Brasil do boi e do couro*. 2 vols. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (org.). *Índios do Brasil*. São Paulo: Global, 1998.

GURFIELD, Mitchell. *Estrutura das Classes e Poder Político no Brasil Colonial*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1983.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. (Vols 1 e 2).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

HOONAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: Primeira época* 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II. vol I.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império: História do Ensaio de Sedição de 1789*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EdUFBa, 1996.

JANCSÓ, István. *Peças de Mosaico (Cinco estudos sobre a formação política do Brasil)*. São Paulo: Deptº de História/ FFLCH/USP, 2000.

KNOX, Miridan Britto. *Escravos do Sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1993

KOSHIBA, Luiz. *A Honra e a Cobiça (Estudo sobre a origem da colonização)*. São Paulo: Doutorado em História FFLCH/USP, 1988.

LEITE, Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LEONARDI, Victor. *Entre Árvores e Esquecimentos: História Social nos Sertões do Brasil*. Brasília: EdUnB/Paralelo 15, 1996.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1982

LEONZO, Nanci. *As Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de Mateus*. São Paulo: Mestrado em História/FFLCH/USP, 1975.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Nacional, 1946

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco e o São Francisco*. Recife, 1929.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. História de uma sesmaria e suas aventuras. *REVISTA DE HISTÓRIA*, São Paulo: Deptº de História/FFLCH/USP, XXVIII (LV – 110): 347-384, Abril-Junho 1977.

LINHARES, Mª Yedda. *História do Abastecimento: Uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Mª Yedda. (org.). *História Geral do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINHARES, Mª Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Mª Yedda. *Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)*. *Tempo – Revista do Deptº*

de *História da UFF*). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, (1-2): 132-150, Dezembro de 1996.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco: Uma sociedade de pastores guerreiros*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1983.

MACEDO, Jozé Norberto. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura. 1952.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

MARCHANT, Alexander. *Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1980.

MARÇAL, Heitor. *Marinha e Sertão*. 2 ed. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais – Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*. São Paulo: Doutorado em História/FFLCH/USP, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M^a Queiroz. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MATTOSO, Kátia M^a Queiroz. *Bahia Opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)*. *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: Dept^o de História/FFLCH/USP, (114): 5-20, Janeiro-Junho 1983.

MATTOSO, Kátia M^a Queiroz. *Bahia - Século XIX: uma Província no Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDEIROS, M^a do Céu. *Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)*. João Pessoa: Idéia, 1993.

MEDEIROS NETO, Pe. Luiz. *História do São Francisco*. Maceió: Casa Ramalho, 1941.

MELLO, Ceres Rodrigues de. *O Sertão Nordestino na Longa Duração (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História do Brasil da UFRJ, 1985.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra Mascates – Pernambuco 1666 – 1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Três Roteiros de Penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802)*. Recife: Ed. UFPE, 1966.

MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste: Formação Social do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Trajatórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis*

e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. IN: FRAGOSO, João et al. (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 255-256.

MONTEIRO, NUNO G. F. *Casa e Linhagem: o Vocabulário Aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. PENÉLOPE: Fazer e Desfazer a História.. Lisboa: Cosmos, (12): 43-63, 1993.

MORAIS, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1987.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTT, Luiz R. B. Descrição da capitania de São José do Piauí - 1772. *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: Deptº de História/ FFLCH/USP, XXVIII (LVI - 112): 543-576, Outubro-Dezembro de 1977.

MOTT, Luiz R. B. *Piauí Colonial: População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*. São Paulo: USP, (22):61-78.,1979.

MOTT, Luiz R. B. Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil. *Revista de História*. São Paulo: Deptº de História/FFLCH/ USP, XXVII (LIII-105): 81-106, 1976.

NARDI, Jean Baptiste. *O Fumo Brasileiro no Período Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NAZARETH, Gilson. *O Imaginário Fidalgo de uma sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Doutorado em Comunicação/UFRJ, 1998.

NEIVA, Artur Hehl. Povoamento do Brasil no século XVIII. *REVISTA DE HISTÓRIA*. São Paulo: Deptº de História/FFCL/ USP, III (10): 379-386, Abril-Junho 1952.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)*. Salvador: Ed. UFBA; Feira de Santana: Ed. UEFS, 1998.

NOVAIS, Fernando Antônio (dir.). *História da Vida Privada no Brasil*. 4 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1997/98.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

NOVINSKY, Anita. A Igreja no Brasil Colonial – Agentes da Inquisição. IN: *Anais do Museu Paulista*. (XXXIII): 17-34, 1984.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. vol. 1, Rio de Janeiro: ARTENOVA, s/d.

OLIVEIRA MARTINS, F. A. *Um herói esquecido – João da Maia da Gama*. 2 vols. Lisboa: Agência Geral das Colônias 1944. (Coleção Pelo Império vols. 99/100)

PARAÍSO, Mª Hilda Baqueiro. Aldeamentos de Salvador no século XVI: um primeiro esboço. *Revista da Bahia*. Salvador: EGBA. (33-18): 39-48, setembro/novembro de 1990.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. A Fuga de Isabel: casamento e herança numa família patriarcal. IN: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda et. al. (orgs). *Trajetórias de Vida na História*. Cuiabá: UFMT e Carlini & Caniato, 2008. p.17-37.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional; Brasília, INL, 1980.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. “Guerra dos Bárbaros”: *Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1990.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e Semeadores: a Modernização Brasileira no Pensamento Político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Serviço de Documentação- Ministério da Educação e Cultura, s/d.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social: FFLCH/USP, 1998.

PUNTONI, Pedro. *A Arte da Guerra no Brasil (1550-1700)*. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, (53): 189-204, março de 1999.

QUEIROZ, M^a Isaura Pereira de. *Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras*. *Revista do IEB*. N^o 19, São Paulo: IEB-USP, 1977, p. 55-78.

REGNI, Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia*. 3 vols. Caxias do Sul: Paulinas, 1988.

REGNI, Vittorino, O. F. M. cap. *Frei Martinho de Nantes: Apóstolo dos Índios Cariris e fundador do Convento da Piedade, 1683 – 1983*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA,

1983. (Centro de Estudos Baianos, Publicação n^o 102).

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. *A Elite baiana face aos movimentos sociais, Bahia: 1824-1840*. *Revista de História*. São Paulo: FFLCH/USP. (LIV-108): 341-384, out-dez 1976.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (orgs.). *A Fundação do Brasil: Testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: CODEVASF, 1983.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília: Ed. da UnB, 1981.

RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 1953.

SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755). Relações com a Inglaterra*. São Paulo: Pioneira, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família Brasileira*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Famílias e Vida Doméstica no Brasil: do Engenho aos Cafezais*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itú (1780-1830)*. São Paulo: Mestrado em História da FFLCH-USP, 1975.

SANTOS Fº, Lycurgo de Castro. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juizes - 1609-1751*. São Paulo: Perspectiva, 1979

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENA, Consuelo Pondé de. *Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru (1830-1892)*. Salvador: Fundação de Cultura da Bahia, 1979.

SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: [Iniciativas Editoriais], 1971.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária e formação do mercado interno no Brasil Colônia. Estudos – Sociedade e*

Agricultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, (8):119-156, abril de 1997.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Bahia, final do século XVII: sob o signo de uma estrela pálida e barbada. IN: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira e MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EdUsp, 1996. p. 261-275.

SILVA, Lúcia Osório da. *Terras Devolutas e Latifúndio – Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SILVA, Mª Beatriz Nizza da. *Dicionário Histórico da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.

SILVA, Mª Beatriz Nizza da. Herança no Brasil Colonial: os Bens Vinculados. IN: *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense, (V): 291-319, 1990

SILVA, Mª Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 8 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SLEMIAN, Andréia et alli. *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*. São Paulo, Deptº de História/FFLCH/USP, 1994.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (17): 27-125, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

- SODRÉ, Néelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990. (Edição Fac-similar).
- SOUSA, Avanete Pereira. O Pão nosso nas formas de cada dia: Poder Local e Abastecimento (Salvador – Século XVIII). IN: *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: IGHB; Fundação Gregório de Matos, 2001. pp.499- 511.
- SOUSA, José João Rigaud de. Casas-Torre ainda existentes nos arredores de Braga. IN: *Separata de “O Distrito de Braga”*. Vol. III da 2ª série (VII), Braga, 1978.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. The Brazilian Family. IN: SMITH, T. Lynn e MARCHANT, Alexander (eds). *Brazil: Portrait of half a Continent*. New York: Driden Press, 1951. p. 291-312.
- TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a História Territorial da Paraíba*. Tomo I. Mossoró: Coleção Mossoroense, vol. CDXXIII, 1989 (1ª edição 1909).
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. São Paulo: Ed. Unesp; Salvador: Ed. UFBA, 2001.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos Monumentos Históricos e Artísticos do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil (1500-1640)*. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.
- TORRES-LODOÑO, Fernando. *A outra Família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola/ Pós-Graduação em História Social – USP, 1999.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)* Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VASCONCELOS SOBRINHO, J. *As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização*. Recife: CONDEPE, 1971.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987.
- VIANNA, Francisco José de. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. 2 Vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Eduff, 1987.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionaes do Brasil: História – Organização – Psicologia*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1938.
- WECKMANN, Luis. *La Herencia Medieval del Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Mª José C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

12 Brasil FOLHA DE SPINHO

ACM tem 11 parentes em cargos públicos

Senador quer investigar nepotismo no Judiciário



ACM tem 11 parentes em cargos públicos. O senador ACM, eleito em 1994, tem 11 parentes em cargos públicos. Entre eles, o filho mais velho, Carlos Magalhães Neto, é governador do Rio de Janeiro. Outros parentes incluem o filho mais novo, Carlos Magalhães Neto Jr., deputado estadual em Pernambuco, e o sobrinho, Carlos Magalhães Neto, deputado estadual em Pernambuco. ACM também tem dois filhos em cargos públicos: Carlos Magalhães Neto, deputado estadual em Pernambuco, e Carlos Magalhães Neto Jr., deputado estadual em Pernambuco.

Senador nega influência

ACM nega qualquer influência política em favor de parentes. Ele afirma que os parentes em cargos públicos são fruto de mérito e não de nepotismo.

Neto ganha promoção no primeiro mês

Carlos Magalhães Neto, filho mais velho de ACM, ganhou uma promoção no primeiro mês de seu mandato como governador do Rio de Janeiro. Ele foi promovido a governador, substituindo o ex-governador César Maia.

ACM tem 11 parentes em cargos públicos

ACM tem 11 parentes em cargos públicos. Entre eles, o filho mais velho, Carlos Magalhães Neto, é governador do Rio de Janeiro. Outros parentes incluem o filho mais novo, Carlos Magalhães Neto Jr., deputado estadual em Pernambuco, e o sobrinho, Carlos Magalhães Neto, deputado estadual em Pernambuco. ACM também tem dois filhos em cargos públicos: Carlos Magalhães Neto, deputado estadual em Pernambuco, e Carlos Magalhães Neto Jr., deputado estadual em Pernambuco.

Jornal Folha de São Paulo 08/04/1999

FOLHA DE SPINHO

Seis Sarneys disputam as eleições no MA

Dois filhos, um irmão, um sobrinho e dois primos do ex-presidente tentam vagas no Executivo e no Legislativo este ano

Ex-presidente defende a moratória



Seis Sarneys disputam as eleições no MA. O ex-presidente Sarney tem seis parentes disputando vagas no Executivo e no Legislativo este ano. Entre eles, o filho mais velho, Carlos Sarney, é deputado estadual em Pernambuco. Outros parentes incluem o filho mais novo, Carlos Sarney Jr., deputado estadual em Pernambuco, e o sobrinho, Carlos Sarney Neto, deputado estadual em Pernambuco. Sarney também tem dois filhos em cargos públicos: Carlos Sarney Neto, deputado estadual em Pernambuco, e Carlos Sarney Neto Jr., deputado estadual em Pernambuco.

'Aqui sou mais útil', diz Sarney

Sarney afirma que se sente mais útil no Maranhão do que em Brasília. Ele afirma que o Maranhão precisa de um líder e que ele é o melhor candidato para isso.

Candidato faz uso da máquina

O candidato Sarney faz uso da máquina pública para obter votos. Ele afirma que isso é necessário para vencer as eleições.

Secretário diz que entrega "coincidiu" com eleições

O secretário Sarney diz que a entrega de um cargo coincidiu com as eleições. Ele afirma que isso é uma coincidência e não uma vantagem.

Jornal Folha de São Paulo 03/10/1998



Jornal Contraponto 04 a 10/07/2014

ANEXO II

Fotografias da Casa da Torre de Garcia d'Ávila e Atalaia de Forte Velho (PB)

1. CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA – VISTA FRONTAL E CAPELA
Foto: Paulo Valadares – 19982. VISTA DOS FUNDOS
Foto: Paulo Valadares – 1998



3. FUNDOS E ARCADAS
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



5. ANTIGA ENTRADA E PÁTIO – FUNDOS
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



4. ARCADAS
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



6. VISTA DA LATERAL NORTE – NOVA ENTRADA
Foto: Marília Vasconcellos – 1998



7. DETALHE DO TETO NO INTERIOR DA CASA
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



8. DETALHE DO TETO DA CAPELA
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



9. PLACA - DADOS GERAIS
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



10. PLACA - ETAPAS DA CASA DA TORRE
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



11. PLACA – A ÉPOCA DAS CONSTRUÇÕES
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



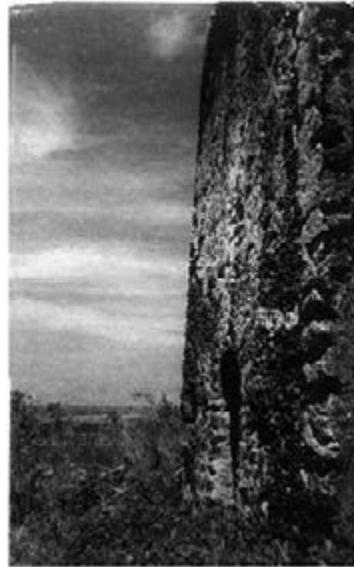
13. PLACA - RESUMO HISTÓRICO
Foto: Ângelo Pessoa – 1998



12. PLACA – ORIGENS DO CASTELO
Foto: Paulo Valadares – 1998



14. INGRESSO PARA VISITAÇÃO



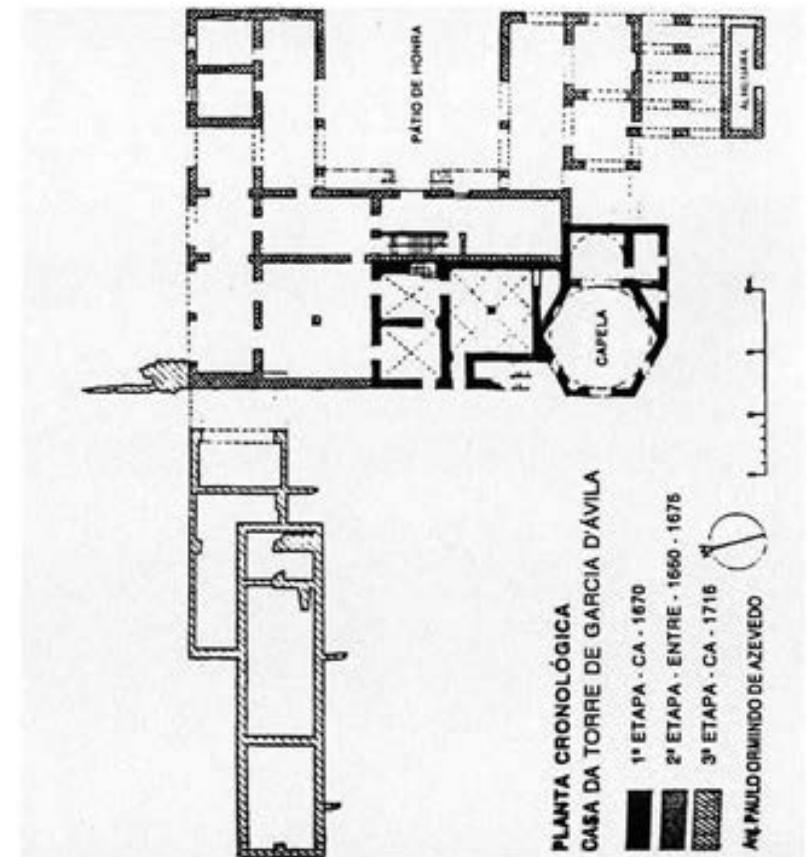
15 e 16. ATALAIA DE FORTE VELHO – SANTA RITA (PB)
Foto: Ângelo Pessoa – 1996

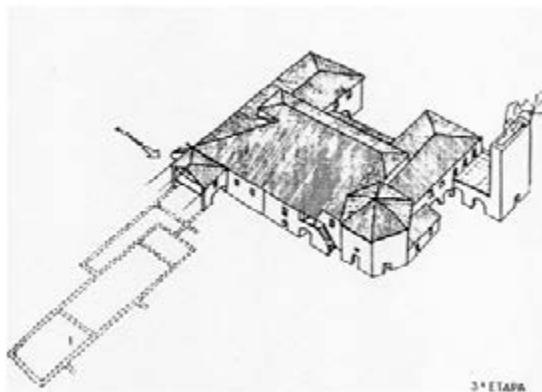
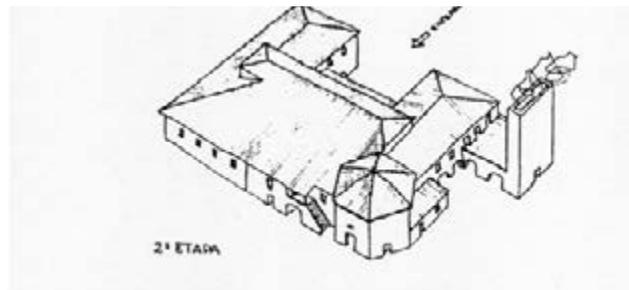
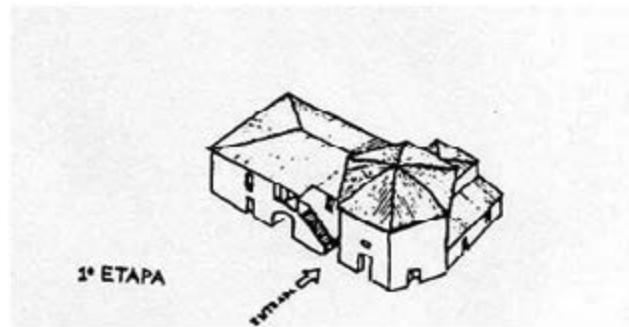


17. ATALAIA DE FORTE VELHO – SANTA RITA (PB)
Foto: Ângelo Pessoa – 1996

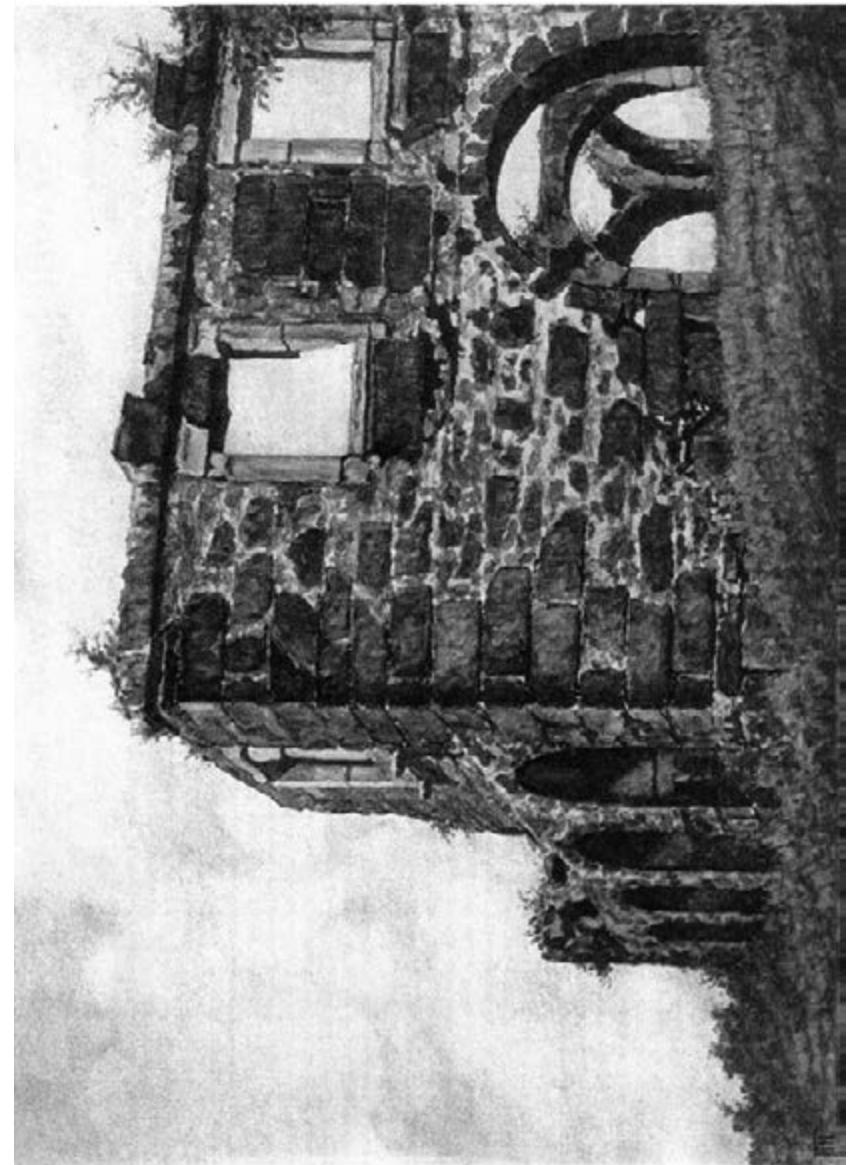
ANEXO III

Plantas elaboradas pelo Arquiteto Paulo Ormino de Azevedo
e reproduções de Edgard Cerqueira Falcão





TORRE DE GARCIA D'ÁVILA. IN: AZEVEDO, Paulo Ormino et al.
Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Vol. II – Monumentos e Sítios do
 Recôncavo, I Parte.
 Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1978. p. 89-90.



FALCÃO, Edgard Cerqueira. *Encantos Tradicionais da Bahia*. São Paulo:
 Livraria Martins, s/d.

CASTELO DA TÔRRE DE GARCIA D'ÁVILA (TATUAPARA)

XVII

Descontinua selva, queda de bravias tribus tupia, cobria a dilatada faixa litorânea que se prolongava da ponta do Pedraço para o norte, além da embocadura do rio Real, quando Tomé de Souza chegou à Bahia, em 1600, investido nas funções de dirigente supremo do Brasil. Terras de baixo rendimento agrícola, constituam, entretanto, campos propícios à criação de gado. Importados, em seguida, os primeiros bovinos das ilhas portuguesas d'Além-mar, não tardou que fossem tangidos em tal direção. Coube a Garcia d'Ávila, nesta oportunidade, o papel de pioneiro. Almoçarife dos armazéns reais, vindo na frota do 1.º governador geral, de quem era protegido (criado, na expressão antiga), bem depressa dedicou-se aquele colono à lucrativa indústria do criatório, estabelecendo currais que se foram multiplicando ao longo da costa, a partir das proximidades da incipiente capital. Obtendo depois, mediante sucessivas sesmarias, de quase toda a orla atlântica acima indicada, efetua e consolida paulatinamente a posse da gleba, levando à frente seus rebanhos. Não o fez, porém, sem luta. Acossado, volta e meia, pelo genito, teve de fortificar-se e pelejar. Escolheu, então, para sede de seus domínios, certa proeminência estratégica, localizada pouco acima da foz do rio Pojuca, sobranceira à protégida angra, cogominada pelos indígenas Tatuapara. Cumprindo prescrições regimentais, aí edificou, de início, uma torre, com capela anexa dedicada à Virgem da Conceição. Depois de grangear grossos haveres e posição de relevo, começou a construir, no mesmo sítio, o célebre solar-fortaleza, que seus sucessores concluíram e ampliaram. Escheu toda a segunda metade quinhentista a profícua atividade colonizadora de Garcia d'Ávila. Falecendo na Cidade do Salvador, em 1609, legou, por testamento, imensa fortuna ao herdeiro varão, seu neto FRANCISCO DIAS D'ÁVILA, em benefício do qual instituiu o Morgado da Torre, que perdurou até o século XIX. Reza de intrépidos conquistadores, descendentes em linha reta do velho povoador, os ÁVILAS, por espaço de dois séculos, partindo de Tatuapara, comandaram múltiplas bandeiras, que fizeram recuar, cada vez mais para o âmbito do país, os selvícolas indomáveis, incorporando à civilização vastíssima zona.

demandavam o pórtico da Bahia. Interessante semáforo funcionava desde os tempos das invasões holandesas, transmitindo-se a Santo Antônio da Barra os avisos relativos à aproximação de navios suspeitos ou inimigos, por meio de facho acendido, sucessivamente, em Tatuapara, São João, Espírito Santo, Itapacan e Rio Vermelho.

Misto de residência solaranga e sustentáculo guerreiro, o lendário castelo de Garcia d'Ávila, extemporal único, de linhas feudais, erguido em plágia americana, possui, ao lado dos mais requintados salões e aposentos, recheados de finíssimos labores artísticos, onde se abajava a família fidalgua, obras de defesa invulneráveis, talhadas no ultrarresistente granito das redondezas. Ocupavam o pavimento térreo humildes galerias abertas em arcadas, prisões, câmaras de tortura, jaulas de onças utilizadas como arma de combate, segundo a tradição, esconderijos destinados a ocultar tesouros, etc. Guarás e ameias artilhadas enclimavam o edifício.

Varando séculos, a participar com evidência de todos os acontecimentos notórios que marcaram a evolução de nossa pátria, entrou em declínio o baluarte em apressado, após a emancipação política brasileira, ao ser extinto o regime do morgadio, em 1835. Abandonado pelos derradeiros legatários da valorosa estirpe tridentária, aniquilou-o a ação incoercível do tempo. Desapareceram, uma a uma, as magnificências que, antigamente, causaram assombro a quantos tiveram a ventura de hospedar-se na esplendorosa mansão. Ruída a cobertura e alguns painos de paredes, mantem-se contudo firme grande porção da rija estrutura pétreas, desancada de todo e qualquer revestimento ornamental. Somente a vetusta capela, com "abóbada serrenada", da qual já falava o P.º FRANCISCO CAMARGA, há trezentos e tantos anos, conseguiu escapar, mais ou menos incólume, amparada por mão amiga, à fúria dos elementos celestes, abrigando ainda sagradas imagens, como outrora fizera à de Santo Antônio de Arguing, trazida d'África por franceses hereges, e, após mil participações, conduzida ao convento de São Francisco da Bahia.

No presente, fúrfalhante coqueiral ensombra, em boa parte, à borda do mar, a superfície das remotas e infundidas pastagens, onde os vaqueiros focavam as rédeas dos senhores da Torre. Concorrendo com o rude pastoreio, medrou a cultura do côco, nova e inestimável fonte de prosperidade.

Colocada em situação privilegiada, guarnecida a famosa base militar da Torre, do lado terrestre, os caminhos conducentes ao nordeste, enquanto servia de atalaja ao tráfego marítimo, fiscalizando o movimento de embarcações que



Playa del Forte

Foto: Ricardo Buarque

Finalmente, se llega a la Playa del Forte. Situada en el Municipio de Mata de São João, sede del mayor latifundio que Brasil conoció, recibe un gran número de turistas extranjeros, amante de la naturaleza. Poseedora de uno de los últimos tramos no tocados de la Mata Atlántica, con todas las especies de flora y fauna, la Playa del Forte tiene una infraestructura turística que atiende al más exigente de los viajeros. Hay diferentes hoteles y posadas con lujosas y acogedoras suites, restaurantes con cocina internacional o afro-bahiana. Las opciones de paseos son numerosas, sean terrestres, marítimas o fluviales, todos dentro de la visión ecológica, de valorizar y preservar el medio ambiente. Para completar la recreación ecológica, la principal base del Proyecto Tamar de Brasil, está en esta playa.

También vale la pena visitar la aldea local. Antes dedicada solamente a las actividades pesquera y de cosecha del coco, hoy incentivada por el turismo, sus casas rústicas revestidas con revoco y cubiertas con tejas coloniales, abrigan tiendas de artesanatos, bares, posadas y restaurantes. Cuenta la historia que en 1552, con la concesión del terreno abandonado de Tatuapara, Francisco Garcia D'Ávila, protegido de Thomé de Souza, primer gobernador de Brasil, fascinado por la belleza de las playas, por la vista deslumbrante de la extensa colina, decidió construir en plena Playa del Forte, la Casa de la Torre, como era conocido el actual Castillo Garcia D'Ávila. Por compra o por conquista D'Ávila extendió sus tierras hasta el Río São Francisco. La Casa de la Torre fue sede del mayor latifundio registrado en la historia, abarcando tierras que hoy están bajo la jurisdicción de los Estados de Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí y Maranhão con cerca de 800 mil kilómetros cuadrados, en total, 129 haciendas, que le rendían 50 mil libras-oro por año. Fue también su familia la responsable por la introducción en Brasil de la cultura de coqueiros traídos de la India, plantados en la Playa del Forte. Registrada por el Patrimonio Histórico Brasileño en 1938, la Casa de la Torre fue olvidada hasta que en 1971, el Grupo Peters que se volvió nativo, decidió resucitar esa obra de arte, implantando en el área de la Playa del Forte el polo Turístico, que hoy atrae visitantes de los más diferentes países.

Foto: Ricardo Buarque



Castillo Garcia D'Ávila

Playa del Forte

VISITE PRAIA DO FORTE
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E TURÍSTICA DE PRAIA DO FORTE
 Alameda do Sol s/n - Praia do Forte - Bahia

PRAIAS DO FORTE
 ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E TURÍSTICA DE PRAIA DO FORTE
 Alameda do Sol - Lote 7
 Fone: (071) 876 1088

PUBLICAÇÃO TURÍSTICA SOBRE A CASA DA TORRE
 MARCO ZERO TURISMO & NEGÓCIOS EDIÇÃO ESPECIAL Nº 1 - SALVADOR 3/D
 MARCO ZERO - Turismo & Negócios - ESPECIAL SALVADOR - 9

VIAGEM BAHIA

BRASIL COLONIAL

Mais de 450 anos depois do começo de sua construção, o Castelo Garcia d'Ávila, 55 km ao norte de Salvador, foi restaurado e agora volta a atrair visitantes interessados no resgate de capítulos importantes da história. Pág. 10

VIAJEM BAHIA

Uma exclusiva jóia quinhentista

Castelo é a única construção original do século XVI em Salvador

Ascensão e queda dos D'Ávila

Em 1582, o governador de Salvador, D. Álvaro de Sá, nomeou Garcia d'Ávila para governar a Bahia. O castelo foi construído por ele e seu filho, D. João de Sá. O castelo foi destruído em 1640, durante a Revolução de 1640, e reconstruído em 1938, por iniciativa do governador D. João de Sá. O castelo foi restaurado em 1990, por iniciativa do governador D. João de Sá.

Um projeto de restauro do castelo, iniciado em 1990, foi concluído em 1998. O castelo foi restaurado em 1990, por iniciativa do governador D. João de Sá. O castelo foi restaurado em 1990, por iniciativa do governador D. João de Sá.

Jornal O Estado de São Paulo – 06/05/2003

Castelo vai ganhar passarela de metal

De acordo com o plano de restauro, o castelo será restaurado com materiais originais, mas com uma passarela de metal para facilitar o acesso dos visitantes.

Livro de Risério relata a saga do clã Garcia d'Ávila

O livro narra a história do clã Garcia d'Ávila, desde a chegada dos portugueses à Bahia até a construção do castelo.

Construção da Casa da Torre foi ato de coragem para a época

A construção da Casa da Torre foi um ato de coragem para a época, pois era considerada uma obra de arte.

Confirmado quando a gente acordou, acabou virando criança

Projeto de arquitetura para a Casa da Torre, com foco em preservar a estrutura original e adicionar elementos modernos.

6x123,25 e **6x65,00** valores

Projeto de arquitetura para a Casa da Torre, com foco em preservar a estrutura original e adicionar elementos modernos.

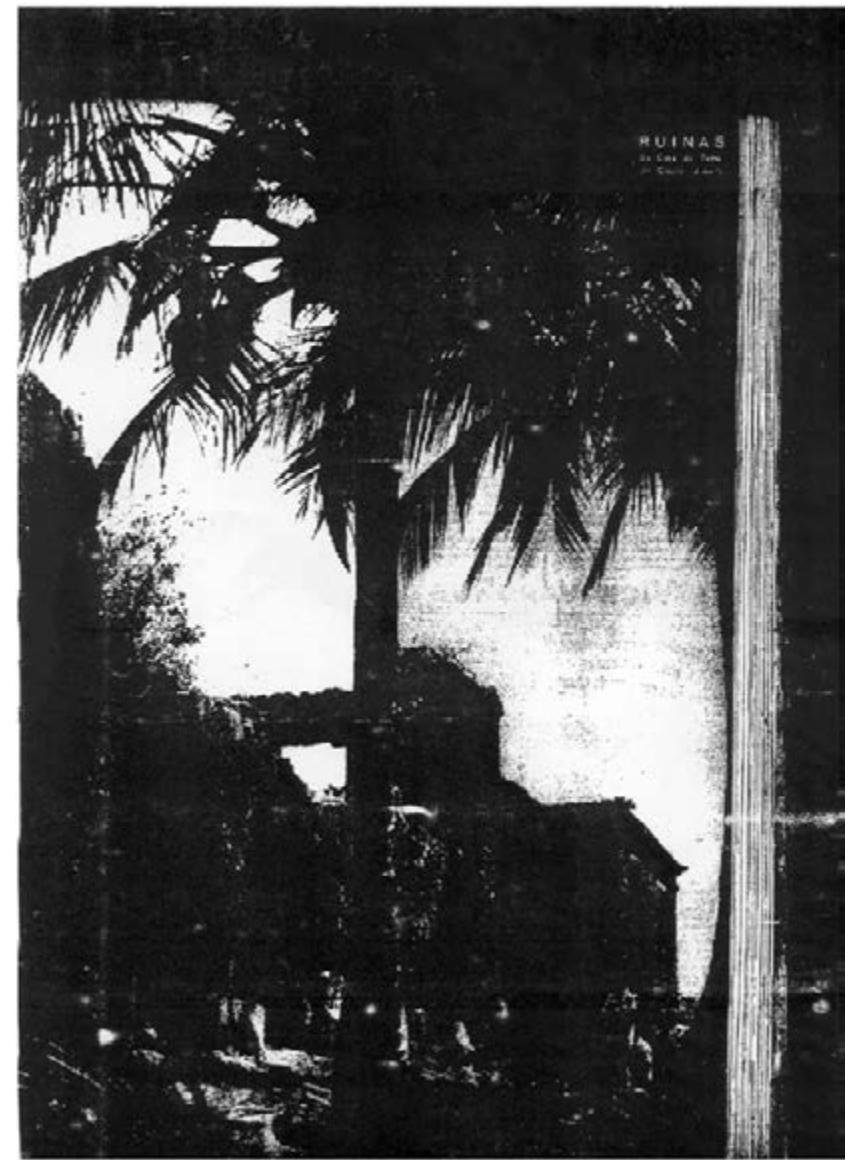
Jornal Folha de São Paulo – 14/02/2000

ANEXO V

Artigos publicados em revistas de grande circulação



BARROSO, Gustavo. A Casa da Torre de Garcia d' Ávila. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. XXI (43); 26-28,40,86,90 e 92, 13/08/1949.



Com apenas 30 anos, ele já era conhecido como um dos homens mais ricos do Brasil



Mesmo quem não foi bom aluno de História lembra de Tomé de Sousa e Manoel da Nóbrega. Tomé de Sousa foi o primeiro governador-geral do Brasil e fundou a cidade de Salvador, a primeira capital do novo país. Manoel da Nóbrega foi o padre que chefiou a primeira missão jesuítica ao Brasil. Tanto um quanto outro aportaram no litoral baiano no dia 29 de março de 1548, enviados pelo rei de Portugal João III, com a missão de administrar as terras recém-conquistadas e catequizar os índios. Até aqui, nenhuma novidade, além do que consta dos livros de História. O que pouca gente sabe — e os livros não contam — é que na mesma embarcação em que vieram Tomé de Sousa e o padre jesuíta também estava um rapazote de 17 anos, que se transformaria no patriarca de um dos mais poderosos clãs que o Brasil já teve.

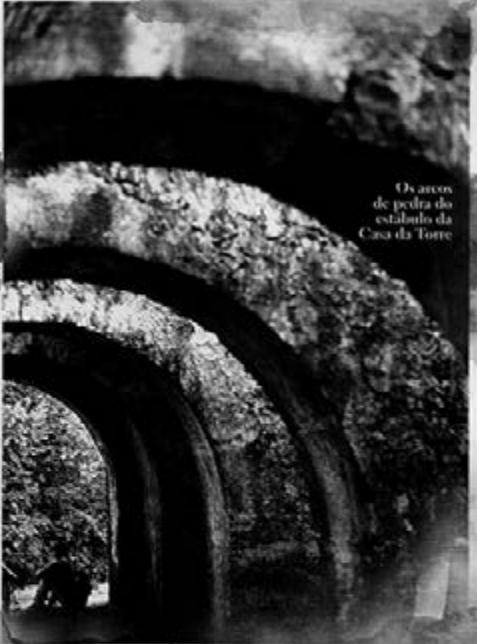
Da Bahia ao Maranhão. Nascido na pequena região do Minho, no norte de Portugal, Garcia d'Ávila — era esse o nome do jovem — foi protagonista da História do Brasil. E graças a ele, por exemplo, que muitas praias brasileiras exibem murais de coqueiros. A árvore foi trazida para o Brasil na volta de uma viagem à Índia. O gado neiro também veio parar em terras tupiniquins por obra do português. Mas foi como senhor feudal e conquistador de terras que Garcia d'Ávila notabilizou-se. Seu império agrário começou a surgir em 1552 — apenas três anos após sua chegada ao Brasil —, quando recebeu, pelos serviços prestados à Coroa, uma sesmaria de cerca de 10 quilômetros quadrados, em Itapóá. Seus descendentes expandiram as fronteiras a tal ponto que a linhagem dos d'Ávila chegou a ser dona de 800 mil quilômetros quadrados do Brasil — quase nove vezes a área de Portugal —, em terras que iam da Bahia ao Maranhão. À época, era o maior latifúndio do mundo.

FEITOS DOS D'ÁVILA

- Da Índia, o primeiro Garcia d'Ávila trouxe o coco para o Brasil.
- Foi ele o responsável por trazer também o gado neiro para o nosso país.
- O clã chegou a possuir 800 mil km² de terras que iam da Bahia ao Maranhão.
- São considerados os primeiros sertanistas do Brasil.
- Invadiram terras alheias e destruíram aldeias indígenas.
- Ergueram a primeira construção fortificada do Brasil.
- Donos de uma fortuna avaliada em mais de 1 milhão de dólares, eram considerados a família mais rica do Brasil colonial.



72 ***** 1991/2002



Os arcos de pedra do estábulo da Casa da Torre

A primeira sesmaria, os importantes cargos de almoxarife e feitor da alfândega de Salvador — ambos dados por Tomé de Sousa —, o fato de não haver registros a respeito da família de Garcia d'Ávila em Portugal e o carinho que recebia de Tomé de Sousa fizeram surgir uma teoria praticamente tida como verdade absoluta: Garcia d'Ávila seria filho bastardo do primeiro governador-geral do Brasil. E tudo indica que o pai de Manoel da Nóbrega era um dos poucos que sabiam da relação entre os dois.

Numa carta enviada a Tomé de Sousa, o jesuíta escreve, referindo-se a Garcia d'Ávila: "É ele um homem com quem eu mais me alegrava e conchava nesta terra, porque achava nele um raio de espírito e bondade de Vossa Mercê... parecendo-me estar ainda Tomé de Sousa nesta terra". Para alguns historiadores, o texto sugere que Garcia teria até semelhanças físicas com Tomé de Sousa.

Pasto para o gado. Nas primeiras terras que recebeu, Garcia d'Ávila já deixou claras suas intenções. Comandou uma grande derrubada na Mata Atlântica e transformou praticamente toda a área em pasto para o gado. Em dezembro de 1560, recebeu outro valioso presente do seu suposto pai: uma sesmaria de mais de 3 mil quilômetros quadrados, duas vezes a área da cidade de São Paulo. Algumas das mais belas praias baianas ficavam nessas terras, inclusive a atual Praia do Forte, a 80 quilômetros de Salvador. E foi justamente este lugar que Garcia d'Ávila escolheu para erguer a sua Casa da Torre, a primeira construção fortificada do Brasil. Durante alguns anos, ele dividiu seu tempo entre o rebanho e a construção do prédio, que servia de residência à sua família e fazia as vezes de forte. Concluída em 1564 pelo neto de Garcia d'Ávila, a Casa da Torre tornou-se um marco histórico e arquitetônico para o Brasil e hoje é atração turística no litoral baiano (veja quadro à dir.).

Com apenas 30 anos, d'Ávila já era conhecido como um dos homens mais ricos do país. Fez fortuna com a carne, o leite e o couro do rebanho. Por volta de 1565, chegou a ter quase 20 mil cabeças de gado. O nome da família poderia ser lembrado até hoje apenas

O CASTELO DO BRASIL

Depois de séculos entregue ao abandono, uma das mais importantes edificações do Brasil colonial foi reformada. Encravada no alto de uma colina, na Praia do Forte, a 80 quilômetros de Salvador, na Bahia, a Casa da Torre é a única construção fortificada erguida no século 16 ainda de pé no Brasil e único castelo feudal das Américas. A restauração do Castelo de Garcia d'Ávila — como o prédio é mais conhecido — foi coordenada por arqueólogos que analisaram cada palmo da obra. Após 5 anos de estudos e 4 milhões de reais de investimentos, a Casa da Torre foi aberta à visitação no final do ano passado. Um passeio por seus salões emoldurados por paredes de pedra e uma visita à capela em estilo renascentista remontam aos primórdios do Brasil.





pelas proezas e riquezas do primeiro Garcia d'Ávila, mas a ambição e os desmandos de seus descendentes deixaram uma escura nódoa na história do clã. Uma história de dramas familiares, paixões, barbáries e mortes.

No início do século 17, com a morte do patriarca, o neto Francisco Dias d'Ávila, considerado um dos primeiros sertanistas do Brasil, começou a desbravar o sertão e o litoral baiano, à procura de minas de ouro, salitre e prata. O salitre passou a ser outra fonte de renda, assim como o gado. Em suas expedições pelas matas, Francisco d'Ávila conseguiu ampliar as propriedades da família, às custas de centenas de vidas de índios. Em 1622, os d'Ávila já eram donos de metade da Bahia. E queriam mais. O sucessor de Francisco foi o filho Garcia d'Ávila II. Com apenas 17 anos, foi nomeado capitão de ordenanças e casou com a própria tia, para manter a linhagem e evitar a dispersão das terras do clã. Garcia II foi o primeiro a criar problemas mais sérios.

Massacre de índios. Liderando um exército de vaqueiros malmejuos e índios amansados, passou a invadir e saquear terras de outras famílias e a exterminar aldeias indígenas. Seus feitos o tornaram tão temido, que André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco, receoso por uma invasão, apresentou o com território ainda infocadas. Foi sob seu comando que a vocação para a pecuária tornou-se uma característica marcante dos d'Ávila. Enquanto a aristocracia baiana investia nos engenhos de cana-de-açúcar, os d'Ávila se dedicavam à criação dos seus mais de 40 mil bois e vacas. A opção de negócio tornou os d'Ávila os maiores proprietários de terra do Brasil colonial, mas isolou-os do convívio social da burguesia baiana. Com o passar dos anos, a família passou a seguir enriquecendo, e os descendentes do primeiro d'Ávila, conquistando novas áreas e entrando em conflito com proprietários de terras de todo o Nordeste. Francisco d'Ávila II herdou o gosto pela aventura e aos 14 anos já se empenhava pelo sertão. Em 1675, tinha ampliado as posses do clã até o Piauí. Até vilas de franciscanos sofriram com seu avanço territorial. Mas eram os índios as maiores vítimas. Em junho de 1676, seu grupo degolou quatrocentos índios tapuias. Preocupado em não rachar as propriedades da família, casou com a própria sobrinha, mas também deixou filhos bastardos de suas relações com índias e escravas negras. No início do século 18, sob o comando de Garcia III, a linhagem dos d'Ávila já era conhecida como a família mais rica do Brasil.

Para ampliar suas terras, os d'Ávila invadiam fazendas e destruíam aldeias. Nem vilas de frades escapavam



O cultivo de cana-de-açúcar nas fazendas do Nordeste, e uma das principais atividades que se praticava Garcia d'Ávila chegou para o Brasil

ABRIL 2003 TERRA 75

Garcia d'Ávila IV estuprava escravas e torturava crianças. Ele foi o último patriarca da linhagem



É impossível avaliar de quanto seria a fortuna do clã atualmente, mas na época representava 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país — o que hoje equivaleria a cerca de 60 bilhões de reais. Alguns estudiosos estimam que o patrimônio dos d'Ávila deveria ser um pouco superior a 1 milhão de dólares. Nesse período, a fama de sertanistas começou a se distanciar dos homens da família. Filho único de Garcia III, Francisco d'Ávila III casou com a filha de um grande produtor do recôncavo baiano e vivia enclausurado em seu castelo. Não tinha nada de sertanista. Do casamento, nasceu Garcia d'Ávila IV, o último homem da linhagem e que entrou para a história por sua truculência. As sessões de tortura que ele comandava nos quartos da Casa da Torre e nas matas e praias da região marcaram sua trajetória. Costumava soltar gargalhadas enquanto estuprava as escravas.

Num registro até hoje guardado nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, uma testemunha revela algumas das crueldades. Abj uma mamonca, na qual os escravos eram jogados: "as onças, aparece no relato. Há, ainda, o episódio no qual o senhor feudal perguntou a uma garota escrava de 8 anos se ela queria um pouco de doce. A resposta afirmativa fez com que Garcia IV usasse uma colher de pau para tirar o doce da panela, ainda fervendo, e forçasse a menina a engolir tudo.

Enquanto Garcia IV divertia-se, o feudo dos d'Ávila dava sinais de decadência. Posses montavam barracas nas propriedades da família e tribos indígenas voltavam a ocupar suas antigas terras. Ele, que nunca saiu da Bahia, passou seus últimos dias banhando-se nas águas mornas da Praia do Forte. Morreu em 1805, aos 71 anos, sem herdeiros legítimos, mas com vários bastardos. Era o fim da linhagem direta dos d'Ávila. Dezessete anos mais tarde, a Casa da Torre teria importância fundamental nas batalhas pela independência do Brasil e chegou a receber tropas do imperador Pedro I. Mas seus tempos glória nunca voltaram. Ficaram na História. |



ANEXO VI

Mapas



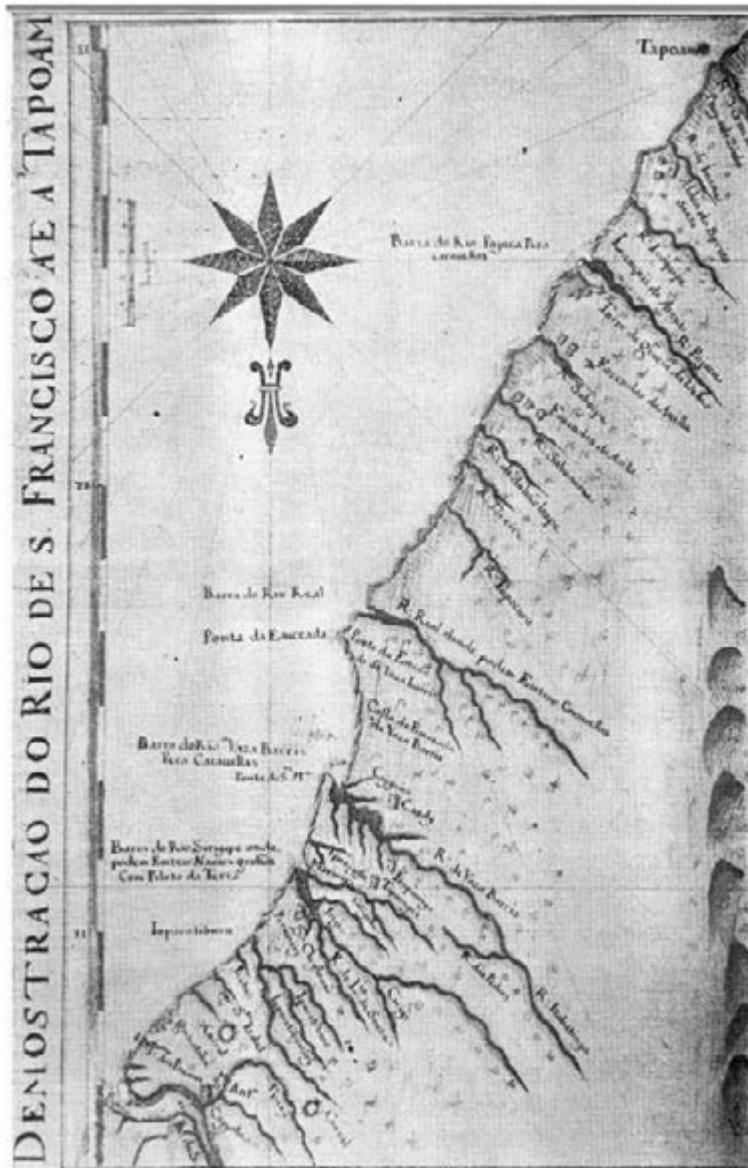
A Bahia de todos os santos

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

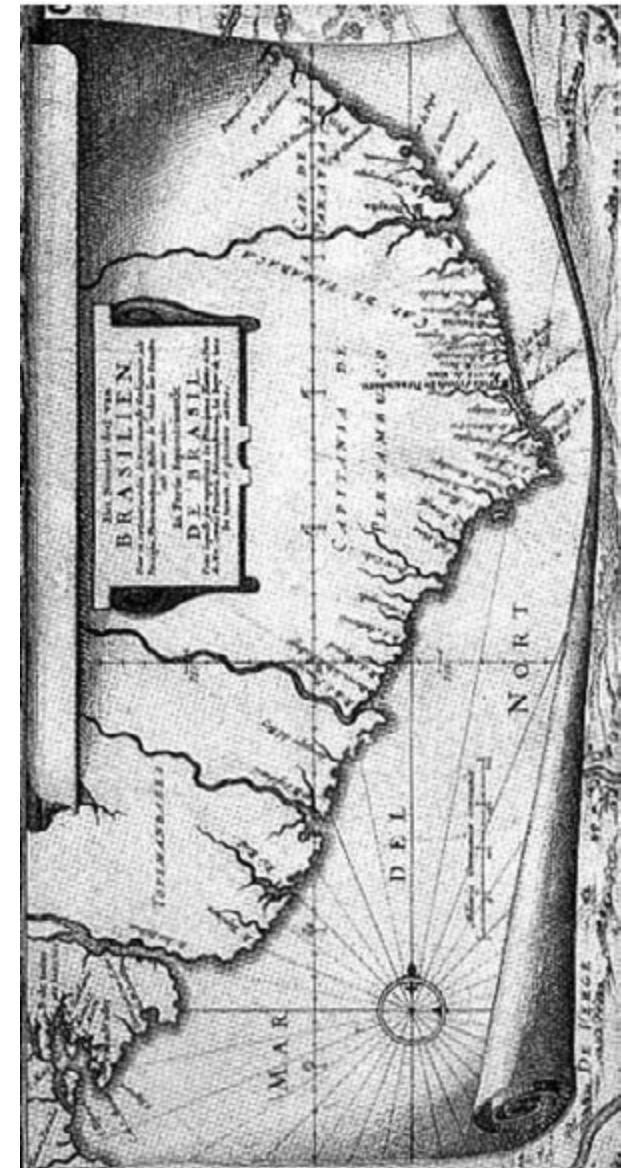


Detalhe do mapa *Novus Brasiliae Typus* (c. 1625)

Reproduzido de *Grandes Personagens da Nossa História*. Vol 5, Mapas Históricos. São Paulo: Abril Cultural, 1970.



Demonstração do rio de São Francisco até a Tapoam (Séc. XVII)
Reproduzido de CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*.
Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.



Detalhe de De Stadt Olinda de Pharnambuco. (c. 1630)
Reproduzido de REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/ Fapesp, 2000. p. 80.



Mapa Anexo ao Requerimento do Alferes João Crisóstomo de Serqueira Dantas e outros moradores da Freguesia de Santa Teresa do Pombal, do Arcebispado da Bahia, para a ereção de uma nova freguesia... (c. 1815)
Reproduzido de *OCEANOS*. Lisboa: CNCDP. (42): 118, abril/junho de 2000.



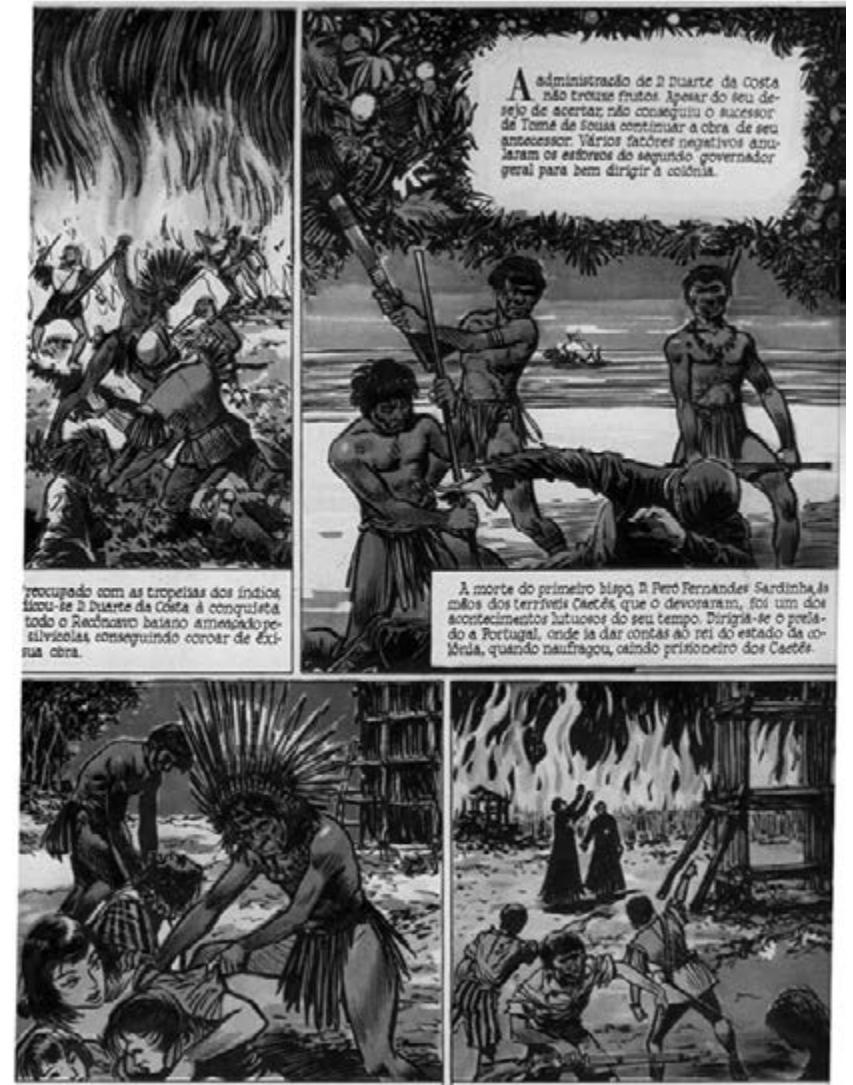
Rio de São Francisco que divide
a Capitania da Bahia da de Pernambuco (c. 1757)
Reproduzido de *OCEANOS*. Lisboa: CNCDP. (40): 130 -131, outubro/
dezembro de 1999.



Mapa da Capitania da Bahia, entre o Rio de São Francisco, Rio Verde Grande e o Riacho chamado Gavião (c. 1758)
Reproduzido de OCEANOS. Lisboa: CNCDP. (40): 137, outubro/dezembro de 1999.



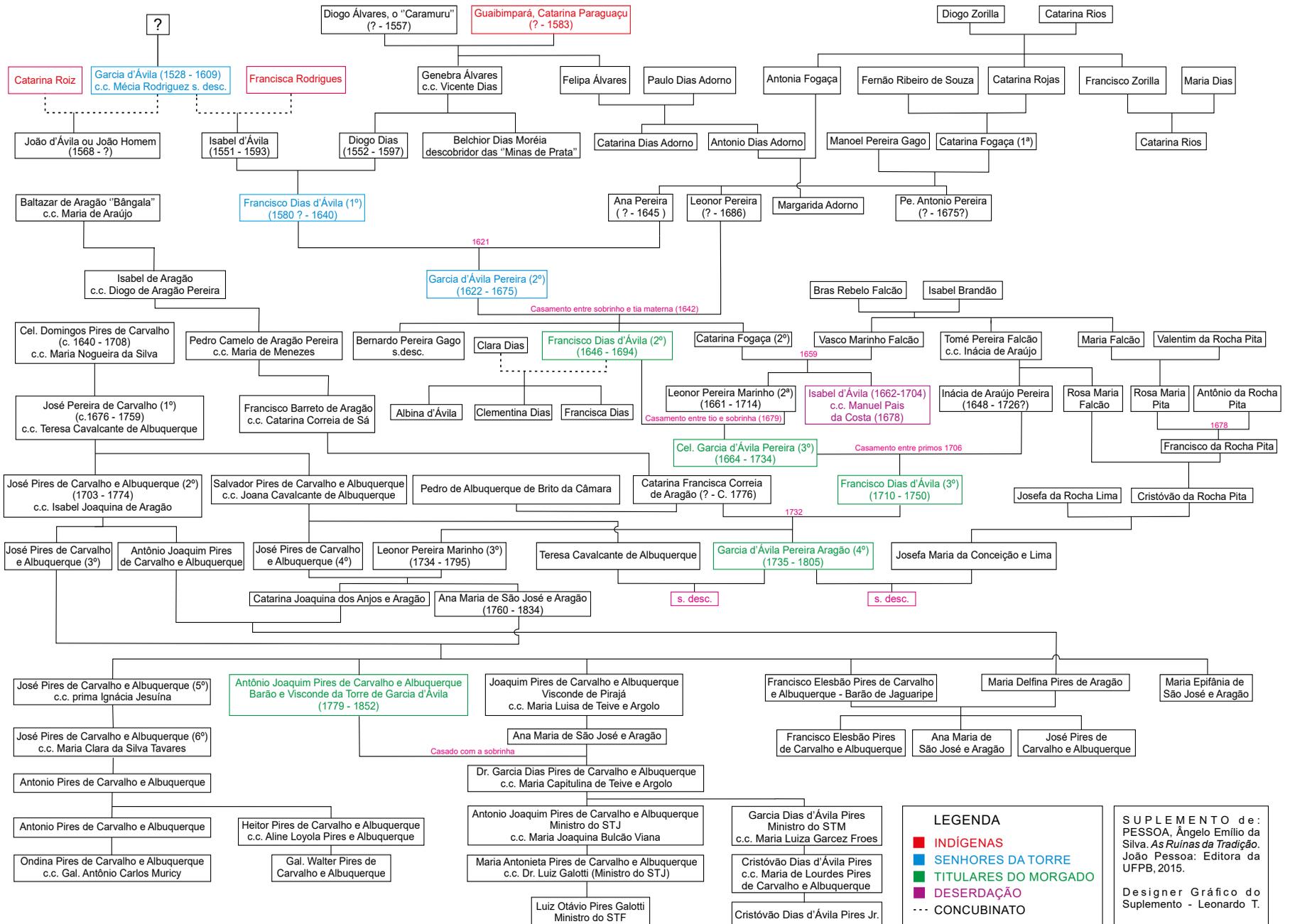
Sertão de São Francisco com localidades, fazendas e caminhos (c. 1736)
Reproduzido de OCEANOS. Lisboa: CNCDP. (40): 141, outubro/dezembro de 1999



ÁRVORE GENEALÓGICA DAS FAMÍLIAS DO CARAMURU DA CASA DA TORRE DE GARCIA D'ÁVILA E ALGUNS DE SEUS DESCENDENTES (Séc. XVI a XX)

REFERÊNCIAS CRONOLÓGICAS

- 1549 - Chegada de Garcia d'Ávila à Bahia
- 1555/56 - Violentos combates entre portugueses e indígenas na Bahia
- 1589/90 - Expedição de Cristóvão de Barros e Sergipe
- 1624/25 - Ocupação Holandesa na Bahia
- 1630/54 - Ocupação Holandesa em Pernambuco
- 1651/79 - Guerras contra os índios no sertão da Bahia
- 1681 - Instituição do Morgado da Casa da Torre
- 1706 - Publicação da Relação das missões do São Francisco pelo Padre Martinho de Nantes
- 1711 - Motim do Maneta na Bahia
- 1722/28 - Forais de Vila a Jacobina, Itapicuru de Cima e Inhambupe (BA)
- 1758 - Criação da Capitania de São José do Piauí
- 1763 - Transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro
- 1798 - Conjuração Bahiana
- 1821/23 - Guerra da Independência na Bahia
- 1835 - Proibição da Instituição de Morgados no Brasil
- 1939 - Publicação da História da Casa da Torre, de Pedro Calmon



LEGENDA

- INDÍGENAS
- SENHORES DA TORRE
- TITULARES DO MORGADO
- DESERDAÇÃO
- CONCUBINATO

SUPLEMENTO de: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. *As Ruínas da Tradição*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
Designer Gráfico do Suplemento - Leonardo T.

U

Este livro foi diagramado pela Editora da UFPB em 2016,
utilizando a fonte Minion Pro.

DO BRASIL

Este trabalho, originalmente defendido como Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, tem por lastro uma exaustiva, minuciosa e percuciente investigação documental e bibliográfica. Percorre desde os autores clássicos aos contemporâneos mais recentes, equacionando tradição e inovação historiográficas. Perscruta documentos às minúcias, construindo de fragmentos interpretações criativas, reabrindo o passado em novas possibilidades de leitura.

DO PREFÁCIO, ROSA MARIA GODOY SILVEIRA

